



东游

ROTAS ORIENTE

REVISTA DE ESTUDOS
SINO-PORTUGUESES

东游·中葡国别研究

Road to the East. Journal of Chinese-Portuguese Studies



universidade de aveiro
instituto confúcio
阿威罗大学孔子学院



大连外国语大学
DALIAN UNIVERSITY OF FOREIGN LANGUAGES



2021

ROTAS ORIENTE

REVISTA DE ESTUDOS
SINO-PORTUGUESES

东游·中葡国别研究

Road to the East. Journal of Chinese-Portuguese Studies



2021

FICHA TÉCNICA 图书编目数据 TECHNICAL INFORMATION

TÍTULO 书名 TITLE

Rotas a Oriente. Revista de estudos sino-portugueses

东游·中葡国别研究

Road to the East. Journal of Chinese-Portuguese Studies

1 (2021)

EDITORES-CHEFES 总编 CHIEF EDITORS

Carlos Morais

Universidade de Aveiro

Cheng Cuicui

Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian

EDITORES ASSOCIADOS 副主编 ASSOCIATE EDITORS

Ran Mai

Universidade de Aveiro

Ying Han

Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian

CONSELHO EDITORIAL 编委会 EDITORIAL BOARD

António Manuel Ferreira (Universidade de Aveiro);

Carlos Morais (Universidade de Aveiro); Carlos Rodrigues

(Universidade de Aveiro); Cheng Cuicui (Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian); Fu Qiong

(Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian); Han Ying

(Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian); Maria do Carmo Vieira da Silva (FCSH, Universidade

Nova de Lisboa); Maria Fernanda Brasete (Universidade de Aveiro); Nuno Dias (Universidade de Aveiro);

Ran Mai (Universidade de Aveiro); Rosa Lúcia Coimbra

(Universidade de Aveiro); Shao Xiao Ling (Universidade de Aveiro); Zélia Breda (Universidade de Aveiro).

COMISSÃO CIENTÍFICA 学术委员会 SCIENTIFIC COMMISSION

António de Abreu Freire (CLEPUL, Universidade de

Lisboa); António dos Santos Queirós (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Câmara de Coopera-

ção e Desenvolvimento Portugal-China e Observatório da China); António Manuel Lázaro (Universidade do

Minho); Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau e Universidade de Coimbra); Cristina Zhou

(Universidade de Coimbra); Enrique Huelva Unternbämen (Universidade de Brasília); Fernanda Ilhéu (ISEG

e Amigos da Nova Rota da Seda); Han Lili (Instituto Politécnico de Macau); Henrique Barroso (Universidade do Minho); João Paulo Silvestre (Universidade de Aveiro); João Veloso (Universidade do Porto); Lola

Geraldes Xavier (Instituto Politécnico de Macau/Instituto Politécnico de Coimbra); Luís Filipe Barbeiro

(ESECS, Politécnico de Leiria); Luís Filipe Barreto (Universidade de Lisboa); Manuel Célio Conceição

(Universidade do Algarve); Maria Teresa Cid (Universidade de Lisboa); Maria Teresa Roberto (Universidade de Aveiro); Micaela Ramon (Universidade do Minho);

Mo Guo (Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau); Paulo Osório (Universidade da Beira Interior); Paulo Pereira (Universidade de Aveiro); Rosa

Bizarro (Universidade de Cabo Verde); Song Haoyan (Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau); Sun Jianrong (Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau); Sérgio Guimarães de Sousa (Universidade do Minho); Vera Borges (Universidade de São José de Macau); Wang Suoying (Universidade de Aveiro); Xu Yixing (Universidade de Estudos Internacionais de Xangai); Yao Jing Ming (Universidade de Macau); Zhang Yunfeng (Instituto Politécnico de Macau) e os membros do Conselho Editorial.

EDIÇÃO 出版社 EDITION

UA Editora – Universidade de Aveiro

PERIODICIDADE 出版周期 PUBLICATION FREQUENCY

Anual 年刊 Annual

CONCEÇÃO GRÁFICA 版面设计 GRAPHIC DESIGN

Carlos Gonçalves

IMPRESSÃO 印刷 PRINTING

Clássica - Porto

TIRAGEM 印数 COPIES IN THIS EDITION

100 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 法定寄存 LEGAL DEPOSIT

489209/21

ISSN

2184-9900

e-ISSN

2795-4080

URL

<https://proa.ua.pt/index.php/rotasaorient>

www.rotasaorient.pt

E-MAIL

revista@rotasaorient.pt



Licença Creative Commons: Atribuição 4.0 Internacional

知识共享许可证: 国际许可协议 4.0 版

Creative Commons License: Attribution 4.0 International

CORRESPONDÊNCIA 联系地址 CORRESPONDENCE

Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

Campus Universitário de Santiago

3810-193 Aveiro (PORTUGAL)

Dalian University of Foreign Languages

6 Xiduan Lushun Nanlu

Lvshunkou District, Dalian – Liaoning Province

CHINA 116044

© Os direitos permanecem com os autores

© 作者保留版权

© Authors retain copyright



universidade de aveiro
INSTITUTO CONFÚCIO
孔院大学孔子学院



大连外国语大学
DALIAN UNIVERSITY OF FOREIGN LANGUAGES



ROTAS A ORIENTE
REVISTA DE ESTUDOS SINO-PORTUGUESES

ÍNDICE

- 7** **Editorial / 序言**
- 11** **Portugueses pelo Oriente**
Portuguese through the Orient
António de Abreu Freire
- 41** **No centenário do Partido Comunista da China. O caminho da China para uma Nova Era e o papel da Nova Rota da Seda**
On the centenary of the Communist Party of China. China's path to a New Age and the role of the New Silk Road
António dos Santos Queirós
- 67** **Cooperação Portugal – China na industrialização dos PALOP, no âmbito da BRI**
Portugal – China Cooperation in the Industrialization of PSAC within the BRI Scope
Fernanda Ilhéu & Joana Campos
- 89** **Portugal, Nova Rota da Seda e rivalidade sistémica: contradições e dilemas**
Portugal, the New Silk Road, and systemic rivalry: contradictions and dilemmas
Carlos Rodrigues

- 107** **A Rota da Seda da Saúde e o seu papel no âmbito da governança global em saúde**
The Health Silk Road and its role in the sphere of global health governance
Anabela Rodrigues Santiago
- 119** **Centro e periferia da biblioteca lusógrafa. A literatura de Macau no sistema literário em língua portuguesa**
Center and periphery of the Portuguese language library. Macau literature in the Portuguese language literary system
Micaela Ramon
- 133** **Representações literárias do quotidiano em Macau**
Literary representations of everyday life in Macao
Lola Geraldine Xavier
- 147** **Apontamentos sobre poesia de Macau: as várias faces de uma mesma moeda**
Notes on Macau poetry: the various sides of the same coin
Vera Borges
- 171** **O simbolismo da poesia de Camilo Pessanha e o seu reflexo nas obras de compositores portugueses**
The symbolism of Camilo Pessanha's poetry and its reflection in the works of Portuguese composers
Shao Xiao Ling
- 187** **Lu Xun: utilidade e viabilidade do seu estudo em Portugal**
Utility and viability of Lu Xun's Studies in Portugal
Cristina Zhou
- 199** **Traduzindo a China literária**
Translating literary China
Yao Jing Ming

215 **Condicionantes externas e algumas características linguísticas do Português a caminho do Oriente**

External Determinants and Some Linguistic Characteristics of Portuguese during its transition to the Orient

Paulo Osório

229 **Reescrita focada: superação de incorreções por aprendentes chineses de PLE a partir de correção indireta**

Focused rewriting: Using indirect correction to help Chinese learners of Portuguese as a Foreign Language (PFL) overcome inaccuracies

Luís Filipe Barbeiro

249 **Papel do professor na fase inicial de Português: um caso do ensino de PLE aos iniciantes na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai**

Role of the Teacher in the Early Stage of Portuguese: A Case of PFL Teaching to Beginners at Shanghai International Studies University

Xu Yixing

261 **Oportunidades e desafios da aplicação de uma plataforma de microblogue chinesa no ensino de Português Língua Estrangeira**

Opportunities and challenges of applying a Chinese microblogging platform in teaching Portuguese as a Foreign Language

Yuxiong Zhang & António Moreira

275 **唐三彩人俑中的女着男装现象分析**

Analysis of the phenomenon of female figures in male attire in the Tang Sancai figurines

张妍 Zhang Yan

Editorial

Rotas a Oriente. Revista de estudos sino-portugueses é coeditada pela Universidade de Aveiro, através do seu Instituto Confúcio, e pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (R. P. China), com o objetivo de promover a publicação de investigação científica no âmbito dos estudos sino-portugueses.

Com periodicidade anual e livre acesso, a revista está aberta a contribuições relativas a estudos sino-portugueses, no âmbito das seguintes áreas:

- Literatura;
- Linguística;
- Tradução;
- Ensino e aprendizagem do português e do chinês como línguas não maternas;
- Artes;
- História das relações sino-portuguesas;
- Estudos interculturais;
- Iniciativa “Uma faixa, uma Rota”.

A revista publica textos inéditos (em papel e online), não submetidos a outros periódicos, em português, inglês e chinês, de acordo com as normas estipuladas na Licença Creative Commons CC BY 4.0.

Os textos submetidos devem obedecer às regras estabelecidas no GUIA DE ESTILO da revista (*vide* <https://proa.ua.pt/index.php/rotasaoriente>).

Este primeiro número apresenta 16 estudos que contemplam todas as áreas temáticas previstas para a revista.

Os Editores

Editorial

Rotas a Oriente. Revista de estudos sino-portugueses (*Road to the East. Journal of Chinese-Portuguese Studies*) is co-edited by University of Aveiro, through its Confucius Institute, and Dalian University of Foreign Languages (P. R. China), with the aim of promoting the publication of scientific research in the field of Sino-Portuguese studies.

This free access journal is published annually and is open to contributions relating to Sino-Portuguese studies, within the following areas:

- Literature
- Linguistics;
- Translation;
- Teaching and learning Portuguese and Mandarin as foreign languages.
- Arts;
- History of Sino-Portuguese relations;
- Intercultural studies;
- The “Belt and Road” initiative.

The journal publishes as yet unpublished texts (in print and online), that have not been submitted to other journals, in Portuguese, English and in Chinese, under the terms of the Creative Commons License CC BY 4.0.

Submitted texts must comply with the rules established in the journal's STYLE GUIDE (see <https://proa.ua.pt/index.php/rotasaoriente>).

This first issue presents 16 studies that cover all the thematic areas planned for the journal.

The Editors

序言

《东游·中葡国别研究》系葡萄牙阿威罗大学、阿威罗大学孔子学院与中国大连外国语大学以推广中葡国别研究为目的共同策划和出版的学术期刊。

本期刊以年刊的方式面向公众发行,以中葡国别研究为主题,包含以下各专业领域:

- 文学;
- 语言学;
- 翻译;
- 对外葡语及对外汉语教学;
- 艺术;
- 中葡关系史;
- 跨文化研究;
- “一带一路”倡议。

本期刊接收葡语、英语和汉语撰写的未经发表、未向其他期刊投稿的文章。遵循《知识共享许可协议》(4.0国际版)。

稿件必须符合杂志格式规范 (参见: <https://proa.ua.pt/index.php/rotasaorienta>)。

第一期收录本学术期刊各专业领域论文共16篇。

期刊编辑

Portugueses pelo Oriente

Portuguese through the Orient

António de Abreu Freire

CLEPUL, Universidade de Lisboa
abreufreire@gmail.com
ORCID: 0000-0003-2319-8665

RESUMO

São muitos os testemunhos da presença portuguesa pelo Oriente, que aparece hoje aos olhos dos estudiosos como um projeto desmedido de um povo pequeno e distante. Movido por uma utopia arrasadora, o povo português ultrapassou imprevistos e obstáculos que a natureza e os adversários armavam. Feita de coragem e de utopia, de conhecimento e de ambição, a expansão portuguesa pelo Oriente foi uma das maiores proezas civilizacionais da humanidade.

Façonha milagrosa num vastíssimo continente e num rosário de arquipélagos, a motivação era ideológica e o chamariz era a fortuna: pimenta de Samatra e de Malaca, cravo e canela da Índia, marfim de Ceilão, seda da China, noz-moscada das Molucas, sândalo de Timor... Os portugueses alcançaram a China, terra interdita; a 30 léguas de Cantão, Macau foi o último desafio, depois de Cipango, o Japão que Colombo não viu.

PALAVRAS-CHAVE

Expansão, utopia, comércio, intercâmbio, ciência, religião.

ABSTRACT

There are many testimonies of the presence of the Portuguese throughout the Orient. Today scholars regard this as a mammoth project for such a small and distant nation. Based on a tremendous vision of a promised land, the Portuguese overcame the unforeseen as well as all obstacles that nature and their adversaries had in store. Driven by a mixture of courage, a sense of utopia, knowledge and ambition, the Portuguese expansion to the Orient was one of the greatest civilizational feats of humanity.

This miraculous endeavour, in such a vast continent and in a rosary of archipelagos, was partly motivated by ideological principles, though the man lure was the opportunity for wealth: pepper from Samatra and Malacca, cloves and cinnamon from India, ivory from Ceylon, silk from China, nutmeg from the Moluccas, sandalwood from Timor. Finally, the Portuguese reached China, a forbidden land; Macau, situated just 30 leagues from Canton, appeared as the last challenge, after Cipango, the Japan which Columbus had never seen.

KEYWORDS

Expansion, utopia, commerce, interchange, science, religion.

Quando Deus revelou ao Profeta (Habacuc) e quando este ouviu da Sua boca o que havia de fazer nos tempos vindouros, diz que ficou cheio de temor e assombro. Porque não houve obra de Deus depois do princípio e criação do mundo que mais assombrasse e fizesse pasmar os homens, que o descobrimento do mesmo mundo, que tantos mil anos tinha estado incógnito e ignorado; nem que maior e mais justo temor deva causar, aos que bem ponderarem esta obra, que a consideração dos ocultos juízos de Deus, com que por tantos séculos permitiu que tão grande parte do mundo, tantas gentes e tantas almas vivessem nas trevas da infidelidade, sem lhes amanhecerem as luzes da Fé; tão breve noite para os corpos e tão comprida noite para as almas.

Mas não obraram todas estas proezas aqueles portugueses famosos por benefício só de seu valor, senão pela confiança e seguro de suas profecias. Sabiam que tinha Cristo prometido a seu primeiro rei que os escolhera para Argonautas Apostólicos do seu Evangelho, e para levarem seu nome e fundarem seu Império entre gentes remotas e não conhecidas, e esta fé os animava nos trabalhos; esta confiança os sustentava nos perigos; esta luz do futuro era o Norte que os guiava e esta esperança a âncora e a amarra firme que nas mais desfeitas tempestades os tinha seguros.

Padre António Vieira (1998).
História do Futuro, Caps. 300 e 79

Negócio, Poder e Utopia

Quando os chineses iniciaram um projeto de expansão marítima pelos oceanos Pacífico e Índico, no início do século XV, os reinos cristãos ibéricos imaginaram dilatar o espaço da sua influência por terras de África e pelo oceano Atlântico. O imperador Yongle foi o terceiro e o mais importante da dinastia Ming; reinou de 1402 a 1424 e mudou a capital do Sul (Nanjing) para o Norte (Beijing) onde fez construir o complexo residencial e administrativo hoje conhecido como *Cidade Proibida*. A partir de 1405, enviou o almirante Zheng He pelos oceanos ao encontro dos povos da Malásia, da Indonésia, da Índia e da Arábia, até às costas orientais da África, em sete grandes expedições militares e comerciais que se estenderam

até 1433, uma dezena de anos após a morte do imperador, já reinava Xuande, o quinto da dinastia. O almirante, como seus capitães e pilotos, eram muçulmanos, como também os grandes mercadores das costas banhadas pelo oceano Índico. Os descendentes do imperador, mais preocupados com a coesão e a pacificação do território chinês, abandonaram o projeto de expansão marítima e chegaram mesmo a proibir o trato comercial com outros povos. A China, país do meio do mundo, tinha tudo quanto ambicionava e não necessitava de nada, de ninguém.

Em 1415 os portugueses iniciavam, com D. João I, a primeira fase das incursões por terras de África, tomando conta de Ceuta, porto estratégico onde se abrigavam as frotas muçulmanas que controlavam o comércio marítimo do Mediterrâneo e de um bom pedaço do Atlântico. O rei ia acompanhado pelos filhos mais velhos, entre eles o infante D. Henrique, com vinte e um anos de idade e que viria a ser o impulsionador da grande empreitada das descobertas portuguesas, até à sua morte em 1460. Reinava em Castela e Leão outro rei de nome João (1406-1454), poeta e trovador, que deixaria para sua filha Isabel (a *Católica*) a responsabilidade de confiar a um temerário, conhecido pelo nome de Cristóvão Colombo, o projeto de alcançar os reinos orientais de Cipango (Japão) e de Cataio (China), dos quais os europeus tinham notícia através dos relatos de viajantes e mercadores de Veneza como Marco Polo (1254-1324) e Nicolau de Conti (1395-1469), assim como de missionários franciscanos que desde 1307 tinham missões na China.

Castela não alimentara até então outras ambições para além de garantir a unidade do território e de manter uma presença estratégica nas ilhas Canárias, reclamadas perante o papa pelo rei Afonso XI desde 1345, mas de fato exploradas por maiorquinos, vassallos da coroa aragonesa. Colombo morreu em 1506 com 55 anos, equivocado quanto ao tamanho das terras que lhe impediram os mercados da seda e das especiarias. Esbarrara por quatro vezes num enorme continente desconhecido – era o *Novo Mundo*, a América.

Quando os chineses abandonaram os projetos de expansão marítima, os portugueses pouco tinham avançado por terras africanas: sonhavam com a conquista de Tânger, projeto que resultou em desastre (1437) e comprometeu por muitos anos as ambições do infante D. Henrique. Os corsários do infante ultrapassaram o cabo Bojador, a sul das Canárias, em 1434 e regressaram pelo largo oceano, utilizando novas embarcações e novas tabelas de observação dos astros, que permitiam traçar uma rota segura. O sonho da Índia aumentara com a esperança de alcançar o reino fabuloso de um soberano cristão, chamado o Prestes João, que ajudaria os portugueses da nova cruzada a vencer os muçulmanos e a conquistar

a Terra Santa. Os grandes rios que desaguavam entre o cabo Bojador e a costa da Guiné pareciam dar acesso ao reino fabuloso, mas logo se desfez a ilusão e os descobridores tiveram mesmo de explorar cabos, golfos e enseadas até ao extremo Sul do continente africano para encontrar o oceano Índico, atravessá-lo e desembarcar na Índia. Passaram-se mais de oitenta anos entre os primeiros passos dados pelos portugueses em África e o encontro com os mercadores do Índico em Calicute, no mês de maio de 1498.

Os reinos de Castela e de Aragão uniram-se em 1469 com o casamento de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão e desde então a Espanha recuperou o tempo perdido na expansão marítima em relação ao reino de Portugal, cujas caravelas já tinham ultrapassado em África o golfo da Guiné e iniciava-se o processo de colonização, com o arrendamento de terras do litoral africano a colonos e a exploradores. O limite do continente africano foi alcançado pelos navegantes portugueses numa viagem exploratória de 1487/88, comandada por Bartolomeu Dias e o rei D. João II enviara ao mesmo tempo dois homens de confiança, exploradores, mercadores e diplomatas, em missão secreta até ao porto mais importante das terras da Índia e até ao reino tão desejado do tal Prestes João. Em 1490, Pêro da Covilhã chegou por terra ao porto de Calicute e Afonso de Paiva visitou a Etiópia. No regresso, os dois deveriam encontrar-se no Egito, mas Afonso de Paiva faleceu, vítima da peste e Pêro da Covilhã refez a viagem do companheiro até ao reino da Etiópia, donde nunca mais voltou. As preciosas informações sobre povos, comércio, estratégia militar e poder marítimo do espaço cobijado, chegaram à coroa portuguesa através de emissários de recurso: o tal reino cristão era de um povo pobre e herético, encurralado entre poderosos sultanatos islâmicos e os poderes da Índia estavam divididos em pequenos reinos de diferentes crenças e etnias, sobressaindo entre eles os muçulmanos que dominavam sem concorrência a navegação e o comércio, fazia mais de quinhentos anos.

Colombo já tinha efetuado duas viagens rumo a oeste para tentar alcançar a China e o Japão quando Vasco da Gama largou de Lisboa em julho de 1497, para a viagem por mar até Calicute. Foram “dois anos, um mês e um dia”, calculou o autor do *Esmeraldo*: dez meses de navegação até ao destino, três meses de tentativas para tratar de assuntos comerciais, mais doze meses para regressar ao reino, onde apenas chegaram dois dos quatro navios da frota e um terço dos cento e cinquenta homens que partiram. O valor das mercadorias não cobriu “tantas e tão grossas despesas”, mas a experiência adquirida e o conhecimento acumulado abriram caminho para um dos maiores feitos da história das civiliza-

ções. A euforia afetou as mentes mais esclarecidas do reino, que acreditaram nas utopias que vinham criando e alimentando desde o tempo da reconquista cristã da península: dominar o poder islâmico e conquistar a Terra Santa. Sete meses após a chegada de Gama, em março de 1500, largava Pedro Álvares de Gouveia (Cabral) ao comando de uma frota de treze navios, onze da coroa e dois de armadores particulares, com mil e quinhentos homens entre soldados, marinheiros e mercadores. Pelo caminho, a frota fez escala na costa do Brasil e o encontro com indígenas ficou assinalado como o início de uma nova era para o sul do continente que não tinha nome; desse encontro fugaz entre forasteiros e autóctones nasceu uma das maiores e promissoras nações do mundo.

Seis dos navios de Cabral alcançaram o destino, outros tantos se perderam. Sete regressaram ao reino, cinco deles carregados de mercadorias. A viagem durou apenas dezasseis meses, incluindo os quatro meses de atividade comercial, diplomática e militar pelo sudoeste da Índia. A rentabilidade da empreitada estava garantida. Sem perder tempo, Vasco da Gama repartiu logo em 1502 com vinte navios, armamento e soldados quanto bastasse para impor pela conquista o respeito e o domínio do comércio português nos portos mais frequentados de toda a costa indiana. No regresso da segunda viagem de Gama, eram treze as naus carregadas de mercadorias. Até ao fim do reinado de D. Manuel (dezembro de 1521), zarpariam com destino à Índia duzentas e trinta e sete naus.

Uma utopia mística e patriótica orientava a política dos reis da segunda dinastia: o reino de Portugal cumpria uma missão divina, a de fundar um império universal vencendo o poder muçulmano, libertando a Terra Santa e espalhando pelo mundo a mensagem cristã. Chegar à Índia foi apenas o primeiro passo de uma extraordinária façanha militar, comercial e cultural. Cinco anos depois da primeira viagem, havia na Índia um vice-rei, em menos de vinte anos os comerciantes portugueses negociavam com os povos da Malásia, com os insulares da Indonésia e dos arquipélagos do Oceano Pacífico, abordavam a China, sem descurar os negócios da Etiópia, da Arábia e da Pérsia. Os missionários acompanharam os navegantes e encontraram no destino antigas comunidades cristãs, junto das quais instauraram o catolicismo de obediência romana, aumentando rapidamente o número de aderentes. Nada seria possível sem um forte poderio militar que se concretizou com as conquistas estratégicas de Afonso de Albuquerque em Malaca, Goa e Ormuz. *O Terrível*, como ficou conhecido, faleceu exausto à entrada do porto de Goa em 1515, após consolidar a conquista e a reconstrução das muralhas de Ormuz. De quantas praças onde portugueses conseguiram

assentar arraiais, Ormuz era a cidade mais próxima da Terra Santa: a 2.800 kms de terra firme.

O primeiro centro administrativo das empreitadas portuguesas pelo Oriente foi a feitoria da cidade de Cochim, no Malabar, onde se instalou o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, em 1505; a partir de 1530, foi na cidade de Goa que se instalaram governadores e vice-reis. Situada numa ilha fértil e bem posicionada para servir de centro administrativo e entreposto comercial, a cidade ultrapassou os 200.000 habitantes e tornou-se a capital do sonhado *Império Português do Oriente*, onde se decidiam as estratégias da guerra, do comércio e da religião. O negócio oriental fez de Lisboa uma das maiores cidades da Europa: 100.000 habitantes em 1550, 250.000 no final do século. A Rua Nova dos Mercadores era o terreiro de uma real globalização, com gente de toda a Europa, da Ásia e da África, num ambiente de luxo e de euforia provocada pelo exotismo das mercadorias e a ânsia da fortuna.

A conquista da Terra Santa não aconteceu nem nunca foi tentada pelos portugueses. Mas o cristianismo romano e latino conheceu, graças ao empenho dos missionários portugueses, um período de grande divulgação pelo *Velho Mundo*. A primeira diocese do Oriente criada no quadro do *Padroado Português* foi a de Goa, em 1533; no final do século eram seis as dioceses, espalhadas pela Índia, Malásia, China e Japão. Surgiriam mais três no século seguinte. Através delas, expandiu-se a cultura latina ocidental e criou-se o maior intercâmbio cultural que até então jamais tinha acontecido na história da humanidade; levantaram-se igrejas que ainda hoje estão de pé, assim como misericórdias, hospitais e colégios. Graças à ação educativa dos missionários, a ciência e a tecnologia ocidentais chegaram até à corte do império chinês e até ao Japão. Desde 1556 que se imprimiam livros em Goa e Cochim, desde 1588 em Macau. Em Nagasáqui, no final do século, imprimiam-se livros em português, latim e japonês. Da Índia ao Japão, concediam-se graus académicos em artes, direito, teologia, medicina e cosmografia. A forte presença e influência da igreja católica fizeram com que a língua portuguesa e a cultura neolatina se infiltrassem nas principais culturas orientais, todas elas exibindo hoje nos seus vocabulários fonemas de origem portuguesa. Comunidades onde a presença católica foi mais duradoura ainda se exprimem no trato quotidiano em dialetos de origem portuguesa, que resistem aos séculos.

A expansão da cultura neolatina pelo Oriente

A Europa dominou o mundo a partir do século XVI com o conhecimento, a tecnologia, a civilização e a cultura, no momento da grande expansão marítima e comercial iniciada pelos países ibéricos e continuada por holandeses, ingleses e franceses; Portugal contribuiu com uma fatia considerável de esforço para a expansão dos valores ocidentais, deixando bem marcada a sua presença tanto no *Novo Mundo* recém-encontrado como no Oriente, velho mundo e berço ancestral de grandes civilizações. A matemática e a geometria, a ciência astronómica, a tecnologia da instrumentação náutica, a cartografia e as artes da construção naval resultaram de contribuições inovadoras de diferentes povos europeus: judeus e muçulmanos ibéricos foram os grandes pioneiros da álgebra e da geometria, alemães e holandeses especializaram-se no fabrico de instrumentos náuticos e na artilharia das frotas, cosmógrafos e cartógrafos ibéricos e italianos foram pioneiros na arte de mapear, enfim armadores e especuladores financeiros exigiram dos estaleiros de construção naval embarcações seguras e eficientes para um comércio sem fronteiras que criou a primeira globalização. Na Ribeira das Naus, nos estaleiros de Antuérpia e de Amesterdão, logo também em Cochim, Damão e Malaca, os carpinteiros navais construíram, nas primeiras décadas do século XVI, as mais sofisticadas embarcações que os armadores lançaram pelos oceanos. A expansão marítima que criou a primeira globalização resultou do intercâmbio de conhecimentos oriundos de vários cenários culturais e da partilha de inovações tecnológicas. Matemática, astrofísica, cartografia, carpintaria e armamento conjugaram-se. Mas a motivação profunda do reino de Portugal para tanto empenho era de ordem ideológica.

As coroas ibéricas assumiram os custos da descoberta e da expansão, aliando à ambição do sucesso comercial o desejo de conter o domínio muçulmano e de difundir a fé cristã. Conquistar a Terra Santa, que figurava no centro das representações medievais dos mapas do mundo, fazia parte dos objetivos imperiais e messiânicos dos reis da dinastia de Avis, servindo os interesses da igreja de Roma, assumidos como destino da nação. Desta forma, o poder religioso e as ambições da nobreza encontraram, nos alvares da modernidade, um espaço comum de intervenção. Duarte Pacheco Pereira terá sido o primeiro capitão dos oceanos Atlântico e Índico a definir claramente a amplidão deste enorme e visionário projeto expansionista no capítulo 3º do IV livro do *Esmeraldo de Situ Orbis*, roteiro marítimo de Lisboa ao rio do Infante e tratado de cosmografia, escrito entre 1505

e 1508. O rei D. Manuel enviava para os mares orientais frotas poderosíssimas, “matando, destruindo e queimando os Mouros do Cairo, e da Arábia e de Meca, e outros moradores na mesma Índia, e sua frota, que o trato da pedraria preciosa, perlas e especiaria, com sua navegação, per longa antiguidade de oitocentos anos e mais, possuíam. (...) Mandou lá fundar cinco fortalezas, com suas sagradas casas de oração. (...) Deus Todo Poderoso, por singular privilégio, o escolheu entre todos os outros príncipes cristãos para naquelas partes acrescentar sua católica fé por seu serviço”. O povo português reclama desde então, marcando a sua diferença face aos outros povos, um passado de grande coragem e iniciativa na expansão da civilização cristã pelo Oriente. A coroa de Espanha optou por outros roteiros e as duas nações ibéricas competiram entre elas pelo sucesso de uma cruzada que mentes exaltadas consideravam profética. A partir de então o centro do mundo, esparramado nas cartas náuticas, passou a ser a península Ibérica. Uma família de mestiços, Pedro e Jorge Reinel, foi pioneira na arte de mapear.

A primeira façanha notável de um soberano cristão fora da Europa, quando ainda existia em terras ibéricas o Emirado Nasrida de Granada, foi a conquista fácil de Ceuta em 1415 por D. João I de Portugal. Nunca foi uma conquista rentável, mas tornou-se um ponto estratégico de informações sobre os movimentos das caravanas que percorriam os desertos africanos até à Guiné e a um fabuloso *reino do Preste João*. Em tempos de crise de chefia da igreja católica, com o papado disperso por Roma, Pisa e Avignon, o rei português optara por apoiar o papa de Roma, Martinho V, confirmado no concílio de Constança em 1417. Recompensando o apoio português, o papa criou nesse mesmo ano a diocese de Ceuta, passados menos de dois anos após a conquista; foi a primeira diocese de obediência romana fora do território europeu, à qual se juntariam, com vida mais efémera, as de Tânger (1468) e de Safim (1487), até à criação da diocese do Funchal em 1515, quando o esforço militar e comercial da expansão portuguesa se estendia já por toda a costa atlântica e índica de África, pela América do Sul (Brasil) e pelo oriente até Malaca e às ilhas do Pacífico ocidental. Foi significativa a presidência do bispo de Ceuta de então, D. Diogo Ortiz, na cerimónia religiosa que precedeu (a 8 de março de 1500) a largada do Tejo das naus de Pedro Álvares de Gouveia (Cabral)! As comunidades cristãs do norte de África eram muito reduzidas, do tamanho de pequenas paróquias, minoritárias e frágeis num ambiente totalmente hostil, mas foi quanto bastasse para que a cultura neolatina pós-islâmica penetrasse através do ensino sistemático do catecismo e da moral cristã,

da organização das paróquias e da atuação do clero, do estatuto da família, da língua, das regras comerciais, do direito e da administração territorial.

As coroas de Portugal e Espanha guardaram fidelidade à igreja de Roma, mesmo nos tempos conflituosos da afirmação do poder da realeza e no rebuliço dos movimentos cristãos reformadores; por isso os papas recompensaram os *fidelíssimos* reis ibéricos, concedendo-lhes privilégios exclusivos: um desses privilégios, o mais conhecido e badalado, foi o reconhecimento da posse do mundo por descobrir e conquistar, dividindo esses espaços disponíveis pelas duas coroas. O outro foi a instituição do *Padroado Real*, que concedia aos soberanos o direito de criar instituições religiosas, nomear os bispos e administrar os bens da igreja pelos territórios descobertos e conquistados. O *Padroado* (em Espanha *Patronato Real*) é anterior aos primeiros esboços do tratado de Tordesilhas, anterior mesmo ao tratado de paz de Alcáçovas (assinado em 1479 no Paço dos Henriques, em Viana do Alentejo) quando os soberanos ibéricos, D. Afonso V por Portugal e os reis Católicos Fernando e Isabel por Espanha, pondo termo a questões sucessórias e convencidos enfim da impossibilidade de controlar o comércio das Índias por via terrestre, se entenderam e fixaram os limites das respetivas áreas de intervenção pelo oceano Atlântico; a primeira versão do *Padroado* português data de 1456, quando o papa Calisto III (o espanhol Afonso Borja), pela bula *Etsi Cuncti*, ratificou as decisões dos seus predecessores Nicolau V (bula *Romanus Pontifex* de 1455) e Eugénio IV (bula *Rex Regum* de 1436) que regulamentavam a atividade comercial e religiosa por terras de África. O *Padroado* data pois do tempo do infante D. Henrique quando os seus navegantes, dobrado o Bojador, alcançado o Rio do Ouro e Cabo Verde, chegavam com novas embarcações, as caravelas, à Serra Leoa e ao golfo da Guiné, procurando mais ouro e trocando cavalos por escravos. As tragédias que abalavam o reino não desviavam o infante dos seus ambiciosos objetivos comerciais e ideológicos. A tecnologia da navegação, desde a construção naval à dos instrumentos náuticos, deu passos de gigante.

Por esse tempo, até ao início do século XVI, ainda pensavam os eruditos, apoiados no conhecido mapa-mundi de Fra Mauro (1459) encomendado por D. Afonso V e entusiasmados pelos relatos de Luís (Alvise) Cadamosto, que os grandes rios que desaguavam no Atlântico, como o Senegal, o Gâmbia e o Níger, comunicavam com o Nilo e permitiam o acesso ao coração do mundo islâmico, um território considerado então como parte da *Índia*; por esses rios doentios, infestados de cobras e lagartos monstruosos (*Esmeraldo*, livro I, cap. 27) entraria a nova *cruzada* dos cristãos latinos, ao encontro do fabuloso *reino do Preste João*,

situado algures pelas *Etiópias*. Toda a África abaixo do Sahara e parte da Ásia de então, incluindo a Pérsia e a Índia, entravam na denominação genérica de *Etiópiã*, onde se encontrariam, isoladas, antiquíssimas comunidades cristãs.

O tratado de Tordesilhas (junho de 1494), fixando a fronteira ocidental dos domínios a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, foi ratificado pelo papa Alexandre VI. Depois de vários acertos, o meridiano de demarcação oriental seria retificado pela última vez em Saragoça em 1529, reinavam Carlos I (Carlos V do Sacro Império) e D. João III. O documento original, posterior à primeira viagem de Colombo, projetara os dois países ibéricos para a aventura comercial e militar da expansão, apesar do pouco respeito que mereceu por parte dos demais soberanos europeus: o rei de França (Françóis I, reinou de 1515 a 1547) escarnecia perguntando pela cláusula do testamento de Adão que justificaria tão arbitrária partilha do mundo. Quatro anos após o acordo, os portugueses abordaram energicamente o território indiano, alcançando a partir daí o Oriente mais distante; a empreitada militar e comercial deu rápidos resultados e o rei D. Manuel manifestou o seu reconhecimento e empenho na causa da cruzada através de duas vistosas embaixadas, para agradecer o apoio institucional da igreja de Roma: a primeira, recebida pelo papa Júlio II em 1506, foi conduzida pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa; a segunda, comandada por Tristão da Cunha, era ainda mais impressionante, riquíssima em pedras preciosas e presentes exóticos (cavalos persas, leopardos, panteras adestradas e um elefante), foi recebida com entusiasmo pelo papa Leão X em Março de 1514. Em junho desse ano o papa criava a nova diocese no Funchal, da qual ficaram a depender todos os religiosos espalhados pelos três continentes até então alcançados pela expansão colonial (a primeira diocese do *Novo Mundo* espanhol foi a de Santo Domingo, criada em 1504). Os reis ibéricos faziam chegar regularmente à capital da cristandade embaixadas onde figuravam autóctones do *Novo Mundo* e das nações orientais, para exibirem os novos aderentes à doutrina cristã e fazerem publicidade da ação apostólica que promoviam e orientavam. O espetáculo exótico destinava-se a provocar euforia e curiosidade pelas terras e gentes até então desconhecidas, enquanto os primeiros bispos da nova diocese do Funchal nem sequer lá residiram durante quarenta anos.

No Oriente, Afonso de Albuquerque lançava, por sua conta e risco, a partir de 1510, as bases de um império político e comercial, propondo ao rei uma nova estratégica colonial, que os conselheiros do paço não aprovavam; partilhando as ideias imperialistas e messiânicas do rei D. Manuel, Albuquerque visava a conquista de Meca e até a exumação do corpo do Profeta para o transladar de Medina para

Lisboa como represália. Morreu em dezembro de 1515 desacreditado, exausto e humilhado, vítima de intrigas cortesãs e de concorrentes com ambições mais voltadas para a ganância do que para a cruzada. Nem tudo eram sucessos para o rei Venturoso que em agosto desse mesmo ano, pretendendo consolidar a presença portuguesa em África, perdeu mais de metade da armada, soldados e colonos, cerca de quatro mil homens enviados para ocupar e construir uma fortaleza em Mamora (na foz do rio Cebu, hoje Mehdia) e ocupar Anafé (hoje Casablanca). Lopo Soares de Albergaria, que acompanhara Duarte Pacheco Pereira na expedição à Índia em 1504/5 e seria o terceiro governador da Índia, sucedendo a Albuquerque, foi um dos que escaparam ao massacre.

Da diocese do Funchal desmembraram-se novas dioceses em 1533: Açores, Cabo Verde, São Tomé e a primeira diocese portuguesa do Oriente, Goa. Já tinham sido criadas, entretanto, vinte e duas dioceses na América espanhola. Em 1551, o papa Júlio III criava a primeira diocese portuguesa no Brasil, São Salvador da Bahia e ratificava mais uma vez o *Padroado* a pedido de D. João III, agregando-o à Ordem de Cristo, instituição criada por D. Dinis e aprovada pelo papa João XXII em 1319. A Ordem de Cristo foi então agregada em definitivo à coroa portuguesa.

A governação do domínio oriental passara progressivamente de Cochim para Goa. Pelo poder de fogo das armadas e graças a uma temerária ousadia comercial, os portugueses assentaram arraiais desde Sofala, na costa de Moçambique, até à China e ao Japão, incluindo uma fatia considerável dos arquipélagos do Oceano Pacífico. A conquista de Meca e o controle do Mar Vermelho, inviáveis, deixaram de ser prioridades, mas a alternativa fixada por Albuquerque concretizava-se. Os religiosos acompanharam os militares e os comerciantes desde o início, primeiro os franciscanos e os carmelitas, logo os agostinhos, jesuítas e oratorianos, entusiasmados pelo exemplo do cofundador da Companhia de Jesus, Francisco de Xavier, chegado a Goa com mais dois companheiros, missionários de outras ordens religiosas, na comitiva do governador Martim Afonso de Sousa, em maio de 1542; o missionário passaria para a história do cristianismo como o *Apóstolo do Oriente*, tendo percorrido todo o espaço de Goa até ao Japão em viagens exploratórias que permitiram desenhar uma estratégia missionária eficiente e duradoura. Numa primeira viagem, em 1534, Martim Afonso de Sousa levava como médico pessoal um filho de cristãos-novos já famoso no reino, chamado Garcia da Orta, que se instalou como médico em Goa, onde conviveu com Luís de Camões e onde viria a falecer em 1568. Devemos-lhe uma grande obra científica publicada em Goa

em 1563, *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* – o primeiro olhar crítico de um médico ocidental sobre as tradições curativas do Oriente.

A chegada dos portugueses ao oceano Índico proporcionou, desde os primeiros encontros, um intercâmbio sustentado de conhecimentos. Ultrapassado o impacto inicial da desconfiança e a demonstração de força necessária para garantir a abertura e o controlo do trato comercial, com excessos de violência e de brutalidade, o que foi facilitado pela superioridade bélica das frotas portuguesas e pela manta de retalhos dos frágeis poderes instituídos ao longo das costas da Índia, os forasteiros de imediato se interessaram por outras experiências, procurando antigas comunidades cristãs isoladas e gente erudita com quem partilhar conhecimentos. Logo no regresso da primeira viagem à Índia, entre a meia centena de navegantes que desembarcaram em Lisboa são e salvos, vinha um piloto e comerciante muçulmano, culto e viajado, originário de Tunes, chamado Monçaide, que usava com maestria um instrumento mais eficaz do que o astrolábio para calcular as latitudes, a balestilha. Vinha também Gaspar da Gama (ou das Índias), um judeu askhenazi de origem polaca que serviria de intérprete na viagem de Cabral e nas seguintes, prestando inestimáveis serviços aos pioneiros da aventura oriental. Na viagem de Cabral os pilotos testaram a eficácia de outro instrumento de medida de alturas trazido por Vasco da Gama, o *kamal*, com as respetivas *tabelas dos mouros* ou *tabuletas da Índia*. Os navegantes dos mares orientais já contavam com o apoio de cartógrafos e de pilotos experientes, conheciam com rigor os regimes das correntes e dos ventos e as rotas comerciais que cruzavam o Índico e o Pacífico ao ritmo das monções. Mercadores muçulmanos e judeus, de origem ibérica e norte africana, já frequentavam há mais de cinco séculos as terras do Oriente agora abordadas pelos novos forasteiros. Eles constituíam os principais obstáculos às pretensões comerciais dos portugueses, mas eram também os mais indicados para partilhar com os recém-chegados a experiência acumulada. Os muçulmanos foram os primeiros a receber amigavelmente os homens de Gama. Os poucos cristãos encontrados por lá, eram vestígios arcaicos de antigas missões, pertenciam às classes mais pobres, tanto em Melinde e Socotorá como em Cranganor, Coulão e Meliapor. A Terra Santa estava longe, inacessível, mas a ideologia imperial e messiânica guiava a partir de Lisboa os destinos de todas as empreitadas.

De Ceuta ao Japão

O reconhecimento e a exploração da costa ocidental africana, de Ceuta ao Cabo, custaram setenta e três anos de esforços; a presença dominadora de Portugal no Índico e no Pacífico impôs-se em menos de trinta. Sete anos depois da primeira abordagem, uma armada de vinte e oito navios transportava um vice-rei, que montou corte em Cochim. O domínio português durou pouco mais de um século, se bem que as consequências deste ousado e temerário empreendimento se estenderam por mais de três séculos. Foi o resultado de uma estratégia deliberadamente construída a partir de objetivos previamente definidos: o primeiro desses objetivos era o cerco ao domínio comercial dos muçulmanos e a destruição do Islão que, após a queda de Constantinopla em 1453, confinava a Europa num espaço comercial demasiado restrito. As bulas dos papas Nicolau V e de Calisto III foram emitidas logo nos anos seguintes à queda de Constantinopla (1453) e, por todo o espaço que os portugueses dominavam ao longo da costa africana, o inimigo, o concorrente e o parceiro comercial, era sempre o mesmo muçulmano.

O segundo objetivo consistia em criar um novo espaço político e comercial na Europa, baseado na hegemonia dos soberanos fiéis a Roma, para o que era necessário garantir-lhes o acesso privilegiado às fontes de riqueza disponíveis, objetivo alcançado graças à combinação das áreas do saber e da experiência: a cosmografia e o contorno do continente africano. Ambas exigiam conhecimentos teóricos e aplicações técnicas. As bases teóricas estavam nos tratados de astronomia que o poder de Roma olhava com suspeição, pois contrariavam os textos da Bíblia; a igreja condenava as novas teorias científicas sobre a forma, o tamanho e os movimentos da terra, mas permitia que os princípios fossem aplicados na prática para garantir o sucesso das navegações longínquas.

Outra foi a história da fantástica e rápida expansão do comércio português a partir da Índia: logo surgiu a ambição de alcançar mercados mais distantes, os da Malásia, da China e do Japão, de terras até então conhecidas como Cataio e Cipango. Os portugueses não tardaram a desembarcar em Ceilão, a ilha mais cobiçada do Oriente (a Taprobana dos antigos). Em 1509 Diogo Lopes de Siqueira desembarcou na ilha de Samatra e criou os primeiros contatos comerciais que duraram noventa anos, até 1599. Avançando pelo arquipélago de Sonda, os navegantes chegaram a Timor em 1512, garantindo o negócio das madeiras exóticas que os chineses já dominavam havia séculos através de Malaca, em especial o do sândalo, madeira de decoração, estatuária e perfumaria. Pelos mesmos anos os

portugueses abordaram a China nas proximidades de Macau, alcançaram a Austrália e visitaram outras ilhas do Pacífico. Em 1520 ergueram fortaleza de pedra e cal na ilha de Solor, uma das mais a leste no arquipélago de Sonda.

O destino escolhido para a primeira abordagem à Índia foi o porto de Calicute; a primeira sede administrativa dos negócios orientais dos portugueses foi na cidade de Cochim, onde se instalou o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida em 1505. A capital do espaço português no Oriente, (a denominada *Índia Portuguesa* que incluía os territórios que se estendiam de Moçambique ao Japão) instalou-se a partir de 1530 na cidade de Goa, ponto de encontro de civilizações (hindu, muçulmana e cristã), onde se decidiam no século XVI as estratégias do comércio, da guerra e da religião; terá chegado aos duzentos mil habitantes, era então a maior cidade da Índia, uma capital comercial, cultural e religiosa à medida do sonho de Albuquerque. O Hospital Real, por ele fundado, foi a primeira instituição de assistência social no Oriente e o colégio de Santa Fé, edificado a partir de 1541 por padres seculares e depois confiado aos jesuítas, foi o primeiro grande foco da cultura ocidental e latina. Mas a cidade tão rapidamente cresceu como definiu e no século XVII já era apenas uma sombra do tempo da grandeza: má qualidade e corrupção dos administradores, intolerância religiosa (a Inquisição chegou em 1560), imigração tolerada de criminosos e degredados, falta de planeamento urbano, epidemias e ocupações reduziram rapidamente a *Goa Dourada*, a *Roma do Oriente*, a uma decadente cidade de província, recheada de ruínas. Em 1655, num célebre sermão de sexta-feira santa pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa, o padre António Vieira denunciava: “Encomendou el-rei D. João, o Terceiro, a S. Francisco Xavier o informasse do estado da Índia por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe (o padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara, mestre de D. João Manuel, e mais tarde do seu filho D. Sebastião): e o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios nem pessoas, foi que o verbo “rapio” na Índia se conjugava por todos os modos”. (*Sermão do Bom Ladrão*). À data da morte de D. João III (1557), um século antes daquele sermão do grande pregador, a coroa estava falida e a conquista da Terra Santa já não constava dos planos militares. O califa otomano Solimão o Magnífico faleceu em 1566 deixando o império muçulmano consolidado, no auge do sucesso. Ele tinha mandado reconstruir a cidade santa de Jerusalém como ela era no tempo de Herodes, a grande empreitada ideológica da sua vida. Os muçulmanos tinham-se instalado em Jerusalém para ficar, para desespero dos cristãos.

O Oriente não seduzia pelo espaço a colonizar, mas pelo comércio. A proposta colonizadora de Albuquerque não vingou, nem o reino dispunha de capital humano para tal empreendimento. Os comerciantes portugueses alcançaram o Japão (Marco Polo não o visitou, mas teve notícias e divulgou-o com o nome de Cipango) ao longo do ano de 1543 e os pioneiros terão sido Fernão Mendes Pinto acompanhado por Cristóvão Borralho e Diogo Zeimoto que desembarcaram, em risco de naufrágio e sem autorização nem conhecimento do governador Martim Afonso de Sousa, numa das ilhas do arquipélago de Osumi, a de Tanegashima. A introdução da arma de fogo (o bacamarte) foi a primeira grande novidade técnica vinda do ocidente que modificou por completo a arte e o sucesso militar num país então fragilizado, sem poder central, governado por *dáimios* e *samurais*, senhores da guerra ao jeito do feudalismo europeu medieval. Comemora-se anualmente na ilha, com o *Festival da Espingarda*, esse primeiro encontro com os portugueses. A partir de 1547 os mercadores japoneses encontravam-se em Malaca com os portugueses e no ano seguinte frequentavam Goa levando com eles, de regresso ao Japão, as primeiras novidades sobre o modo de vida dos forasteiros latinos. Os jesuítas fixaram-se na cidade de Kagoshima no mesmo ano em que os seus companheiros chegaram ao Brasil, em 1549. O comércio com os *nanban jin*, os *bárbaros do sul*, desenvolveu-se muito rapidamente a partir do momento em que os portugueses foram autorizados a se instalarem em Macau (1557), que se tornou um porto estratégico para o comércio japonês, por largos anos monopólio dos portugueses. Em 1581 um cartógrafo português, talvez o jesuíta Inácio Moreira, desenhava a primeira carta geográfica do Japão. O jesuíta Luís Fróis (1532-1597), nascido em Lisboa e chegado ao Japão em 1562, escreveu a primeira *História do Japão* (1595). Porém, a presença dos europeus em terras tão distantes e no meio de culturas tão diferentes sempre foi precária e recheada de imprevistos.

A construção do império

A fixação dos portugueses em algumas partes do continente asiático foi difícil: os espaços então sob controlo do Grão-Mogol indiano (atual Paquistão, Índia continental e Bangladeche) assim como a China, resistiram à presença dos novos forasteiros apesar das tentativas que se repetiram e falharam por mais de quarenta anos. O imperador mogol só permitiu o comércio com os portugueses a partir de 1537 e a criação de feitorias permanentes em Bengala a partir de 1577; em 1580 o imperador Akbar, tolerante e afável, pediu para se encontrar

pessoalmente com os padres jesuítas do padroado português (de Goa) na nova e monumental cidade de Fathepur Sikri (entretanto abandonada e atualmente património da humanidade), nas proximidades da atual cidade de Agra, a norte da Índia. Porém, nada de relevante terá resultado deste encontro para a expansão das ideias ocidentais e latinas pelo interior do continente asiático.

Passaram-se muitos anos até se conseguir um acordo duradouro com as autoridades da China. O navegador Jorge Álvares foi pioneiro: partiu de Malaca em 1513 às ordens do capitão-mor Jorge de Albuquerque, deixou um padrão clandestino (em Tamão, hoje Lingding, no estuário do rio das Pérolas) sem mais consequências; Tomé Pires, naturalista e boticário real enviado como embaixador por Lopo Soares de Albergaria, não teve sucesso e foi preso logo no início da missão em 1516 (faleceu em território chinês em 1527). O florentino Giovanni da Empoli (1483-1518), que fez três viagens ao Oriente nas naus portuguesas e se encarregou de divulgar em Itália os feitos de Albuquerque e as conquistas dos portugueses, faleceu em Cantão aos 33 anos, vítima da cólera sem obter sucessos relevantes. A China desconfiava das intenções dos *bárbaros ocidentais* que somente com subornos conseguiam fixar-se esporadicamente em pequenos portos. Francisco Xavier faleceu em 1552 na ilha de Sanchoão, a caminho de Cantão, exausto após mais uma tentativa frustrada, acompanhado pelo embaixador Diogo Pereira. O primeiro acordo com os chineses aconteceu em 1554, graças ao esforço de um capitão-mor chamado Leonel de Sousa e finalmente em 1557 foi assinado um tratado que garantia uma espécie de arrendamento de espaço no delta do rio das Pérolas, nas proximidades de Cantão (Guangzhou), reinava Jiajing, 12º imperador da dinastia Ming. Logo um arrojado dominicano, frei Gaspar da Cruz, vindo de Goa e Malaca, se dedicou à divulgação do cristianismo (deixou-nos um texto delicioso, o *Tratado das Coisas da China*, escrito em 1569, depois de regressar a Portugal). Não tardaram a chegar os franciscanos, que deixaram por todo o extremo oriente marcas duradouras da passagem deles. Frei Paulo da Trindade (1570-1651) e frei Jacinto de Deus (1612-1681), franciscanos naturais de Macau, escreveram obras importantes sobre a história do cristianismo no oriente (*Conquista Espiritual do Oriente* e *Descrição do Império da China*). Os jesuítas chegaram em 1563 e a cidade, que contava então 5.000 residentes dos quais 600 eram portugueses (ou 900, segundo o padre Francisco de Sousa), foi elevada a sede de um bispado em 1575. O primeiro hospital público, o Hospital dos Pobres, uma leprosaria e a Santa Casa da Misericórdia foram iniciativas dos jesuítas a partir de 1569. O colégio de São Paulo, fundado pelos franciscanos e

sob a alçada dos jesuítas a partir de 1594, tornou-se rapidamente uma instituição de ensino superior donde irradiou a cultura ocidental e latina por terras do império chinês. Durante os 168 anos de atividade do colégio (até à expulsão pelo marquês de Pombal em 1762), lá se formaram 665 padres e irmãos jesuítas. Em 1600 os portugueses criaram um entreposto comercial na ilha de Taiwan, a que chamaram Formosa, perdido para os espanhóis em 1642, que logo o deixaram aos holandeses, expulsos pelos chineses em 1661. Macau foi um caso único de sucesso político, cultural e comercial; no primeiro quartel do século XVII o pequeno território possuía a mais sofisticada fundição de canhões de todo o oriente, superior às de Cochim e de Goa, a de Manuel Tavares Bocarro – que hoje enriquece o espólio de museus militares do mundo inteiro.

Ainda no reinado de D. Manuel, já as despesas com as campanhas orientais atingiam custos insuportáveis para a coroa, mas mantinha-se a convicção de que as fontes eram inesgotáveis e tudo se remediaria com os carregamentos cada vez maiores de especiarias, pedras preciosas, ouro, marfim, perfumes, pérolas, âmbar, almíscar, tecidos de seda... no reinado de D. João III aconteceu o colapso e a falência, antes mesmo dos portugueses serem autorizados a assentar arraiais na China. Espíritos mais ponderados alertavam para o desperdício de gente produtiva e despovoamento do reino, criticavam o abandono da agricultura e das artes tradicionais, o luxo e a ostentação dos privilegiados. O próprio Camões traduziria nas palavras do velho do Restelo os relâmpagos de lucidez que ainda iluminavam um reino à deriva, em rota de colisão com o seu próprio destino.

A cruzada e a ganância

O projeto estratégico do infante D. Henrique, assumido por toda a dinastia de Avis, consistia em combater o Islão e restaurar a soberania cristã e latina sobre a Terra Santa. D. Afonso V mandou cunhar moeda, o *cruzado de ouro fino*, valendo 325 reis, para pagar a cruzada contra os turcos muçulmanos lançada pelo papa Pio II (*Esmeraldo*, livro II, prólogo). O papa faleceu em agosto de 1464, antes da cruzada se iniciar e o projeto foi abandonado. O inconstante D. Manuel e o visionário Albuquerque foram as personagens que mais claramente insistiram em retomar esta ideia de cruzada e torná-la uma realidade. O mundo islâmico era demasiado grande e poderoso para ser desafiado pelos portugueses, mas uma estratégia inteligente e ambiciosa poderia enfraquecer uma parte desse mundo para derrubar a hegemonia do sultão mameluco do Cairo, já afetada

pelos emergentes rivais turco e persa, e permitir recuperar os lugares sagrados. Albuquerque enviou embaixadores ao jovem e promissor Xá Ismail I da Pérsia, um soberano xiita, propondo alianças contra sultões sunitas, para enfraquecer o poder islâmico da região. Como nos tempos de Ourique, algum milagre deveria recompensar a ousadia temerária dos portugueses que se propunham realizar os desígnios do próprio Cristo. Do mesmo modo que por detrás da divisa do infante (*Talant de Bien Faire – A vocação ou a freima de fazer o que é justo*) figuravam (na *Crónica da Guiné*) as pirâmides do Egito como objetivo a alcançar, o título do rei português D. Manuel anunciava já o império: *pela Graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. O rei assumia-se como o soberano que realizaria na terra um plano divino e por isso mereceria toda a honra e glória: *a Deus no Céu e a ele na Terra (Deo in Celo Tibi autem in Mundo)*, era a sua divisa. D. Manuel ambicionava ser o imperador do mundo, um *César Manuel*, como lhe chamou Duarte Pacheco Pereira e Albuquerque era o homem certo para as façanhas impossíveis. Desastres militares como os de Mamora e Anafé eram apenas algumas pedras no meio do caminho. O Brasil não constava então nos desígnios deste império – e não mereceria mais do que duas rimas no enredo d'*Os Lusíadas*. Foi preciso esperar pela versão do Vº Império do padre António Vieira.

Enquanto Albuquerque tentava controlar o Mar Vermelho e consolidava pelas armas a presença portuguesa no Oriente, o boticário e comerciante bem-sucedido Tomé Pires escrevia um roteiro das costas orientais, do Mar Vermelho à China (Cantão), a *Suma Oriental* (Soma Horientall). Baseado em informações recolhidas pelo autor, o texto é um verdadeiro compêndio geográfico, antropológico e comercial do mundo oriental, onde o sucesso rápido dos portugueses gerava um ambiente de euforia. Após tão oportuno documento sobre a importância do comércio oriental, o autor foi destacado como embaixador na terra interdita, onde foi preso e veio a falecer antes de qualquer resultado. A ambição e a ganância eram tão grandes que os governadores e capitães-mores, incapazes de conter as iniciativas temerárias dos seus subalternos, optavam por apoiar e participar clandestinamente em aventuras de corso e de pilhagem, fortemente proibidas e reprimidas pelos regulamentos da coroa. Os cronistas das *Décadas* e o próprio Camões nas *Sátiras* proibidas e nos sonetos tinham alertado para tão lamentável desvio ao espírito de cruzada (“Babilónia, donde mana matéria a

quanto mal o mundo cria...labirinto de cobiça e de vileza...escuro caos de confusão" - Lírica, II, 300).

A utopia e a estratégia militar de Afonso de Albuquerque, que geriu os interesses portugueses no Oriente com a energia e o poder de um príncipe maquiavélico (Maquiavel teve conhecimento da ação de Albuquerque através das cartas de Giovanni da Empoli, entre os anos de 1512 e 1517, quando escrevia *O Príncipe*), inspiraram ambições e arrojadas iniciativas comerciais durante mais de um século. Quando os holandeses e os ingleses, no primeiro quartel de seiscentos, com as suas companhias de comércio das Índias Orientais, se apoderaram dos espaços portugueses, o império dos portugueses já não estava em condições de competir. A perda de Ormuz às mãos dos ingleses e dos holandeses em fevereiro de 1626 marcou o fim do domínio português no Índico e o da hegemonia marítima nos demais oceanos. A *Felicíssima Armada* já nem fazia parte da galeria das recordações do neto de Filipe II de Portugal. Passados poucos anos, restavam sobras de somenos importância. A coroa francesa nunca investiu em projetos de descoberta, deixando tais iniciativas aos armadores particulares, mas em 1664 o poderoso e inovador ministro do rei francês Louis XIV, Jean-Baptiste Colbert, decidiu imitar os holandeses e os ingleses criando também uma Companhia das Índias Orientais, para tomar conta, com relativo sucesso, das poucas fatias apetitosas que ainda sobravam.

Passaram de meia centena as possessões, fortalezas e feitorias dispersas pela península Arábica, Índia, Malásia, China e Japão, onde Portugal exercia plena soberania, por vezes sem ostensiva presença militar (mencionadas no *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, de António Bocarro, enviado ao rei Filipe III em 1635). Oliveira Martins precisa (1994, p. 62): "Em certos pontos, como no Malabar e em Malaca, onde a política de Albuquerque levava à constituição de cidades portuguesas, havia propriamente Governo e Estado: uma colônia, no sentido comum da palavra. Mas tais exemplos eram exceções; a regra era a existência de uma fortaleza dominando uma cidade indígena, cobrando as páreas dos sultões da terra, e abrigando os navios que aí iam comerciar". Era um poder frágil e vulnerável, sem futuro garantido, concebido para ser apenas um meio provisório para alcançar um fim, mas fazia parte de um plano tão grandioso que implicava o próprio Cristo e a concretização de profecias. A causa era divina, a guerra era santa, mas os meios eram escassos.

O catolicismo, através do qual se divulgou por mais tempo e mais intensamente a cultura ocidental e neolatina, não entrou no Oriente com os portuque-

ses: tanto os primeiros franciscanos que acompanharam as viagens de Gama e de Cabral, como Xavier e os jesuítas nas ousadas investidas pela China meio século depois, já lá encontraram cristãos de longa data e tradição. Tinha havido um *Patriarcado do Oriente* na China, no século XIV (1307-1375), resultado do pioneirismo missionário de franciscanos italianos. Porém, a partir da intervenção dos missionários portugueses, através do *Padroado da Ordem de Cristo*, nunca mais deixou de haver continuidade na presença cristã por todo o Oriente. Logo em 1510 havia um bispo, titular de Laodiceia, o dominicano D. Duarte Nunes, nomeado para administrar o espaço do cabo da Boa Esperança até à Índia oriental, que se instalou em Goa em 1520. Quando o poder político se desmoronou, os valores culturais sobreviveram e a igreja católica continuou a sua expansão sem o suporte comercial e militar que de início a protegeu.

O recinto do Vaticano exibia o sucesso da ação missionária, no tempo do último papa renascentista, Alexandre VII (Fabio Chigi, toscano de Siena, pontificou de 1655 a 1667), com a inauguração da monumental colunata de Bernini a simbolizar o poder da igreja dominando e protegendo o mundo. As nove dioceses católicas orientais do *Padroado Português* estendiam-se no século XVII até à China e ao Japão e na África oriental tinha as dioceses da Etiópia (1555) e de Moçambique (1612).

Os missionários foram autênticos bandeirantes desafiando todos os perigos ao encontro dos povos mais distantes, longe da proteção dos demais intervenientes: eles alcançaram civilizações tão isoladas como as do Tibete, do Nepal e do Butão. No primeiro quartel do século XVII, o jesuíta António de Andrade, chegado a Goa em 1600, foi o primeiro europeu a atravessar as neves perpétuas do Himalaia e a fundar uma missão no Tibete em 1626. O padre Estêvão Cacella alcançou o reino do Butão e lá fundou missão no ano seguinte. Outros, como o jesuíta João de Brito (1647-1693), canonizado em 1947, empreenderam ações missionárias e sociais junto dos mais pobres e segregados da Índia, em Madurai, longe de qualquer proteção militar. O padre oratoriano José Vaz, um brâmane natural de Goa (1651-1711), dedicou vinte e três anos de apostolado à comunidade de Ceilão durante o período do domínio holandês; beatificado em 1995, foi canonizado pelo papa Francisco em janeiro de 2015. A igreja tinha canonizado em 1862 o franciscano Gonçalo Garcia, natural de Baçaim, filho de pai português e mãe indiana, um dos vinte e seis cristãos martirizados em Nagasaki em 1597 juntamente com o jesuíta Paulo Miki, filho de um samurai.

A persistência da religião cristã permitiu a continuidade da influência linguística e cultural nas suas formas mais duradouras. Pelos anos de 1750, o imperador Quianlong (quarto da dinastia Quing, reinou de 1736 a 1795) visitava missões do padroado português e recebia com especial entusiasmo uma embaixada do rei D. João V. Os jesuítas marcavam presença na capital e na corte do imperador chinês; mesmo se os padres eram então, pela maioria, recrutados em França pela *Sociedade para as Missões Estrangeiras*, eles operavam na China dentro do quadro do *Padroado Português*. Até ao final do século XVIII, o português era ainda a principal língua comercial por todo o Oriente. Há uma dezena de anos ainda se publicava em Ceilão um jornal em crioulo de português, mantido por uma igreja cristã. São doze os crioulos indo-portugueses identificados e cinco os crioulos malaio-portugueses, a maioria deles quase extinta, línguas de comunidades pobres e marginais. O *papiá kristáng*, um dialeto de origem portuguesa com mistura de fonemas malaios e chineses, ainda é falado por mais de cinco mil cidadãos em Malaca e Singapura e por mais alguns milhares dispersos por várias comunidades migrantes na Austrália e em Inglaterra. Um crioulo similar ainda subsiste como língua única dos seus utilizadores em Chaul, o *kristí*, dialeto da comunidade cristã de Korlai utilizado por um milhão de pessoas a sul de Bombaim, onde a presença portuguesa durou até 1740. Os últimos redutos do domínio português até ao século XX, os espaços do antigo *Estado Português da Índia*, mais os de Macau e de Timor, contribuíram grandemente para a continuidade da língua, mesmo que residual. Cerca de metade da população do atual estado de Goa (que é de um milhão e quinhentos mil habitantes) continua sendo católica e a língua portuguesa, apesar de muito minoritária em relação às línguas concani e marata e mesmo ao inglês, ainda é falada por centenas de famílias. Um jornal diário, *O Herald*, foi publicado em português até 1983. Como exemplos da permanência e prestígio do padroado português pelo Oriente, basta recordar que até 1847 os bispos da diocese chinesa de Pequim eram portugueses, até 1868 os bispos da diocese de Malaca e Singapura eram portugueses, como os bispos de Meliapor e de Cochim até 1951. O primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Sardinha, fora antes vigário-geral na Índia, D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617) foi arcebispo de Goa e governador da Índia antes de ser arcebispo de Braga, o primeiro bispo do Maranhão, D. Gregório dos Anjos (1679-1689), o bispo do Pará D. frei Miguel de Bulhões (1749-1759), foram antes bispos de Malaca. D. António Barroso, bispo do Porto (1854-1918), um prelado que teve relevante intervenção nos primeiros tempos da República, tinha sido bispo de São Tomé de Meliapor. A igreja de

São José em Singapura, construída na primeira década do século XX, ostenta na decoração o escudo português. A língua portuguesa é atualmente um dos três idiomas da República da Maurícia, um arquipélago de um milhão e trezentas mil almas, situado a leste de Madagáscar, encontrado pelos portugueses em 1505.

Em Goa Velha, estão de pé e abertas ao público a sé catedral, as igrejas do Rosário, do Bom Jesus e de São Francisco, todas erguidas no século XVI. Em Macau subsistem as igrejas de São Lázaro, de Santo António e de São Lourenço, originalmente da mesma época. As ruínas da igreja do colégio de São Paulo são património da humanidade. Por muitos outros espaços do que foi o sonhado *Império Português do Oriente* resistem ao tempo vestígios eloquentes do que foi a obra do *Padroado Português*, em especial a da atuação dos padres da Companhia de Jesus. Eles não foram os primeiros missionários portugueses no Oriente, mas foram os mais ousados e destemidos na propagação do cristianismo, seguindo o exemplo de São Francisco Xavier. O padre Francisco de Sousa, um jesuíta nascido na Bahia (1649-1712), viveu 47 anos no Oriente e escreveu a história da grande bandeira dos jesuítas, desde a chegada dos pioneiros até 1585: *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Franciscanos, dominicanos e oratorianos seguiram de perto as investidas ousadas e muitas vezes temerárias dos missionários da Companhia de Jesus, estes especialmente treinados, pela formação quase militar nos colégios espalhados por todo o espaço da expansão comercial, para o ensino, a conversão e a caridade.

A empreitada missionária

Um dos personagens mais relevantes na difusão da cultura ocidental e latina na China foi o jesuíta italiano Matteo Ricci (1552-1610), cientista, matemático e cartógrafo, o primeiro europeu a criar um intercâmbio científico e cultural com o Oriente ao mais alto nível, entre os intelectuais e junto da corte imperial chinesa. Ricci chegou a Portugal em 1577, aos vinte e cinco anos, para aperfeiçoar os conhecimentos de português na universidade de Coimbra. Partiu para Goa em 1578, integrado nas missões jesuíticas do padroado português e foi ensinar latim e grego no colégio de Cochim, enquanto estudava teologia, para vir a ser ordenado sacerdote em 1580. Em 1582 foi enviado para Macau (a diocese tinha sido fundada em 1575, desmembrada da de Malaca), a fim de aprender a língua e a cultura chinesas, enquanto ensinava matemática no colégio. No ano seguinte, juntamente com outro jesuíta italiano, o padre Miguel Ruggieri, fundava a primeira

missão na China, em Zhaoqing, dependente do colégio dos jesuítas de Macau. O colégio Madre de Deus, fundado pelos franciscanos, viria a ser, a partir de 1594, com o nome de colégio de São Paulo e já sob a tutela dos jesuítas, uma instituição de altíssima qualidade: aí se ensinava filosofia, teologia, matemática, geografia, astronomia, latim, português, música e artes, uma verdadeira instituição de ensino superior. O padre Ruggieri, companheiro de Ricci, também foi professor de matemática no mesmo colégio durante quatro anos; ele foi co-autor do primeiro dicionário português-chinês e do primeiro catecismo editado em língua chinesa.

Os missionários jesuítas adotaram os hábitos e os costumes do país, a indumentária dos altos funcionários, sábios e letrados, entusiasmaram-se pela cultura chinesa, estudaram-na e divulgaram-na. Os franciscanos, os primeiros missionários católicos do Oriente, assim como são Francisco Xavier, tentaram de início a abordagem catequética através de uma imagem de simplicidade e de pobreza, o que não teve sucesso na China nem no Japão; rapidamente entenderam que a nova doutrina ocidental teria que se impor como uma ideologia de homens cultos e bem-sucedidos, respeitados e generosos, capazes de seduzir o povo pelo sucesso pessoal e pela autoridade que exibiam. Em 1589 Matteo Ricci introduziu o calendário gregoriano na China (promulgado pelo papa Gregório XIII em 1582 e adotado pela maioria dos países católicos) e em 1594 traduziu para latim os quatro livros do *Cânone do Confucionismo*, permitindo pela primeira vez o acesso dos ocidentais à filosofia de Confúcio (551-479 ac).

Nesse mesmo ano de 1594 o jesuíta decide deslocar-se até Pequim, para junto do poder central, mas fica-se por Nanchang, onde intensifica os contatos com intelectuais chineses e escreve em 1595, em chinês, o *Tratado sobre a Amizade*, para dar a conhecer aos chineses as bases da sabedoria ocidental, livro que teve um enorme sucesso entre os intelectuais chineses. No ano seguinte escreve o *Método de Aprender de Cor*, um tratado sobre a memória e um método para aprender a memorizar a tradição oral; publica também um novo catecismo bastante elaborado intitulado *Verdadeira Noção de Deus*. Finalmente chega a Nankim em 1598, já nomeado superior dos jesuítas na China e em 1600 instala-se em Pequim, sendo recebido na Cidade Interdita no ano seguinte. O encontro era vital para a permanência da Companhia de Jesus na China e os missionários que acompanhavam Ricci ofereceram quantidade impressionante de presentes ao imperador Wanli (14º da dinastia Ming), qual deles o mais maravilhoso e original, mas o que mais impressionou o soberano foi um *mapa-mundi*, desenhado pelo próprio Ricci, que mostrava pela primeira vez a China *no meio* das outras nações

do planeta. Os chineses sempre consideraram o seu país como o *centro do mundo* e o presente, vindo de um estrangeiro, entusiasmou o imperador. Entre os presentes constavam também dois relógios de pêndulo. Os eruditos chineses ficaram impressionados com a magia de um prisma de vidro que decompunha a luz nas cores do arco-íris – um dos grandes sucessos da pedagogia dos jesuítas. Os padres foram autorizados a construir uma residência própria, a abrir colégios e a divulgar a cultura cristã, e até beneficiaram da generosidade imperial. Em 1605 Matteo Ricci estabeleceu contatos com a comunidade judaica local e iniciou a tradução para chinês dos *Elementos* de Euclides, permitindo assim aos chineses o acesso ao método da lógica dedutiva, à álgebra e à geometria ocidentais. Traduziu para chinês as principais orações do ritual católico e os princípios da moral cristã, auxiliado pelos padres portugueses que, em proveniência de Macau e de Goa, reforçaram a presença católica na capital do império chinês. Em 1607 tentou socorrer o confrade Bento de Góis, que terminava uma das maiores aventuras de que há memória: o caminho por terra de Goa a Pequim, qualquer coisa como cinco mil quilómetros. Exausto e doente, o jesuíta açoriano (nasceu em Vila Franca do Campo) não resistiria ao esforço e aos percalços da caminhada e morreu aos quarenta e cinco anos sem alcançar o destino, na cidade de Suzhou, a meio caminho entre Macau e Pequim. Nos últimos anos de vida, entre 1608-1610, Ricci redigiu a sua obra mais famosa, compêndio de referência para todos quantos pretendiam alcançar e conhecer a China: *A Entrada da Companhia de Jesus e do Cristianismo na China*. Faleceu aos cinquenta e sete anos e o imperador Wanli autorizou que fosse sepultado em solo chinês, privilégio raro, já que os estrangeiros falecidos na China tinham de ser enterrados fora do território (eram transladados para Macau). A comunidade cristã por ele formada cresceu entre as elites intelectuais, ultrapassando os dois mil e quinhentos batismos. Ele é considerado pelos chineses *um dos mais notáveis e brilhantes homens da história, o mestre do grande Ocidente*. No Museu da História da China, em Pequim, um dos maiores e mais notáveis do mundo, só dois ocidentais mereceram figurar entre os grandes construtores do império: Marco Polo e Matteo Ricci.

O padre João Rodrigues, natural de Sernancelhe (1560-1633), embarcou para o Oriente muito jovem, pelos catorze anos e lá ingressou na Companhia de Jesus; fez os estudos de filosofia e teologia no colégio jesuíta de Nagasaki, foi ordenado padre em Macau e tornou-se um dos maiores conhecedores ocidentais da língua japonesa. Ele compôs o primeiro dicionário japonês-português (1603) e escreveu a primeira gramática da língua japonesa (1604). Para além de escrever uma his-

tória do cristianismo no Japão, que não é apenas uma história de religião, mas uma verdadeira enciclopédia da cultura nipónica, o padre foi também comerciante, diplomata, político e intérprete junto dos estrangeiros que demandavam o país do sol nascente. A carreira promissora do padre terminou em 1610, no momento de um incidente infeliz com a nau do trato *Nossa Senhora da Graça*, também conhecida como *Madre de Deus*, destruída pelos japoneses na baía de Nagasaki, depois de um incidente mal resolvido em Macau. Em retaliação pela morte de soldados e marinheiros japoneses, a maioria dos padres foi expulsa do Japão (em 1614), o colégio encerrou, o comércio declinou e os últimos mercadores portugueses abandonaram Nagasaki em 1639. A história da vida do jesuíta João Rodrigues inspirou o romance *Shogun* de James Clavell, que deu origem à série televisiva e ao filme com o mesmo nome em 1980. O escritor japonês Shusaku Endo escreveu em 1966 uma obra de ficção baseada na história trágica dos últimos padres jesuítas no momento das perseguições, que o realizador Martin Scorsese pôs em filme no ano de 2016, *O Silêncio*.

Pelos anos de 1670 o padre Gabriel de Magalhães, natural de Pedrógão Grande, ensinava astronomia na corte do imperador Kangshi (o 2º da dinastia Qing, reinou de 1661 a 1722), que visitou pessoalmente a casa dos jesuítas em Pequim em 1675, resolvidos alguns conflitos que, entretanto, tinham surgido entre missionários de diferentes ordens religiosas por causa dos rituais e com as autoridades por causa de privilégios concedidos. Por esses anos, já a presença dos padres portugueses era minoritária na China; na *Relação* escrita pelo jesuíta francês François de Rougemont, sobre a ação dos padres nos anos de 1659 a 1666, apenas cinco em vinte e cinco padres são portugueses, entre eles o padre Gonçalves, que completou o trabalho iniciado pelo francês até ao ano de 1669. A partir de então, os padres da *Sociedade para as Missões Estrangeiras* (criada em Paris em 1658) substituíram gradualmente os padres portugueses nas missões da China e do extremo Oriente.

Outro jesuíta que desempenhou um papel preponderante na China foi o padre Tomás Pereira (1645-1708), natural de Famalicão, que chegou a Goa com o vice-rei D. João Nunes da Cunha em 1666, ainda noviço, aos vinte e um anos, onde completou os estudos seguindo depois para Macau em 1672. Músico, astrónomo, matemático e diplomata, frequentava desde 1680 a corte do imperador Kangxi (o terceiro da dinastia Qing) e fez parte da delegação chinesa que assinou em 1689 o primeiro tratado de paz com uma nação europeia, a Rússia de Pedro I o Grande, soberano que unificou, modernizou e abriu o seu país à influência oci-

dental. Matemático e astrónomo, o jesuíta introduziu também na China a música erudita europeia, construiu o primeiro órgão de tubos e montou o primeiro carrilhão numa igreja chinesa. Apesar de ter desempenhado a sua ação já numa fase decadente do poder económico e cultural português no Oriente, o seu contributo para o intercâmbio cultural com a China foi brilhante, no tempo do reinado do mais extraordinário imperador de toda a história chinesa. Os jesuítas foram os maiores intervenientes no intercâmbio científico e cultural entre o Ocidente e a China, sobretudo nas áreas da matemática, da geografia e da astrofísica.

Eles mantiveram uma presença quase constante junto da corte imperial chinesa até 1806, quando faleceu em Pequim o padre, matemático e cirurgião José Bernardo de Almeida (natural de Penela, nascido em 1728), reinava o imperador Jiaging, o 5º da dinastia Qing. A expulsão decretada pelo marquês de Pombal em 1759 e a extinção da ordem pelo papa Clemente XIV em 1773, não perturbou os padres jesuítas que se encontravam na China, cerca de uma dúzia, instalados na capital e em outras localidades.

Franciscanos como frei Paulo da Trindade e frei Jacinto de Deus, nascidos em Macau, foram notáveis testemunhos e divulgadores da ação missionária dos portugueses pelo Oriente, em especial os das diferentes custódias da ordem a que pertenciam, pioneira na evangelização, já que desde as primeiras viagens à Índia foram os frades menores quem asseguraram o apoio religioso às frotas e aos primeiros núcleos de emigrantes. O choque cultural com as tradições orientais exigiu coragem e inovação, provocando graves desentendimentos entre missionários das diversas obediências religiosas por causa dos rituais, o que originou intervenções intempestivas do governo central da igreja romana e levou por várias vezes à interdição temporária da prática cristã pelas autoridades. No entanto, apesar de todas as dificuldades, a difusão da civilização ocidental e latina pelo Oriente foi prodigiosa: em meados do século XVII tinham sido publicadas nas tipografias de Goa, Cochim, Macau e Nagasáki mais de duas centenas de livros sobre ciência e religião e meia centena de grandes obras clássicas ocidentais. As ordens religiosas cresceram graças ao recrutamento de noviços autóctones que contribuíram para o sucesso missionário do *Padroado*.

O cristianismo continuou na China graças à ação dos missionários da *Sociedade para as Missões Estrangeiras*, até que em 1834 as dioceses chinesas foram desvinculadas do *Padroado Português*, restando somente Macau, donde tinha irradiado o cristianismo para todo o território chinês e da qual dependia também a igreja de Timor até à criação da primeira diocese em Dili (1940), por insistência

das autoridades portuguesas no ano da grande exposição do mundo português e da comemoração dos oitocentos anos da nacionalidade. A diocese de Macau, que mantém uma universidade (Universidade de São José) em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, depende agora da Santa Sé e conta cerca de vinte e nove mil fiéis espalhados por nove paróquias e missões. A China conta cerca de um milhão e meio de católicos, um número muito reduzido dada a dimensão demográfica do país. Existem duas arquidioceses (Pequim e Nanquim) e duas dioceses (Hong Kong e Macau). No Japão contam-se atualmente cerca de meio milhão de católicos numa população de cento e vinte e cinco milhões e meio de habitantes. O país tem três arquidioceses (Tóquio, Osaka e Nagasaki) e catorze dioceses, algumas com menos de cinco mil aderentes. A restauração e a continuidade desta presença católica pelo Oriente até aos nossos dias é indissociável da ação pioneira dos missionários portugueses e do *Padroado* ultramarino. A primeira diocese chinesa do tempo da expansão foi a de Macau, criada em 1575 e a primeira diocese japonesa foi a de Funai, criada em 1588 (extinta em 1625 e restaurada como arquidiocese de Tóquio em 1891). Tudo começou com aquela viagem louca de Francisco Xavier em 1549.

A presença portuguesa no Oriente passou-se ao ritmo de um tremendo frenesim, entre sacrifícios e apoteoses, sempre em guerra contra alguém, enfrentando sultões, rajás, mandarins, dáimios e samurais, reformulando a cada oportunidade novas estratégias diplomáticas e comerciais, com milhares de navios costeiros, fustas e paraus, juncos e pangaios correndo as costas e com centenas de naus de alto bordo pelas grandes rotas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, de Lisboa ao Japão, dando nova vida a meia centena de cidades, feitorias e entrepostos distantes uns dos outros que se conquistavam e se perdiam por vezes ao ritmo das monções. Os mais ousados reinóis lá encontraram o espaço ideal para exibir valor e satisfazer ambições, motivados por ideais sublimes ou por desejos visceerais. Outros menos felizes perderam-se sem deixar rastros, vítimas de doenças, caídos ao mar, ausentados das chamadas. Teve mulheres que embarcaram sem imaginar que paririam a bordo, foram infinitamente mais as que enviuvaram em terra. Alguns prelados, intelectuais e eruditos do reino chegaram a denunciar que na aventura oriental era maior o risco que o proveito. Tivessem ou não razão, não tiveram sucesso. Quantas criaturas foram e voltaram? Quantas por lá ficaram? Ninguém jamais calculou quantas morreram nas longas idas e voltas de 24.000 milhas, nem quantas a guerra, a morte e a saudade mataram. Desafiando naufrágios, guerras e massacres, os missionários ressuscitaram antigas comunidades

cristãs e criaram novas missões que perduram até aos nossos dias. Pelas rotas dos peregrinos perderam-se nobres e plebeus, famosos e anónimos, vítimas da violência, dos furacões, dos corsários, das doenças e das suas próprias ambições, embarcados de livre vontade ou à força, cada um gerindo o seu próprio destino, por entre ambições e desejos, de Lisboa ao Cabo, a Angediva, Malaca e Nagasáki. Quantos deles sequer algum dia imaginaram que do sacrifício das suas vidas resultaria talvez a concretização do império universal prometido ao primeiro rei de Portugal e assumido pela coroa como projeto de um povo inteiro, o do reino de Cristo quase consumado? Camões prestou-lhes devidas honras elegíacas no poema que completou durante os dezassete anos que viveu pelo Oriente, entre serviços prestados, desacatos e prisões. Poetas e profetas da plebe, uns iluminados e outros cegos, encarregaram-se de manter viva entre o povo a ideia da volta de um rei encoberto, apregoando o seu regresso de uma ilha afortunada numa serena manhã de névoa.

Camões queria espalhar por toda a parte nos versos d'*Os Lusíadas*, editados em 1572, "as memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé, o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando. E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando" (*Os Lusíadas*, Canto I, 2). Enquanto completava o poema épico e numerosas peças de outras *Rimas* que seriam editadas após a sua morte, peregrinou e serviu pelo Oriente durante dezassete anos (1553/69), chegando a ser Provedor-Mor dos Defuntos e Ausentes, em Macau. Por vezes também, a malandragem levou-o ao desterro e à prisão: "em prisões baixas fui um tempo atado, vergonhoso castigo de meus erros" (*Lírica*, II, 183), quando os ditos erros, a má fortuna e os amores "em minha perdição se conjuraram" (*Lírica*, II, 188). Aconteceu o mesmo ao Império Português do Oriente, quando se conjuraram os erros, a má fortuna e a intolerância. Quando a lucidez se impôs, o poeta cedeu a palavra ao velho do Restelo.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. (1942). *Cartas para El-Rei D. Manuel I*. Lisboa: Sá da Costa.
- Albuquerque, L. (Dir.) (1994). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (2 vols). Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, L. (Dir.) (1989). *Portugal no Mundo* (6 vols.). Lisboa: Alfa.
- Almeida, F. (1968). *História da Igreja em Portugal* (2 vols.). Lisboa: Civilização.
- Álvares, F. (1989) (ed. facsimile). *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*. Lisboa: INCM.

- Aubin, J. (1996/2000). *Le Latin et l'Astrolabe* (2 vols.). Paris: Gulbenkian.
- Barros, J. (1973/75). *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia). Lisboa: Livraria S. Carlos.
- Bocarro, A. (1992). *Livro das Plantas de todas as fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (3 vols.). Lisboa: INCM.
- Bouchon, G. (2000). *Afonso de Albuquerque* (2.ª ed.). *O leão dos mares da Ásia*. Lisboa: Quetzal.
- Boxer, Ch. R. (1982). *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Ed. 70.
- Boxer, Ch. R. (1989). *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa: Ed.70.
- Camões, L. (1994) *Lírica Completa* (3 vols.). Lisboa: INCM.
- Camões, L. (2000) *Os Lusíadas* (4.ª ed.). Lisboa: Instituto Camões.
- Castanheda, F. L. (1979) *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (2 vols.). Porto: Ed. M. Lopes de Almeida.
- Castro, D. J. (1969-1982) *Obras Completas de D. João de Castro* (4 vols.). Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Cooper, M. (1994). *Rodrigues, o Intérprete. Um Jesuíta no Japão e na China*. Lisboa: Quetzal.
- Correia, G. (1975) *Lendas da Índia* (4 vols.). Porto: Ed. M. Lopes de Almeida.
- Correia, A. C. G. S. (1948-1958). *História da Colonização Portuguesa na Índia* (6 vols.). Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Cortesão, A. (1978). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cortesão, A. & Teixeira da Mota, A. (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica* (5 vols.). Lisboa: INCM.
- Cortesão, J. (1993). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Costa, J. P. O. (2011). *D. Manuel I*. Lisboa: Temas e Debates.
- Costa Pinto, R. M. (2002). *A Costa Oriental Africana (1640-1668)*. Lisboa: Ed. Estar.
- Couto, D. (1973/1975). *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Décadas da Ásia). Lisboa: Livraria S. Carlos.
- Couto, D. (1980). *O Soldado Prático* (3.ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Crowley, R. (2016). *Conquistadores. Como Portugal Criou o Primeiro Império Global*. Lisboa: Presença.
- Freire, A. A. (2015). *Momentos do Intercâmbio Comercial e Cultural com o Oriente*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Freire, A. A. (2017). *Os Jesuítas e a Divulgação Científica nos séculos XVI e XVII*. [PDF]. Retirado de <http://hdl.handle.net>.
- Garcia, J. M. (2017). *O Terrível – A Grande Biografia se Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Gaspar da Cruz, Fr. (2010). *Tratado das Coisas da China*. Lisboa: Cotovia.
- História Trágico-Marítima* (1942). Comp. de Bernardo Gomes de Brito (3 vols.). Barcelos: Editora do Minho.

- Ping, J. G. & Zhiliang, W. (2007). *Revisitar os Primórdios de Macau: Para uma Nova Abordagem da História*. Macau/Lisboa: Instituto Português do Oriente / Fundação Oriente.
- Levi, J. A. (1998). *O Dicionário Português-Chinês de Matteo Ricci s.j. (1552-1610). Uma abordagem histórico-linguística*. New Orleans: University Press of the South.
- Loureiro, R. M. (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Loureiro, R. M. (1996). *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires*. Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- Martins do Vale, A. M. (1997). *Os Portugueses em Macau (1750-1800). Degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos de El-Rei?* Macau: Instituto Português do Oriente.
- Matoso, José (Org.) (2010). *Património de Origem Portuguesa no Mundo (vol. III – Ásia, Oceânia)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes Pinto, F. (1998). *Peregrinação*. Lisboa: INCM.
- Oliveira Martins, J. P. (1994). *Portugal nos Mares*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Peixoto de Araújo, H. (2000). *Os Jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Pereira, D. P. (1991). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queiroz sj, F. (1916). *Conquista temporal e espiritual de Ceilão*. Colombo: Ed. P. E. Pieris.
- Resende, A. (2009). *As Antiguidades da Lusitânia (2.ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. (1989). *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*. Lisboa: Ed. Alfa.
- Ricci, M. (2015). *Tratado da Amizade*. Famalicão: Seminário de Estudos Galegos.
- Ruggieri, M. & Ricci, M. (2001). *Dicionário Português-Chinês*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva Rego, A. (1947/1958). *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente (Índia) (12 vols.)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Silva Rego, A. (1940). *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Sousa, P.º F. (1978). *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Porto: Lello & Irmão.
- Spence, J. D. (1986). *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Subrahmayam, S. (1995). *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel.
- Teixeira, P.º M. (1982). *Macau no século XVII*. Macau: Dir. dos Serviços de Educação e Cultura.
- Trindade, Fr. P. (1962). *Conquista Espiritual do Oriente*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos.
- Vernhagen, F. A. (1857). *História Geral do Brasil (2 vols.)*. Rio de Janeiro: E. & H. Leemmert.
- Velho, Á. (1990). *Relação da Viagem de Vasco da Gama*. Lisboa: Ed. do Ministério da Educação.
- Vieira, P.º A. (2013/2014). *Obra Completa (30 vols.)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, P.º A. (1998). *História do Futuro (ed. facsimile)*. Belém do Pará: SECULT.

No centenário do Partido Comunista da China. O caminho da China para uma Nova Era e o papel da Nova Rota da Seda

On the centenary of the Communist Party of China. China's path to a New Age and the role of the New Silk Road

António dos Santos Queirós

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China
Observatório da China
adsqueiros@gmail.com
ORCID: 0000-0002-1241-5831

RESUMO

Este artigo discute o papel histórico da República Popular da China, à luz do percurso centenário do seu Partido Comunista. No centro da investigação está a questão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e o confronto político e ideológico que ela suscita entre os EUA e a China, o seu contexto histórico e conteúdo político, mal conhecidos e obliterados. Procurámos estabelecer um quadro conceptual, com critérios científicos e não de propaganda, que se adegue à natureza singular do regime político da China e da sua proposta de Nova Rota da Seda.

A nossa investigação concluiu que o socialismo com características chinesas é um regime diferente do socialismo da antiga URSS e igualmente distinto dos regimes de democracia liberal onde predomina o capitalismo de estado, tal como não pode ser identificado com as autocracias orientais. Emerge como resultado de um processo histórico original e ganha um peso político internacional que contribuiu, com o ciclo agravado de crises financeiras das democracias liberais, para abrir um novo período da globalização.

PALAVRAS-CHAVE

Declaração Universal dos Direitos do Homem; Princípios e Artigos, P. C. Chang, J. P. Humphrey, Rota da Seda para a Paz, Socialismo Ecológico, Ecocivilização.

ABSTRACT

This article discusses the historical role of the People's Republic of China, on the centenary of its Communist Party. This research focuses on the Universal Declaration of Human Rights and the political and ideological confrontation that has been going between the US and China concerning these issues, in terms of historical context and political content, both of which are poorly understood or glossed over. We seek to establish a conceptual framework, with criteria which are scientific and not simply based on propaganda, and which adequately address the particular nature of China's political regime and its proposal for a New Silk Road.

Our research has concluded that socialism with Chinese characteristics is a very different regime from the socialism of the former USSR. Moreover, it is equally distinct from the regimes of liberal democracy where state capitalism predominates, as well as with other eastern autocracies, with which it cannot be identified. It has emerged from a singular historical process and has gained substantial international political weight, which, as a result of the worsening cycle of financial crises in liberal democracies, has contributed to the opening up of a new period of globalization.

KEYWORDS

Universal Declaration of Human Rights; Principles and Articles, P. C. Chang, J. P. Humphrey, Silk Road to Peace, Ecological Socialism, Eco Civilization.

I. O Partido Comunista da China, em face da História Nacional e Mundial

No âmbito do centenário do Partido Comunista da China _PCCh, 1921-2021, destacam-se cinco momentos históricos:

Primeiro – A criação da Frente Única contra a agressão japonesa, que foi crucial para a derrota estratégica do Japão e do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, e permitiu, aos povos de todo o mundo, escolher o seu próprio modelo de democracia, liberal ou socialista, fundando na China uma democracia de tipo novo, capaz de unir a nação chinesa e as suas 56 nacionalidades e conduzi-la para o progresso em todos os domínios.

Segundo – Durante o período da Guerra Fria, a definição de uma alternativa de paz e cooperação global, que assentou, primeiro, nos cinco princípios da coexistência pacífica e se desenvolveu no período da globalização financeira, com a proposta da nova Rota da Seda para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.

Terceiro – O desenvolvimento da teoria e da prática do socialismo, de novo em alternativa ao pensamento único e dogmático, proveniente da esquerda socialista e da direita liberal, que prescreviam a imposição do seu modelo social único e o fim da história. O conceito filosófico de “Socialismo com Características Chinesas”, traz em si próprio uma dupla mensagem de liberdade e progresso: Primeira, cada nação deve poder escolher o seu próprio caminho para a democracia e o socialismo, mas esse caminho não é o da procura da hegemonia, que conduziu e hoje continua a levar as potências modernas para a guerra e o mundo para a crise ambiental. O “Socialismo com Características Chinesas” é um Socialismo Ecológico e, sobre esta base, o maior contributo da grande nação chinesa para o futuro comum da humanidade, que abre o caminho a uma nova ecocivilização.

No 18.º Congresso (2012), ocorreu um facto histórico na evolução doutrinária dos partidos comunistas, que, a Ocidente, permanece praticamente desconhecido: os estatutos e programa do PCCh foram renovados para acolher, ao lado das contribuições dos ideólogos socialistas, os princípios da filosofia e da ética ambientais, sob proposta do novo líder Xi Jinping.

Quarto – A erradicação da pobreza em 2020, realizando o sonho mais antigo de todas as comunidades humanas, que a história já conheceu.

Quinto – A China, face ao emergir da pandemia do COVID 19, assumiu perante o mundo a responsabilidade de proteger a vida dos seus cidadãos e da humani-

dade, ao custo de gigantescas perdas económicas e do esforço nacional do seu povo, sob orientação do governo e da Organização Mundial de Saúde.

O PCCh liderou todos estes processos, são factos históricos inquestionáveis, documentados pelos arquivos dos estados e das instituições internacionais – ONU, FMI, Banco Mundial, OMS..., mas omitidos ou deturpados a Ocidente, pelo controlo de uma dúzia de oligopólios da comunicação e das redes sociais, que persistem na propaganda da Guerra Fria, influenciam a própria academia e semeiam a alienação política entre os cidadãos. A omissão e a falsificação da história, é hoje a primeira característica do pensamento único.

Em todos os períodos da história contemporânea, o PCCh teve de elaborar uma filosofia política original, que não cabia nos tratados tradicionais da democracia liberal ou do socialismo.

Darei um primeiro exemplo, relativo ao papel da China na II Guerra Mundial:

No período da resistência à ocupação japonesa e ascensão do imperialismo nipónico e nazi-fascista, o PCCh teve de elaborar uma estratégia autónoma, face às democracias liberais, mas também face à União Soviética e à Internacional Comunista. A liderança militarista de Chiang Kai-shek, que passou a dominar o Kuomintang, após a morte do líder democrático Sun Yat Sen, proclamava a impossibilidade de a China semifeudal e semicolonial, poder sequer construir uma república democrática. E a própria Internacional não acreditava na força revolucionária do campesinato e na possibilidade do emergir de soviets de camponeses.

Foi o PCCh, que, sob a liderança de Mao e outros dirigentes históricos, elaborou os princípios e o programa da Guerra Popular e da Nova Democracia (que Sun Yat Sen visionara), unindo na resistência ao Japão todos os partidos e forças sociais que constituíam a nação chinesa, construindo uma vasta aliança que se estendeu aos empresários chineses, aos camponeses médios e ricos, à intelectualidade, que a política de barbárie dos ocupantes espoliava, arruinava, expropriava e massacrava.

O aliado esquecido. A Nova Democracia.

Na ofensiva, no Pacífico, contra os EUA e as colónias inglesas, o Japão lançou 400.000 soldados, deixando em reserva, para defesa do seu território, outros tantos. Para conquistar a China e enfrentar a resistência do seu povo teve de concentrar neste país a maior parte dos seus soldados, um exército de 1.300.000 militares. Os invasores japoneses e as tropas mercenárias que recrutaram local-

mente sofreram na China mais de 1.714.000 baixas, das quais 524.000 soldados japoneses. Aquando da rendição, em 2 de setembro de 1945, 1.280.000 efetivos do exército japonês depuseram as armas.

A contribuição estratégica da China para a derrota do fascismo mundial foi decisiva e custou ao seu povo 35 milhões de baixas, vítimas da guerra de terror, da penúria, da fome e das doenças epidémicas, mas também da guerra química e biológica a que o Japão recorreu em larga escala, que podemos confrontar com as baixas americanas de 340.000 mortes, japonesas, de 2 milhões e 650.000, alemãs, de 6 milhões ou o holocausto de 6 milhões de judeus...só comparáveis com o sacrifício de 25 milhões de soviéticos, um tributo heroico à paz e à liberdade. As vidas sacrificadas dos cidadãos da URSS e da China, mais do que qualquer outros povos, contribuíram para que todas as nações do mundo pudessem escolher, a partir a vitória sobre o nazi-fascismo e o militarismo japonês, o seu regime político democrático, a democracia liberal ou o socialismo.

Logo a seguir à vitória sobre o Japão e crente da sua superioridade militar e apoio dos EUA, Chiang Kai-shek recusou a constituição de um governo de unidade nacional e retomou a guerra civil. Para o derrotar, constituiu-se uma nova frente popular, que reuniu os comunistas e oito partidos democráticos, incluindo um setor do próprio Kuomintang, liderado por Soong Ching Ling (a viúva de Sun Yat Sen, que mais tarde chegaria à presidência da República Popular da China).

A aliança política forjada na resistência contra o Japão e depois na luta pela Nova Democracia, levou à convocação da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, em Pequim, entre 21 e 30 de setembro de 1949, que assumiria as funções da Assembleia Popular Nacional, antes da sua eleição por sufrágio universal. E persistiria no texto constitucional e ao longo de todas as suas atualizações.

A Conferência Consultiva Política dos Povos da China reuniu representantes do partido comunista e dos oito partidos democráticos que constituíram a frente única contra o Japão e que permaneceram aliados na guerra civil e na luta pela Nova Democracia, incluiu delegados de todas as forças sociais e económicas da China, e das suas 56 nacionalidades. A Conferência aprovou o programa fundador da República Popular da China e elegeu como seu presidente o líder comunista, Mao Zedong.

Os detratores da RPCh omitem este percurso histórico, querendo fazer passar a ideia de que esta democracia de tipo novo foi imposta ao povo chinês, contra a sua vontade, pelo PCCh e Taiwan é apresentado como um reduto da democracia liberal, que o líder militar do Kuomintang nunca quis nem admitiu. Durante 42

anos Taiwan foi governada, com mão de ferro, por um regime militarista, que se transformou numa sucessão dinástica.

II. A China cofundadora da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A paz e a dignidade para todos os seres humanos

A RPCh defendeu e pôs em prática uma alternativa de paz e cooperação global, que assentou, primeiro, nos cinco princípios da coexistência pacífica e se desenvolveu no período da globalização financeira, com a proposta da Nova Rota da Seda para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.

Regressemos ao contexto histórico em que foi elaborada e aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem: todos os 30 artigos, que consagram os direitos democráticos fundamentais, como são o direito ao trabalho e à proteção social, à igualdade perante a lei ou de género, possuem a mesma dimensão política e estão subordinados a dois imperativos éticos que a Declaração proclama no seu preâmbulo – o imperativo da dignidade e o imperativo da paz:

...o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Essa dignidade será protegida através de “um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão”. E só será defendida com “o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações”.

O Programa Comum, fundador da RPCh em 1949 e, depois, a Constituição da República Popular da China integraram todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

Chu-En-Lai, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, propôs ao mundo, dividido pela Guerra Fria e ameaçado de holocausto nuclear, concretizando, assim, o imperativo da Paz consagrado pela DUDH, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954): 1) respeito mútuo da soberania e integridade nacional; 2) não-agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. O Movimento dos Países Não

Alinhados (115 países, em 1961) adotou-os como seus e as duas superpotências da época, o Reino Unido e os EUA, assistiram nos seus próprios países ao renascimento dos movimentos sociais pela paz, que perdurariam até ao nosso tempo..

A erradicação da pobreza, um dos imperativos da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A erradicação da pobreza é um desígnio que atravessa os 30 Artigos da DUDH, obliterados e mutilados pela propaganda dos defensores do “pensamento único”, reduzida na doutrina política a uma só forma de democracia, a democracia liberal e um só regime económico, o mercado liberalizado ao extremo, que representariam o fim da História!

Mas foi o próprio Banco Mundial que chamou a atenção para o facto de o conceito tradicional do Produto Interno Bruto (PIB ou GDP) não permitir medir com rigor a dimensão relativa da economia e, sobretudo, os níveis de bem-estar que proporciona, devido às enormes diferenças de preços de bens e serviços essenciais em cada país. Neste contexto, surge o conceito de *Purchasing Power Parity* (PPP), que compara os custos reais de um cabaz equivalente de bens e serviços com o poder de compra da sua população e é o próprio Banco Mundial que lança o *International Comparison Program*, um programa estatístico destinado a avaliar o PPP! O seu Relatório, datado de 2011, dá-nos uma imagem da economia real do mundo completamente diferente da visão do senso comum e dos valores da economia nominal.

A Rota da Seda para um Futuro Comum

Em 2014, o Banco Mundial avaliava o PIB *per capita* da RPCh, símbolo da economia nominal, em 7.590 USD, e o dos EUA em 54.630 USD. Apesar do crescimento notável do PIB chinês, essa grande diferença parecia indicar a continuação de grandes manchas de pobreza na China e a recuperação da prosperidade e do sonho americano de ascensão social.

O mesmo Banco Mundial se encarregaria de revelar os dados da economia real, que contrariam esta visão ilusória e permitem compreender melhor como o PIB nominal é um conceito dúbio. Em 2014, a economia real mudara de novo: a revista *International Business Times* fazia então eco do anúncio pelo FMI de que a economia chinesa tinha ultrapassado a dos EUA *in terms of purchasing power*

parity, lugar que este país ocupava desde 1872, de acordo com a informação atualizada pelo referido *International Comparison Program* do Banco Mundial!¹

No entanto, desvalorizava o seu significado económico e social, baseando-se na diferença entre os dois PIB. Observemos então mais de perto a dimensão social da economia, a economia política.

A UNESCO e todas as instâncias internacionais reconheciam na época em que a RPCCh realizara a maior reforma social progressista da história contemporânea: cumprindo os critérios das Nações Unidas, chegava a 2012 com um índice de pobreza de apenas 4% da população e tudo apontava para que a China atingisse em 2020 o seu objetivo de retirar da pobreza 850 milhões de cidadãos!

Nos EUA, apesar do seu PIB nominal, o *US Census Bureau* informava que 16% da população americana vivia na pobreza!

Olhemos então para a realidade social que o PIB nominal esconde: enquanto a China contabilizava 2,7 milhões de milionários e uma classe média que subia então a 400 milhões, com índices de crescimento que permitiam confirmar a projeção do seu governo de atingir na década de 2020/2030 a ascensão de mil milhões de cidadãos a essa classe média, a riqueza dos cidadãos americanos concentrava-se cada vez mais nuns escassos 1% da população americana – uma concentração avassaladora, já que, em 2006, este grupo do topo recebia 53% dos rendimentos, e em 2010 chegava aos 93%!

O pior é que, nessa data, a pobreza extrema dos que vivem com menos de 2 dólares por dia era o dobro de 1966, com 1,5 milhões de famílias e 2,8 milhões de crianças!²

Atualmente, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e as entidades sociais que combatem a pobreza nos EUA divergem na dimensão da pobreza naquele país. Esta Comissão contabiliza 40 milhões de pobres, mas aquelas entidades consideram que esse número é superior e atinge 140 milhões.

¹ International Comparison Program (ICP). The ICP is a worldwide statistical initiative led by the World Bank under the auspices of the United Nations Statistical Commission, with the main objective of providing comparable price and volume measures of gross domestic product (GDP) and its expenditure aggregates among countries within and across regions. Through a partnership with international, regional, sub-regional and national agencies, the ICP collects and compares price data and GDP expenditures to estimate and publish purchasing power parities (PPPs) of the world's economies.

² Consultar a obra de Daniel A. Bell, *O Modelo Chinês. A Meritocracia Política e os Limites da Democracia*.

Em artigo recente, a *BBC internacional*, que se tem destacado na propaganda negativa sobre a China, vem reconhecer o grande feito social da erradicação da pobreza extrema naquele país, recorrendo às estatísticas do Banco Mundial, mas usando uma velha técnica de propaganda ideológica, que, quando já não pode negar a realidade, se serve da dúvida e da omissão³.

Enquanto o padrão internacional da UNESCO e dos países em geral qualifica a erradicação da pobreza apenas com base no rendimento, a China acrescenta-lhe as Duas Garantias e os Três Direitos (Referentes às garantias de alimentação e roupas adequadas e aos direitos de acesso à educação obrigatória, serviços médicos básicos e moradia segura para residentes rurais empobrecidos). A estatística citada da *BBC/World Bank* pára em 2016. Nela se pode ver que a pobreza extrema já não tem relevância estatística, mas ainda atinge 0.5% da população.

Contudo, no Livro Branco sobre a pobreza, que a China publicou em 2020, face ao objetivo de erradicar da pobreza 850 milhões de cidadãos, demonstra-se que este desiderato foi atingido⁴. Embora se sublinhe que, nas Regiões Autónomas Especiais e entre as minorias nacionais disseminadas pela Províncias chinesas, a pobreza extrema foi erradicada.

Acresce que o estado de pobreza é definido pela China como o de qualquer pessoa, nomeadamente nas áreas rurais onde ganha menos de US \$ 2,30 por dia (corrigido pela inflação). A referência nacional usada pela China é mais alta do que a linha de pobreza de US \$ 1,90 por dia usada pelo Banco Mundial. O artigo da BBC acaba por o reconhecer.

Regressando ao estudo comparado com os EUA, a renda disponível *per capita* dos pobres rurais, que era, anualmente, de apenas 30 \$USD em 1949, aumentou de RMB 6.079 em 2013 para RMB 12.588 (1.928 \$USA) em 2020. É um valor nominal mais baixo do que os 7.000 \$USA, mas devido à diferença na prática social do valor real do salário, o trabalhador americano não consegue sequer pagar uma renda de casa modesta, nem garantir o acesso a outros bens essenciais.

Aproveitando a iliteracia económica e financeira de grandes segmentos da população, a propaganda negativa contra a China comparava salários nominais e escondia e esconde o conceito de poder de compra comparado (PPP).

³ Goodman, J. (2021). Has China lifted 100 million people out of poverty? In *BBC Reality Check*, 28.02.2021. <https://www.bbc.com/news/56213271>. Acedido a 29.06.2021.

⁴ China releases white paper on poverty alleviation. *chinadaily.com.cn*, 06.06.2021. In <http://www.chinadaily.com.cn/a/202104/06/WS606bc164a31024ad0bab3b05.html> Acedido a 29.06.2021.

É, pois, certo que a China ocupa desde 2016 o primeiro lugar no ranking PPP, substituindo os EUA, segundo os relatórios do FMI e do Banco Mundial, que também reconhecem o seu contributo para erradicar a pobreza, na China e para além dela.

Eis como, por ignorância da economia política e do conteúdo político-social e moral da Declaração Universal dos Direitos do Homem e com o monopólio da informação se esconde a realidade e se manipula a consciência social.

A Nova Rota da Seda inscreve-se naquele caminho e já se traduziu em novos acordos multilaterais em todas as regiões do mundo. A superioridade destes projetos e acordos sobre os tratados internacionais em vigor reside, em primeiro lugar, no acesso ao crédito a juros baixos para todos os países, segundo, no respeito pela decisão soberana de cada um sobre a escolha dos seus projetos estratégicos e, terceiro, na posição da China como parceiro que não procura a hegemonia.

Em Portugal, o investimento chinês caracteriza-se e distingue-se do investimento típico das multinacionais estrangeiras (veja-se o que sucedeu à Cimpor, à Ana, aos CTT, ao banco Totta...) pelas seguintes características, conformes ao espírito e aos ideais da Rota da Seda, de que poderemos vir a ser a Porta Atlântica para a Europa, com parcerias estratégicas, capitalização e aumento do património, ausência de despedimentos, manutenção das equipas de administração e gestão nacionais e orientação para as necessidades do mercado nacional.

Esta realidade não pode ser negada e revela que o alegado controlo de setores estratégicos pela China não representa uma ameaça real. Outra questão política é saber se um governo democrático pode ou deve abdicar de ter uma presença efetiva e forte nas empresas estratégicas do seu país, em favor seja de quem for.

O confronto diplomático entre os EUA e a China sobre Xinjiang e os direitos humanos

Em 8 de julho de 2019, um grupo de 22 Estados emitiu uma carta conjunta à 41.ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC), acusando a China de detenção maciça de Uyghurs e outras minorias na região de Xinjiang, no noroeste da China.

Apenas quatro dias depois, em 12 de julho de 2019, um outro grupo de 37 Estados enviou uma carta em sentido oposto à UNHRC em apoio das políticas da RPCh na região de Xinjiang (Xinhua, 13 de julho). Esta carta afirmava que “o trabalho [da UNHRC] deve ser conduzido com o objetivo [...] de não acirrar o

confronto e a politização” e expressava “firme oposição à prática dos países mais influentes de politizar as questões dos direitos humanos, acusando, denegrindo e exercendo publicamente pressões sobre outros países”. Esta carta elogiava “as notáveis conquistas da China” na “proteção e promoção dos direitos humanos através do desenvolvimento”. A carta ainda “apelava aos países mais influentes para que se abstivessem de usar acusações infundadas contra a China” e instava a UNHRC a abordar a situação de Xinjiang “de forma objetiva e imparcial... com informação verdadeira e genuinamente credível” (UNHRC, 12 de julho).

O Qatar retirou posteriormente a subscrição. No entanto, quando uma segunda carta foi remetida no final de julho, representantes de treze outros Estados e da Autoridade Palestiniana tinham acrescentado o seu apoio, elevando para 50 o número total de signatários.

Olhando para os grupos de países “22” e “50” ocorrem-nos três observações fundamentais. A primeira observação é que, neste último grupo, 23 Estados de maioria islâmica apoiaram a RPCh e a política chinesa em Xinjiang. A Turquia não assinou esta Carta, mas apenas alguns dias antes da publicação da declaração, o Presidente da Turquia, Erdogan, afirmou que “residentes de várias etnias que vivem felizes na Região Autónoma de Xinjiang Uighur, graças à prosperidade da China, é um facto indesmentível, e a Turquia não permitirá que ninguém coloque um travão nas suas relações com a China” (Al-Araby, 3 de julho)⁵.

Segunda observação. Do lado americano posicionaram-se Canadá, Austrália, Nova Zelândia e 19 países europeus. Nem um único país muçulmano. Note-se que os próprios Estados Unidos não assinaram a carta do grupo “22”! Os aliados tradicionais que acolhem bases militares norte-americanas, como o Bahrein, o Kuwait e a Arábia Saudita, não subscreveram as acusações dos EUA, por não terem fundamento, e, ao contrário, apoiaram a China. As suas próprias missões, representantes, turistas, jornalistas, visitavam regularmente a região autónoma, mesmo durante o período dos ataques terroristas, e continuam a fazê-lo após a erradicação do terrorismo. Entre os 150 milhões de turistas que o fazem, 10% são estrangeiros.

Muitos deles sofrem o mesmos tipo de agressão terrorista, que manipula a religião islâmica (caso do Paquistão, Egito, Iraque, Síria, Nigéria, Sudão, Etiópia Moçambique...), e apoiam a China sobretudo por essa razão, não por razões

⁵ Yellinek, R. & Chen, E. (2019). The '22 vs. 50' Diplomatic Split Between the West and China Over Xinjiang and Human Rights. China Brief Volume, 19(22). <https://jamestown.org/program/the-22-vs-50-diplomatic-split-between-the-west-and-china-over-xinjiang-and-human-rights/>.

pragmáticas de negócios, sabendo que a China defende o desenvolvimento cordial das relações comerciais, sem boicotes nem chantagens, nem imposições de natureza política ou ideológica, guardando apenas o direito de retaliar quando aquelas acontecem. E a última, mas não menos importante, razão do apoio à China é porque esses países islâmicos e o grupo dos 50 não têm ilusões de que a única coisa que move o governo americano é a conservação da hegemonia dos EUA em todo o mundo, chegando, assim, o momento de criar uma ordem internacional multipolar!

O governo dos EUA e a União Europeia não aceitam os convites do governo chinês para enviar os seus representantes oficiais para visitar Xinjiang.

Terceira observação. Não é credível que todos os governos daqueles 22 países estejam sinceramente comprometidos com a aplicação dos princípios e dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu próprio país, extensivos aos muçulmanos que lá vivem e ao desconhecido povo Uigur e outras 46 nacionalidades da Região Autónoma de Xinjiang. Por uma razão crucial, e esta foi sistematizada pela Human Rights Watch, uma organização criada pelo governo dos EUA para, sob a fachada dos Direitos do Homem, desgastar a imagem dos antigos países socialistas do Leste e depois para denegrir os que põem causa a sua hegemonia, atualmente sob controlo do Partido Democrático e financiada pela Fundação Ford. Kenneth Roth, o seu diretor executivo afirmou: “Tradicionalmente, estes (Direitos Humanos, nos EUA) são vistos como apenas direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, o direito a um julgamento justo, o direito de não serem torturados. Mas acaba aqui”⁶.

É a mesma coisa para a maioria daqueles 22 governos.

A Pandemia da COVID19 à luz dos Direitos Humanos

O combate da China, pela saúde do seu povo e da Humanidade

Os anjos salvadores, vestidos de branco, voaram da Ásia e do Caribe para todo o mundo.

A China, no período mais crítico da pandemia, enviou especialistas e material médico de primeira linha para 89 países (este número já ultrapassa os 200) – da Itália à Coreia do Sul e ao Irão, 28 países asiáticos, 16 países europeus, 26 países

⁶ Kenneth Roth, Diretor Executivo da HRW, sobre o Report 2021. Biden's Challenge: Redeeming a US Role for Human Rights. <https://www.hrw.org/world-report/2021/bidens-challenge>.

africanos, 9 países do continente americano e 10 países do Pacífico Sul, através da China International Development Cooperation Agency (CIDCA). E fê-lo de novo no que respeita à distribuição das vacinas.

Em paralelo com a China, Cuba enviou as suas equipas médicas para 26 países de quatro continentes, sem distinção de regime político ou objetivo de lucro.

Construído pela China na Internet e de livre acesso, o Banco de Dados de Recursos do Novo Coronavírus 2019 registou logo nos primeiros meses mais de 4 milhões de downloads vindos de 152 países e regiões⁷. Contém toda a informação científica resultante da investigação, da sistematização e problemática dos cuidados médicos, das estratégias de controlo da pandemia, adquiridos desde a descodificação do genoma, nos princípios de janeiro de 2020. Empresas privadas e públicas do mundo inteiro, autoridades e centros de investigação puderam assim, desde o início da pandemia, avançar para a descoberta e experimentação da vacina, dos medicamentos e da produção dos equipamentos e materiais adequados ao combate da COVID-19. Sem qualquer contrapartida, económica ou política.

Não só a investigação do novo vírus não foi abafada, como, desde dezembro de 2019 mobilizou todos os recursos da China, The Wuhan Center for Disease Control and Prevention (CDC), the Chinese Academy of Medical Sciences (CAMS), The National Health Commission (NHC) em colaboração com os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA e a Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO).

Desde 3 de janeiro de 2020, a China tem vindo a informar regularmente a Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO), bem como os países e regiões suscetíveis de serem primeiro afetados (Hong Kong, Macau, Taiwan) sobre o surto de uma nova pneumonia, estabelecendo nessa data os primeiros contactos com os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) dos EUA, o seu parceiro estratégico em anteriores surtos epidémicos. De tal modo que, no dia 7 de janeiro, o vírus foi identificado na China como um novo corona e no dia seguinte os CDC dos EUA puderam receber e partilhar toda a informação científica que a 9 de janeiro foi plenamente comunicada à OMS e, na mesma data, divulgada pelas autoridades em grande escala, não apenas entre a população de Wuhan como de toda a China.

⁷ National Bioinformatics Center 2019 Novel Coronavirus Information Database (2019nCoV). <https://bigd.big.ac.cn/ncov>.

Ainda a 9 de janeiro, a OMS/WHO divulgou no seu site um comunicado sobre um conjunto de casos de pneumonia em Wuhan, dizendo que a identificação preliminar de um novo coronavírus num tão curto espaço de tempo constituía uma conquista notável: "...preliminary identification of a novel coronavirus in a short period of time is a notable achievement data".

Os investigadores que trabalham nos laboratórios especializados afirmam que os vírus criados artificialmente têm características específicas que os distinguem dos vírus selvagens e que o SARSCoVID19 apresenta todas as características dos vírus provenientes da natureza, como o reafirmou o chefe da segunda missão que neste ano de 2021 regressou à China, numa mensagem que antecedeu a partida, em nome da OMS, o Dr. Peter Ben Embarek⁸. A primeira missão ocorreu logo em Fevereiro de 2020 e permitiu à OMS organizar o combate mundial contra a COVID19⁹.

Deve perguntar-se: qual foi o centro de investigação que encontrou sinais de artificialidade no COVID19 e lançou a dúvida sobre a sua origem? Nenhum! O boato, sim, foi fabricado e devemos procurar os que dele beneficiaram.

A comunidade científica internacional partilha uma posição de consenso sobre a natureza dos novos vírus epidémicos: eles têm origem na vida selvagem, abundante e oculta nas grandes florestas devastadas pelo nosso modelo civilizacional, infetam os animais e, depois, estes novos hospedeiros, passam-nos aos seres humanos, a partir do que podem sofrer novas mutações, duas das quais foram logo publicitadas e identificadas pelos investigadores chineses. O seu aparecimento, em todo o mundo, em número crescente e com maior frequência, constitui um dos resultados mais trágicos da crise ambiental e da quebra do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas naturais, sobretudo através da perda da biodiversidade e do desaparecimento consequente dos predadores dos vírus. Invadindo os seus refúgios milenares, os seres humanos ficam expostos à sua transmissão indireta pelos animais hospedeiros.

Do combate entre a medicina e as infeções virais, e do desaparecimento das cadeias da biodiversidade que protegiam o ser humano, surgem formas de vírus mais agressivas que causam pandemias.

⁸ Embarek, P. (2021). Episode #21 - COVID-19 - Origins of the SARS-CoV-2 virus. In *Science conversation*. World Health Organization, 14.01.2021.

⁹ *Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease (COVID-19) 16-24 February 2020*. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf>.

O desenvolvimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), do seu trabalho de investigação, prevenção e alerta, foi a resposta que essa mesma humanidade encontrou, para se defender da nova ameaça, que permanecia na memória coletiva desde a mal denominada Gripe Espanhola de 1818, com 20 a 50 milhões de mortos no mundo (60 a 100 mil em Portugal).

O aparecimento de um vírus violento e de grande morbidade voltou a acontecer em 1968, com a Gripe de Hong Kong, na altura uma colónia inglesa, onde teve origem o vírus Influenza A subtipo H3N2, uma das gripes com origem nas aves, que causou mais de um milhão de mortes à escala mundial. Devemos pedir contas à Grã-Bretanha imperial, e para apurar as suas responsabilidades, usar os nossos tribunais para levar ao banco dos réus sua majestade a rainha e os seus governantes e reclamar uma indemnização, acrescida de juros, como clamaram, já não apenas os Trump e Bolsonaros, mas o governo australiano, ministros britânicos, e outros, como os porta vozes dos executivos de Merkel e Macron?

Foi assim que surgiu o VIH – vírus da imunodeficiência humana, causador da sida. Foi detetado em 1981 nos EUA, tornando-se então a principal causa de morte de cidadãos americanos adultos entre os 25 aos 44 anos, que já matou 32 milhões de pessoas em todos os países. Deveríamos chamar-lhe SIDA dos EUA, como propôs o discurso político de Trump e Bolsonaro?

Em 2003, foi a vez da China, com uma nova doença respiratória denominada SARS, causada por um coronavírus parente do atual SARS-CoV-2. E, agora, com o Coronavírus de 2019.

Na última grande pandemia – a chamada Gripe A, em 2009 e 2010, o vírus começou nas aves, transmitiu-se aos suínos, onde se misturou com outro e fez nascer um H1N1 com capacidade de transmissão de pessoa para pessoa. O seu epicentro passou do México aos EUA e espalhou-se pelo mundo, chegando a Portugal a 29 de abril de 2009 (primeiro caso diagnosticado) e atingindo 200 mil portugueses – 124 morreram. Mas à escala do mundo, a perda de vidas humanas superou as 600 mil pessoas.

A segunda missão que visitou a China, no princípio de 2021, prescreveu um rastreio mundial para descoberta das origens do vírus e dos animais hospedeiros (que países como os EUA se recusam a fazer), perspectiva reforçada pela divulgação do estudo na área do cancro do pulmão no Norte da Itália, realizado por uma equipa do centro nacional de tratamento desta doença, cujas amostras foram colhidas em 2019, vários meses antes da descoberta do vírus na China, contendo anticorpos contra a COVID19. Ao que acresce o extermínio de milhões

de martas, nos países criadores do Norte e Centro da Europa e na Espanha, comprovadamente portadoras do vírus que infetou as comunidades humanas locais. O artigo em causa, publicado primeiro na Revista *Il Tumori*, foi acolhido depois pela *Lancet* e divulgado pelas entidades científicas mais reputadas¹⁰.

A ajuda chinesa chegou no momento crítico a Portugal

Wang Yi, ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, disse que a tradição do apoio mútuo entre Portugal e a China é fulcral para um momento como este e afirmou que “não devemos esquecer o apoio que Portugal deu à China quando lutamos contra esta epidemia. Num momento como este, estamos em profunda solidariedade com as vítimas e infetados pelo novo coronavírus em Portugal e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para ultrapassar este obstáculo”¹¹.

Nessa altura, o mercado de saúde confinou-se porque os países mais ricos reservaram para si ou compraram a peso de ouro os recursos de proteção. A Itália e a Espanha foram abandonados à sua sorte pela Comissão Europeia e pelos vizinhos ricos, ainda protegidos da pandemia. Foi a China que partilhou os seus recursos, enviando-os para o mercado quando ainda não tinha controlado a pandemia e através de donativos, que aqui continuamos a elencar no caso de Portugal.

A EDP e a China Three Gorges (CTG) entregaram 50 ventiladores, 200 monitores médicos e outros equipamentos à embaixada de Portugal em Pequim. A CTG foi a primeira empresa a oferecer ajuda às autoridades portuguesas.

O grupo Fosun, o maior investidor chinês em Portugal, enviou diretamente da China equipamentos para combater a pandemia em Portugal, incluindo um milhão de máscaras para uso por profissionais de saúde, entregues ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), que os adquiriu, bem como 200.000 testes desenvolvidos pelo departamento médico da Fosun, Fosun Pharma. A este auxílio, o grupo adicionou cerca de 70.000 máscaras, 7.000 fatos de proteção e 20.000 testes oferecidos ao nosso país, com o apoio da Luz Saúde, Millennium BCP e Fidelidade (empresas do grupo em Portugal).

A Fundação Alibaba e a Fundação Jack Ma, ambas criadas pelo bilionário chinês, doaram máscaras, testes e vestuário de proteção a Portugal.

¹⁰ Unexpected detection of SARS-CoV-2 antibodies in the prepandemic period in Italy.

¹¹ “China reafirma “tradição de apoio mútuo” com Portugal para combater epidemia”, Lusa 31 Março 2020. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-reafirma-tradicao-de-apoio-mutuo-com-portugal-para-combater-epidemia_n1216984.

Um investidor chinês doou 78 ventiladores, entregues à Embaixada de Portugal em Pequim, destinados a hospitais da área metropolitana de Lisboa.

O material médico oferecido pelo Governo chinês a Portugal incluía 144 ventiladores, um milhão de máscaras, 22 mil fatos de proteção individual, 100.000 pares de luvas e óculos e 10.000 tampas cirúrgicas, correspondentes a 4,5 milhões de euros em material médico.

A empresária Ming Hsu, proprietária da imobiliária chinesa Reformosa, ofereceu 4,6 milhões de euros em equipamento médico a Portugal para combater a pandemia Covid-19. Além dos 80 ventiladores que mandou vir da Austrália, cerca de 22.000 fatos de proteção, 100.000 pares de luvas, 100.000 óculos e 10.000 tampas cirúrgicas fazem parte da doação. Além deste auxílio, a empresária organizou um consórcio de empresas chinesas portuguesas para recolher donativos, angariando mais de 200 mil euros.

O Governo adquiriu 500 ventiladores e 200.000 testes à China por 9,5 milhões de euros. É significativo que o valor das ofertas exceda claramente o das compras e que a China tenha tomado medidas severas para evitar práticas comerciais especulativas!

O apoio direto, entre parceiros chineses e portugueses, em todos os tipos de atividades, multiplicou-se por todo o país:

No Porto, a Fosun, em parceria com o Haitong Bank e a Haitong Securities, doou ao município 53.000 máscaras cirúrgicas, 5.000 testes e 200 óculos de proteção e 200 fatos de proteção.

O município de Lanxi e a Associação de Solidariedade de Lanxi entregaram 150.000 máscaras, destinadas a cinco municípios, Alenquer, Maia, Condeixa, Vila do Conde e Santa Maria da Feira.

O município de Vila do Conde recebeu uma doação de 5.000 máscaras da Associação de Mulheres Chinesas e outra de 1.000. Esta entidade apoiou ainda o concelho de Braga, com material de distribuição pelas IPSS.

A comunidade chinesa recolheu outros fundos para apoiar Wuhan e o nosso país. Os chineses que escolheram Portugal como segunda pátria entraram em quarentena voluntária para defender os seus concidadãos portugueses. Nem uma única corrente infecciosa que atingiu o nosso país teve origem na China!

A pandemia da COVID 19 permitiu revelar a verdadeira natureza dos regimes políticos

Em segredo, os governos de 10 países ricos açambarcaram 75% das vacinas, prevenindo-se para a possibilidade de o seu efeito não ultrapassar alguns meses ou até um ano, deixando mais de 130 países em risco de penúria prolongada, desprezando os princípios e imperativos políticos e morais que compõem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que subscreveram e juraram cumprir e fazer cumprir em benefício de toda a Humanidade. Os EUA, a UE, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá e o Japão asseguraram mais de 3 mil milhões de doses, um excesso superior a mil milhões face às 2,06 mil milhões necessárias para a totalidade das suas populações (Reuters, 19 Fevereiro 2021). O Canadá liderou a tabela, de acordo com os dados da empresa de análises Airfinity, “com doses suficientes para vacinar cada canadense cinco vezes”. Israel e a Austrália fizeram o mesmo...

A denúncia veio de todo o lado, do Secretário-Geral da ONU, do presidente da OMS, de organizações humanitárias.

Em 18.02.2021, a Agência Lusa atualizava a posição da RP da China:

A China nunca teve objetivos geopolíticos na venda das suas vacinas. Nunca fez cálculos para beneficiar economicamente e não estabeleceu condições políticas, disse o ministro Wang, citado pelo portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

Há uma lacuna na distribuição. As vacinas estão a ir rapidamente para os países de rendimento alto, mas não para os países em desenvolvimento. Isto só vai exacerbar mais as desigualdades.

O ministro também sublinhou que as vacinas devem ser um “produto público acessível em todos os países” e que para a China é “imperativo” fazer o possível para pesquisar, desenvolver e distribuir vacinas em todo o mundo.

III. O PCCh, o partido do socialismo ecológico e do projeto de uma nova ecocivilização

O desenvolvimento sustentável foi reconhecido como o conceito científico de desenvolvimento na Terceira Sessão Plenária do 16.º Congresso Nacional da CPC em 2003. Foi estabelecido como o pensamento orientador para o desenvolvimento económico e social da China no 17.º Congresso Nacional do PCCh,

entendido como um desenvolvimento equilibrado entre áreas urbanas e rurais, entre o homem e a natureza, e entre diferentes gerações.

O Presidente chinês Hu Jintao declarou o objetivo de construir a Civilização Ecológica no 17.º Congresso Nacional do PCCh.

Iniciou-se na década de 1980 um quadro jurídico para a proteção do ambiente, no entanto, as leis foram largamente ignoradas pelas empresas estrangeiras e domésticas na sua tentativa de obter lucros, e as prioridades dos governos locais continuaram a ser as prioridades de atrair e promover o investimento e o emprego.

Em 2013, o Presidente Xi Jinping afirmou: “Nunca mais procuraremos o crescimento económico à custa do ambiente”.

O conceito de “construção da civilização ecológica” foi adicionado aos estatutos durante o 18.º Congresso do PCCh em 2012, por iniciativa do presidente Xi.

Isso significa, pela primeira vez da História, que a filosofia ambiental é doutrina de Estado e os filósofos são as mesmas pessoas que os líderes políticos, com uma dimensão coletiva de 92 milhões de militantes comunistas, 78 milhões de jovens comunistas e mais de um milhão de militantes dos partidos democráticos seus aliados.

Após o 18.º Congresso Nacional do PCCh, a Terceira e Quarta Sessão Plenária do Comité Central elaborou o desenho estratégico para a construção da Civilização Ecológica no quadro do Socialismo com Características Chinesas. No 13.º Plano Quinquenal (2016-2020), o Desenvolvimento Ecológico tornou-se um dos cinco princípios de desenvolvimento após o Comité Central e o Conselho de Estado terem publicado as orientações para acelerar a construção da civilização ecológica.

A província de Fujian foi escolhida como zona piloto de demonstração da civilização ecológica a nível de província, com outros projetos-piloto na província de Jiangxi, província de Yunnan, província de Quinchai, província de Guizhou e Região Autónoma de Xinjiang.

Paralelamente às referências ideológicas aos fundadores do pensamento marxista-leninista e à sua evolução e metamorfose no maoísmo chinês, bem como às contribuições filosóficas-políticas da nova geração de líderes, os princípios ambientais ganharam o estatuto de lei do PCCh, vertida nos seus Estatutos (Preâmbulo, 2012):

O Partido Comunista da China lidera o povo na promoção do progresso ecológico socialista. Eleva a sua consciência ecológica da necessidade de respeitar,

acomodar e proteger a natureza; segue a política básica do Estado de conservação dos recursos e proteção do ambiente e o princípio de dar grande prioridade à conservação dos recursos, à proteção do ambiente e à promoção da sua restauração natural; e prossegue um desenvolvimento sólido que conduz ao aumento da produção, da profusão e de um bom ecossistema. O Partido esforça-se por construir uma sociedade de conservação de recursos e amiga do ambiente; e preserva o espaço geográfico da China e melhora a sua estrutura industrial e modo de produção e o modo de vida chinês no interesse de conservar recursos e proteger o ambiente. Tudo isto visa criar um bom ambiente de trabalho e de vida para as pessoas e garantir um desenvolvimento duradouro e sustentável.

Este desenvolvimento ideológico teve um impacto imediato, tanto na vida interna do PCCh, como na fundação da Escola do PCCh no Ministério do Ambiente, destinada a educar os quadros do partido nas questões ambientais sob o lema “A China Formosa”, envolvendo não só milhões de militantes, mas toda a sociedade chinesa, através da convocação das “duas assembleias”, da 12.^a Assembleia Nacional Popular e da 12.^a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, que estabeleceram as políticas correspondentes.

IV. Uma Nova Era de globalização

A crise económica e financeira já lavrava antes da crise da COVID e, desta vez, tendo a Alemanha como epicentro. A crise nos EUA aproximava-se.

Nos EUA, no Japão e no Reino Unido, o crescimento económico assentou na expansão do crédito e na aumento da emissão de papel-moeda, na sobreprodução de bens e serviços, e, particularmente nos EUA, à custa de incomensuráveis custos ambientais, repetindo o ciclo infernal que se inicia com a política de expansão monetária, baixa de juros e excesso de liquidez e conduz ao crescimento da dívida global, à nova crise de sobreprodução e ao colapso do sistema financeiro. Tudo isto agravado pela saída dos capitais da economia real, das empresas e mesmo dos bancos, para poderosos Fundos Financeiros não escrutináveis, para a compra de obscuros “produtos derivados” e títulos de Dívida Soberana, que não criam nem mercado, nem postos de trabalho, nem inovação, nem impostos significativos.

O protecionismo americano dirigido contra a economia da China provocou colateralmente a contração do comércio mundial e graves danos na economia

da União Europeia, que tem na China o seu principal mercado. Como resultado, a Alemanha apresentava um PIB estagnado ou negativo ao longo dos trimestres de 2019.

A crise económica nos EUA viria a seguir. Uma crise de superprodução, provavelmente a iniciar-se no setor da produção de combustíveis fósseis, como a pandemia revelou, conduzindo os oligopólios do setor a pagar aos clientes para esvaziar os stocks.

Anotemos que o PIB da China apenas depende em 18,26% (2018) da exportação, numa tendência decrescente que, no período de 10 anos, baixou de 31,15% para aquele valor; ao contrário, o PIB europeu depende em grande medida das exportações. Veja-se o caso das suas maiores economias: a Alemanha, 38,71% (2019), França, 21,04% (2019), Itália, 26,62%, Espanha, 23,94%, mas não do Reino Unido, 16,61% (2019).

Abriu-se uma Nova Era de globalização, no plano político, económico e social. A globalização deixou definitivamente de ser hegemonzada pelos EUA e ganhou uma dimensão multipolar, enquanto, paradoxalmente, se materializou a integração da economia dos EUA e da China. Portugal, passou a ocupar o lugar estratégico de porta atlântica da Rota da Seda da Eurásia

Segundo a avaliação conjunta do FMI e do BM, desde 2011 que a China ultrapassou os EUA em poder de compra comparado PPP (erradicação da pobreza em 2020, com um balaço de 850 Milhões de cidadãos da RPCh retirados da pobreza, desde a sua fundação em 1949), enquanto, sem o contributo do PIB da China, em permanente crescimento, o mundo já teria entrado em recessão em 2016.

Pese embora as empresas americanas do setor militar-industrial continuarem a liderar, em áreas como a eletrónica, a robótica, a engenharia militar, a cibernética...e o PIB nominal dos EUA continuar a ser o mais elevado e o mais mal distribuído do mundo: 1% dos americanos auferem de 93,5% do valor do PIB (Fonte: Reserva Federal dos EUA).

Esgotada e em crise, a globalização financeira, hegemonzada pelos EUA, o Reino Unido e o japão, abre-se uma Nova Era de globalização não hegemónica, já anunciada pelos BRICS, com os acordos de comércio e cooperação gerados pela Nova Rota da Seda que, na África e através do Fórum China-Africa Cooperation (FOAC), se traduzem pela adesão de 53 dos 54 países africanos e na celebração de 37 acordos de cooperação estratégica com 37 desses países, com base no

modelo da Etiópia: criação de um HUB industrial, tecnologicamente avançado e sustentável no plano ambiental. Na Eurásia, esses acordos criaram uma nova área de integração económica, servida pelos Caminhos de Ferro que, nos dois sentidos, ligam as cidades chinesas a Londres e Madrid em menos de duas semanas. E, mais recentemente, o Acordo sobre o Investimento UE-China. Finalmente, por iniciativa da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), constituiu-se a Parceria Económica Abrangente Regional (RCEP, na sigla em inglês), o maior acordo comercial do mundo em termos de Produto Interno Bruto (30%).

O sistema financeiro internacional cavou a sua própria queda ao criar para si próprio um valor artificial de dívida global (pública, empresarial, das famílias e mesmo dos pequenos bancos para com os maiores, que ultrapassa em 286% o PIB mundial), através de obscuros produtos financeiros, a manipulação das agências de *rating*, a desregulamentação da sua própria atividade e a criação de um cartel dos maiores bancos privados mundiais, a proliferação dos paraísos fiscais até no coração da própria Europa, como a City de Londres ou o Luxemburgo e o controlo dos governos e instituições ocidentais, como a União Europeia e o FMI.

Os 17 bancos gigantes, que dominavam a primeira globalização, assediados pela concorrência desleal dos Fundos Abutre, em vez de exigirem uma regulação da sua atividade, optaram por copiar a sua estratégia e métodos, despedaçando o volante regulador da atividade financeira, que agora é uma locomotiva alucinada em marcha cega para o desastre da próxima crise.

O que distingue a Nova Era da globalização da primeira vaga financeira, caracterizada pela desregulação do mercado financeiro (com o emergir dos todopoderosos Fundos Abutre) e hegemónizada pelos EUA? Porque ganham superioridade os novos acordos multilaterais, face aos tratados internacionais vigentes e as instituições que os governam – FMI e Banco Mundial, hegemónizadas pelo capital dos EUA e o seu dólar?

A diferença dos acordos BRICS, Nova Rota da Seda, RCEP, que anunciam uma Nova Era, reside, em primeiro lugar, no acesso ao comércio livre em pé de igualdade tal como ao crédito a juros baixos acessíveis de todos os parceiros; segundo, no respeito pela decisão soberana de cada um sobre a escolha dos seus projetos económicos estratégicos e o modelo de regime de governação (com vários tipos de democracia); terceiro, na posição da China como parceiro que não procura a hegemonia, porque abdica de criar mecanismos que lhe podiam garantir essa hegemonia. Veja-se o caso do AIIB The Asian Infrastructure Investment Bank (2015): a China anunciou que já foram planeados mais de 1 trilião yuan (US \$ 160

bilhões E.U.) de projetos de infraestruturas. O Banco tem um capital autorizado de US \$ 100 bilhões, dos quais 75% serão provenientes de países asiáticos e da Oceânia. Mas a China detém apenas 26% dos direitos de voto.

RCEP abre caminho para a criação de uma zona livre de comércio, abrange dez economias do sudeste asiático (Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietname, Birmânia, Camboja, Laos e Brunei) mais a China, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Austrália, onde vivem mais de 2 mil milhões de pessoas. A Índia reservou a opção de aderir a este acordo posteriormente.

Os países da Eurásia, desde o leste da China até ao ocidente da Europa, estão a constituir um mercado contíguo que cobre 60 países e 60% da população, 75% dos recursos energéticos e 60% do PIB do mundo. Estima-se que dentro de dez anos o comércio em toda esta região poderá superar US \$ 2,2 triliões por ano.

Portugal, porta atlântica da Rota da Seda da Eurásia, significa para o futuro da economia peninsular e europeia que essa porta será Sines e a ligação ferroviária a Madrid, com a revitalização do aeroporto de Beja, ou vai ser Sevilha.

A integração da economia dos EUA e da China constitui a base da prosperidade de muitas grandes empresas americanas Starbucks (SBUX), Boeing (BA) and Apple (AAPL, Tech30).

A China é um grande investidor nos EUA (e na União Europeia).

A economia americana é hoje uma economia militarizada, ao serviço da qual se têm multiplicado as intervenções militares e vai em crescendo a guerra económica contra os seus próprios aliados.

O apoio de alguns governos europeus a estas intervenções colocou a Europa numa situação de “guerra de baixa intensidade”, que o terrorismo representa.

A análise da política dos EUA deveria iniciar-se tendo como referência a sua “Estratégia de Defesa Nacional” e a sua “Estratégia de Segurança Nacional”, que, sendo do governo de Trump, já era a do governo Obama, a qual proclama o estatuto dos EUA como potência hegemónica que não pretende ceder o seu domínio. E a sua comparação com as suas equivalentes, nomeadamente da China!¹² A Estratégia de Segurança Nacional, ESN [National Security Strategy (NSS)] afirma que “China e Rússia desafiam o poder, a influência e interesses dos EUA, tentando

¹² Ver General Wei Fenghe, Ministro da Defesa Nacional e Conselheiro do Estado da República Popular da China, 2/6/2019, Discurso perante o 18.º Diálogo Xangrilá, Global Times, Pequim.

erodir a segurança e a prosperidade dos EUA". O boicote económico do Japão, foi a causa estratégica do desencadear da guerra em Pearl Harbour.

Os EUA aplicam hoje sanções a mais de 160 países que classificam como desafiadores do poder, a influência e interesses dos EUA, ameaças à segurança e a prosperidade dos EUA. Foi Obama quem classificou a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos EUA!"

A Estratégia de Defesa Nacional, EDN [National Defense Strategy (EDN)] do Governo Trump afirma que a China "almeja a hegemonia regional no Indo-Pacífico no curto prazo, e a apelar os EUA para alcançar a hegemonia global no futuro"¹³.

O Governo Trump agravou esta visão política, classificando a Rússia como inimigo.

A guerra económica dum potência que sabe ter perdido a superioridade na economia, mas dispõe de supremacia militar sobre todos os adversários, é um facto novo na história moderna. As consequências deste facto não são ainda totalmente perceptíveis, mas já levaram à guerra do petróleo contra a OPEP, lançada pelo aliado Arábia Saudita, que provocou deliberadamente o *dumping* dos preços do barril, devastando a economia da Rússia, do Irão, da Venezuela, mas também de Angola...

A guerra económica, parece evoluir para um confronto global, que não poupa sequer os aliados dos EUA. Recordo dois episódios recentes:

5 G: Não usar rede da Huawei significa atraso de "pelo menos 2 anos", protestam os CEO do sector das Telecomunicações!¹⁴

Os Estados Unidos têm tentado bloquear a construção do novo oleoduto Torrente Norte-2, com ligação direta entre a Rússia e a Alemanha, sem intermediários, seguindo uma estratégia de boicote à economia dos países que considera inimigos ou adversários e dependem da venda do seu petróleo e gaz, mas também porque o setor de combustíveis fósseis se encontra atolado, com os barcos e os depósitos a regurgitar, o que ainda há pouco provocou a venda dessas reservas ao desbarato e mesmo com o ónus de as empresas produtoras pagarem milhares de milhões de dólares para se livrarem do crude em excesso.

¹³ The National Defense Strategy (NDS). <https://www.defense.gov/Explore/Spotlight/National-Defense-Strategy>.

¹⁴ NOS/5G: Não usar rede da Huawei significa atraso de "pelo menos 2 anos". *JN. Dinheiro Vivo*, 08.03.2019. In <https://www.jn.pt/economia/dinheiro-vivo/nos5g-naousar-rede-da-huawei-significa-atraso-de-pelo-menos-2-anos-10657781.html>. Acedido a 29.06.2021.

Emmanuel Macron e Angela Merkel sublinhavam a importância que a Europa precisa dar à autossuficiência e a necessidade de apostar numa frente unida, numa estratégia de mão estendida e punho fechado face à futura Administração norte-americana.

O Federalismo monetário e burocrático da UE foi incapaz de enfrentar as novas pandemias e erradicar o terrorismo. Mas o caminho para um Federalismo Democrático com características europeias está fechado. É este debate que temos de abrir.

Que lições da História, como ciência política, chegam da China para uma Europa que sofre a crise das democracias liberais e o emergir de regimes autoritários no seu próprio seio, e, para além deles, uma crise civilizacional? Portugal precisa de um projeto de convergência democrática e unidade que congregue mais do que a frente ampla da esquerda, e estabeleça um programa comum com a direita democrática, programa que represente os interesses da nação portuguesa e agregue aos partidos políticos todas as forças sociais, para enfrentar as novas crises e levar a cabo a transição ecológica da economia e a inovação democráticas. E reproduzir essa convergência democrática à escala nacional numa escala europeia.

Inovação e sustentabilidade são as chaves de progresso apontadas pela China, não apenas no domínio da digitalização da economia atual, mas sobretudo através da construção do que a China chama as sete novas infraestruturas, que incluem os grandes *Data Center*, mas também a Inteligência Artificial, as Redes de Transporte Elétrico e dos CF de alta velocidade... pela via ecológica.

No quadro da nova globalização multilateral, uma Europa reconstruída sobre um caminho original para o Federalismo Democrático poderá ombrear em pé de igualdade com a China na construção de um futuro comum pacífico e próspero e cooperar com os EUA e outras entidades internacionais, para favorecer nesse país e no mundo o triunfo das forças democráticas, da paz e dos Direitos Humanos em toda a sua plenitude.

Referências bibliográficas

- Arturov, O. A. (1951). *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política. O Regime Estatal da República Popular da China*, n.º 36. Set-Out de 1951, S. Paulo, Brasil.
- Bell, D. (2020). *O Modelo Chinês. A Meritocracia Política e os Limites da Democracia*. Lisboa: Gradiva.

- China reafirma “tradição de apoio mútuo” com Portugal para combater epidemia. *Lusa*, 31.03.2020. In https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-reafirma-tradicao-de-apoio-mutuo-com-portugal-para-combater-epidemia_n1216984. Acedido a 29.06.2021.
- China releases white paper on poverty alleviation. *chinadaily.com.cn*, 06.06.2021. In <http://www.chinadaily.com.cn/a/202104/06/WS606bc164a31024ad0bab3b05.html>. Acedido a 29.06.2021.
- Constitutions of PRC. In http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Constitution/node_2825.htm. Acedido em 10.09.2019.
- NOS/5G: Não usar rede da Huawei significa atraso de “pelo menos 2 anos”. *JN. Dinheiro Vivo*, 08.03.2019. In <https://www.jn.pt/economia/dinheiro-vivo/nos5g-naousar-rede-da-huawei-significa-atraso-de-pelo-menos-2-anos-10657781.html>. Acedido a 29.06.2021.
- Embarek, P. (2021). Episode #21 - COVID-19 - Origins of the SARS-CoV-2 virus. In *Science conversation. World Health Organization*, 14.01.2021. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/media-resources/science-in-5/episode-21---covid-19---origins-of-the-sars-cov-2-virus?fbclid=IwAR1UMrqaxzk4g7vQ9iB6s5VdyuHQYjA7ayeJp6IDqpUKN6PUKAH1W7T6ZLE>.
- Fenghe, W. (2019). <http://sakerlatam.es/china/general-wei-fenghe-ministro-da-defesa-nacional-e-conselheiro-do-estado-da-republica-popular-da-china/>. Acedido a 10.09.2019.
- Goodman, J. (2021). Has China lifted 100 million people out of poverty? In *BBC Reality Check*, 28.02.2021. <https://www.bbc.com/news/56213271>. Acedido a 29.06.2021.
- Jinping, X. (2018). *Governança da China*, I e II. Beijing: Editor de Línguas Estrangeiras.
- Jintao, H. (2012). Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress. Pequim. http://www.china-embassy.org/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm. Acedido a 19.02.2017 Acedido a 29.06.2021.
- National Bioinformatics Center 2019 Novel Coronavirus Information Database (2019nCoV) <https://bigd.big.ac.cn/ncov> Acedido a 29.06.2021.
- Report of the WHO-China Joint Mission on Coronavirus Disease (COVID-19) 16-24 February 2020. <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf> Acedido a 29.06.2021.
- Roth, R. (2021). *Biden's Challenge: Redeeming a US Role for Human Rights*. <https://www.hrw.org/world-report/2021/bidens-challenge> Acedido a 29.06.2021.
- The National Defense Strategy (NDS). <https://www.defense.gov/Explore/Spotlight/National-Defense-Strategy/> Acedido a 29.06.2021
- Tumori. 2020 Nov 11:300891620974755. doi: 10.1177/0300891620974755. Online ahead of print. PMID: 33176598 Acedido a 29.06.2021.
- Xiaoping, D. (1995). Selected Works of Deng Xiaoping (vol. I). Pekin: Foreign Languages Press. <http://en.theorychina.org/ldbook/>. Acedido a 19.02.2017.

- Yellinek, R. (2019). The "22 vs. 50" Diplomatic Split Between the West and China Over Xinjiang and Human Rights. *China Brief*, vol. 19, issue 22, 31.12.2019.
- Zemin, J. (1998). Thought of Three Represents Fourth Plenary Session of the Thirteenth Party Central Committee (1998) of China ratified by the Sixteenth Party Congress in 2002. <http://en.people.cn/90002/92169/92211/6274616.html>. Acedido a 19.02.2017.

Cooperação Portugal – China na industrialização dos PALOP, no âmbito da BRI

Portugal – China Cooperation in the Industrialization of PSAC within the BRI Scope

Fernanda Ilhéu

ISEG, CEaA, ANRS
fernandailheu@iseg.ulisboa.pt
Ciência ID: CD1B-9F16-A2BC

Joana Campos

ISEG, ANRS
joanacflcampos@gmail.com

RESUMO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são países em desenvolvimento, com elevados índices de pobreza, embora tenham elevado potencial de desenvolvimento. Contudo, têm um reduzido conhecimento tácito dos processos de desenvolvimento, não conseguindo promover o seu autodesenvolvimento, necessitando de cooperação externa. A APD recebida da UE tem tido efeitos benéficos na saúde e educação, mas tem sido um desastre em termos de desenvolvimento económico.

A BRI, tem uma abordagem diferente, assentando numa cooperação interativa, em que os países que concordam em cooperar, começam por construir as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de setores chave da economia e planeiam projetos conjuntos de conectividade. Portugal e alguns PALOP, assinaram já MOU no âmbito BRI, que podem incluir projetos multilaterais, nomeadamente China, Portugal e os PALOP. A questão que se levanta é: Em que setores poderão as empresas portuguesas e chinesas, cooperar com os PALOP no âmbito BRI? Nesta investigação analisamos os Planos de Desenvolvimento dos PALOP para identificar que setores consideram prioritários para o seu desenvolvimento e, cruzamos com os setores em que Portugal e China mais investem nos PALOP, conseguindo delimitar os setores de cooperação.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Económico, Industrialização, Cooperação Portugal-China, PALOP, BRI.

ABSTRACT

The Portuguese-speaking African Countries (PSAC) are developing countries, with high levels of poverty, while at the same time showing a high potential for development. However, they have little tacit knowledge of development processes and continue to fail to promote their self-development, thus requiring external cooperation. The financial aid (ODA) received from the EU and countries like Portugal has had beneficial effects on health and education, but it has been a disaster in terms of economic development.

BRI has a different approach, based on interactive cooperation, in which countries that agree to cooperate start by building the infrastructure necessary for the development of key sectors of the economy and plan joint projects of connectivity. Portugal and some PSAC have already signed an MOU within the scope of BRI, which may include multilateral projects, namely including China, Portugal and the PSAC. The question that arises is: in which sectors can Portuguese and Chinese companies cooperate with the PSAC in terms of BRI? In this study, we analyse the PSAC Development Plans to identify which sectors they consider to be priorities for their development and, we focus on the sectors in which Portugal and China invest the most in the PSAC, and how they manage to define the sectors of cooperation.

KEYWORDS

Economic Development, Industrialization, Portugal-China Cooperation, PSAC, BRI.

1. Importância da industrialização no crescimento da economia

Cada país deve planejar o seu desenvolvimento de uma forma integrada, tendo em consideração o seu desenvolvimento económico e humano e para isso deverá ter como ponto de partida os seus recursos naturais e humanos, a sua situação geoestratégica, o seu modelo político e o compromisso do seu governo com o desenvolvimento, mas também o seu contexto cultural. Normalmente os países encontram condicionantes nesse processo, tais como falta de capital, falta de tecnologia, falta de mercados, falta de capacidades humanas e insuficiente educação e muitas vezes governos fracos e corruptos. Muitos também não possuem recursos naturais e muitos possuem-nos, mas não os processam e valorizam e, sozinhos são incapazes de o fazer.

Muitos desses países têm na agricultura ou na exploração de produtos primários a sua principal ou única fonte dos rendimentos nacionais e alguns podem até em certos períodos obter rendimentos elevados da exploração desses recursos, quer essa exploração seja feita por empresas nacionais ou multinacionais, no entanto muitos desses países não conseguiram aproveitar esses rendimentos para lançar um processo sustentável de desenvolvimento, e quando a procura desses produtos no mercado global baixa, por exemplo, por efeito de uma crise económica ou porque o progresso tecnológico os torna substituíveis ou quando a oferta aumenta e os preços no mercado global descem dramaticamente, esses países ficam numa situação de grande fragilidade económica. Pode dizer-se que os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) se encontram nesta tipologia.

A industrialização é considerada por vários autores como benéfica para o crescimento económico sustentável de um país. Quando falamos de industrialização, estamos a referir-nos ao processo pelo qual a economia deixa de ser centrada na agricultura para passar a ser centrada no fabrico (Murphy et al., 1989).

O desenvolvimento industrial sustentável está associado à criação de emprego, inovação, infraestruturas, desenvolvimento tecnológico e de capital humano (UNIDO, 2016). No entanto, essa industrialização necessita de condições prévias para se desenvolver, como infraestruturas de qualidade, atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e transferência de *know-how*.

A melhoria de infraestruturas e conectividade são a base para o desenvolvimento do comércio, do investimento e da atividade económica. Existe muito

trabalho de investigação académica, que tem sido desenvolvido sobre o impacto da construção de infraestruturas no crescimento económico.

Quando um investimento é sólido, os projetos de infraestruturas podem ter um efeito multiplicador e criar um estímulo económico, através do aumento da procura de bens e serviços, quando a construção está a ocorrer e também pela redução de custos (se o investimento é acompanhado, por políticas de aumento de eficiência) e ou pela atração de investidores, que procuram locais de produção com custos menores, como ou por exemplo, operadores de serviços de transporte e logística (Brautigam, 2019).

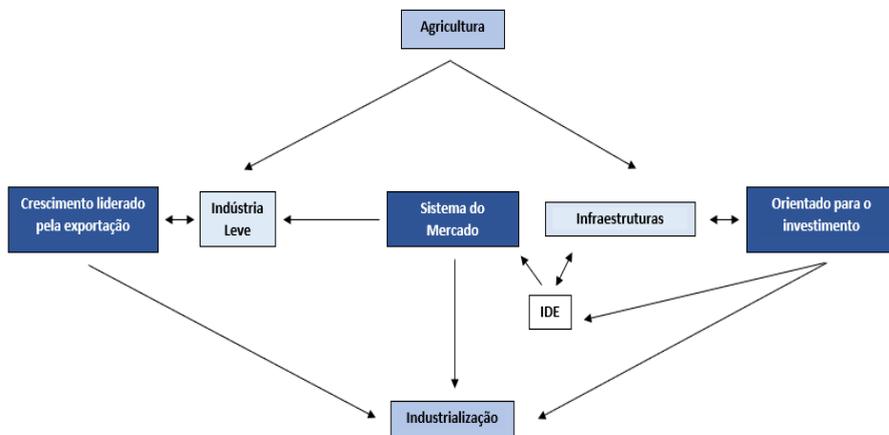
As próprias instituições financeiras de desenvolvimento económico, recomendam aos seus membros que aumentem o investimento em projetos de infraestruturas para sustentar o seu crescimento económico. Então os projetos de construção de infraestruturas são não só um estímulo ao crescimento económico de per si, mas também muito importantes para atrair o IDE em indústria ou serviços. Na realidade, a maioria dos países em desenvolvimento como os PALOP, necessita de atrair esse tipo de investimento para desenvolver o seu setor industrial, porque a indústria necessita da acumulação de capital físico e, se internamente não o gera, terá que o procurar no exterior, mas necessita também da acumulação de capital humano, porque para um país absorver as tecnologias transferidas pelos investidores estrangeiros são necessárias bases minimamente qualificáveis de capital humano (Wong & Yip, 1999; Borensztein et al., 1998). No fundo esses países têm de se tornar atrativos para o IDE, porque sabemos que de acordo com a Teoria Eclética (Dunning, 1980; 1988), os mercados escolhem as empresas que os vão fornecer, pelas vantagens competitivas das empresas, e essas empresas, escolhem os locais onde vão produzir esses produtos, pelas vantagens competitivas dos países. Essas vantagens são analisadas de uma forma comparativa entre países, em dimensões como; disponibilidade que têm de infraestruturas físicas, nomeadamente, de energia, de transportes, de logística, a existência de portos e aeroportos, o fornecimento de água, esgotos, a disponibilidade de espaços industriais infraestruturados, mas também infraestruturas legais com sistemas de impostos atrativos, sistemas alfandegários facilitadores de transações comerciais com o exterior e pouco onerosos, possibilidade de transferência para o exterior dos lucros obtidos, mas também infraestruturas digitais. A conectividade digital é fundamental assim como a disponibilidade de recursos e capital humano, onde a educação e a formação são importantes.

2. O Modelo de Desenvolvimento Económico da China e as ZEE

O modelo de desenvolvimento económico da China, que lhe permitiu tirar da pobreza 850 milhões de pessoas, ao mesmo tempo que se tornava a 2.^a economia mundial, foi iniciado em 1979, com a Política de Reforma e Abertura. Esse modelo consistiu em atrair para a China as cadeias de valor global das empresas multinacionais, criando condições de atratividade para atrair esses investimentos que com elas se transferiu para a China capital, tecnologia, conhecimento e mercados abertos de importação para os produtos chineses.

Essa atração foi conseguida criando zonas para fomentar a indústria orientada para a exportação, onde as infraestruturas físicas e legais (com enquadramento de licenciamento interno favorável e estatuto de zona de comércio livre em termos alfandegários). Essas zonas com o estatuto de Zonas Económicas Especiais (ZEE), foram verdadeiras ilhas de competitividade, implementadas por forma a facilitar esse investimento, onde às facilidades criadas, se juntava um enorme exército de mão de obra a custos muito baixos, lembre-se que nessa altura o rendimento *per capita* anual na China era cerca de US\$182 (Lin, 2011).

Fig. 1 - Modelo das Zonas Económicas Especiais



Fonte - Hao Zhang e Fernanda Ilhéu (2014).

Essas zonas industriais, criadas fundamentalmente com objetivo de atrair IDE que possibilitasse a passagem de um economia agrícola para uma economia industrial, foram criadas em locais geograficamente estratégicos, na proximidade de zonas portuárias, porque se previa um aumento das exportações e importa-

ções, resultante da sua atividade e com fronteiras para *hubs* já desenvolvidas onde existiam comunidades de chineses ultramarinos, os primeiros a serem incentivados a investir nessas zonas e a servirem de promotores de investimento junto dos seus parceiros estrangeiros.

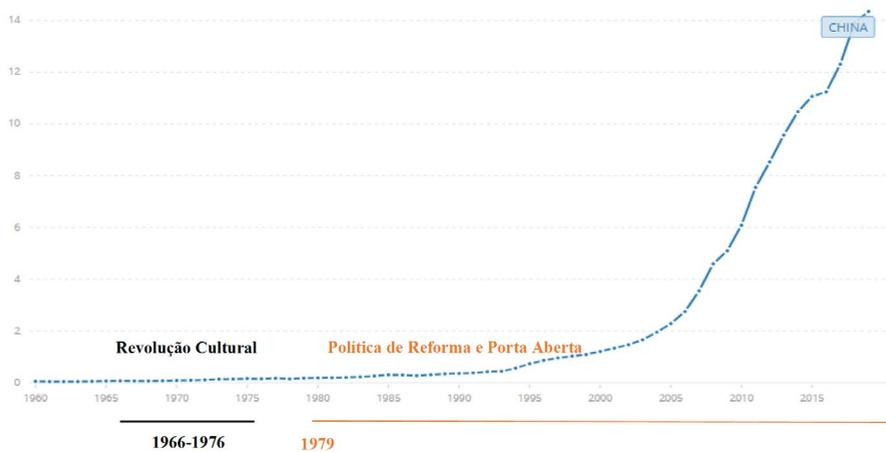
Assim, as primeiras ZEE na China, foram criadas entre 1982 e 1984, primeiro em Shenzhen, ao lado de Hong Kong e em Zhuhai, na fronteira com Macau depois em Xiamen e Shantou, em frente a Taiwan e Hainan numa ilha ao Sul da China, e em 1990 juntou-se Pudong em Shanghai. Posteriormente, outras zonas e cidades foram abertas ao investimento estrangeiro com igual estatuto, situando-se preferencialmente ao longo da costa, dos rios ou em zonas fronteiriças.

Na realidade, nos anos 90, cerca de 80% do IDE nessas zonas veio da diáspora chinesa, 50% de Hong Kong, 15% de países asiáticos e o restante dos EUA, Austrália e Europa (Ilhéu 2006; OECD 2008). A diáspora chinesa foi muito importante neste processo, devido ao seu sentimento patriótico, à semelhança cultural e linguística e pelo facto de muita dessa diáspora ser constituída por empresários e comerciantes. Estes dinamizaram os seus parceiros de negócio, nos países onde viviam ou negociavam a investir com eles e foi assim que ajudaram a China a abrir mercados externos e a alavancar investimentos. Considerando que o objetivo destas zonas era a produção de produtos da indústria ligeira para exportação, esta rede foi essencial, note-se que as empresas com capital estrangeiro eram nos anos 90, responsáveis por cerca de 60% das exportações e importações chinesas, em 2012 essa percentagem estava em cerca de 50% e em 2020, ainda 43,1% das exportações da China e 45,7% das importações foram realizadas por esse tipo de empresas. Estes investidores têm também grande importância na transferência de tecnologia e práticas de gestão que dão grande contributo para o aumento de valor dos produtos produzidos na China e na modernização do próprio tecido empresarial.

O peso do setor agrícola na estrutura do emprego da população alterou-se de uma forma muito significativa, demonstrando a passagem de uma economia baseada na agricultura para uma em que a indústria e os serviços ocupam a maioria da população, como é próprio das economias de países industrializados. Em 1980, cerca de 69% dos trabalhadores chineses eram agrícolas e eles contribuíam com 30% do PIB, o que quer dizer um rendimento muito baixo por trabalhador resultante de uma baixa produtividade. A indústria ocupava apenas 18% dos trabalhadores que contribuíam com 49% do rendimento e os serviços ocupavam 13% da população e o seu rendimento era 21% do PIB. Como resul-

tado do modelo de desenvolvimento que referimos acima, em 2012 a mão de obra empregue na agricultura tinha diminuído para 30% e a da indústria serviços tinham subido respetivamente para 35 e 36%. Presentemente, a agricultura emprega 25,1% dos trabalhadores e contribui com apenas 7,7% do PIB, sendo a China já uma economia industrializada e de serviços, com 37% da sua riqueza obtida na indústria e 54,5% nos serviços, que empregam respetivamente 27,5% e 47,5% da mão de obra ativa (CIA World Fact Book, 2013; NBSC, 2020).

Resultados do Processo de Industrialização
(Crescimento do PIB em US\$ Triliões)



Fonte - Banco Mundial (1960-2019).

Na realidade, as ZEE têm tido um papel crítico e indispensável no chamado “Milagre Chinês” (Yao, 2014), podemos dar como exemplos Shenzhen e Zhuhai que passaram de pobres e pequenas aldeias de pescadores, em 1980, para grandes *hubs* em cerca de 40 anos. Em termos de PIB, a economia de Shenzhen valia, em 1980, cerca de US\$181,2 milhões e em 2019, esse valor era de US\$396 mil milhões, portanto, uma taxa de crescimento médio de 20,7% foi alcançada e, embora com crescimento menor, cerca de 17,4% de crescimento anual médio, Zhuhai passou de um PIB de US\$175,17 milhões, em 1980, para USD\$50,1 mil milhões (JOP 2020).

Este modelo de industrialização orientada para a exportação tornou a China no 1.º exportador mundial desde 2009 e na nação mais comercial do mundo desde 2013 (Mckinsey Global Institute 2019). Este volume de IDE e de comércio internacional proporcionou uma importante acumulação de capital e de divisas

estrangeiras que capacitou a China para um enorme progresso na internacionalização da sua economia, aumentando muito significativamente o Investimento Direto Estrangeiro no Exterior (IDEE) das empresas chinesas, que na maioria dos casos preferem como forma de investimento no exterior as fusões e aquisições de empresas dos países anfitriões, mas também, embora em menor percentagem os investimentos de raiz e, neste caso, muitas vezes preferem localizações com características semelhantes às ZEE. Aliás, o próprio governo chinês, que encoraja este processo, tem negociado com alguns países o desenvolvimento da criação dessas zonas em países de várias partes do mundo, nomeadamente África e Ásia. Estas ZEE desenvolvidas pela China no exterior, têm também origem em empresas privadas chinesas.

De acordo com o Banco Mundial (2010), a criação destas zonas obedeceu a cinco objetivos estratégicos, nomeadamente: aumentar a procura de maquinaria feita na China; equipamento e apoio de pós-venda; diversificar e evitar fricções/barreiras às exportações da China; impulsionar a reestruturação da indústria chinesa e subir na cadeia de valor; permitir que as empresas chinesas se aventurem no exterior em grupos e exportem o modelo de desenvolvimento económico chinês para países em desenvolvimento.

Analisando as ZEE promovidas pela China em África, vemos que, em 1999, foi inaugurada a Suez Economic Zone no Egipto, e que, em 2006, o governo chinês identificou e criou projetos de ZEE em seis países africanos: uma na Etiópia, a Eastern Industrial Park, inaugurada em 2007; outra nas Ilhas Maurícias, a Jin Fei Economic and Trade Cooperation Zone, que começou a funcionar em 2009; duas zonas na Nigéria, a Lekki Free Trade Zone e a Ogun Guangdong Free Trade Zone, respetivamente inauguradas em 2003 e 2009; e na Zâmbia também foram lançadas duas zonas, ambas em 2003, a Chambish Nonferrous Metal Mining Group Industrial Park e a Lusaka Sub-Zone. Estas zonas foram apoiadas pelo Ministério de Comércio da China e foram vistas pelo governo chinês como um modo de apoiar as empresas chinesas nesse continente. O objetivo do 11.º Plano Quinquenal (2006-2010) era estabelecer pelo menos dez ZEE em África com um investimento de US\$2 mil milhões, o que permitiria a entrada ou o apoio a 500 empresas chinesas (Bräutigam & Tang, 2010; World Bank, 2010, 2017; Zeng, 2014).

O apoio oficial da China à criação destas zonas incluía o financiamento parcial a custo zero das despesas de construção e implementação da zona, e o acesso a empréstimos de longo prazo com baixos custos pelos bancos estatais chineses,

como o China Development Bank ou o China Exim Bank, e também de fundos chineses especialmente do China-Africa Development Fund (CADF), lançado em 2007.

O número das ZEE chinesas aumentou depois deste grupo inicial lançado na África Subsaariana. Quer empresas chinesas quer governos provinciais investiram em zonas industriais em países como a Nigéria, Serra Leoa, Guiné, Botswana e África do Sul, Uganda e entre outros também nos PALOP, como iremos ver a seguir. De acordo com Zeng (2014), a sua implementação em África tem sido lenta e nem sempre bem-sucedida, comparativamente com o que tem acontecido em outras regiões. Na realidade, a experiência chinesa com as tradicionais Zonas de Processamento de Exportações e Zonas Industriais tem encontrado, em alguns destes países, desafios ligados ao enquadramento institucional e legal, falta de efetivo planeamento estratégico, fraca governação e capacidade de implementação, acesso à terra, questões de reassentamento e coordenação e falta ou inadequadas infraestruturas externas.

Também o Banco Mundial (2010) analisou os desafios chave enfrentados pela ZEE chinesas no exterior e, refere explicações avançadas pelo próprio Ministério de Comércio da China, como a inapropriada coordenação com os governos dos países anfitriões, causada pela má comunicação originada por diferenças linguísticas, regulatórias, legais e culturais. Mas este estudo identifica também problemas ligados à gestão das zonas, nomeadamente, falta de experiência e capacidade de gestão dos promotores e gestores das zonas, falta de infraestruturas externas que aumentam os custos e prejudicam o desempenho da zona e dificuldades de financiamento devido às altas exigências de capital e ao alto custo de financiamento nos países anfitriões.

Apesar das dificuldades identificadas, Irene Sun (2017), na sua investigação publicada em 2017, no livro *The Next Factory of the World – How Chinese Investment is Reshaping Africa*, baseada num estudo de mais de 50 fábricas chinesas, de um universo na altura de 1500, em 8 países africanos, relata casos de sucesso em países como a Nigéria e o Lesotho e refere como estas fábricas estão já a reestruturar a economia desses países concluindo que a "Industrialização é como a China se transformou de um país pobre para uma das maiores economias do mundo em menos de três décadas. Ao se tornar a próxima Fábrica do Mundo, África consegue fazer o mesmo", porque "ao contrário da agricultura e dos serviços, a indústria envolve trabalho em massa de maneiras altamente produtivas para participar na economia global" (p. 7). A autora refere dois tipos básicos de modelos de negócio das empresas chinesas na industrialização destes países, os

modelos orientados para o mercado interno, seja de automóveis, materiais de construção, bens de consumo, este modelo justifica-se pela expectativa de que alguns destes países em África venham, no futuro, quando se desenvolverem, a ser mercados muito atrativos, como a Etiópia com 100 milhões de habitantes ou a Nigéria que, em 2050, deverá ter uma população semelhante à dos EUA, ou o modelo em que tiram vantagens de custos de mão de obra inferiores aos da China e deslocalizam para os países africanos, como por exemplo o Lesotho as encomendas que têm das grandes empresas multinacionais, como a Levi's, a Reebok e a Kohl's, entre outras.

O desenvolvimento sustentado de África deve ser baseado nos recursos dos próprios países, sendo que muitos deles são agrícolas, florestais, pesca e recursos minerais. A chave para o processo de desenvolvimento dos países africanos deverá começar pela industrialização desses recursos próprios, nomeadamente pela industrialização de produtos agrícolas para a exportação para os mercados regionais e globais. As criações de Parques agroindustriais são consideradas a chave para o desenvolvimento agrícola em África (Ilhéu, 2020).

3. A Ajuda Externa ao Desenvolvimento e a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota: A Nova Rota Marítima do século XXI” (BRI)

Concluímos que para a industrialização se efetuar, e com ela o desenvolvimento económico, é necessário desenvolver infraestruturas que lhes permitam atrair IDE e tecnologia para a produção de bens transacionáveis para exportação. A dificuldade dos países em desenvolvimento está justamente em conseguirem, por si só, desenvolverem as infraestruturas necessárias para tornar o seu país atraente ao IDE e, com ele, obter transferência de tecnologias necessárias à industrialização e também conseguir entrar em mercados para os produtos que essas fábricas irão produzir.

A ajuda externa ao desenvolvimento praticada pelos países desenvolvidos, nomeadamente EUA e os países da EU, tem sido feita na forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que consiste no apoio dado por organismos públicos (governos nacionais, instituições internacionais e intergovernamentais e organizações não governamentais) a países em desenvolvimento, com o objetivo de promover os indicadores de desenvolvimento do país destino e obriga a que a transferência de fluxos financeiros sejam canalizados para o setor público de um país em desenvolvimento (Ilhéu, 2020). A APD é também realizada pela China

desde os anos 60, nessa altura apenas aos países alinhados politicamente, mas desde os anos 90, essa ajuda tem sido estendida dentro de uma ótica sul-sul a muitos países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina. A África é o continente que mais recebe APD e, ainda assim, é considerado um continente muito pobre, o que significa que o apoio financeiro e técnico não resultou em termos de desenvolvimento económico (Ilhéu, 2020).

A UE e a China têm formas distintas, e até alternativas, de apoiar o desenvolvimento desses países. A UE, foca a sua APD no apoio financeiro e técnico a problemas de educação, saúde ou catástrofes naturais, a China, que compreendeu que embora a APD da UE tenha sido muito positiva, não demonstra qualquer desenvolvimento económico, e também pelos seus próprios interesses comerciais e económicos, complementa a sua APD com contratos para projetos de desenvolvimento que, embora com condições financeiras muito favoráveis, terão que ser pagas por esses países, muitas vezes com contrapartidas em espécie. Uma das diferenças importantes entre a APD da UE e da China é a condicionalidade imposta a essa ajuda, ao cumprimento de standards normativos, nomeadamente, de ídolo económica e política, nomeadamente, à ideologia dos governos e ao respeito dos direitos humanos da população, enquanto o apoio chinês não está ligado e esse tipo de obrigações (Marques, 2019).

A abordagem chinesa em África tem nos últimos anos sido focada na construção de infraestruturas, e no aumento da educação da população local através de *learn-by-doing*, para que o continente se consiga desenvolver de forma autossustentável.

A cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento por parte da China, sofreu nos últimos anos, uma evolução estrutural estando presentemente a ser enquadrada pela China na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota: A Nova Rota Marítima do séc. XXI” (BRI) pelo presidente chinês Xi Jinping, em 2013. Esta iniciativa estabelece rotas de cooperação para o desenvolvimento que, de acordo com o documento que institucionaliza esta política da diplomacia chinesa o *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st Century Maritime Silk Road*, 2015, são rotas de conectividade que podem ser terrestres, marítimas, aéreas, digitais e que visam a cooperação para o desenvolvimento dos países envolvidos, promovendo a coordenação de políticas, a facilidade de conectividade, o comércio livre, a integração financeira e a criação de laços entre países. A visão é a da construção de plataformas de zonas económicas especiais que se interconectam através de acordos de livre comércio.

Xi Jinping, na visita que fez a Astana a 7 setembro de 2013, proferiu na Universidade de Nazarbayev o discurso “Promover a Amizade entre Pessoas e Criar um Futuro Melhor”, em que anuncia a criação da Faixa Económica, dizendo: “Para forjar laços económicos mais fortes, aprofundar a cooperação e expandir o espaço de desenvolvimento da região da Eurásia, deveremos ter uma aproximação inovadora e construir em conjunto uma Faixa Económica ao longo da Rota da Seda”. Um mês depois, numa visita à Indonésia, anunciou a criação da Rota da Seda Marítima, num discurso que proferiu no Parlamento: “A China fortalecerá a sua cooperação com os países da ASEAN para fazer uma boa utilização do Fundo de Cooperação Marítima China-ASEAN criado pelo governo chinês e vigorosamente desenvolver parcerias marítimas num esforço conjunto para construir a Rota da Seda Marítima do Século XXI.” As principais prioridades desta iniciativa são a coordenação de políticas, a melhoria da conectividade, o aumento do comércio e investimento, a integração e o aumento dos laços entre os povos.

Se numa primeira fase, a BRI estava destinada a fomentar as relações entre países da Eurásia, no entanto ela expandiu-se rapidamente a todo o mundo. A iniciativa conjuga os interesses da China com os projetos que lhes são apresentados para cooperação pelos países estrangeiros que assinaram com a China acordos de cooperação no âmbito da BRI. De acordo com o Centro de Promoção da Iniciativa Faixa e Rota da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, no final de 2020, a China tinha assinado 203 documentos de cooperação abrangendo 138 países e 31 organizações internacionais.

Portugal assinou com a China, em dezembro de 2018, um Protocolo de Cooperação BRI que abrange vários setores, com destaque para a conectividade e para a mobilidade elétrica, em que uma das cláusulas é a cooperação Portugal-China na industrialização de terceiros mercados (ANRS, 2018).

Antes mesmo da assinatura deste Protocolo, o Primeiro-Ministro António Costa tinha referido, em 2016, na cerimónia do Fórum de Macau, o seguinte: “Portugal e China devem juntar forças para a promoção de uma cooperação triangular com os restantes países de língua portuguesa em setores como agricultura, infraestruturas, educação, proteção ambiental e energias renováveis” (Macauhub, 2016).

As parcerias em programas de cooperação triangulares de empresas africanas, chinesas e europeias para o desenvolvimento de cadeias de valor integradas na produção agrícola em África, que incluem a produção, o processamento industrial, a embalagem e o marketing, são recomendadas pela FAO (Food and Agriculture Organization) das Nações Unidas (Ilhéu, 2020).

Considerando o exposto acima, parece-nos que Portugal e a China poderão colaborar com os PALOP na sua industrialização no contexto da BRI, identificando os possíveis benefícios e obstáculos que podem envolver, nomeadamente, fatores culturais, políticos e modos de gestão.

A questão que pretendemos investigar neste trabalho, é a seguinte:

Quais são os possíveis setores de cooperação das empresas portuguesas com as empresas chinesas na industrialização dos PALOP, no contexto cooperação em terceiros mercados no contexto BRI?

4. Setores de cooperação das empresas portuguesas e chinesas nos PALOP no contexto da BRI

Para responder à questão de investigação acima formulada, utilizámos uma metodologia de análise documental e de tendências estatísticas, e estudámos os Planos de Desenvolvimento de cada PALOP para conhecer os setores e projetos que consideram prioritários para o desenvolvimento e para os quais necessitam de investimento e parcerias. Examinámos também as tendências dos destinos de IDE da China e de Portugal, no período de 2012 a 2019, e os setores onde demonstram mais interesse em investir e, fizemos o cruzamento dos sectores prioritários para o desenvolvimento dos PALOP. E analisámos ainda quais são os setores de interesse para a cooperação das empresas chinesas e portuguesas com as empresas dos PALOP nesses setores, nomeadamente, no desenvolvimento da indústria nesses países. Esta cooperação é enquadrada no contexto BRI, em conformidade com a cláusula de cooperação do Portugal China em terceiros mercados, constante do Protocolo assinado entre ambos os governos em 2018, conforme referimos acima. Note-se que Angola, Moçambique, Cabo Verde e Timor assinaram já com a China protocolos de cooperação no contexto BRI (HKTDC, 2021).

No **Quadro 1**, elaborado com base nos Planos de Desenvolvimento de cada PALOP, podemos concluir quais os setores e subsetores que cada país classificou como prioritários para desenvolvimento.

Quadro 1 - Setores Prioritários dos PALOP para Desenvolvimento

País	Sector	Subsector
Angola	Primário	Agrícola, agropecuário, mineiro, silvícola, pesca.
	Indústria	Agroindústria, indústria pesada.
	Infraestruturas	Vias de comunicação, formação, polos de desenvolvimento, telecomunicação, polos turísticos, energia.
	Serviços	Turístico, logístico, TIC, educação, P&D.
São Tomé e Príncipe	Primário	Agrícola, pesca.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Vias de comunicação, urbano, formação, sanitário, energia.
	Serviços	Turístico, educação, saúde.
Guiné-Bissau	Primário	Agrícola, pesca, mineiro.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Telecomunicação, urbano, hoteleiro, formação, sanitário, vias de comunicação, energia.
	Serviços	TIC, turístico, bancário, educação, restauração, saúde.
Cabo-Verde	Primário	Agropecuário, pesca, aquicultura.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	ZEE Tecnológica, vias de comunicação, energia, urbano, sanitário.
	Serviços	Digital, turismo, logístico, TIC, P&D.
Moçambique	Primário	Agrícola, pesca, mineiro.
	Indústria	Agroindústria, indústria leve.
	Infraestruturas	Parques industriais, vias de comunicação, sanitário, formação, energia.
	Serviços	Turístico, TIC.

Fonte - Planos de Desenvolvimento dos PALOP.
Elaboração Própria.

Como podemos ver, no setor primário destacaram-se os subsectores da agricultura, da agropecuária e da pesca para desenvolvimento. Para além destes subsectores, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau referiram também o subsector

mineiro. Quanto ao setor industrial, destaca-se o desenvolvimento da agroindústria e da indústria leve.

Relativamente ao setor de infraestruturas, a construção de vias de circulação, de centros de formação (escolas primárias, universidades) e de infraestruturas de energia, especialmente de energias renováveis, foram subsectores escolhidos por todos os países para desenvolvimento. Angola elegeu como prioridade a construção do porto de Luanda, redes rodoviárias e ferroviárias, a construção de três Polos Turísticos prioritários em Luanda, Malanje e Cuando Cubango; São Tomé e Príncipe, a ampliação do aeroporto e a reabilitação de estradas; Guiné-Bissau, a construção de redes rodoviárias; Cabo Verde, a construção de portos, parques rodoviários e a criação de uma ZEE Tecnológica na ilha de Santiago; e Moçambique, a construção de infraestruturas pesqueiras, ferro portuárias, aeroportuárias, de comunicações e de logística.

Sobre infraestruturas de energia renovável, Guiné-Bissau indicou a construção de um sistema de energia solar, eólico ou térmico à base de biomassa e Cabo Verde a construção de bacias hidrográficas. De acordo com o relatório dos Estudos Económicos e Financeiros sobre as perspetivas económicas regionais de África Subsariana, São Tomé e Príncipe “precisa de aumentar as energias renováveis”, como a energia eólica e solar, para potenciar o turismo e o desenvolvimento económico.

Quanto a Angola e Moçambique, os países pretendem desenvolver as energias renováveis tradicionais, promovendo o investimento no setor.

Por fim, no setor dos serviços, a maioria dos PALOP selecionou o turismo e as TIC como subsectores para desenvolvimento.

O IDEE da China é baseado sobretudo em setores de TIC, tecnologia industrial, energia verde, novos materiais e maquinaria (MOFCOM et al., 2019). De acordo com o Presidente Xi Jinping, em discurso proferido no Fórum da BRI para a Cooperação Internacional, em 2017, a China “deve prosseguir um desenvolvimento orientado pela inovação e intensificar a cooperação em áreas-chave como a economia digital, a inteligência artificial, a nanotecnologia e a computação quântica e avanços no desenvolvimento de *big data*, *cloud computing* e *smart cities*” e “deverá prosseguir uma nova visão para o desenvolvimento verde”.

Quadro 2 - Valor anual de IDEE da China (mil milhões €)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Europa	10,2	6,7	14,7	20,7	37,3	29,2	17,4	11,7
EUA	7,5	13,4	14,3	14,4	43,8	19,4	9,3	3,8
África (Subsariana)	24,9	28,5	19,9	26,2	21,4	18,6	21,4	17,3

Fonte - Mercator Institute for China Studies 2020; China Global Investment Tracker, 2020.
Elaboração própria.

Os dados do **Quadro 2** revelam que o IDEE da China na África Subsariana é superior ao investimento na Europa e nos EUA. Na África Subsaariana, o IDEE da China, em 2019, foi de 17,3 mil milhões de euros, dos quais 8,6 mil milhões correspondem a investimentos no setor energético, o que se justifica por a segurança energética, especialmente o petróleo, ser considerada a principal preocupação do Governo chinês (Shi & Cai, 2020). Pela análise do **Quadro 3**, podemos verificar a riqueza natural de cada PALOP e perceber a importância que cada país tem para a segurança energética, para novos investimentos em projetos de energia, produção e cooperação de biocombustíveis e para exploração e produção de energia verde (Fernandes, 2019).

Quadro 3 - Principais recursos naturais dos PALOP

País	Recurso Natural	Reservas de Petróleo (bilhões de barris)	Reservas de Gás (trilhões de m ³)
Angola	petróleo, fosfato, diamantes, minério de ferro, cobre, feldspato, ouro, bauxita, urânio.	8.2	13.5
São Tomé e Príncipe	peixe, energia hidrelétrica.	fase de exploração	---
Guiné-Bissau	peixe, madeira, fosfato, bauxite, argila, granito, calcário, reservatórios de petróleo.	fase de exploração	---
Cabo-Verde	sal, rocha basáltica, calcário, caulim, peixe, argila, gesso.	---	---
Moçambique	carvão, titânio, energia hidrelétrica, gás natural, tântalo, grafite.	---	100

Fonte - U.S. Energy Information Administration (EIA), 2020.
Elaboração própria.

Assim, compreende-se a razão de a China se sentir impulsionada a investir na região pela necessidade de garantia energética. A China consumiu cerca de 14,5 milhões barris/dia de petróleo em 2019, um aumento de quase 4% em relação a 2018, no qual Angola representa um dos principais fornecedores de petróleo bruto da China (EIA, 2020) (Abdullah & Rahman, 2015). Contudo, o IDEE da China nas energias renováveis tem vindo a crescer, tendo a China já realizado vários projetos neste setor, como construções de centrais eólicas, solar fotovoltaicas e eólicas.

Nos PALOP, a China investe também nos setores agrícola e industrial, onde, como vimos no **Quadro 3**, os PALOP também têm recursos. Mas o foco é no setor de infraestruturas, nomeadamente, na construção de vias de comunicação, habitação e criação de parques industriais (China Global Investment Tracker, 2020). A construção de vias de comunicação, permite facilitar a circulação interna e externa de mercadorias e a construção de parques industriais, como as ZEE, e representam grandes oportunidades de investimento e parcerias.

A China é ainda, como já referimos acima, atraída pelos mercados domésticos de rápido crescimento, pelas localizações estratégicas, pelos recursos naturais e pelos custos de mão de obra comparativamente baixos (Sun, 2017, p. 7).

Portugal recebe mais IDEE do que investe no exterior, no entanto, podemos verificar através do **Quadro 4**, o valor anual de IDEE de Portugal em milhões de euros, por continentes.

Quadro 4 - Valor anual de IDEE de Portugal (milhões €)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Europa	34,6	35,2	39,1	40	42,3	42,2	35,6	35,4
África	6,6	6,4	8,4	9,0	8,0	8,3	7,5	7,4
Ásia	0,9	1,1	1,3	1,9	2,0	2,0	1,9	2,0
América	11,5	11,0	9,9	7,7	7,3	7,5	6,6	7,1

Fonte - Banco de Portugal, 2020.
Elaboração própria.

A Europa foi o principal destino de IDEE português, em especial a UE, destacando-se entre os países intracomunitários, Espanha, Países Baixos e Luxemburgo (AICEP Portugal Global, 2020). Em 2019, o IDEE de Portugal em África foi cerca de 7,4 milhões de euros, dos quais 4,6 milhões correspondem a investimentos nos PALOP, uma parte significativa do total que se tem repetido ao longo dos anos (Banco de Portugal, 2020). Os PALOP partilham uma grande proximidade cultural

e fortes laços comerciais com Portugal, fatores que influenciam o investimento. Em África destacam-se como principais recetores do IDEE português, Angola e Moçambique (AICEP Portugal Global, 2020).

O IDEE português nestes países é baseado sobretudo no setor de infraestruturas, energia, turismo e restauração, agroindústria, serviços de saúde e educação (AICEP Portugal Global, 2020).

Estando Portugal em 4.º lugar no *ranking* mundial de produção de energia solar e eólica em 2019, com 28% do total, o investimento no setor de energias renováveis é bastante importante, de acordo com a Bloomberg New Energy Finance 2020, citada pelo *Jornal de Negócios*, 2020. Na 21.ª edição do *Africa Energy Fórum*, em 2019, o presidente executivo da empresa portuguesa EFACEC, afirmou que “a relação entre Portugal e África é muito positiva. Portugal tem um papel inquestionável no desenvolvimento de infraestruturas de energia em países africanos nomeadamente Cabo-verde, Angola e Moçambique”.

As empresas portuguesas também investem no setor turístico, área que Portugal tem bastante experiência e que é classificada como um dos principais setores de proveito para a economia portuguesa.

5. Conclusões

Através das informações recolhidas anteriormente, podemos verificar que Portugal e China podem cooperar na industrialização dos PALOP nos seguintes setores:

Infraestruturas

Ambos os países, Portugal e China, possuem protocolos de cooperação assinados pela IP Engenharia, SA/ Grupo de Infraestruturas de Portugal e o grupo Teixeira Duarte com a China Tiesiju Civil Engineering Group/ China Railway Engineering Corporation cujo objetivo passa pelo desenvolvimento de infraestruturas de transporte, ferroviárias e rodoviárias nos PALOP (Agência Lusa, 2017). O Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Eurico Brilhante Dias, referiu na cerimónia de assinatura do protocolo entre a IP Engenharia, SA/ Grupo de Infraestruturas de Portugal e o grupo chinês que “Portugal já mostrou que é um parceiro de longo prazo nos PALOP e, por isso, com a China somos o parceiro que tem as melhores condições para a abordagem a estes mercados”.

A construtora portuguesa Mota-Engil possui um acordo de parceira estratégica com a China Communications Construction Company (CCCC) que, entretanto, se tornou num acionista de referência da Mota-Engil ao adquirir 30% do seu capital. Esta empresa possui também um projeto de cooperação multilateral com a China National Complete Engineering Corporation e com a Thai Moçambique Logística para a construção da linha de caminho de ferro que liga Moatize ao porto de Macuse, em Moçambique (*Jornal de Negócios*, 2017).

Energia

A cooperação energética é uma parte importante da BRI, uma vez que os países ao longo da BRI possuem boas condições de recursos que englobam, aproximadamente, 133 mil milhões de toneladas de reservas de petróleo, 158 biliões m³ de gás, 446 mil milhões de toneladas de carvão e 130 toneladas de urânio, valores que representam mais de metade das reservas totais do mundo (Jin & Jin, 2018). Esta cooperação envolve a exploração de recursos, utilização e transformação de energia, construção de infraestruturas, serviços energéticos e construção e desenvolvimento de infraestruturas de logística e transporte (Belt and Road Portal, 2019).

Relativamente às energias renováveis, de acordo com o Encarregado de Negócios da Embaixada da China em Lisboa, Xu Zhida, a China pretende desenvolver a proteção ambiental e as indústrias de novas energias e, coincidentemente, Portugal tem como prioridade a transição digital e climática, fazendo destes dois países bons parceiros de cooperação neste setor (Forum Macao, 2020).

Agroindústria

A agroindústria é um dos setores prioritários para desenvolvimento dos PALOP e um setor que Portugal e China têm interesse em investir pela abundância de recursos naturais e condições agroclimáticas favoráveis. De acordo com o Portal Digital Agronegócios, são considerados investimentos estratégicos neste setor “investimentos na indústria de máquinas e equipamentos, na provisão de mecanização, incluindo a pulverização aérea, no melhoramento do gado, na irrigação, na produção comercial, no processamento e empacotamento, em sistemas de frio e silos”. São várias as empresas portuguesas e chinesas que investem no setor, como a Angonabeiro do grupo Delta, na produção e processamento de café em Angola e a empresa chinesa Jiangsu Jiangzhou Agricultural Science & Technology

Development Co que investiu, em Angola, a Jiangzhou Agriculture, Lda., um projeto que gerou aumento de emprego e que consiste no cultivo de produtos hortícolas, árvores de fruto, cereais e criação de gado bovino (Macauhub, 2019). De acordo com a International Finance Corporation (2021), para o desenvolvimento deste setor, são necessários regulamentos melhorados nos setores de transporte (vias de comunicação), energia e TIC, setores que, como referido anteriormente, Portugal e China têm interesse em investir (Macauhub, 2020).

Referências bibliográficas

- Abdullah, N. & Rahman, M. (2015). Chinese economic activities and interests in developing countries. *Australian Journal of Basic and Applied Sciences*, 9(25), 79-86.
- Agência Lusa (2017). Portugal e China assinam acordo para sector dos transportes [Em linha]. Retirado de <https://www.dnoticias.pt/2017/11/22/207843-portugal-e-china-assinam-acordo-para-sector-dos-transportes/> em 15 de abril de 2021.
- AICEP Portugal Global (2020). Portugal – Ficha País [Em linha]. Retirado de <https://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/PortugalFichaPais.pdf> em 11 de março de 2021.
- ANRS (2018). MOU the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road Initiative. Retirado de <http://www.anrs.pt/documentation/Acordo%20Portugal-China.pdf> em 15 de março de 2021.
- Banco de Portugal (2020). Investimento Direto de Portugal no Exterior (IPE) - por agregado geográfico [Base de dados]. Retirado de <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/quadros/82> em 10 de abril de 2021.
- Belt and Road Portal (2019). The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects [Em linha]. Retirado de <https://eng.yidaijilu.gov.cn/zchj/qwfb/86739.htm> em 17 de março de 2021.
- Borensztein, E.; De Gregorio, J. & Lee, J. W. (1998). How does foreign direct investment affect economic growth?. *Journal of international Economics*, 45(1), 115-135.
- Bräutigam, D.A. & Tang., X. (2010). China's Investment in Africa's Special Economic Zones. World Bank, Washington, DC.
- Bräutigam, D. (2019). Misdiagnosing the Chinese Infrastructure Push. The American Interest. Retirado de <https://www.the-american-interest.com/2019/04/04/misdiagnosing-the-chinese-infrastructure-push/> em 25 de fevereiro de 2021.
- China Global Investment Tracker (2020). Chinese Investments & Contracts in Sub-Saharan Africa (2012 - 2020). Retirado de <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> em 20 de janeiro de 2021.
- CIA World Fact Book (2021). Retirado de <https://www.cia.gov/the-world-factbook/> em 10 de fevereiro de 2021.

- Dunning, J. H. (1980). Toward an eclectic theory of international production: Some empirical tests. *Journal of international business studies*, 11(1), 9-31.
- Dunning, J. H. (1988). The theory of international production. *The International Trade Journal*, 3(1), 21-66.
- EIA (U.S. Energy Information Administration) (2020). Country Analysis Executive Summary: China. Retirado de https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/China/china.pdf em 16 de março de 2021.
- EIA (2020). Country energy analysis. Retirado de <https://www.eia.gov/international/overview/world> em 18 de março de 2021.
- Fernandes, C. (2019). China energy security and Portuguese-speaking countries. In F. Ilhéu, F. Leandro, & P. Duarte (Eds), *The New Silk Road and the Portuguese Speaking Countries in the New World Context* (Coleção SumaOriental 28). Lisboa: IIM / ANRS.
- Forum Macao (2020). Economias chinesa e portuguesa fortemente complementares, diz diplomata [Em linha]. Retirado de <https://www.forumchinapl.org.mo/pt/economias-chinesa-e-portuguesa-fortemente-complementares-diz-diplomata-2/> em 5 de março 2021.
- HKTDC (2021). Country Profiles. Retirado de <https://beltandroad.hktdc.com/en/country-profiles> em 3 de março de 2021.
- Ilhéu, F. (2006). *A internacionalização das empresas portuguesas e a China*. Lisboa: Almedina.
- Ilhéu, F. (2020). BRI-Sustainable, Inclusive Growth, and Financial Sources. In F. Leandro & P. Duarte (Eds.), *The Belt and Road Initiative, An Old Archetype of a New Development Model* (pp. 149-172). London: Palgrave Macmillan.
- International Finance Corporation (2021). Agribusiness contributes about 25 percent of Africa's GDP and a staggering 70 percent of its employment [Em linha]. Retirado de https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/REGION_EXT_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sub-Saharan+Africa/Priorities/Agribusiness/ em 13 de março de 2021.
- Jin, Z. & Jin, M. (2018). The potential of OBOR energy cooperation and its solution. In *2017 International Seminar on Artificial Intelligence, Networking and Information Technology*. Atlantis Press, 150.
- JOP (Journal Online Philippines) (2020). 40 years of changes in China's special economic zones, [online]. Retirado de <https://journal.com.ph/news/nation/40-years-of-changes-in-chinas-special-economic-zones/> em 21 de fevereiro de 2021.
- Jornal de Negócios (2017). Mota-Engil assina novo contrato em Moçambique em Abril [Em linha]. Retirado de <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/construcao/detalhe/mota-engil-assina-novo-contrato-em-mocambique-em-abril> em 26 de fevereiro de 2021.
- Jornal de Negócios (2020). Portugal no Top 5 dos maiores produtores de energia solar e eólica [Em linha]. Retirado de <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/portugal-no-top-5-dos-maiores-produtores-de-energia-solar-e-eolica> em 28 de fevereiro de 2021.
- Lin, J.Y. (2011). *Demystifying the Chinese Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Macauhub (2016). António Costa Speech at Opening Ceremony of the 5th Macau Forum for Economic and Commercial Cooperation between China and Portugal. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/tag/portugal/page/28/> em 1 de fevereiro de 2021.
- MacauHub (2019). Província do Huambo, em Angola, atrai interesse das autoridades da cidade de Taizhou, na China [Em linha]. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/2019/12/18/pt-provincia-do-huambo-em-angola-atrai-interesse-das-autoridades-da-cidade-de-taizhou-na-china/> em 10 de março de 2021.
- MacauHub (2020). Angola tem potencial para agricultura em grande escala [Em linha]. Retirado de <https://macauhub.com.mo/pt/feature/pt-angola-tem-potencial-para-agricultura-em-grande-escala/> em 10 de março de 2021.
- Marques, J. L. Sales (2019). China and the European Union in the Development of the Portuguese Speaking Countries in Africa. Complementarity or Competition? Chapter IX (pp:165-184). In F. Ilhéu, F. Leandro, & P. Duarte (Eds), *The New Silk Road and the Portuguese Speaking Countries in the New World Context* (pp. 165-184). Lisboa: IIM / ANRS.
- McKinsey Global Institute. China and the World full report (2019). Retirado de <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20insights/china/china%20and%20the%20world%20inside%20the%20dynamics%20of%20a%20changing%20relationship/mgi-china-and-the-world-full-report-june-2019-vf.ashx> em 17 de fevereiro 2021.
- Mercator Institute for China Studies 2020. Chinese FDI in Europe: 2019 Update. Retirado de <https://merics.org/en/report/chinese-fdi-europe-2019-update> em 15 de março de 2021.
- MOFCOM; National Bureau of Statistics & State Administration of Foreign Exchange (2019). 2019 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. China Commerce and Trade Press. Retirado de <http://hzs.mofcom.gov.cn/article/date/2020009/20200903001523.shtml> em 14 de abril de 2021.
- Murphy, K. M., Shleifer, A. & Vishny, R. W. (1989). Industrialization and the big push. *Journal of political economy*, 97(5), 1003-1026.
- NBSC (National Bureau of Statistics of China) (2020). Chinese Statistical Yearbook 2020 [online]. Retirado de <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2020/indexch.htm> em 24 de fevereiro de 2021.
- OECD (Organization for the Economic Co-operation and Development) (2008). *Investment Policy Reviews: China, China Outward Direct Investment*. Paris.
- Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (2018). *Ministério da Economia e Planeamento do Governo de Angola*. Retirado de <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang-179971Plan.pdf> em 20 de janeiro de 2021.
- Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka" (2015). *República da Guiné-Bissau*. Retirado de <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf> em 20 de janeiro de 2021.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 (2018). *Ministério das Finanças - Direção Nacional do Planeamento Governo de Cabo Verde*. Retirado de <https://>

- peds.gov.cv/sites/default/files/201810/PEDS%2020172021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf em 20 de janeiro de 2021.
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024 (2019). *Ministério da Planificação da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Retirado de <https://www.cabri-sbo.org/pt/documents/national-plan-for-sustainable-development-of-s%C3%A3o-tom%C3%A9-and-pr%C3%ADncipe-2020-2024> em 21 de janeiro de 2021.
- Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024 (2020). *República de Moçambique*. Retirado de http://www.ts.gov.mz/images/PQG_2020.2024_Versao_AR_02042020-min.pdf em 21 de janeiro de 2021.
- Shi, B. & Cai, T. (2020). Has China's Oil Investment in Belt and Road Initiative Countries Helped Its Oil Import?. *Energies*, 13(12), 3176.
- Sun, I. (2017). *The Next Factory of the World - How Chinese investment is reshaping Africa*. Boston: *Harvard Business Press*, p. 7.
- UNIDO (2016). *Industrialization in Africa and Least Developed Countries: Boosting growth, creating jobs, promoting inclusiveness and sustainability*. New York: UNIDO.
- Wong, K. & Yip, C. (1999). Industrialization, Economic Growth, and International Trade. *Review of International Economics*, 7(3), 522–540.
- World Bank Group. Employment in agriculture (% of total employment) (modeled ILO estimate) – China. Retirado de <https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS?locations=CN> em 20 de fevereiro de 2021.
- World Bank (2010), *Chinese Investments in Special Economic Zones in Africa: Progress, Challenges and Lessons Learned*. Washington DC, United States.
- World Bank (2017), *Special Economic Zones: an operational review of their impacts, Competitive Industries and Innovation Program Partnership*. Washington DC, United States.
- Xi Jinping (2013). Promote People-to-People Friendship and Create a Better Future at Kazakhstan's. Retirado de <https://reconnectingasia.csis.org/database/events/president-xi-jinpings-speech-nazarbayev-university/> em 19 de fevereiro de 2021.
- Xi Jinping (2013). Full text of Xi Jinping Keynote speech at Indonesian Parliament. Retirado de https://reconasia-production.s3.amazonaws.com/media/filer_public/88/fe/88fe8107-15d74b4c8a590feb13c213e1/speech_by_chinese_president_xi_jinping_to_indonesian_parliament.pdf em 19 de fevereiro de 2021.
- Yao, Y. (2014). The Chinese Growth Miracle. In P. Aghion & S. N. Durlauf (Eds.), *Handbook of Economic Growth* (Vol. 2, Chapter 7). Elsevier.
- Zeng, D.Z. (2014), China and Africa's Experiences with Special Economic Zones: What Can We Learn?, *Working Paper Series*, July, China Center for Economic Research.
- Zhang, H. & Ilhéu, F. (2014). The role of special economic zones in African countries development and the Chinese FDI. Instituto Superior de Economia e Gestão - CESa Documentos de Trabalho n.º 129-2014.

Portugal, Nova Rota da Seda e rivalidade sistémica: contradições e dilemas

Portugal, the New Silk Road, and systemic rivalry: contradictions and dilemmas

Carlos Rodrigues

DCSPT, Universidade de Aveiro
cjose@ua.pt
ORCID: 0000-0001-6403-6959

RESUMO

A afirmação da China como potência global abalou a hegemónica *pax americana* que sucedeu ao mundo bipolar da Guerra Fria, alterando de forma significativa os contornos das relações internacionais. As expetáveis tensões entre americanos e chineses, assentes no pretexto de uma 'guerra comercial', têm assumido um papel central na definição desses contornos, fazendo emergir as contradições que, numa perspetiva hegeliana, fazem mover o Mundo. Neste contexto, a União Europeia, que mantém em simultâneo uma forte aliança transatlântica e uma relação consolidada e estável com a China, emerge como palco privilegiado para sustentar uma reflexão sobre as contradições que marcam este contexto de rápida e complexa mudança geoestratégica e geo-económica. Contradições que ganharam novos contornos com a transformação do otimismo europeu de 2013 na 'rivalidade sistémica' de 2019.

Esta é uma reflexão sobre as contradições e dilemas que a UE enfrenta neste novo contexto, particularizando a posição de Portugal. Uma reflexão que levanta mais interrogações do que respostas.

PALAVRAS-CHAVE

Rivalidade sistémica, contradição, dilemas, Portugal, União Europeia, China.

ABSTRACT

The rise of China as a global power has shaken the hegemonic *pax americana* that followed the bipolar world of the Cold War, significantly changing the contours of international relations. The expected tensions between the US and China, based on the pretext of a 'trade war', have assumed a central role in defining these contours, bringing to light the contradictions that, from a Hegelian perspective, make the world to move forward. In this context, the European Union, which simultaneously maintains a strong transatlantic alliance and a consolidated and stable relationship with China, emerges as a privileged setting to support an analysis of the contradictions that mark this context of rapid and complex geostrategic and geo-economic change. These contradictions have gained a new outline with the transformation of the European optimism of 2013 into the 'systemic rivalry' of 2019.

This article addresses the contradictions and dilemmas that the EU faces in this new context, highlighting the case of Portugal, but raises more questions than answers.

KEYWORDS

Systemic rivalry, contradiction, dilemmas, Portugal, European Union, China.

1. Introdução

A história das ideias que moveram o Mundo ao longo dos séculos têm na contradição uma das suas forças motrizes: do hegeliano “tudo é contraditório” (Hegel, 1996) até à contradição marxista entre as forças produtivas materiais e as relações de propriedade onde se inserem, passando pela contradição “antagónica” de Mao Zedong que torna irresolúvel o conflito entre classes sociais. Mao, em 1930, escrevia:

Na sociedade, as mudanças são devidas principalmente ao desenvolvimento das contradições que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e determina a substituição da velha sociedade por uma nova (Mao, 1975, p. 266).

A evolução do Mundo nas últimas décadas parece não desmentir o efeito motriz da contradição, sendo o capítulo das relações entre países, blocos, alianças, etc. aquele que emerge como um dos em que mais facilmente se pode observar o poder da contradição. A história das relações internacionais é rica em contradições e dilemas que determinam processos de decisão (e indecisão) diversos em motivação, natureza, alcance e impacte, os quais, por sua vez, vão moldando o curso dessa mesma história.

Não obstante as contradições da época, os dilemas alimentados pela chamada Guerra Fria encontravam mitigação numa lógica de ‘blocos’ integradores de sistemas políticos, económicos e culturais coesos e relativamente independentes, acrescida da possibilidade instituída de não-alinhamento com qualquer uma das duas grandes potências de então. O colapso da União Soviética, no início dos anos 90, esgotou o potencial dilemático no âmbito da emergência da unilateralidade e hegemonia da *pax americana*. A globalização e, em particular, a afirmação global da República Popular da China (RPC) impulsionada pelas contradições que moldaram a rápida transição entre a ‘velha’ China de Mao e a ‘nova’ China da reforma e abertura de Deng e da Nova Rota da Seda e do ‘sonho chinês’ de Xi, abalaram a hegemonia da *pax americana* e trouxeram à tona novos dilemas, estes de muito mais árdua solução, tal a complexidade e fluidez das relações entre países e, acima de tudo, o grau de integração e dependência económica, tecnológica e cultural promovida pela globalização. Estas contradições e dilemas

ganharam novos contornos e intensidade nos últimos anos, designadamente na sequência da tensão entre a América de Trump e a China de Xi, plasmada numa ‘guerra comercial e tecnológica’ a que muitos associam um confronto pela hegemonia global. A União Europeia (UE) emerge neste âmbito como um estudo de caso particularmente interessante. Não obstante a forte ligação transatlântica, a UE mantém relações sólidas e estáveis com a RPC, sendo de referir que essas relações estabelecem um quadro de grande dependência mútua. A questão que tem vindo a ser colocada nos últimos tempos, apesar da recorrente afirmação do controverso conceito de autonomia estratégica europeia (Jarvenpää et al., 2019), refere-se à inevitabilidade, ou não, de uma escolha entre a forte e tradicional aliança com os EUA e o robusto relacionamento com a RPC (e.g., Leonard, 2019). Trata-se de uma hipótese de investigação que assenta, de forma evidente, num tecido feito de contradições e dilemas. Acresce que a UE está longe de ser um conjunto coeso de estados, tornando difícil uma abordagem consensual ao novo contexto de rivalidade geopolítica.

Neste contexto, o presente trabalho incide sobre as contradições e dilemas, focando em particular a situação de Portugal, um estado membro da UE, fundador da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e parceiro estratégico da República Popular da China (RPC) e até mercedor do estatuto, bastante exclusivo, diga-se, de ‘interlocutor constante’ do Império do Meio. Porém, mais do que fornecer respostas, o trabalho levanta interrogações e discute os desafios metodológicos que se impõem à procura de respostas a essas interrogações. Assim, o objetivo consiste em contribuir para colmatar a necessidade de encontrar quadros de referência analítica que permitam acolher a incerteza, imprevisibilidade e complexidade que marcam as relações bilaterais entre a RPC e a UE, em particular no atual contexto em que cooperação e parceria se mesclam com rivalidade e confronto.

2. Parceiros, rivais e adversários...

A evolução da designação oficial do contexto relacional entre a UE e a China espelha fielmente sucessivas mudanças de perceção e de ‘humor’. A parceria ‘estratégica e compreensiva’ de 2003, que enquadra o reconhecimento europeu da emergência da China na globalização, tem na cooperação e na coordenação as duas linhas de força de maior evidência. Os epítetos oficiais foram sempre salpicados por grandes palavras proferidas pelos líderes de uma e outra parte,

como ilustrado pela parceria entre ‘duas grandes civilizações’ enaltecida por Xi Jinping por ocasião da sua primeira visita oficial à Europa em 2014. Em 2018, a parceria estratégica e compreensiva ganharia nova vida com a junção do termo ‘*win-win*’, dando realce ao grande potencial de criação de benefícios mútuos na relação UE-China. Este contexto formal e discursivo, desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1975, e particularmente depois da morte de Mao e das subseqüentes reformas e abertura promovidas por Deng Xiao Ping e, mais ainda, depois da adesão da China à Organização Mundial do Comércio, em 2001, não obstante embargos de armas, medidas *anti-dumping* e alguns conflitos comerciais, tem vindo a enquadrar o desenvolvimento e consolidação de uma das mais importantes relações bilaterais existentes no Mundo. As trocas comerciais são a face mais visível desta trajetória de desenvolvimento e consolidação. De facto, o comércio entre a UE e a RPC representa cerca de 30% do total mundial (Christiansen et al., 2019), sendo certo que a UE é o principal parceiro comercial da RPC, tendo esta, em 2020, destronado os EUA do primeiro lugar como parceiro comercial da UE. Acresce que a UE, nos últimos anos, tem sido um dos principais alvos do investimento estrangeiro direto chinês, designadamente em países como o Reino Unido, a França e a Alemanha, ou seja, muito para além dos ‘mendigos’ europeus, como de forma simplista Meunier (2014) refere países em crise como a Grécia, Itália, Espanha e Portugal, sem capacidade de escolha e, por isso, sem condições para ‘resistir’ à entrada de capitais chineses.

No entanto, os pilares do diálogo político, do diálogo económico e comercial e do diálogo ‘*people to people*’ que sustentam a ‘arquitetura’ oficial do diálogo EU-China, definida em 2015, e contemplam um vasto leque de áreas de cooperação, levam a discussão muito para além da mera dimensão económico-financeira, preconizando, por exemplo, esforços comuns de promoção da paz, prosperidade e desenvolvimento sustentável para benefício de todos e a promoção de uma plataforma de conectividade para partilha de informação, criação de sinergias entre iniciativas e projetos relevantes (e.g., a Rede Transeuropeia e a Iniciativa ‘Uma Faixa, uma Rota’- BRI) (CEC, 2015).

Em março de 2019, uma comunicação conjunta da Comissão Europeia (CE) ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu (CEC, 2019), estabeleceu um novo marco no âmbito das relações UE-China, reflexo do entendimento europeu sobre a necessidade de uma reação mais assertiva à crescente influência global da RPC

¹ https://eeas.europa.eu/sites/default/files/2015_november_eu-china_dialogue_architecture.jpg

e inerente esforço de coordenação dos estados-membros (Perthes, 2021). Reconhecendo que a “União Europeia (UE) e a China estão ligadas por uma relação duradoura”, a CE, contudo, realça que há “uma consciência crescente na Europa de que o equilíbrio dos desafios e das oportunidades gerados pela China se alterou”. Esta alteração, segundo a mesma fonte, resulta do aumento “a uma escala e um ritmo sem precedentes” do poder económico e influência política da China e da inerente “ambição de se tornar uma das principais potências mundiais”. Neste contexto, e parafraseando o texto oficial, a “China é simultaneamente, em diferentes domínios de intervenção, um parceiro de cooperação com o qual a UE tem objetivos estreitamente alinhados, um parceiro de negociação com o qual a UE tem de encontrar um equilíbrio de interesses, um rival económico na corrida para a liderança tecnológica e um adversário sistémico que promove modelos alternativos de governação”.

Esta comunicação conjunta espelha a intenção europeia de assumir um posicionamento mais crítico relativamente à afirmação da RPC como potência global desafiante, mantendo, em simultâneo, relações estáveis e saudáveis com aquele país. A perspetiva de uma dinâmica de ‘decoupling’ nas relações económicas, tecnológicas e científicas, usando o termo inglês muito em voga no discurso político norte-americano, quer com Trump, quer com Biden, não é opção para a UE (Perthes, 2021). As relações de interdependência atingiram uma escala que, de facto, torna extremamente remota a possibilidade de um desenvolvimento que pudesse dar azo a uma dinâmica de desligamento.

A China, em 2020, tornou-se o principal parceiro comercial da UE (muito por força do aumento das importações europeias no âmbito do combate à pandemia), representando cerca de 16% do total do comércio internacional europeu (Eurostat, 2021). O investimento chinês na EU, desde 2000, atingiu em 2020 um valor acumulado superior a 175 mil milhões de euros, sendo de salientar neste domínio a assinatura, em dezembro de 2020, depois de um longo processo de negociação (iniciado em 2013), do Acordo Compreensivo sobre o Investimento EU-China, acordo que, apesar da controvérsia que gerou e da posição negativa assumida pelo Parlamento Europeu, é ainda visto como uma oportunidade para as economias europeias, designadamente no acesso ao mercado chinês (Hu, 2021). A ilustração da grande dependência mútua em termos económicos ganha contornos ainda mais nítidos quando adotada uma perspetiva mais qualitativa, disso sendo exemplo a relevância estratégica de vários produtos e matérias-pri-

mas importados da China que são cruciais para a tão almejada transição verde e digital na UE (CEC, 2021).

Entretanto, o desenvolvimento da BRI, nas suas vertentes continental e marítima, constitui já um elo adicional nas relações de dependência acima referidas. Sem menosprezar os altos e baixos da implementação de projetos associados à BRI na Europa, esse elo encontra suporte em vários investimentos no domínio das infraestruturas (por exemplo, o Porto do Pireu, na Grécia) e na própria geografia, ou não seja a EU um dos polos simbólicos da Nova Rota da Seda. Apesar da mudança de ‘humor’, a posição europeia relativamente à iniciativa chinesa deverá continuar a acolher a noção de que a BRI, como parte constituinte do esforço de afirmação da RPC a nível global, traz grandes desafios, mas, como projeto de desenvolvimento, reúne um potencial significativo para gerar benefícios (Sarsenbayev e Véron, 2020).

Assim, voltando ao novo ‘olhar’ formal da UE sobre as suas relações com a China, pode argumentar-se que, não obstante a associação de cada um dos termos – parceiro, rival e adversário – a dimensões específicas (e.g., parceiros no combate às alterações climáticas; rivais nos negócios; adversários nos sistemas de governação), a consideração da possibilidade de a um mesmo sujeito poderem ser atribuídas as três qualidades em simultâneo não deixa de ser problemática. A ciência mostra que a ocorrência de uma situação de rivalidade (que se pretende sistémica, note-se) num determinado domínio pode influenciar negativamente comportamentos, desempenhos e resultados noutros domínios (e.g., Sgourev e Operti, 2019). Mesmo sem por de parte a chance de cooperação entre rivais, ou, por outras palavras, o paradoxo da ‘coopetição’ (Bergtsson e Kock, 2014), pode vislumbrar-se uma base contraditória na definição das linhas estratégicas de referência para a relação sino-europeia. Acresce que, como Sgourev e Operti (id.) argumentam, concetualizar a rivalidade como algo meramente diádico equivale a desprezar a dimensão sistémica dos fenómenos relacionais, onde o antagonismo está geralmente embebido numa teia mais alargada de ligações colaborativas. Assim, tomar a China como parceiro, rival ou adversário tem implicações que extravasam a bilateralidade entre a UE e o Império do Meio, afetando, também as relações com outros atores internacionais (e.g., os EUA, os países africanos, etc.).

Uma questão adicional a considerar na análise do tecido contraditório e dilemático que configura as relações bilaterais entre a UE e a RPC decorre da própria diversidade de perceções, interesses e expectativas dos diferentes estados-mem-

bros da União, diversidade essa que, relativamente à questão chinesa, se reflete na maior complexidade das contradições e dos dilemas.

3. Sobre o posicionamento de Portugal

Em 2018, durante a sua visita a Pequim, Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República, afirmou que Portugal *“é o país europeu que mais conhece a China”*. Esta afirmação, apesar do contexto protocolar em que foi produzida, enquadra alguma particularidade que pode ser atribuída às relações bilaterais entre Portugal e a RPC desde 1975, ano do seu restabelecimento a nível diplomático. A perspetiva ‘universalista’ e, concomitantemente, multilateralista da ordem mundial que tem caracterizado Portugal nas suas relações internacionais, enraizada no legado de cinco séculos de descobertas marítimas, adquire uma dimensão simbólica de importância acrescida no caso da interação com a China. Os episódios históricos, mais ou menos recentes, associados ao território de Macau reforçam este simbolismo histórico. Como exemplos, registem-se as referências recorrentes no discurso oficial de ambos os lados à forma suave e positiva como decorreram as negociações que levaram à transferência de soberania daquele território em 1999 ou a ausência de conflitos significativos durante os mais de cinco séculos de presença portuguesa em terras chinesas.

Se a dimensão simbólica sustentada na longa história que marca as relações entre Portugal e a o Império do Meio emerge como um pilar de grande relevância, a dimensão mais prosaica da economia não pode, obviamente, ser menosprezada. O forte crescimento das trocas comerciais entre os dois países e, principalmente, a onda de investimento direto chinês em Portugal despoletada pela intervenção da ‘troika’ e inerente ‘frenesim’ de privatização das participações do Estado em empresas de grande relevância económica e estratégica, juntaram ao estatuto de parceiro económico ao país ‘amigo’ que a RPC já era. A China Three Gorges, por exemplo, em 2011, comprou 21% da Electricidade de Portugal (EDP), empresa pública portuguesa de fornecimento de energia elétrica. Em 2012, a State Grid adquiriu 25% da Rede Energética Nacional (REN), a operadora nacional de distribuição de energia. Em 2014, a Fosun iria comprar 80% da seguradora Fidelidade, propriedade da Caixa Geral de Depósitos, o banco público português. Em fevereiro de 2016, o governo português autorizou a Hainan Airlines, empresa de transporte aéreo privado com sede em Haikou, a tornar-se acionista da TAP-Air Portugal, a transportadora aérea de ‘bandeira’ que acabara de ser privatizada. Embora pre-

dominantes em termos de volume financeiro, estes exemplos não esgotam a lista de investimentos chineses em Portugal. De facto, a banca, a agricultura, os serviços de saúde, os sistemas de abastecimento de água e recursos naturais, bem como o setor imobiliário mereceram muita atenção por parte dos investidores chineses, fazendo com que, em 2019, o valor acumulado de IDE chinês em Portugal ascendesse a mais de 10 mil milhões de euros. É neste contexto que Portugal, considerando o valor do IDE chinês em função do PIB, no âmbito da UE só seria ultrapassado pela Finlândia, um feito notável para um pequeno país do sul europeu. Durante o período da crise económica e financeira, entre 2008 e 2014, em oposição à ‘rude’ estratégia de austeridade imposta pela ‘troika’, a ‘ajuda’ chinesa foi desde logo realçada nos meios governativos. Longe de desinteressada, como, aliás, seria expectável, a dinâmica de investimento chinês em Portugal foi comumente associada a estratégias corporativas focadas na expansão para os mercados de energia africano e brasileiro, por exemplo, sem esquecer o acesso a tecnologias e modelos de gestão (Rodrigues, 2017). Independentemente dos interesses, os capitais provenientes da RPC ajudaram uma economia em apuros. Nas palavras do próprio primeiro-ministro português, António Costa, “Quando a troika forçou Portugal à privatização de um conjunto de empresas, foi a China que investiu, quando outros queriam comprar a preço de saldo”. A RPC, por seu lado e no âmbito da política internacional, não pouparia esforços para alimentar as boas relações com Portugal, sendo disso exemplo o apoio prestado à diplomacia portuguesa aquando das candidaturas de António Guterres e António Vitorino aos cargos de secretário-geral da ONU e de diretor-geral da IMO, respetivamente.

A expectativa de continuidade no fluxo de investimento chinês ficou bem patente no entusiasmo demonstrado pelo governo português em torno da Iniciativa ‘Uma Faixa, uma Rota’ (BRI), com o Porto de Sines e a possibilidade da participação de capitais chineses no desenvolvimento daquela infraestrutura portuária a servir de motivação. Esta fase ‘entusiástica’ teve o seu ponto alto em dezembro de 2018, com a visita oficial do presidente Xi Jinping a Portugal e a assinatura de vários acordos setoriais de cooperação e de um memorando de entendimento que faz de Portugal um país participante da BRI. Este ‘entusiasmo’ deu azo à percepção de que Portugal se tornara o ‘amigo especial’ da China na EU, percepção essa veementemente rejeitada pelo governo português. A propósito, Augusto Santos Silva, ministro dos negócios estrangeiros, refere: “criou-se um mito [...]. Isso não faz

² Público, 03/06/2019.

sentido nenhum”. A posição portuguesa assume que os princípios ‘universalistas’ e multilaterais permitem evitar tensões e dilemas internacionais, sem que sejam questionados o seu estatuto de estado membro da UE e de membro fundador da OTAN. É neste contexto que Augusto Santos Silva afirma que as relações bilaterais entre Portugal e a China “evoluem no quadro político de referência europeu”, contrariando assim a ideia de que a parceria com a China se desenvolve numa dinâmica de antagonismo relativamente à própria UE. A justificação dada pelo mesmo membro do governo para a assinatura do memorando de entendimento sobre a BRI reflete esse posicionamento e coloca o interesse português no quadro dos interesses europeus, designadamente na “estratégia de conectividade da UE-Ásia, bem como na plataforma de conectividade UE-China”.

As relações bilaterais entre Portugal e a RPC ganharam fôlego acrescido com a visita de Marcelo Rebelo de Sousa à China em abril de 2019. Desta visita resultou um novo patamar relacional, consubstanciado na elevação da parceria estratégica de 2005 a um estatuto de ‘diálogo constante’, até então reservado a países como a Alemanha, o Reino Unido, a França ou os EUA. O novo contexto não trouxe desenvolvimentos significativos às relações entre os dois países, sendo notória, de alguma forma contrariando as expectativas criadas, uma regressão na expressão pública do ‘entusiasmo’ das autoridades portuguesas em relação à China. A mudança de ‘humor’ da Comissão Europeia (e de alguns estados-membros) relativamente à RPC, cuja expressão mais evidente se pode encontrar na comunicação conjunta da Comissão Europeia (CE) ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu (CEC, 2019) atrás mencionada, com grande probabilidade, terá influenciado esta evolução. No entanto, as pressões exercidas pelos EUA sobre os estados membros da UE, incluindo Portugal, a pretexto da participação da Huawei no desenvolvimento da infraestrutura 5G na Europa, não poderão ser menosprezadas na procura de uma explicação, antes pelo contrário.

Uma das consequências desta nova situação consiste na junção da contradição inerente à consideração da RPC como parceiro e rival a um dilema que, de forma simples, pode ser ilustrado através das palavras proferidas pelo então embaixador americano em Lisboa, George Glass: “Portugal tem de escolher entre os aliados e os chineses”. Apesar da reação pronta e perentória das autoridades

³ Financial Times, 10/01/2020

⁴ Expresso, 26/09/2020.

portuguesas, tendo em conta o compromisso de Portugal para com a OTAN e o histórico das suas relações com o aliado americano, é fácil especular sobre a turbulência nos meandros políticos nacionais causada pela ingerência dos EUA e a exigência de uma escolha entre duas alternativas que, na forma como o diplomata americano as colocou, se tornam mutuamente exclusivas.

Seguindo a linha de pensamento de Leonard (2019), para quem a neutralidade não é opção para a Europa, a grande questão consiste em saber até que ponto Portugal, fazendo uso da até agora produtiva ‘mistura’ relacional de amizades, parcerias e alianças alicerçada na visão ‘universalista’ do Mundo, conseguirá gerir as suas relações com duas potências que, de forma consistente, se afirmam como adversárias. Neste sentido, pode dizer-se que o enquadramento dado pela nova postura europeia, plasmada na comunicação conjunta de março de 2019, não se afigura como um suporte eficaz para sustentar essa gestão. Encontrar uma resposta cabal para esta questão, inserida numa lógica cheia de contradições e, talvez de forma mais evidente, dilemas, constitui tarefa difícil, a complexidade, a incerteza, as indecisões, as ‘meias-palavras’ dos discursos oficiais que importam ter em conta. Tarefa árdua será, também, assegurar a consistência e o rigor subjacentes a uma abordagem científica ao problema.

4. Análise de contradições e dilemas na complexidade...

“[...] the reality of world politics is more complex than dreamt of in current theories”

(Harrison, 2012, p. 1).

A inadequação dos métodos tradicionalmente utilizados no estudo da política e das relações internacionais tem vindo a ser objeto de um vivo debate académico (Harrison, 2012; Orsini et al., 2020; Tomé, 2016). As limitações dos quadros de referência do realismo (o ‘pessimismo’ de Hobbes), do liberalismo (a ‘ingenuidade’ kantiana) e do construtivismo (o ‘idealismo’ de Wendt) estão no cerne do debate. Tomé (2016), por exemplo, argumenta que estes paradigmas teóricos tendem a ignorar ou secundarizar elementos e variáveis que podem ser cru-

⁵ “O Governo português regista as declarações [...]. Mas o ponto fundamental é este: em Portugal, quem toma as decisões são as autoridades portuguesas, que tomam as decisões que interessam a Portugal, no quadro da Constituição e da lei portuguesa e das competências que a lei atribui às diferentes autoridades relevantes”, Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jornal Económico*, 28/09/2020.

ciais para assegurar a compreensão de uma realidade marcada não só por uma grande diversidade, mas também por uma grande complexidade. Na base desta 'negligência', segundo o mesmo autor (id.), a incapacidade de focar vertentes da política internacional que, não obstante a sua relevância, não se coadunam com as suas estruturas cognitivas e expectativas naturais. Orsini et al (2020), por seu lado, referem a cristalização destas linhas teóricas em torno de um pensamento analítico linear que enfatiza a centralização de estruturas de autoridade e decisão, por um lado, e, por outro, uma certa previsibilidade. Em suma, a ideia que se afirma neste debate é a de que as teorias tradicionais (e ainda predominantes) que enquadram o estudo da política e das relações internacionais assumem que o mundo pode ser modelado como um sistema simples (Harrison, 2012). Daqui resulta o reconhecimento da necessidade de promover a busca por quadros de referência que acolham a incerteza, imprevisibilidade e complexidade do problema em análise.

Como refere Garlick (2016), a emergência da China como potência global é um fenómeno complexo. Complexas são também as implicações da emergência do Império do Meio no domínio das relações internacionais. A complexidade é, assim, uma marca indelével, e, usando as palavras de Morin (1990, p. 52), "não compreende apenas quantidades de unidades e interações que desafiam as nossas possibilidades de cálculo; compreende também incertezas, indeterminações, fenómenos aleatórios". Ainda na linha de Morin (id.), a complexidade não se resume à incerteza, "*é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados*".

O pensamento teórico sobre sistemas complexos tem vindo a afirmar-se no âmbito da crítica às abordagens tradicionais como alternativa viável para analisar e compreender a evolução das relações internacionais. Um sistema complexo pode ser definido como um sistema no qual uma grande variedade de elementos interconectados, atuando em diferentes campos e em vários níveis, trocam *stimuli*, informação e energia com o seu ambiente e com outros sistemas, também eles complexos (Ottino, 2003). Para Sim (2017) o referencial teórico que subjaz a esta definição constitui um artefacto de interpretação não-linear de um fenómeno que privilegia a não-continuidade em relação à continuidade e que recusa a redução ou divisão em partes do fenómeno em análise. Na linha de Anderson (1972), o todo torna-se não só mais do que, mas também muito diferente da soma de suas partes. De acordo com Orsini et al. (2020), neste contexto, as questões políticas são percebidas como interconectadas num mundo multiescalar e organizado em

rede, não obstante a incapacidade de prever as questões que podem ser objeto de conexão (e os limites dessa conexão).

A literatura sobre sistemas complexos oferece uma panóplia de princípios estruturantes do aparato teórico, os quais, no contexto do estudo das relações internacionais, podem revelar-se de grande relevância para uma compreensão mais cabal da realidade (Scartozzi, 2018). Essa relevância, seguindo de perto Bousquet e Curtis (2011), assenta na possibilidade de promover uma análise alicerçada num modo de pensamento relacional e processual, o qual realça a influência de padrões organizacionais, relações em rede e contextos históricos.

O princípio da não-linearidade dos sistemas complexos encontra expressão na impossibilidade de uma relação proporcional entre inputs e outputs, tornando assim exequível que a pequenos eventos possam corresponder grandes efeitos, o que limita consideravelmente a capacidade preditiva, torna pouco clara qualquer relação causa-efeito e inviabiliza a utilização de abordagens analíticas baseadas na dependência ou independência de variáveis (Garlick, 2016).

As dinâmicas de retroalimentação dos sistemas complexos, geralmente designados por mecanismos de *feedback* assumem um papel importante em contextos marcados pela não-linearidade. A sua ação pode perturbar e alterar, de forma mais ou menos intensa a configuração de um sistema ou, em sentido contrário, pode contribuir para atenuar perturbações, conferir capacidade resiliente e, assim, preservar a estabilidade do sistema.

Os sistemas complexos são sistemas abertos, cuja 'porosidade' permite trocas de informação e de energia que extravasam as fronteiras do sistema e que somam aos efeitos das interações internas na configuração da sua transformação. O princípio da abertura dos sistemas complexos permite enriquecer o esforço analítico porque, por um lado, acrescenta a possibilidade de trazer para a discussão uma dimensão temporal, ou seja, de reconhecer a importância da história na evolução sistémica, e, por outro, reconhece a importância da capacidade de aprender, adaptar e coevoluir ao longo do tempo (Bousquet e Curtis, 2011).

A capacidade de auto-organização dos sistemas complexos é geralmente considerada como uma característica essencial dos sistemas complexos. Na sua base, o pressuposto de que a ordem sistémica não depende de uma autoridade clara, mas sim do próprio sistema e das interações que nele têm lugar (Orsini e Le Preste, 2019). Turner e Baker (2019) acrescentam que as interações entre os elementos de um sistema não são controladas a um nível central, mas sim, devido às dimensões cognitiva e física da dinâmica de interação, a um nível local.

Assim, a capacidade de auto-organização está intimamente ligada aos mecanismos de *feedback*, de aprendizagem e adaptação que configuram a ordem sistêmica (Bousquet e Curtis, 2011). Essa ligação conduz ao conceito de emergência, o qual, para além de estabelecer que o todo é maior (e diferente) do que a mera soma das partes, encerra a possibilidade de que as interações entre os elementos do sistema podem dar azo a padrões, processos e propriedades inesperados (Orsini e Le Preste, 2019).

Em suma, o recurso a um quadro de referência baseado no aparato teórico dos sistemas complexos terá, forçosamente, a não-linearidade como pressuposto fundamental e, concomitantemente, a possibilidade de auto-organização de sistemas abertos, a sua capacidade de adaptação e resiliência e, ainda, a sua dependência relativamente à respetiva história 'evolutiva'. Tendo em consideração o contexto específico das relações internacionais, uma leitura histórica da sua evolução mostra que o irrealismo da possibilidade de conhecer as relações causa-efeito com base numa simplificação (e linearização) da realidade se estende igualmente à consideração de uma não-linearidade de processos que tem no comportamento dos atores dentro de um sistema que se auto-organiza a sua determinante. Brosig (2019) argumenta que as relações internacionais são moldadas, frequentemente, por comportamentos e decisões estratégicas e influenciadas por dinâmicas de autoridade hierárquica feitas de poder desigual, o que contraria a possibilidade de uma não-linearidade absoluta. O caso concreto da RPC pode ser visto como um exemplo paradigmático, designadamente no que toca ao papel determinante que o Estado chinês tem vindo a desempenhar na transformação do país e da sua inserção internacional. Acresce que o próprio poder transformador dos movimentos de retroalimentação do sistema (*feedback*) encerra em si dinâmicas que conferem alguma linearidade e expectativa aos processos. É neste contexto que, reconhecendo a necessidade de impor limitações à possibilidade de autossuficiência e autodeterminação dos sistemas complexos, emerge a noção de complexidade restrita, uma oportunidade, segundo Brosig (2019), para evitar, por um lado, o reducionismo das abordagens tradicionais, baseadas na linearidade, e, por outro, a fragilidade analítica, porque inconsistente perante a realidade observada, dos quadros de referência da complexidade pós-modernista. No âmbito desta complexidade sistêmica 'mitigada', assumem-se os sistemas como tendo uma natureza semiaberta e ainda, obviamente sem negar a relevância das dinâmicas não-lineares na configuração das

relações internacionais, a possibilidade de causalidade mútua e de dispersão de poder por estruturas de autoridade que podem ser 'centrais'.

5. Interrogações

Na confluência entre a análise feita às relações entre a RPC e a UE, destacando o caso português, e a breve abordagem ao quadro epistemológico dos sistemas complexos, o presente trabalho, como foi mencionado na sua introdução, culmina na apresentação de várias interrogações suscitadas pela identificação de contradições e dilemas que vão estruturando a evolução daquela dinâmica relacional. O autor destas linhas assume como meta a atingir encontrar respostas para essas interrogações. A sua robustez depende, obviamente, de um aprofundamento da natureza e implicações das evoluções que aqui foram afloradas, designadamente naquilo que é o seu 'tecido' contraditório e dilemático. Dependerá, também, de uma maior 'agilidade' no manuseamento das ferramentas analíticas que resultam do quadro de referência propiciado pela teoria dos sistemas complexos, particularmente na sua versão 'mitigada'. Desta forma, este documento constitui um passo preliminar que suscitou a identificação de contradições e dilemas cruciais, a explorar mais tarde, e o esboço de todo um aparato teórico que deverá sustentar essa exploração.

Tendo as relações bilaterais entre Portugal e a RPC como contexto de investigação privilegiado, listam-se, de seguida, e sem esgotar o potencial interrogativo que a matéria encerra, as interrogações e as noções, conceitos ou princípios que se constituem como campos de escrutínio:

Não-linearidade

- Quão imprevisíveis são as consequências de (pequenas ou grandes) mudanças sistémicas (globais ou 'locais') nas relações sino-portuguesas?
- As condições de partida importam: qual o papel desempenhado pela história, recente e remota?
- Até que ponto as interdependências coevolutivas entre Portugal e os sistemas relevantes configurarão a trajetória do país? Como pode o desenvolvimento da BRI influenciar essa interdependência?

'Feedback'/emergência/adaptação

– Qual a capacidade para tirar partido de estímulos (internos e externos) para suscitar novas dinâmicas de desenvolvimento ou para assegurar a resiliência necessária na presença de transformações que fragilizam?

– Que papel poderá Portugal desempenhar no âmbito da BRI e que expectativas mantém a RPC relativamente à participação de Portugal no novo quadro internacional?

– Poderá Portugal definir caminhos inovadores para interagir com sistemas rivais, ultrapassando assim o dilema que se associa a uma tomada de partido?

– Pode Portugal sustentar a construção desses caminhos inovadores na sua vocação 'universalista' e a inerente capacidade de adaptação?

Relações de poder

– Que desafios enfrenta um(a) pequeno país (pequena economia) no contexto de confrontação entre duas grandes potências, no qual a imposição de uma escolha mutuamente exclusiva se pode assumir como possível?

– Poderá Portugal tirar partido da fragmentação que caracteriza a UE, longe de poder ser considerada como um verdadeiro 'bloco' político, com uma única 'voz', designadamente no que toca às suas relações com a China? Poderá esta fragmentação ser debilitante para Portugal na sua relação com o Império do Meio?

Modularidade

– Como é que os subsistemas (e.g., financeiro/económico) afetarão o domínio político das relações bilaterais?

Dependência/Conectividade

– Qual é o grau de dependência política, securitária, económica e tecnológica de Portugal relativamente aos sistemas relevantes?

– Serão as infraestruturas, em particular as infraestruturas portuárias, determinantes para encontrar respostas para a diferenciação de conectividade no âmbito da BRI?

Referências bibliográficas

- Anderson, P. W. (1972). More is different. *Science Magazine*, 177/4047, 393-396.
- Bengtsson, M., & Kock, S. (2014). Coopetition – *Quo vadis?* Past accomplishments and future challenges. *Industrial marketing management*, 43(2), 180-188.
- Bousquet, A., & Curtis, S. (2011). Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations. *Cambridge review of international affairs*, 24(01), 43-62.
- Brosig, M. (2019). Restricted Complexity a Middle Path Between Post-modern Complexity Theory and Positivist Mainstream IR. In A. Orsini, P. Le Prestre, P. M. Haas, M. Brosig, P. Pattberg, O. Widerberg, J. F. Morin, L. Gomez-Mera, N. E. Harrison, R. Geyer, R., & D. Chandler (Eds.). *Complex systems and international governance. International Studies Review*, 22(4), 1008-1038.
- CEC (2021). *Updating the 2020 New Industrial Strategy: Building a stronger Single Market for Europe's recovery*. COM (2021) 350 final – SWD (2021) 352 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- CEC (2019). Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho, UE-China – uma Perspetiva Estratégica, *JOIN* (2019) 5 final. Estrasburgo: Comissão Europeia.
- CEC (2015). *EU-China Summit joint statement – The way forward after forty years of EU-China cooperation*. Bruxelas: Comissão Europeia, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/06/29/eu-china-statement/>.
- Christiansen, T., Kirchner, E. J., & Wissenbach, U. (2019). *The European Union and China*. Londres: Red Global Press.
- Eurostat (2021). *International trade in goods – an overview*, <https://ec.europa.eu/eurostat/web/international-trade-in-goods/overview>.
- Garlick, J. (2016). Not so simple: complexity theory and the rise of China. *China Report*, 52(4), 284-305.
- Harrison, N. E. (Ed.). (2012). *Complexity in world politics: Concepts and methods of a new paradigm*. Nova Iorque: SUNY Press.
- Hegel, G.W.F. (1996). *Science of Logic*. Nova Iorque: Humanity Books.
- Hu, W. (2021). The EU-China Comprehensive Agreement on Investment: An in-depth reading. *CEPS Policy Insights*, PI2021-07, Maio 2021.
- Järvenpää, P., Major, C., & Sakkov, S. (2019). European strategic autonomy: operationalising a buzzword. *International Centre for Defence and Security*, 38.
- Leonard, M. (2019). *The end of 'Chimerica'*. *Project Syndicate*, <https://www.project-syndicate.org/commentary/end-of-chimerica-and-future-of-europe-by-mark-leonard-2019-06>.
- Mao, Z. (1975). *Obras Escolhidas de Mao Tsetung* (Tomo II). Pequim: Edições do Povo.
- Meunier, S. (2014). Divide and conquer? China and the cacophony of foreign investment rules in the EU. *Journal of European Public Policy*, 21(7), 996-1016.

- Morin, E. (1990). *Introdução ao Pensamento Complexo* (2ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Orsini, A., & Le Prestre, P. (2019). Introduction. In A. Orsini, P. Le Prestre, P. M. Haas, M. Bro-sig, P. Pattberg, O. Widerberg, J. F. Morin, L. Gomez-Mera, N. E. Harrison, R. Geyer, R., & D. Chandler (Eds.). (Eds.). *Complex systems and international governance. International Studies Review*, 22(4), 1008-1038.
- Ottino, J. M. (2003). Complex systems. *American Institute of Chemical Engineers. AIChE Journal*, 49(2), 292.
- Perthes, V. (2021). Dimensions of rivalry: China, the United States, and Europe. *China Inter-national Strategy Review*, 1-10.
- Rodrigues, C. (2017). Chinese investment in Portugal: gaining access to cutting-edge know-ledge and extending global influence. In J. Seaman, M. Huotari, M. Otero-Iglesias, M. (Eds.), *Chinese investment in Europe: a country-level approach, ETNC – European Think Tank Network on China*.
- Sarsenbayev, M., & Véron, N. (2020). European versus American perspectives on the belt and road initiative. *China & World Economy*, 28(2), 84-112.
- Scartozzi, C. M. (2018). A New Taxonomy for International Relations: Rethinking the Inter-national System as a Complex Adaptive System. Munich Personal RePEc Archive, MPRA Paper No. 95496.
- Sgourev, S. V., & Operti, E. (2019). From Montagues to Capulets: Analyzing the Systemic Nature of Rivalry in Career Mobility. *Academy of Management Journal*, 62(5), 1333-1357.
- Sim, Y. S. (2007). International Relations & Complex Systems Theory. In *Proceedings of the 51st Annual Meeting of the ISSS-2007*, Tokyo, Japan.
- Tomé, L. (2016). Complex systems theories and eclectic approach in analysing and theo-rising the contemporary international security complex. In *Handbook of research on chaos and complexity theory in the social sciences* (pp. 19-32). IGI Global.
- Turner, J. R., & Baker, R. M. (2019). Complexity theory: An overview with potential applica-tions for the social sciences. *Systems*, 7(1), 4.

A Rota da Seda da Saúde e o seu papel no âmbito da governança global em saúde

The Health Silk Road and its role in the sphere of global health governance

Anabela Rodrigues Santiago

DCSPT, Universidade de Aveiro
Bolsreira FCT/CCCM (Centro Científico e Cultural de Macau)
anabela.santiago@ua.pt
ORCID: 0000-0002-3897-0323

RESUMO

A Rota da Seda da Saúde emerge do projeto “Uma Faixa, Uma Rota” lançado pelo atual presidente Xi Jinping em 2015. Trata-se de um projeto inserido no lema do “Sonho Chinês” que almeja uma sociedade harmoniosa e cujo desenvolvimento se baseie na investigação científica, na inovação e na tecnologia. Desde 2009 que a República Popular da China tem vindo a encetar reformas no seu sistema de saúde por forma a colmatar lacunas e a resolver problemas internos.

A par com essas reformas, tem delineado uma estratégia de governança global que inclui igualmente a governança global em matéria de saúde pública, uma vez que os desafios globais nesta esfera são uma constante e estão em permanente evolução. Essa estratégia é materializada, entre outros aspetos, através da Rota da Seda da Saúde que ganhou ainda maior dimensão com o surgimento da pandemia por SARS-CoV-2. Este artigo assenta na análise de vários tópicos, a saber: i) os desafios internos do sistema de saúde chinês, ii) as ações levadas a cabo no quadro da Rota da Seda da Saúde e sua adaptação à fase pandémica e pós-pandémica e, por fim, iii) a estratégia chinesa no âmbito da governança global em saúde, por via da sua política externa e do recurso ao seu *Soft Power*.

PALAVRAS-CHAVE

Rota da Seda da Saúde, governança global, Sonho Chinês, *Soft Power*.

ABSTRACT

The Health Silk Road emerges from the “Belt and Road” initiative launched by the current President Xi Jinping in 2015. This project is part of the “Chinese Dream”, motto, which aims for a harmonious society whose development is based on scientific research, innovation and technology. Since 2009, the People's Republic of China has been reforming its health system in order to tackle any deficiencies and solve internal problems.

Along with these reforms, it has outlined a global governance strategy that also includes global governance for public health, as global challenges in this sphere are constant and evolving. This strategy has emerged, among other things, by means of the Health Silk Road, which gained even more prominence with the emergence of the SARS-CoV-2 pandemic. This article is based on the analysis of several topics, namely: i) the internal challenges of the Chinese health system, ii) the actions taken in the framework of the Health Silk Road and its adaptation to the pandemic and post-pandemic phase, and, finally, iii) the Chinese strategy in the context of global health governance, through its foreign policy and the use of its *Soft Power*.

KEYWORDS

Health Silk Road, Global Governance, Chinese Dream, *Soft Power*.

Introdução

Num contexto internacional de globalização, a interdependência entre as diferentes nações bem como a necessidade de cooperação seguindo múltiplas abordagens ideológicas, setoriais e multidisciplinares são uma clara evidência. No setor da saúde, face a problemas globais de saúde pública e aos desafios que estes acarretam, impõe-se uma ação concertada dos vários estados e dos seus agentes para resolver problemas à escala coletiva global.

O que se entende por governança global em saúde?

O conceito de governança global é, por si só, um conceito muito amplo que suscita várias interpretações de acordo com a perspetiva de análise e o campo de estudo dos diversos autores que o abordam. No que diz respeito à governança global em saúde e após uma revisão da literatura neste campo, baseamos esta análise no trabalho desenvolvido por dois autores de referência: Kickbusch e Fidler. De acordo com Fidler (2010), a governança global em saúde pode ser definida como: “the use of formal and informal institutions, rules, and processes by states, intergovernmental organizations, and non-state actors to deal with challenges to health that require cross-border collective action to address effectively”.

Existem dois pressupostos relativamente ao conceito de governança global em saúde: (i) o facto de estarmos a tratar de problemas de saúde que não podem ser resolvidos à escala nacional, mas que pressupõem uma solução que derive da ação concertada de vários estados, e; (ii) o facto de estarmos perante políticas cujo processo de tomada de decisão envolve não apenas agentes estatais, mas também agentes não-estatais.

Para além de Fidler, também Ilona Kickbusch – investigadora no âmbito da governança global em saúde – defende esta abordagem do conceito e ainda acrescenta três dimensões políticas: governança global em saúde, governança global para a saúde e governança para a saúde global. Estas três expressões, aparentemente muito similares, encerram em si diferenças que se prendem essencialmente com dois aspetos: (i) os atores envolvidos nas políticas e (ii) o foco das mesmas.

No caso da governança global em saúde, que é o conceito que subjaz ao enquadramento teórico-conceptual desta pesquisa, ele é centrado em políticas de saúde pública, equidade na saúde e, controlo e prevenção de doenças. Os agentes políticos são as organizações de saúde e suas interfaces. Por sua vez, a governança global para a saúde, representa uma abordagem mais interdisci-

plinar na medida em que os agentes envolvidos pertencem a vários setores da sociedade e não se circunscrevem apenas aos agentes do setor da saúde. Neste sentido, há uma forte preponderância das determinantes sociais da saúde.

As determinantes sociais da saúde (DSS) são as condições nos ambientes onde as pessoas nascem, vivem, aprendem, trabalham, brincam, prestam culto, e envelhecem, as quais afetam uma vasta gama de resultados e riscos em termos de saúde, desempenho e qualidade de vida (OMS, 2010).

As DSS podem ser agrupadas em cinco domínios: estabilidade económica, acesso e qualidade da educação, acesso e qualidade dos cuidados de saúde, vizinhança e qualidade da habitação, e contexto socio-comunitário. Ainda nesta dimensão, o foco das políticas é a inclusão da Saúde em Todas as Políticas, uma das diretrizes comuns a diversos programas de saúde – o programa Horizonte Europa, os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para a Saúde, bem como o plano interno do Governo Chinês “Healthy China 2030”.

Por último, aquilo que Kickbusch (2014), designa como a terceira dimensão política nesta esfera, ou seja, a governança para a saúde global, trata essencialmente da ação dos governos à escala regional e local e da sua esfera de ação rumo à definição de estratégias no âmbito das políticas de saúde globais.

As três vertentes têm o seu papel a desempenhar pois há uma consciencialização cada vez mais crescente de que os problemas de saúde nacionais têm que ser abordados numa lógica intersectorial, na medida em que as questões de saúde influenciam aspetos da vida social e são elas mesmas influenciadas por estes de modo semelhante. Para além disso, a globalização económica acarretou problemas de saúde globais que necessitam da intervenção concertada de vários estados, daí ter surgido mais recentemente aquilo que se designa como a diplomacia da saúde global (Labonté & Gagnon, 2010).

No entanto, e para se perceber melhor qual o papel da República Popular da China (RPC) neste âmbito, é necessário entendermos o funcionamento do seu sistema nacional de saúde, as reformas pelas quais este tem passado e quais os desafios que ainda enfrenta.

Análise

O sistema de saúde chinês: as reformas de 2009 e 2013

O sistema de saúde chinês tem passado por sucessivas reformas ao longo dos anos, desde a era maoísta até à atualidade. Essas reformas foram sempre

oscilando numa lógica de abordagens, ora mais orientadas para a ação dominante do Estado, ora para uma abordagem mais orientada para o Mercado. Esta dialética foi-se mantendo como uma constante ao longo das décadas, sendo que atualmente tende-se a verificar uma lógica de parcerias público-privadas ainda numa fase incipiente e experimental. Neste artigo, apenas nos debruçaremos sobre as duas últimas reformas concluídas da era contemporânea, a reforma de 2009 e a de 2013.

Em 2009, o sistema de saúde chinês foi amplamente reorganizado e foram implementadas medidas no sentido de reorientar prioridades e resolver alguns problemas vigentes. Assim, esta reforma teve como principais objetivos os abaixo listados:

- Cobertura universal dos cuidados de saúde com vista a uma maior equidade no acesso a esses cuidados;
- Maior expansão da cobertura de seguros de saúde;
- Melhorias no desempenho e na alocação de recursos nos cuidados de saúde primários;
- Regulamentação do sistema nacional de medicamentos essenciais: maior regulação nas regras de prescrição e maior transparência na produção de medicamentos;
- Implementação de reformas piloto incrementais nos hospitais públicos, que passam por uma série de medidas que serão mais amplamente implementadas na reforma subsequente, em 2013.

Com efeito, a reforma de 2013, pautou-se essencialmente pela reforma da gestão hospitalar baseada numa lógica de gestão tripartida dos mesmos – ação concertada do Estado, dos privados e de organismos de supervisão.

Para além da reforma hospitalar, a reforma do sistema de saúde ocorrida em 2013 passou por: (i) uma maior aposta na formação de médicos, sobretudo os generalistas como forma de aumentar a eficiência e eficácia dos cuidados de saúde primários, (ii) incentivos fiscais em áreas da saúde consideradas prioritárias e/ou com potencial elevado de desenvolvimento, como sendo a biotecnologia e a bio farmacêutica, e (iii) o início da definição daquele que viria a ser o plano de ação para a saúde emitido em 2016, o “Healthy China 2030”.

O plano “Healthy China 2030”

O plano “Healthy China 2030” é um plano de ação traçado pelo governo chinês, o qual foi lançado em 2016 e traça metas para a saúde até 2030. O objetivo é delinear estratégias que permitam, em primeira instância, colmatar as lacunas e desafios do sistema de saúde a nível interno, mas que permitam também, de igual modo, alinhá-lo com padrões internacionais de qualidade em matéria de saúde, nomeadamente no que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para a saúde.

De acordo com Zhuang (2016) e como se pode comprovar na Figura 1, o plano tem os seguintes objetivos estratégicos:

- Vida saudável;
- Otimização dos serviços de saúde;
- Melhorar a segurança sanitária;
- Construir um ambiente saudável;
- Desenvolver a indústria dos cuidados de saúde;
- Construir mecanismos de apoio;
- Reforçar a organização e implementação de políticas e medidas de saúde.

Cada um destes objetivos engloba os conceitos de inovação para o crescimento e desenvolvimento.

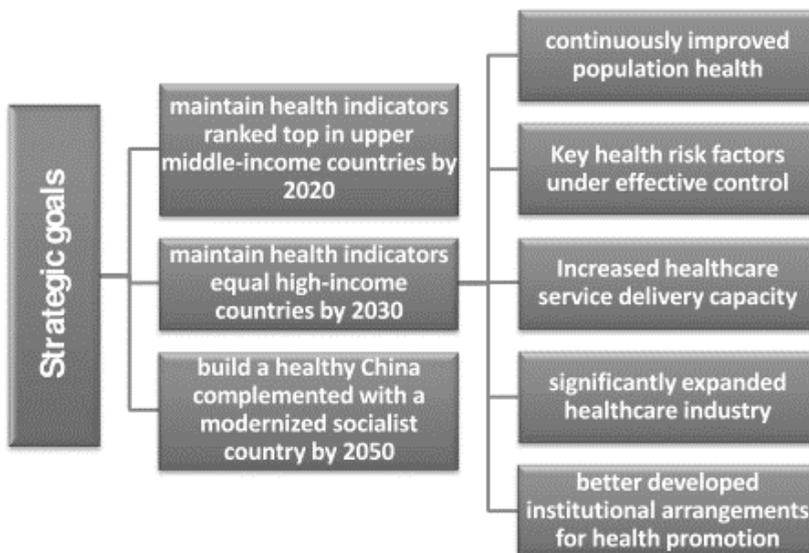


Figura 1: Objetivos estratégicos do plano ‘Healthy China 2030’ (fonte: Zhuang, 2016)

O primeiro objetivo, e o mais central, está em grande parte relacionado com o compromisso de colocar a saúde em todas as políticas, uma vez que se refere principalmente a três iniciativas centrais: (i) melhorar a literacia em saúde e promover a educação para a saúde em meio escolar; (ii) encorajar hábitos saudáveis na população e (iii) melhorar os serviços de bem-estar para todos.

Relativamente ao tópico da construção de um ambiente saudável, este baseia o seu desempenho em várias ações-chave: (i) aprofundar as campanhas patrióticas de saúde pública; (ii) reforçar a gestão dos problemas ambientais que afetam a saúde; (iii) garantir a segurança alimentar e dos medicamentos e; (iv) melhorar os sistemas de segurança pública (Zhuang, 2016).

No que diz respeito ao desenvolvimento da indústria ligada aos cuidados de saúde, abrange medidas, tais como: a otimização da estrutura pluralista dos serviços de cuidados médicos; o desenvolvimento de novos tipos de serviços de saúde; a promoção do bem-estar e fitness, o lazer e indústria desportiva; e a promoção do desenvolvimento da indústria no campo da biomedicina (Zhuang, 2016).

Por sua vez, a implementação de mecanismos de apoio envolve as seguintes medidas: o aprofundamento das reformas nos acordos institucionais; o desenvolvimento de recursos humanos para os cuidados de saúde; a promoção da ciência e inovação tecnológica nos cuidados de saúde; e o desenvolvimento de serviços de informação digital sobre saúde, sendo este último um aspeto muito atual, tendo em conta os recentes desenvolvimentos da telemedicina devido à situação pandémica provocada pela Covid-19.

As reformas nos arranjos institucionais são essencialmente um reflexo do objetivo de “saúde em todas as políticas”. A inclusão da saúde em todas as políticas é assim conseguida através do estabelecimento de mecanismos de avaliação dos impactos na saúde, abrindo mais espaço para os canais de participação pública.

Por fim, no que toca ao reforço da implementação e avaliação de tais políticas no campo da saúde, começa a despertar no governo chinês uma preocupação até à data um pouco esquecida e que deriva da perceção de uma nova necessidade: a de desenvolver mecanismos de monitorização da implementação, bem como mecanismos de avaliação de resultados, assim como a utilização de indicadores para avaliar o mérito das pessoas envolvidas em políticas de saúde e a prestação de cuidados de saúde (Zhuang, 2016).

Os problemas internos alheios ao sistema propriamente dito e que persistem na RPC advêm essencialmente de fatores, tais como: (i) envelhecimento da sua população, (ii) elevadas taxas de urbanização e mudanças no estilo de vida,

(iii) maior resistência a antibióticos, e (iv) doenças co-relacionadas com problemas ambientais (Tan et al., 2018).

O “Healthy China 2030” é, de facto, um plano estruturado de consolidação das reformas do sistema de saúde chinês, que almeja sobretudo, ao mesmo tempo que soluciona os seus problemas internos, alinhar o mesmo com padrões normativos internacionais de elevada qualidade, nomeadamente em duas vertentes: na de ‘Saúde para Todos’ e ‘Saúde em Todas as Políticas’, dois dos pilares dos programas das Nações Unidas e da Europa (Horizonte 2030) no campo da saúde.

O Sonho Chinês e a Iniciativa “Faixa e Rota”

O Sonho Chinês foi uma expressão usada pelo atual Presidente da RPC, Xi Jinping, que o designa como o sonho de um “grande rejuvenescimento da nação chinesa”. No mundo da política chinesa, os slogans são importantes na medida em que se destinam quase sempre a comunicar a visão de um líder para o país. A visão do Sonho Chinês é tão vaga e ao mesmo tempo tão abrangente que diferentes mensagens podem caber debaixo do seu chapéu. Inserido nessa visão está o projeto denominado “Faixa e Rota” lançado em 2013 que pretende ligar a China e o Extremo Oriente, à Europa e à África.

Este espaço de influência inclui mais de 60 países, onde mora 60% da população mundial e cujas economias correspondem a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (Vogel, 2015). Para conseguir tudo isto, a China está disposta a gastar muito dinheiro para construir autoestradas, caminhos-de-ferro, portos, oleodutos e gasodutos em vários países dos três continentes. Para o analista do Centro Carnegie de Pequim, Paul Haenle, “o mundo está a testemunhar a forma como a China é capaz e disposta para usar o sistema internacional, que os EUA ajudaram a criar, como uma plataforma para as suas próprias instituições e iniciativas”.

No entanto, devido aos constrangimentos impostos pela pandemia que atravessamos, a estratégia desta iniciativa teve que ser reformulada. A RPC não pode contar unicamente com o investimento em infraestruturas de natureza física, mas terá forçosamente que contemplar outras áreas de intervenção. Dessa necessidade de redirecionar os seus esforços, surgiram conceitos que derivam do plano inicial, tais como os de “Rota da Seda Verde”, “Rota da Seda Digital” e “Rota da Seda da Saúde”, entre outros.

É precisamente sobre a “Rota da Seda da Saúde” que nos debruçamos na seção seguinte deste trabalho.

A Rota da Seda da Saúde

A expressão “Rota da Seda da Saúde” (健康丝绸之路) surge primeiramente em 2015 e foi depois reforçada pelo Presidente Xi Jinping, em 2017, durante um evento denominado *BRI Forum through Beijing Communiqué of The Belt and Road Health Cooperation & Health Silk Road*.

No entanto, foi essencialmente após o aparecimento da pandemia da Covid-19 que esta ganhou um novo significado e força, uma vez que se constitui como uma possível ferramenta na construção daquilo que o Presidente Xi Jinping chamou de “comunidade de saúde comum para a humanidade”.

A Rota da Seda da Saúde assume desde então um papel relevante no projeto “Faixa e Rota” e na diplomacia chinesa, visando posicionar a China como um interveniente responsável na ordem mundial, através dos cuidados de saúde globais.

As principais áreas de intervenção prioritárias da Rota da Seda da Saúde são as seguintes (Tillman et al., 2021):

- o desenvolvimento de mecanismos de cooperação em matéria de saúde;
- o controlo e a prevenção de doenças infecciosas;
- a formação técnica qualificada dos profissionais de saúde;
- os sistemas e políticas de saúde;
- o desenvolvimento da indústria da saúde.

Desde o seu lançamento até à atualidade, a Rota da Seda da Saúde assentou essencialmente na promoção de fóruns e cimeiras acerca do tema da saúde, como uma forma de comunicar ao Mundo que a RPC pretende de facto assumir uma posição de destaque neste domínio, demonstrando a sua preocupação com questões de saúde pública à escala global. Destacam-se, a título ilustrativo, o *China-ASEAN Health Cooperation*, o *Global Health Forum of the Boao Forum for Asia*, o *Lancet - CAMS Health Summit* em Pequim, entre outros.

De salientar, igualmente no âmbito da iniciativa da Rota da Seda da Saúde, a construção de diversas infraestruturas médicas, nomeadamente em África, como por exemplo, a edificação e equipamento do *African Center for Diseases Control*. Mais recentemente, na sequência da luta contra o vírus SARS-CoV-2, a RPC enviou 179 biliões de máscaras, 1,73 biliões de fatos protetores, bem como 543 milhões de kits de teste a países em desenvolvimento sobretudo, mas também a alguns países desenvolvidos na Europa (Bing, 2020).

Como é possível observar na Figura 2, a RPC tem vindo a alcançar marcos importantes no setor da saúde global, tendo inclusivamente passado de um país recetor de assistência externa a um país dador dessa mesma assistência, no caso concreto em análise no campo da saúde.



Figura 2 – Marcos importantes da RPC no âmbito da Rota da Seda da Saúde (fonte: adaptado do MERICS)

Com efeito, a Rota da Seda da Saúde dará continuidade à sua ação essencialmente nas seguintes áreas de enfoque: (i) envolvimento crescente na investigação científica e cooperação científica internacional; (ii) investimento elevado em áreas conexas à saúde como a biofarmácia e a biotecnologia; (iii) segurança alimentar e na produção de medicamentos como prioridade absoluta; e (iv) a criação de infraestruturas de financiamento dos projetos de saúde. Os objetivos são ambiciosos, mas, segundo Cheng & Cheng (2019), terão que fazer face a diversos desafios que se colocam nomeadamente derivando de:

- variedade dos tipos de doenças infecciosas ao longo dos países que fazem parte da iniciativa “Faixa e Rota”;
- dificuldade de gestão e monitorização dos agentes envolvidos nos diversos projetos da “Faixa e Rota” e no caso particular, da Rota da Seda da Saúde;
- dificuldade de coordenação de estratégias de saúde globais.

Conseguindo um bom desempenho na implementação dos seus projetos ligados à Rota da Seda da Saúde, a RPC pode vir a desempenhar um *role model* para os países em vias de desenvolvimento.

Conclusões

O sistema nacional de saúde chinês tem passado por reformas sucessivas ao longo dos anos, duas delas mais atuais (2009 e 2013) foram significativas no processo de reestruturação dos cuidados de saúde primários, na reforma da gestão hospitalar, numa redução dos custos com saúde e acesso mais equitativo, bem como numa realocação de recursos e maior formação técnica dos profissionais.

Todas estas medidas foram tomadas no sentido de resolver questões que constituíam problemas efetivos da população no âmbito da saúde. Não obstante as metas já alcançadas, ainda permanecem alguns desafios, para os quais o plano “Healthy China 2030” está a procurar, através da sua implementação, dar resposta.

Essa resposta é fundamental para que a RPC possa desempenhar um papel preponderante na esfera da governança global em saúde. Como referido ao longo deste artigo, esforços já foram encetados no sentido de aproximar a estratégia para a saúde com padrões de qualidade internacionais, nomeadamente no que toca a duas grandes linhas orientadoras das normativas da OMS e dos programas europeus como o Horizonte Europa: uma delas, a lógica da “Saúde para Todos”, e a outra, a de “Saúde em Todas as Políticas”.

Com efeito, os estados a nível global – e a RPC não sendo exceção – começam a perceber que as DSS têm efetivamente um impacto forte na saúde e, em consequência, para se obter políticas eficientes e eficazes impõe-se uma abordagem multidisciplinar, em que todas as políticas públicas (ainda que não diretamente ligadas à saúde) incluam esta componente na sua abordagem. Para além de que o acesso universal e equitativo a cuidados de saúde é, sem dúvida, um imperativo de qualquer sistema de saúde dito desenvolvido.

No seu discurso no 19.º Congresso do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping fez um resumo da estratégia chinesa para a saúde:

We will, with emphasis on prevention, carry out extensive patriotic health campaigns, promote healthy and positive lifestyles, and prevent and control major diseases. We will initiate a food safety strategy to ensure that people have peace of mind about what they are putting on their plates. We will support both traditional Chinese medicine and Western medicine, and ensure the preservation and development of traditional Chinese medicine. We will support the development of private hospitals and health-related industries.

Efetivamente, existe todo um conjunto de propostas no sentido da RPC se tornar um ator importante no domínio da saúde: a aposta na cooperação científica, na indústria ligada à saúde, na segurança alimentar e na transparência da produção de fármacos; sempre numa lógica de parceria entre o conhecimento da medicina dita convencional e a Medicina Tradicional Chinesa, também numa abordagem que atualmente, e do ponto de vista pragmático, começa a privilegiar as parcerias público-privadas.

A Rota da Seda da Saúde terá certamente um papel muito relevante na definição da estratégia chinesa em termos de saúde globais, na medida em que constitui uma ferramenta de comunicação importante perante os parceiros globais da RPC, servindo quase como uma bandeira do seu “Soft Power” diplomático numa área que se vem definindo como a geopolítica da saúde.

Referências bibliográficas

- Cheng, Y. & Cheng, F. (2019). China's unique role in the field of global health. *Global Health Journal*. Volume 3, Issue 4. Pages 98-101. <https://doi.org/10.1016/j.glohj.2019.11.004>.
- Bing, N. (2020). COVID-19 speeds up China's 'Health Silk Road'. *East Asia Forum Special Issue*. <https://www.eastasiaforum.org/2020/05/26/covid-19-speeds-up-chinas-health-silk-road/>
- Fidler, D. (2010). The Challenges of Global Health Governance. *Council of Foreign Relations for International Institutions and Global Governance program*. <https://www.cfr.org/report/challenges-global-health-governance>.
- Kickbusch, I. & Szabo M. M. (2014). A new governance space for health. *Global Health Action*. doi: 10.3402/gha.v7.23507. PMID: 24560259; PMCID: PMC3925805.

- Labonté, R. & Gagnon, M. L. (2010). Framing health and foreign policy: lessons for global health diplomacy. *Global Health*. doi: 10.1186/1744-8603-6-14. PMID: 20727211; PMCID: PMC2936293.
- Mardell, J. (2020). China's global healthcare ambitions: Gaining influence on the international stage. *MERICCS*. <https://merics.org/en/short-analysis/chinas-global-healthcare-ambitions-gaining-influence-international-stage>.
- CDSS. (2010). Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais. *Relatório final da Comissão. Portugal, Organização Mundial de Saúde*.
- Tan, X., Zhang, Y., & Shao H. (2019). Healthy China 2030, a breakthrough for improving health. *Global Health Promotion*. (4):96-99. doi: 10.1177/1757975917743533.
- Tillman, H., Ye, Y., & Jian, Y. (2021). Health Silk Road 2020: A Bridge to the Future of Health for All. *China Investment Research (CIR)/ Grisons Peak/Shanghai Institutes for International Studies (SIIS)*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3830380>.
- Zhuang, N. (2016). Outline of the Healthy China 2030 Plan. *National Health and Family Planning Commission*. <https://www.sahealth.sa.gov.au>.
- Discurso de Xi Jinping no 19.º Congresso do Partido Comunista Chinês: disponível em https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm.

Centro e periferia da biblioteca lusógrafa. A literatura de Macau no sistema literário em língua portuguesa*

Center and periphery of the Portuguese language library. Macau literature in the Portuguese language literary system

Micaela Ramon

ELACH/CEHUM, Universidade do Minho
micaelar@elach.uminho.pt
ORCID: 0000-0003-2193-4075

RESUMO

Língua pluricêntrica e partilhada por diferentes povos que a têm como sua, o português é o idioma escolhido por uma vasta comunidade de escritores para nele vazarem a sua criatividade literária. A partir das suas produções se vem constituindo um cânone lusógrafa em cujo centro se situam as literaturas brasileira e portuguesa, às quais se juntam paulatinamente as literaturas das nações africanas de língua oficial portuguesa. Nas margens desta comunidade, ficam as literaturas asiáticas em português, mormente a macaense, cujos autores e obras estão remetidos aos lugares menos acessíveis da *biblioteca lusógrafa*.

Neste artigo, discutem-se questões relacionadas com a constituição de um cânone lusógrafa, colocando a ênfase sobre o lugar relativo que a literatura de Macau aí pode ocupar e sobre o seu contributo para o prestígio do português enquanto língua de arte e de cultura.

PALAVRAS-CHAVE

Língua portuguesa, texto literário, autores lusógrafos, cânone, literatura de Macau.

ABSTRACT

Portuguese is a pluricentric language shared by different peoples who have it as their own. It is the language chosen by a vast community of writers who channel their literary creativity into it. From all that has been produced, a canon of Portuguese writing has been established, at the center of which are the Brazilian and Portuguese literatures. Literatures of African nations, whose official language is Portuguese, are gradually being added. On the fringe of this community are Asian literatures in Portuguese, principally from Macau, whose authors and works are attributed less accessible places in the *Lusographic library*.

This article discusses issues related to the constitution of a canon of Portuguese literature, emphasizing the relative place that works from Macau can occupy and their contribution to the prestige of Portuguese as a language of art and culture.

KEYWORDS

Portuguese language, literary text, Lusograph authors, canon, literature from Macao.

* Este artigo retoma parcialmente temática abordada em comunicação oral apresentada no II Congresso Internacional "Diálogos Interculturais Portugal-China", realizado na Universidade de Aveiro, em março de 2019, desenvolvendo-a e complementando-a a partir de novos dados de investigação.

1. O português como língua pluricêntrica de arte e de cultura

É frequente recorrer-se à utilização do adjetivo *pluricêntrico/a* para qualificar a língua portuguesa, idioma que, sendo originário de uma diminuta comunidade de falantes concentrados num pequeno país europeu periférico, se disseminou pelos demais continentes, afirmando-se atualmente no panorama mundial como um instrumento de comunicação de caráter global e em franca expansão.

Como consequência da repartição da língua portuguesa pelos diversos contextos sociogeográficos a que se aclimatou, surgiram as diferentes variedades nacionais que hoje lhe garantem precisamente o estatuto de língua pluricêntrica. De facto, entende-se por língua pluricêntrica aquela que tem “vários centros de interação, cada qual estabelecendo uma variedade nacional com pelo menos algumas de suas normas codificadas” (Reis, 2016, p. 17). No caso do português, as normas estabelecidas e reconhecidas são o português europeu e o português brasileiro, prevendo-se que outras se lhes venham a juntar, emergindo do(s) contexto(s) africano(s). Porém, as variedades nacionais das línguas pluricêntricas raramente gozam de estatuto equivalente, afirmando-se, pelo contrário, umas como de maior prestígio do que outras.

Múltiplos são os fatores que determinam tais discrepâncias. Mas um que certamente contribui para tal prende-se com a maior ou menor capacidade de afirmação de cada variedade em termos de usos artísticos e culturais que se consolidam no âmbito dos diferentes sistemas literários. Na verdade, entre língua e literatura estabelece-se uma relação de implicação bidirecional, pois se, por um lado, a literatura, enquanto forma verbal de expressão artística, se serve dos recursos de uma dada língua natural, utilizando-os de forma criativa e desautomatizada, por outro, a norma dessa mesma língua é muitas vezes fixada a partir dos *bons*

¹ Reto *et alii*, em obra recentemente publicada, ao reconstituírem o percurso histórico da língua portuguesa, afirmam o seguinte: “Não deixa de ser paradoxal constatar que uma língua tão frágil e com uma autonomia e identidade tão recentes se transforme, por via das descobertas marítimas, na primeira língua franca internacional em muito poucos anos. [...] É preciso ainda lembrar, para melhor se contextualizar esta façanha linguística, que no século XV a população portuguesa contava com pouco mais de 1 milhão de pessoas [...]” (Reto *et alii*, 2020, pp. 25-26).

² Luana Moreira Reis aponta os seguintes: “as variedades dominantes costumam ser as variedades dos países em que a língua se originou. Na maioria dos casos são também as que têm um país poderoso e de grande população como suporte” (Reis, 2016, p. 19).

usos que dela fazem os escritores de referência. Cria-se assim um sistema em que língua e literatura se retroalimentam, contribuindo para o prestígio mútuo.

Ora, como língua de arte e de cultura, ou, dito de outra forma metonimicamente simplificada, como língua literária, o português “situa-se atualmente num tempo e num contexto específicos: o tempo e o contexto pós-coloniais, atravessados por contradições e por impulsos provindos de experiências históricas e políticas que não é fácil (ou até que não é possível) harmonizar” (Reis, 2019, p. 16). Isto equivale a dizer que o português é hoje a matéria-prima de que se servem escritores oriundos de geografias dispersas e de contextos linguísticos e culturais heterogêneos que o usam como forma e substância das suas práticas literárias, recriando-o continuamente numa dinâmica de vitalidade impulsionada pela criatividade e pela inovação que em muito se devem à adoção de *formas de dizer locais*, tanto em termos lexicais, como sintáticos ou semântico-pragmáticos.

Daqui decorre a relevância dos usos literários do português para a sua afirmação como língua pluricêntrica, na medida em que tais usos permitem dar a conhecer as distintas variedades de um idioma que, sendo o mesmo, é diverso; ao mesmo tempo que dão visibilidade à pluralidade cultural do espaço lusófono/lusógrafa, marcado por realidades historicopolíticas e sociolinguísticas compósitas.

2. O(s) cânone(s) lusógrafa(s): especificidades e desafios

A diversidade das obras literárias criadas na pluricêntrica língua portuguesa vem dando origem à edificação de uma vasta biblioteca lusógrafa de cujo núcleo embrionário faz parte a literatura portuguesa, quer por prerrogativas de antiguidade, quer por se tratar do ponto de onde derivam as restantes que, ao longo dos séculos, se foram fundando e afirmando.

A literatura brasileira foi a primeira a destacar-se, constituindo-se a experiência linguístico-cultural do Brasil como o modelo para as demais autonomizações literárias em relação à literatura portuguesa. Nas palavras de Carlos Reis, “desde meados do século XVIII, amadurece e brota a independência do Brasil. Com ela criam-se as condições para a formação de uma nova literatura nacional” (Reis, 2019, p. 19). Cinquenta anos depois dessa data, Machado de Assis escrevia um texto no qual, se bem que manifestasse uma “consciência emancipatória inequívoca” e um “instinto de nacionalidade”, não deixava de reconhecer a relação umbilical que ligava a nova literatura à língua e à literatura-mãe da qual se libertava:

Sem prejuízo de nessa língua literária reconhecer, de forma um tanto concessiva, as “riquezas novas” potenciadas pela “transplantação” do português para a América, Machado continua fiel à “pureza da linguagem”, à lição dos clássicos e a referências canónicas europeias: Shakespeare, Dante, Goethe, Camões. (Reis, 2019, pp. 19-20)

Quanto às nações africanas que escolheram manter o português como língua oficial após a obtenção da independência, as suas literaturas manifestam-se maioritariamente na língua do ex-colonizador, o mesmo acontecendo em Timor-Leste, último país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a granjear a soberania e também aquele cujo sistema literário apresenta ainda maiores fragilidades. Seria expectável que estas literaturas emergentes, anticolonialistas e nacionalistas, adotassem as línguas nativas como línguas literárias (Aguar e Silva, 2020). Todavia, a escolha de escritores angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, timorenses e são-tomenses recaiu sobre a língua do antigo colono, da qual legitimamente se apropriaram, como detentores de pleno direito, para a moldarem “à medida das necessidades dos novos contextos, dando assim um contributo inestimável para garantir a vitalidade quer da língua – tornando-a verdadeiramente pluricêntrica –, quer do sistema literário que se alargou numa lógica rizomática em que a diferenciação das normas e dos usos, longe de pôr em causa a unidade sistémica da língua, antes reforça a sua elasticidade e plasticidade” (Ramon, 2021, p. 165).

A multiplicidade de criadores e de criações literárias em língua portuguesa coloca inevitavelmente a questão do cânone. Desde o último quartel do século XX, esta questão tem instigado acesos debates, sobretudo quando associada aos conceitos de *lusofonia/lusófono*. São, com efeito, dois termos polémicos e que tendem a galvanizar os discursos. Em relação ao primeiro termo, as posições oscilam entre os que associam o conceito de cânone ao de *clássico*, ou seja, às obras e aos autores considerados modelares porque tidos como expoentes máximos de uma dada cultura e veículos de transmissão do ideal estético (e ético) dominante

³ Referindo-se à realidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Mia Couto dá conta dessa apropriação e transformação do português metropolitano, dizendo: “O português vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas [...]. Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa. [...] Os povos das ex-colónias portuguesas assaltaram o português, fizeram do idioma estrangeiro, algo que vai sendo cada vez mais da sua propriedade” (Couto *in* Cristóvão, 2008, p. 32).

numa comunidade. Em lado oposto, situam-se os que, não se revendo nessa visão conservadora, reclamam a abertura do cânone às “diferenças de género, [às] diversidades étnicas, [à] pluralidade das orientações sexuais, etc.” (Aguiar e Silva, 2020, p. 116).

Por seu turno, o conceito de *lusofonia* conta também com tantos defensores quantos detratores. Do lado dos que sustentam uma posição lusófoba, o argumento mais utilizado é o de que a lusofonia não passa de um projeto cultural neocolonial e neo-imperial que apenas pretende superar o trauma da perda material das antigas possessões coloniais por meio da imposição da supremacia dos valores imateriais da língua e dos referentes culturais que através dessa língua são veiculados; tratar-se-ia de prolongar o domínio de Portugal sobre os restantes países que compõem o universo das antigas colónias, desde feita através da hegemonia da língua portuguesa por meio da qual se criaria uma falsa sensação de comunidade unificada (Margarido, 2000; Cahen, 2013). Pelo contrário, os que assumem uma posição lusófila encaram a lusofonia como um espaço geopolítico ocupado pela língua portuguesa no conjunto da sua unidade e variedades, defendendo que se trata de “um facto indesmentível, o da vontade dos oito países em utilizarem o português como sua língua, materna ou oficial, e que, por ela e por uma história comum, se sentem ligados uns aos outros como grupo sócio-cultural que procura também organizar-se em grupo político” (Cristóvão, 2008, p. 32). Configura, pois, um ato de vontade que levou nações independentes e regiões pertencentes a outros países a adotarem o português como sua língua materna, segunda, de herança ou patrimonial.

Daqui decorre a ilação lógica de que mais adequado do que falar num cânone lusófono/lusógrafo, é optar-se por usar a expressão no plural, i.e, considerar-se a existência de cânones lusófonos/lusógrafos.

Não cabe aqui determo-nos em considerações pormenorizadas sobre a origem e a evolução semântica do lexema *cânone* e suas múltiplas adjetivações. Mais pertinente se torna esclarecer desde já que empregamos o sintagma como forma de nos referirmos ao processo de constituição dos universos literários em língua portuguesa, ou seja, fazendo-o equivaler à noção de *biblioteca* onde se depositam e catalogam as produções literárias em português. Ora, a constituição de uma qualquer biblioteca tem subjacente um processo seletivo que leva à admissão de uns autores e obras e à exclusão de outros, bem assim como à

⁴ Fizemo-lo já em trabalhos anteriores (Cf. Ramon, 2009; Ramon, 2021).

escolha dos lugares de maior ou menor destaque concedidos a cada núcleo que compõe o acervo total. Tais operações fazem-se a partir da aplicação de critérios de valor acionados pelas designadas *instâncias legitimadoras do cânone*, a que Aguiar e Silva se refere da seguinte forma:

O processo e a lógica da escolha dos textos e dos autores canônicos têm permanecido fundamentalmente idênticos aos da época helenística: são agentes individuais e institucionais, detentores de poder e de influência nos domínios da língua e da literatura – escritores, críticos, filólogos, gramáticos, historiadores e teorizadores literários, antólogos, professores, escolas, universidades, academias, editoras, jornais, revistas, etc., que propõem, consagram e difundem cânones. (Aguiar e Silva, 2020, p. 118)

A identificação e a seleção das obras e dos autores que integram o cânone têm sempre implícita uma visão simultaneamente valorativa e normativa. Por um lado, a escolha das obras e dos autores considerados modelares define o centro e a periferia de uma dada cultura linguística e literária. Assim, os autores do centro detêm uma autoridade que advém do valor que lhes é reconhecido pela comunidade, enquanto aos autores da periferia é atribuído um papel subalterno que decorre precisamente da sua *ex-centricidade*, i. e., do seu grau maior ou menor de afastamento de centro. Por outro lado, os autores do centro impõem-se como norma, o que pode implicar uma de duas consequências: ou espelhar uma visão etnocêntrica do *cânone* ou, pelo contrário, incentivar percursos que vão do nacionalismo ao cosmopolitismo, proporcionando interessantes diálogos interliterários e interculturais.

Quando aplicadas ao contexto lusófono, as considerações que acabam de ser feitas adquirem contornos próprios decorrentes das dinâmicas históricas de relacionamento dos países que compõem a CPLP. Ao falar-se de cânone lusófono/lusógrafo está-se a remeter para um conjunto de produções literárias cujo denominador comum é precisamente a língua em que são escritas. Porém, como acontece com as variedades linguísticas, também o peso e o reconhecimento atribuídos a estas literaturas estão longe de ser equitativos, seja nos círculos culturais lusófonos, seja nos não lusófonos, porquanto se verificam desequilíbrios na contribuição que cada literatura dá para a caracterização do campo literário em língua portuguesa. Criam-se desta forma territórios simbólicos em que autores e obras surgem representados de modo muito desigual.

Quando se faz incidir o foco da atenção crítica sobre a literatura lusófona produzida no continente asiático, a situação reveste-se de particularidades muito próprias. Neste espaço geográfico-cultural, Timor constitui um caso à parte, vendo-se a sua literatura relegada para uma posição bastante subalternizada, até porque a jovem nação timorense não parece ter encontrado ainda a disponibilidade necessária, nem de vontades nem de recursos, para a definição e o desenvolvimento de políticas culturais estruturadas e consistentes. Deste modo, pese embora a existência de manifestações literárias quer orais, quer escritas, surgidas tanto durante o período colonial, como após a independência, estas permanecem quase desconhecidas não só para muitos dos que fazem parte dessa vasta comunidade histórica, linguística, política e cultural designada CPLP, como também para grande parte dos próprios cidadãos timorenses, entre os quais prevalecem níveis elevados de baixa escolarização ou mesmo de iliteracia.

Em relação a Macau, o outro território oficialmente lusófono no contexto geopolítico asiático, a realidade não se apresenta comparável, sendo-o apenas no que diz respeito ao generalizado grau de desconhecimento, fora dos círculos especializados, daquilo a que se pode chamar *literatura macaense de língua portuguesa* que leva a que, sistematicamente, tal literatura seja ignorada quando se trata de rastrear as obras e os autores do cânone lusófono. Todavia, é atualmente reconhecida a existência de um robusto sistema cultural em Macau de que o sub-sistema literário é uma manifestação não negligenciável.

3. O contributo da literatura de Macau para o cânone lusógrafa

Com o desembarque dos portugueses em Macau, no século XVI, em pleno período dos Descobrimentos, iniciou-se uma era de contactos luso-chineses que, em termos de produção literária, deu origem a uma “multiplicidade de obras, concebidas em circunstâncias diversas, fortemente determinadas pelas vivências dos autores, e apresentando perspetivas distintas” (Cavaco & Sequeira in Morais *et alii*, 2018, p. 137). Entre tais obras, encontram-se aquelas que, no seu conjunto, constituem a literatura de Macau.

Adotamos uma formulação determinativa em detrimento do recurso ao adjetivo *macaense* porque consideramos não só textos escritos por autores macaenses,

⁵ O termo “macaense” designa os “filhos da terra”, isto é, os descendentes euroasiáticos de famílias portuguesas enraizadas em Macau, produto da miscigenação de chineses com

como também textos versando sobre temática local ou ambientados em cenário de Macau. Cumulativamente, circunscrevemos as nossas observações aos textos produzidos e divulgados em língua portuguesa. Nesta decisão, acompanhamos José Carlos Seabra Pereira a quem se deve uma preciosa obra de ensaio ao longo de cujas mais de quinhentas páginas se percorre um eixo temporal que vai desde os Quinhentistas Luís de Camões e Fernão Mendes Pinto aos atualíssimos poetas e narradores que, neste século XXI, dão continuidade à tradição literária em língua portuguesa nesse longínquo território ancorado na foz do rio das Pérolas.

Seabra Pereira evoca Pierre Bourdieu para definir como sendo de Macau “uma literatura gerada e promovida em Macau, quase sempre aí editada e apreciada criticamente, e aí tendendo a constituir o seu próprio cânone (dialeticamente fruto e penhor da sua singularidade)” (Pereira, 2015, p. 7). Acrescenta o ensaísta que a classificação de uma dada obra literária como sendo de Macau “não decorre necessariamente do nascimento do escritor em Macau [...] nem da eleição de temática peculiarmente macaense [...]” (Pereira, 2015, p. 9). Embora também comporte tais casos, essa literatura define-se antes enquanto “criação estético-literária de autores que em Macau se descobrem ou afirmam escritores em língua portuguesa” (*idem, ibidem*).

Na verdade, falar da literatura de Macau implica considerar um espaço territorial que, embora diminuto em termos meramente geográficos, apresenta uma riquíssima diversidade de formas de viver, falar e pensar, de que a criação literária se faz eco. Por isso, definir e caracterizar a literatura de Macau revela-se uma tarefa desafiante, “visto que se trata de um fenómeno complexo quer pelas suas tradições poéticas, quer pelas línguas em que se expressa, quer ainda pela origem dos escritores” (Cristóvão, 2007, p. 667).

Procurar encontrar elementos para rastrear a atividade literária em Macau ao longo dos tempos implica reconhecer a fragilidade que a caracterizou durante largo período da presença portuguesa no território. Apesar do empenho colocado na manutenção dessa presença e no desenvolvimento da própria cidade,

portugueses, os quais constituem uma síntese das relações interculturais entre o Oriente e o Ocidente. Porém, é possível encontrar outras aceções para o adjetivo, fruto de uma evolução semântica que parece acompanhar também as próprias mutações socioculturais que se verificam com a passar dos tempos. No *Dicionário Temático da Lusofonia* diz-se que o vocábulo “designou primeiro os euroasiáticos de sangue português, estendeu-se aos chineses com instrução e cultura portuguesas, e apresenta-se agora como conceito multicultural englobante de todos os nativos e habitantes, o que tende a acentuar Macau como experiência da diferença” (Cristóvão, 2007, p. 667).

a comunidade portuguesa confrontou-se sempre com a consciência da sua fragilidade diante do gigante chinês, decorrente quer da gritante inferioridade numérica, quer da distância da colónia em relação à metrópole. Segundo Maria Barras Romana, “até cerca da década de oitenta do século passado não existiam instituições integradoras da vida literária nem sequer se pode considerar a existência dessa vida na medida em que não existiam academias, escolas de estudos superiores, enfim, instituições e agentes do facto literário” (Romana, 2017, p. 73).

Isso explica certamente o sentimento de “solidão” confessado por Henrique de Senna Fernandes, justamente considerado “no que respeita à ficção, o [autor] mais prolífico e também o que apresenta a obra que mais se ajusta ao cânone ou percurso lusófono” (Venâncio, 2006, p. 10). Senna Fernandes partilhava a opinião de que “em Macau nunca houve uma comunidade literária portuguesa”, acrescentando que se “durante a administração portuguesa houve uma atividade editorial mais intensa”, tal não justificava a existência de uma literatura macaense, em todo o caso “escassa e pouco conhecida fora da própria comunidade” (Romana, 2017, pp. 76-77).

Pese embora a lamentada e lamentável invisibilidade da produção literária associada a esta pequena comunidade lusófona ancorada no longínquo Oriente, a verdade é que não se pode ignorar a existência de textos, sobretudo narrativos e líricos, que, desde os primeiros contactos dos portugueses com o território, dão testemunho de vivências, perceções e apreciações através das quais os seus autores constroem uma imagem identitária, muitas vezes idealizada e simbólica, que permite situar Macau face ao mundo e aos restantes espaços lusófonos. Este afã de textualização conheceu um impulso renovado na sequência do processo de restituição do território macaense à China, não sendo descabido considerar que a escrita literária se afirmou como uma “forma de fazer perdurar o lugar/emoção, a Matria, o reforço de um traço identitário que, tal como o renascer do *pátoà*, a partir de 1994, se deveu à emergência da distinção da comunidade como única, num momento em que o quadro político-administrativo obrigava os seus membros a tomar consciência da perda” (Romana, 2017, p. 78).

Tendo em conta o cenário esquissado, e numa tentativa de sistematização do contributo dado pela literatura de Macau para a constituição de um cânone lusófono, é possível, pois, propor uma tipologia para os autores de língua portuguesa que dela fazem parte, agrupando-os em cinco categorias que expandem a sugestão feita por Paulo Jorge Cavaco e Rosa Maria Sequeira a propósito do universo mais vasto das produções luso-chinesas. Segundo a proposta que aqui

apresentamos, tal tipologia compreende 1) autores não contemporâneos de relatos de viagens, de que seria magno exemplo Fernão Mendes Pinto; 2) autores portugueses com estadias mais ou menos longas em Macau (de Camões e Bocage a Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes ou Maria Ondina Braga); 3) autores portugueses que, mesmo sem terem necessariamente conhecimento de experiência feita da realidade macaense, produzem obras que contêm referências a Macau, nomeadamente ambientando aí as intrigas das suas ficções, de entre os quais se podem citar Agustina Bessa Luís, Altino do Tojal, João Aguiar ou Miguel Real; 4) autores luso-macaenses ou produtores de literatura macaense em português, como Henrique Senna Fernandes, Deolinda da Conceição ou Rui Rocha; e 5) autores chineses que escrevem em português como James Li ou Yao Feng.

Trata-se certamente de um conjunto heterogéneo que reúne autores e obras com desigual valor intrínseco e patrimonial. Todavia, pensamos que a sua identificação e categorização podem constituir um princípio metodológico a partir do qual se desenvolvam outros estudos tendentes a identificar os escritores e os textos que melhor se imponham como representativos da comunidade etnocultural em causa, contribuindo para “preservar, organizar e ordenar a sua memória, o seu passado e a sua herança linguístico-literária” (Aguiar e Silva, 2010, p. 243), ou seja, o seu cânone.

4. A literatura de Macau como recurso didático

De entre as diversas possibilidades de dar a conhecer as obras e os autores da biblioteca lusógrafa, contribuindo para contrariar o desconhecimento a que muitos são votados por serem considerados *marginais* (i.e. à margem do centro) e, como tal, relegados para as estantes mais inacessíveis dessa biblioteca, o seu aproveitamento didático surge talvez como a forma mais eficaz de o fazer. De facto, a instituição escolar desempenha um papel determinante enquanto instância legitimadora do cânone já que, através das aplicações pedagógicas que promove, tem o poder de estabelecer “restrições canónicas e hermenêuticas” (Buesco, Duarte & Gusmão, 2001), não apenas porque determina que obras e que autores devem ser conhecidos e lidos, mas também porque indica, ou até mesmo impõe, modelos e práticas de exegese textual. É neste sentido que Carlos Reis defende a existência de um cânone escolar “como instrumento heurístico e como [...] referência cultural” (Reis, 2019, p. 23), chamando do mesmo passo a atenção para a necessidade de assegurar duas condições:

Uma, que ele não seja encarado como um elenco imutável de autores e de obras, recusando, desse modo, a historicidade que dinamiza e fecunda a produção literária; outra, que ele não sirva para recuperar artificialmente hegemonias perdidas, porque a História não se detém e a memória coletiva que suporta o cânone vai mudando e renovando os seus critérios de gosto. (Reis, 2019, pp. 23-24)

Com base no trabalho já citado de José Carlos Seabra Pereira (2015), dedicado à história crítica da literatura de Macau, cabe aqui referir Deolinda da Conceição e o seu livro de contos, publicado em 1956, intitulado *Cheong-Sam (A Cabaia)*, obra que é apontada como um marco para a literatura macaense, bem como para a alteração do posicionamento desta dentro do sistema literário lusófono.

Na verdade, naquela segunda metade do século XX, Deolinda da Conceição assume-se como escritora e enquanto autora, aceitando expor-se às regras que regulam os “mecanismos de difusão, apreciação crítica e aquisição ou abandono” (Pereira, 2015, p. 183) das criações literárias. A sua atitude constituiu uma rutura face a práticas anteriores de escrita feminina entendida como entretenimento e diversão, o que “surpreendeu o mundo dos homens”:

Como escritora vai aos poucos ganhando terreno. A sociedade repara na intrusa que vai penetrando no seu território e ela vai-se impondo e vai ganhando autonomia. Aos poucos deixa o papel de subalternidade e passa a controlar o seu destino e até o daqueles que a não tinham levado a sério. (Morais *in* Conceição, s.d., p. 14)

Por outro lado, este livro de contos mereceu a atenção de João Gaspar Simões que se lhe referiu em recensão crítica publicada em periódico da metrópole o que, por si só, “marca data diferenciadora na história da literatura macaense, pois corresponde ao romper de cerco nas fronteiras do Território recôndito e ao acesso ao direito de receção num âmbito universal” (Pereira, 2015, p. 184).

A obra é composta por 27 contos curtos, nos quais a autora aborda “temas e motivos de índole social e ética até aí esquecidos ou evitados pela literatura macaense” (Pereira, 2015, p. 183). Os temas tratados centram-se na análise dos modos de viver das comunidades que habitam Macau, as suas crenças, costumes

⁶ À exceção do primeiro conto, que dá título ao volume, todos os restantes não têm mais de três ou quatro páginas.

e formas de subsistência, com particular destaque para a condição da mulher oriental, cuja imagem oscila entre o poder de sedução marcado pelo exotismo e a submissão, resignada e fatalista, a condições impostas pelas circunstâncias ou pelo destino.

Do ponto de vista compositivo, os textos dão conta da habilidade da autora, capaz de dominar as técnicas características do género e de jogar habilmente com as assincronias entre tempo da diegese e tempo do discurso, por forma a criar efeitos narrativos que vão além da linearidade do encadeamento das peripécias que compõem as tramas ficcionais. Cabe ainda notar que, para além das referências culturais de raiz etnográfica, a autora insere nos seus contos várias expressões chinesas cujo significado é dado em notas de rodapé, permitindo assim ao leitor o acercamento a uma realidade linguística e vivencial característica deste território lusófono, geográfica e culturalmente afastado dos demais espaços de língua portuguesa.

Trata-se, pois, de contos dotados de elevado valor estético e ético, capazes de provocar reações emotivas em quem os lê, mas também aptos a incentivar os estudantes-leitores a refletirem criticamente sobre os cenários ficcionais que lhes são propostos e a posicionarem-se perante eles enquanto atores sociais, permitindo dessa forma alcançar objetivos quer instrucionais, quer educativos. Assim, quer pela sua curta extensão, quer pelas qualidades intrínsecas, quer ainda pelas particularidades que evidenciam em termos linguísticos e culturais, estes contos afiguram-se como recursos didáticos de grande potencial, permitindo abordagens ancoradas no binómio língua-cultura, com efeitos simultaneamente ao nível do desenvolvimento de competências linguísticas e literárias. Se, por um lado, eles garantem o contacto com uma das variedades locais do português enquanto língua pluricêntrica que ganha especificidades próprias pelo contacto com as outras línguas em uso nos diversos territórios onde é falado, por outro, dão a conhecer manifestações literárias não hegemónicas mas cujo contributo para a construção da biblioteca lusógrafa é inequívoco.

5. Considerações finais

Defendeu-se ao longo deste artigo que o português é uma língua pluricêntrica, usada por escritor oriundos das mais diversas latitudes para darem expressão ao seu ímpeto criativo traduzido através da arte verbal. O peso e o apreço atribuídos às literaturas lusógrafas, quer no contexto da comunidade dos países

e das regiões de língua portuguesa, quer nos círculos culturais não lusófonos, é profundamente desigual, fruto de dinâmicas de aceitação e rejeição, de sobrevalorização ou de depreciação de umas literaturas sobre as outras, criando assim acentuadas assimetrias dentro do(s) sistema(s) literário(s) de língua portuguesa.

De todas as literaturas que o integram, aquelas produzidas no continente asiático, mormente em Macau, são as menos (re)conhecidas pela restante comunidade. Porém, nessa região do longínquo Oriente, produzem-se obras que, quer observadas no seu devir diacrónico, quer analisadas sincronicamente, apresentam visões muito interessantes sobre Macau, os seus povos, os seus usos e costumes, num retrato que põe em relevo a dimensão multicultural do território onde chineses e portugueses convivem há mais de cinco séculos, estabelecendo diálogos interculturais entre Oriente e Ocidente. A literatura de Macau faz-se eco das experiências vivenciais, coletivas ou singulares, dos seus autores, os quais dão forte contributo para que a língua portuguesa continue a enriquecer-se pelo contacto com outras literaturas e outras oralidades.

Por este e por muitos outros motivos, a literatura de Macau pode ser frequentemente colocada nas margens da criação literária em língua portuguesa, não figurando no cânone lusófono “de acordo com os meios de reconhecimento, legitimação e valorização do seu funcionamento institucional” (Pereira, 2015, p. 9). Porém, serão sempre do interesse de todos, mormente dos membros da comunidade lusófona, as ações desenvolvidas em prol da sua divulgação e promoção, muito particularmente as levadas a cabo em contexto pedagógico-didático, pois só com a aceitação de obras e de autores oriundos de todos os quadrantes do espaço da lusofonia se poderá garantir uma efetiva representatividade das variedades do português, assegurando-lhe assim a manutenção do estatuto de língua pluricêntrica de arte e de cultura.

Referências bibliográficas

- Aguiar e Silva, V. (2010), *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Aguiar e Silva, V. (2020). *Colheita de Inverno. Ensaios de teoria e crítica literárias*. Coimbra: Almedina.
- Buesco, H., Duarte, J. F., & Gusmão, M. (2001). *Floresta Encantada. Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cahen, M. (2013). Portugal is in the sky: conceptual considerations on communities, lusitanity and lusophony. In E. Morier-Genoud & M. Cahen (Eds.), *Imperial Migrations:*

- Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World* (pp. 297-315). Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Cavaco, P. J. T. & Sequeira, R. M. (2018). O Conto dos Chineses de Cardoso Pires: Imigrantes Chineses na Literatura Portuguesa. In C. Morais et alii (Eds.) *Diálogos Interculturais Portugal-China 1* (pp.137-147). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Cristóvão, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, F. et alii (2007). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Morais, I. (s.d.). Deolinda, mulher pioneira. In D. Conceição, *Cheong-Sam (A Cabaia)* (pp. 13-15). Macau: IPOR.
- Pereira, J. C. S. (2015). *O Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Romana, M. B. (2017). *Para uma Literatura da Identidade Macaense. Autores/Atores*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Ramon, M. (2009). As leituras do cânone no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. In *Schola*, n.º 17 (pp. 99-104). Barcelos: Escola Secundária/3 de Barcelinhos / Câmara Municipal de Barcelos.
- Ramon, M. (2021). *Estante de autor*. Reflexões em torno da definição de um cânone lusógrafo para o ensino de PLE. In N. A. Rocha & R. S. S. Gileno (Orgs.), *Português Língua Estrangeira e suas Interfaces* (pp. 159-177). Campinas SP: Pontes Editores.
- Reis, C. (2019). O Português como Língua Literária: Aporias e Desafios em Tempo Pós-colonial. In M. Teixeira (Org.), *Estudos da Língua Portuguesa - A União na Diversidade* (pp. 15-32). Santarém: Instituto Politécnico de Santarém / Escola Superior de Educação.
- Reis, L. M. (2016). Implicações do conceito de língua pluricêntrica para a promoção do português e para o processo de ensino-aprendizagem de PLE-PL2. In L. Gonçalves (Org.), *O Ensino de Português como Língua Estrangeira. Reflexões sobre a prática pedagógica* (pp. 15-27). Roosevelt, NJ: Boavista Press.
- Reto et alii (2020). *A Língua Portuguesa como Ativo Global*. Lisboa: IN-CM / Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Representações literárias do quotidiano em Macau

Literary representations of everyday life in Macao

Lola Geraldine Xavier

Instituto Politécnico de Macau / Instituto Politécnico de Coimbra
lolaxavier@ipm.edu.mo
ORCID: 0000-0003-0568-9583

RESUMO

Histórias de Macau é um livro que foi escrito por Altino do Tojal sobre a sua passagem por Macau. É uma obra que desafia genologicamente o leitor. É sobre esse desafio genológico que se debruça este texto, assim como sobre as relações entre literatura e referencialidade.

Os veios comunicantes com o presente, num texto datado historicamente pela descrição temporal e espacial, estimulam o leitor para os intercâmbios culturais nos universos desenhados entre as personagens e as heranças ocidentais, chinesas e macaenses. Este livro é, também, sobre isso, como se verá.

PALAVRAS-CHAVE

Altino do Tojal, *Histórias de Macau*, referencialidade, quotidiano, literatura, genologia.

ABSTRACT

Histórias de Macau (Stories from Macau) is a book that was written by Altino do Tojal about his passage through Macau. It is a work, which, in terms of literary genre, questions the reader. The text plays on this genre challenge, as well as on the relationships between literature and referentiality.

This text is historically dated, by temporal and spatial description with threads that link it to present time. This is a challenge for the reader to enter the world of cultural interplay between the characters and heritages from the West, China, and Macau. This book is also about that, as you will see.

KEYWORDS

Altino do Tojal, *Histórias de Macau* (Stories from Macau), referentiality, everyday life, literature, literary genres.

Vinda de onde vem, esta mala deve trazer coisas bem estranhas... Macau!... Até o nome cheira a mistério!

Tojal, 1987, p. 395

Altino do Tojal escreveu *Histórias de Macau*, em 1987, após a sua passagem por Macau, deduz-se pelo cruzamento da ficção com a sua biografia. Não é, porém, um livro autobiográfico, ainda que marcado por uma escrita memorialista.

Na verdade, não é fácil aceder à biografia pormenorizada de Altino Tojal, nome literário de Altino Martins da Costa. Jornalista, tradutor e ficcionista foi autor de mais de uma dezena de obras em prosa. Apesar do sucesso de *Os putos*, que teve sucessivas reedições, os estudos sobre a sua escrita são escassos. Por outro lado, é um autor que deu poucas entrevistas. O estudo da sua obra é, pois, desafiante. Trata-se de uma escrita não apenas do Ocidente, mas que, aqui e ali, se entrecruza com o Oriente. *Histórias de Macau* é um exemplo disso. Este seu livro foi publicado em 1987 e tem sido pouco ou nada estudado. É, pois, objetivo deste texto apresentar *Histórias de Macau* a partir de algumas interrogações que a sua leitura desperta, nomeadamente, relacionadas com a genologia da obra, o tipo de histórias ou estórias de Macau que são aí narradas e a relação que se estabelece nesta narrativa com o real.

1. Em torno da genologia

Histórias de Macau teve quatro edições até ao momento e descreve retratos de um Macau ainda sob a administração portuguesa. Altino do Tojal terá vivido em Macau de 1975 a 1976 e este livro apresenta influências da sua passagem pelo território, como o próprio refere numa entrevista dada a Luís Souta (s/d).

Nesta obra, as referências aos locais e pessoas deixam-nos deduzir que a ação se passará em Macau antes da década de 1980. As poucas menções temporais da obra remetem-nos para este tempo. A data da renovação do passaporte da passageira que viaja de Milão para Lisboa ao lado do narrador é de 1977: "Piedade

¹ Destacando-se: *Os putos; Bodas de cem mil bárbaros; A colina dos espantalhos sonhadores; Viagem a ver o que dá; Oráculo do jamais; Ruínas e gente; Jogos de luz e outros Natais; Orvalho do Oriente; Histórias de Macau.*

² Uma dessas entrevistas foi a Luís Souta (s/d), publicada em *A página da educação*, n.º 106: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=106&doc=8533&mid=2>.

³ Editoras: Rolim (1987); Novosmeios (1991); Campo das Letras (1998); Imprensa Nacional-Casa da Moeda (2009).

Correia Esteves [...]. Passaporte renovado na embaixada de Portugal em Roma, no dia 17 de Março de 1977” (Tojal, 1987, p. 386). Já antes houvera a menção à “revolução que derrubara o governo de Marcelo Caetano” (Tojal, 1987, p. 117), e à “fase das ocupações selvagens” (Tojal, 1987, p. 124), quando o narrador ainda vivia em Lisboa e se cruza com duas personagens que reaparecerão em Macau: Bernadette e Palácios. Em Macau, as referências ao tempo em que decorre a ação faz-se indiretamente através de pormenores históricos, como a insistência do Padre Alecrim em relação à importância de se saber escrever à máquina para a obtenção de um emprego; a referência ao tempo passado do diploma colonial para a definição de Português de segunda.

Estes pormenores, referidos *en passant*, remetem o leitor para a referencialidade do romance enquanto “género por natureza propenso à representação do real” (Reis e Lopes, 1991, p. 350). Nesta obra, o cronótopo apresenta “as imposições de proveniência histórico-cultural e geocultural que se projetam sobre o romance, mediatizadas pelos seus específicos códigos técnico-literários e conferindo-lhe uma historicidade que transcende as referências expressas a uma certa época histórica eventualmente contemplada no universo diegético” (Reis e Lopes, 1991, p. 351).

Para além desta associação com um espaço e tempo extralinguísticos, podem relacionar-se metaforicamente passagens deste livro com a autobiografia do autor. O narrador parece ser um *alter ego* do autor pelas referências temporais relacionadas com Macau, pelas alusões à infância, pela profissão desempenhada. Só para referir um exemplo, também o autor trabalhara numa biblioteca quando jovem, assim como o narrador fará em Macau.

O autor, Altino do Tojal, diz ter sido criado, em parte, por sua tia Emília, professora primária. As evocações que faz desse tempo numa entrevista a Souta interligam-se com a analepse do capítulo “Do fundo do tempo”. O nome da tia do narrador é também Emília e a descrição, por exemplo, da viagem dele com a tia às segundas-feiras da cidade [Braga] para a aldeia onde ela dava aulas, de camioneta assemelham-se: “a camioneta incrível, focinhuda” (Souta, s.d., s.p.) transforma-se em “a decrépita camioneta” (Tojal, 1987, p. 318). Durante a viagem “as professoras comentavam animadamente o filme romântico visto na véspera, na cidade, falavam de namoricos e falavam também, de rosto sombrio, das temidas visitas dos inspetores escolares” (Souta, s.d., s.p.), paralelamente, como descreve o narrador de *Histórias de Macau*: “as professoras tagarelavam incansavelmente a respeito de amores, de vestidos, do filme visto na véspera, das temidas visitas

dos inspetores escolares e, claro, dos respetivos alunos, que diziam ser os mais burros de toda a nação” (Tojal, 1987, p. 319). À chegada, “as miúdas ofereciam à senhora professora ramos de flores silvestres” (Souta, s.d., s.p.), oferendas reduzidas a “ramos de flores” em *Histórias de Macau* (Tojal, 1987, p. 319). No entanto, as flores eram tantas que a tia “mais parecia uma santa no andor” (Tojal, 1987, p. 319), ou simplesmente parecia “como uma santa num andor” (Souta, s.d., s.p.). Essa é a tia que o narrador diz a Saludes ter morrido de cancro, o mesmo motivo da morte da tia Emília do autor.

Estas são, pois, semelhanças indesmentíveis entre a realidade e a ficção, podendo ver-se no capítulo “Do fundo do tempo”, de *Histórias de Macau*, uma homenagem à sua tia e ao seu respetivo dom para contar histórias, que o marcou. O final do capítulo é, também, uma homenagem de Saludes à sua antiga professora, tendo batizado uma das especialidades do restaurante com o seu nome: “Filhoes da D. Emília”.

Meneses destaca o carácter memorialista de *Histórias de Macau*, colando a obra à biografia do autor, por exemplo, na perspetiva de quem deixou uma filha em Macau, de quem não se queria separar, e da fase em que Altino do Tojal se sentia “mal, infeliz, triste, miserável mesmo. Mas eu tinha lá a minha filhita e não queria separar-me dela” (Meneses, 2019, s.p.). No final do romance, em “Um último olhar”, pode ler-se: “Durante a minha permanência não tive artes de justificar sequer um abraço de despedida, que me aqueça o coração friorento. Repassa-me o mesmo sórdido tédio, a mesma sonolenta fadiga moral” (Tojal, 1987, p. 381). Como sublinha Tereza Sena: “Apenas uma nota de ternura positiva, uma boa recordação permanece para além desta leitura no encanto que subsiste ao conto “As minhas aulas de Chinês”” (Sena, 2009, p. 8). Neste capítulo (pp. 367-371), o narrador aborda a sua relação com a “difícil” língua chinesa (Tojal, 1987, p. 370) e com uma menina, a “professorinha querida” (Tojal, 1987, p. 371), que tenta ensiná-lo em troca de uma “tira de coco espetada num palito” (Tojal, 1987, p. 369), que evoca pouco antes de partir para a sua “terra longínqua” (Tojal, 1987, p. 371).

Como Altino do Tojal refere na entrevista a *A página da educação*: “até nos meus contos mais graníticos há suavidades transfiguradoras, como as neblinas no cume das montanhas” (Souta, s.d, s.p). Porém, ao contrário de Sena (2009), parece-nos que o capítulo mais terno é “Orvalhinho”. Segundo um texto publicado no jornal *Ponto Final*, Altino do Tojal teria tido uma filha em Macau: “Altino

⁴ Texto publicado inicialmente no *Diário de Notícias*, 23 de Abril de 1989.

do Tojal tinha sido despedido do *Jornal de Notícias* em 1973 e começou quase de imediato a trabalhar em *O Século*. Vai a Macau aparentemente de férias, mas está tempo suficiente para ter um relacionamento e assistir ao nascimento da filha” (Meneses, 2019, s.p.).

O capítulo “Orvalhinho” poderá remeter para a ficcionalização dos desejos recalcados do autor, em relação a essa eventual filha que terá tido em Macau e de quem nunca mais terá tido notícias. Orvalhinho é a personagem principal do capítulo. O próprio nome, que dá título ao capítulo, ainda para mais no grau diminutivo, simboliza a delicadeza da menina. É uma menina de “cabelos loiros e encaracolados [...] tão diferentes dos cabelos pretos e lisos das outras meninas orientais” (Tojal, 1987, p. 272), o que remete para a miscigenação da criança. Essa informação é clarificada no sonho da menina “És filhota de mulher do nosso Oriente e de homem do Ocidente Misterioso!” (Tojal, 1987, p. 290). Trata-se de um pai com olhos que não eram pequenos “como os das pessoas normais” (Tojal, 1987, p. 253), a viver “no fim do Mundo – isto é, nas exóticas paragens do Ocidente Misterioso” (Tojal, 1987, p. 253). A perspetiva ficcional, do olhar do Oriente em relação ao Ocidente, é aqui, invertida, pelo ponto de vista da menina, dado por um narrador omnisciente, em que o Ocidente é sobejamente adjetivado ao longo do texto de “misterioso” e de “exótico”.

A doçura com que a menina é descrita e o seu enlevo por um pai ausente no Ocidente, que desconhece, tornam-no no capítulo mais terno desta obra. A menina vive com o desejo de poder beijar pessoalmente o pai e não apenas a sua fotografia:

Orvalhinho esticava o pescoço e dava um beijo chilreado no retrato. Momento apetecido, esse, de beijar o retrato do pai todas as manhãs, antes de ir para a escola; tão apetecido que, sempre que podia, Orvalhinho encostava trabalhosamente uma cadeira à cómoda, tirava o retrato de cima do televisor e beijava-o às escondidas. (Tojal, 1987, p. 254)

A imaginação infantil permite-lhe fantasiar que, com uma pataca roubada à mãe, poderá “ir no barco ao Ocidente Misterioso beijar o papá” (Tojal, 1987, p. 263). A parte do capítulo que maior consistência traz à “suavidade transfiguradora” da escrita de Tojal é o sonho da menina, personagem principal, que ocupa 31 das 58 páginas totais deste, logo mais de metade do capítulo. Trata-se da passagem do livro em que o maravilhoso invade a narrativa, remetendo o leitor para o universo

dos contos de fadas, com dragões, búfalos, em que as árvores dão gelados e contam estórias, em que os riquexós são rebocados por papagaios de papel, num cenário em que o pano de fundo é a muralha da China e se misturam o imperador de Jade e Senhor Fogão-o-Coscuvilheiro, nem homem nem deus. Altino do Tojal parecia adepto do “realismo fantástico” (Souta, s.d.), ainda que não tenha explicado o que entendia por isso. O fantástico enquanto causador de desconforto, angústia ou pânico, ou, nas palavras de Todorov: “a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural” (Todorov, 2004, p. 16), não está, no nosso entendimento, presente neste livro. Falamos, no entanto, aqui, de maravilhoso, porque este longo sonho se caracteriza “exclusivamente pela existência de feitos sobrenaturais, sem implicar a reação que provocam nos personagens” (Todorov, 2004, p. 27). Para Orvalinho este sonho representa o desejo de, finalmente, conseguir encontrar-se com o pai. Assim, o sonho propõe ao “leitor acreditar sem acreditar verdadeiramente” (Todorov, 2004, p. 45) na possibilidade de reencontro entre a menina e o pai: “Então... – que delícia!... – sentia que os dedos misteriosos do pai lhe acariciavam a face com misteriosa ternura...” (Tojal, 1987, p. 285), assistindo-se a uma transgressão do olhar (Todorov, 2004). É uma transgressão propiciada também pelo local de enunciação desconhecido, geralmente, pelo leitor ocidental: o Oriente. Todorov fala do *maravilhoso exótico* para acontecimentos sobrenaturais que não são apresentados enquanto tais, pois “supõe-se que o leitor implícito [...] não conhece as regiões nas que se desenvolvem os acontecimentos; por consequência não há motivo para pô-los em dúvida” (Todorov, 2004, p. 30).

O escritor é, inevitavelmente, um sujeito (histórico) marcado pela história e sociedade em que vive. Esta relação entre ficção e eventuais vivências do autor não nos permite, porém, falar de uma obra autobiográfica, pois: “A autobiografia é feita para transmitir um universo de valores, uma sensibilidade ao mundo, experiências desconhecidas, e isto no quadro de uma relação pessoal percebida como autêntica e não ficcional” (Lejeune, 2003, p. 54).

De facto, o vocábulo “histórias” do título, remete, *ab initio*, o leitor para o universo da ficção e contribui, talvez, para a argumentação daqueles, inclusive do autor, que defenderão que se trata de um livro de contos, como é geralmente catalogado. No entanto, já em 1989, Tereza Sena, num texto depois republicado

⁵ Na entrevista a *A página da educação*, Altino do Tojal refere-se ao “volume de contos, as *Histórias de Macau*” (Souta, s.d.).

como prefácio à edição deste livro editado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em 2009, escrevia: “A estrutura deste livro de contos é a do romance. Na sequência, no crescendo, nos ritmos e na polarização reflectida no paralelismo entre a abertura e o fecho da narrativa – duas viagens de táxi, a partida e o regresso” (Sena, 2009, p. 8). Também J. Pimenta da França destacava esta circularidade cronológica da obra de Altino do Tojal, evidenciando a teia romanesca da escrita:

Altino do Tojal deu a *Histórias de Macau* uma estrutura cronológica: o livro começa no táxi que o leva ao aeroporto de Lisboa, para uma viagem a Macau, e acaba noutra táxi que o traz do mesmo aeroporto, no regresso a casa. Desde a partida até ao regresso são quarenta histórias. Mas, para mim, *Histórias de Macau* não é um livro de contos; o livro impõe-se-me muito mais como um romance em quarenta capítulos, centrado em Macau [...]. (França, s.p.)

Apesar da aparente fragmentação da obra, que entendemos como característica pós-moderna, defendemos que não se trata de um livro de contos, mas antes de um romance com 37 capítulos (na edição que usamos) interligados entre si. Essa ligação narrativa faz-se não apenas pela circularidade narrativa, mas também através de outras características romanescas.

O narrador é quase sempre de primeira pessoa, oscilando entre auto e homodiegético. Trata-se de um narrador sem nome, de meia idade, ateu, solteiro, um jornalista modesto (como o autor), que parte de Lisboa, como regressa: desorientado, desencantado. A saída de Lisboa faz-se ao meio dia. O narrador parte com expectativas de curar o seu “fastio de viver” (Tojal, 1987, p. 10) e regressa à noite para o seu “antro da solidão” (Tojal, 1987, p. 395). A solidão é um elemento recursivo na descrição do narrador: “eu, um solitário!” (Tojal, 1987, p. 23), “A solidão faz desfilar funerais dentro de mim” (Tojal, 1987, p. 167), “Que doloroso vazio!... Que miserável sensação de abandono!... Que invernos tristeza dentro de mim!...” (Tojal, 1987, p. 30), num coração “desoladoramente vazio, tão gelado e escuro como a noite” (Tojal, 1987, p. 382). É um vazio e um desnorte que ficam a ecoar na pergunta retórica da despedida de Macau: “Para quê pular dum nada para outro nada?” (Tojal, 1987, p. 381). No final, o narrador sintetiza o desalento que o habita: “regressava pior do que partira, [...] estava farto e refarto da vida, [...] a minha vontade era mergulhar num sono profundo e sem fim” (Tojal, 1987, p. 394).

⁶ Trata-se de um excerto publicado em *O comércio do Porto*. Conseguimos acesso a este excerto apenas através <https://impresanacional.pt/edicoes/historias-de-macau/>.

No entanto, em “Turistas” (pp. 57-87), um dos capítulos mais longos, com 30 páginas, é um narrador heterodiegético que nos aproxima da visão estereotipada em relação aos chineses através da personagem Clara. Por sua vez, em “Documento encontrado no lixo” (pp. 145-151), apesar de estarmos igualmente perante um narrador homodiegético, trata-se de um narrador do século XVIII, Iu-Nai, “compilador de segunda classe da Academia Hon-Lan.” (Tojal, 1987, p. 151). O tempo dessa narrativa é anterior à da digressão do narrador “principal” por Macau. O paratexto do título do capítulo, porém, justifica essa aparente intromissão de um outro narrador de meados do século XVIII, deduz-se. A interpretação de que se trata de um documento antigo encontrado por acaso pelo narrador da generalidade dos capítulos do romance, justifica-se pelo título.

Cada capítulo deste romance surge como resultado da deambulação do narrador por Macau. O início do capítulo “O pescador” é disso evidência: “Deambulando pela marginal da Praia Grande, entre casas e rio, desperta-me a curiosidade uma tosca cabana [...]” (Tojal, 1987, p. 197). Ainda nesse capítulo, o narrador refere-se à sua “bisbilhotice de um ocidental” (Tojal, 1987, p. 198) para autocaracterizar a sua atitude. A pretexto da sua divagação pela cidade, como se passeando à deriva pelas ruas da cidade, “calhou passar de noite pela Rua da Surpresa” (Tojal, 1987, p. 51), apresenta as aquarelas do quotidiano de uma Macau ainda governada por portugueses. A sua estadia é, porém, curta: “A minha permanência no Oriente seria curta”, apenas de “meses” (Tojal, 1987, p. 39 e p. 385), mas que lhe permite, ainda assim, fazer amigos, procurar emprego, tentar aprender chinês, etc.

Para além dessa deambulação que serve de pretexto para a organização e coerência textual, o estilo dos vários capítulos é semelhante. Destoam apenas pela diferença na linguagem do narrador os capítulos “O grilo de Pi” (pp. 207-231) e “Orvalhinho” (pp. 251-309), que se assemelham entre si pelo estilo coloquial, e o capítulo “Documento encontrado no lixo” (pp. 146-151), mais memorialista, que apresenta, como narrador, o sobrinho do “subperfeito da defesa marítima de Macau” (Tojal, 1987, p. 147). Este capítulo abre a relação dialógica entre presente e passado histórico, entre auto e heteroimagem. É o único capítulo da obra em que os ocidentais, os “bárbaros”, são vistos pelos olhos críticos de um narrador oriental.

Esta construção de um discurso polifónico mostra as “potencialidades de representação e [...] a pluralidade de registos discursivos que o romance consente” (Reis e Lopes, 1991, p. 352), sobretudo o romance mais recente.

Por sua vez, em “O grilo de Pi” destaca-se a mestria da escrita de Altino do Tojal. O capítulo começa com uma estrutura coloquial composta por uma per-

gunta retórica, uma exclamação e uma repetição de negativa, terminando pela expressão “seja eu corcunda!”, que se repetirá incessantemente ao longo do conto: “Quem disse que o Pi é um rapaz de terra firma? Mentira! Não é, não senhor, seja eu corcunda!” (Tojal, 1987, p. 207). Este capítulo remete para a vivência de um menino chinês de oito anos a morar num junco com a família numerosa, que se sustentava graças à caça ao tubarão e às apostas em torno da luta de grilos. O herói do capítulo é um grilo que representa os mais pobres, mas consegue lutar dignamente até à morte, ganhando a luta com o grilo Samurai, vencendo contra todas as improbabilidades. É um dos capítulos mais longos, com 24 páginas, contrastando com capítulos de apenas duas páginas, como “Vai pura”, “Tufão”, “A melancia”.

“Orvalhinho” é o capítulo mais longo desta obra. Talvez por a personagem principal ser uma menina, amiga de Pi, também ela uma criança, a linguagem se assemelhe a «O grilo de Pi»: “Quem disse que Orvalhinho não andava já na escola infantil? Mentira! Andava sim, senhor, seja eu corcunda!” (Tojal, 1987, p. 251).

Esta repetição, como um refrão, por vezes, acontece mais do que uma vez numa mesma página, numa tentativa, talvez, de aproximar a narrativa a um público-alvo, mais infantil, ou, simplesmente, tendo em consideração as personagens principais. Para além do estilo que se aproxima, dependendo dos capítulos e da intencionalidade narrativa, as personagens entrecruzam-se. A evocação dos colegas de tropa, pelo taxista que leva o narrador ao aeroporto, como Saludes e Alcides, que tinham ficado em Macau, transforma-os em personagens que irão posteriormente interagir com o narrador.

Pi e a menina Orvalhinho, assim como o filho Fernandinho, ou a filha Paloma, do amigo do narrador, Kuan, cruzam-se em dois capítulos diferentes. Alberto Kuan, apresentado recorrentemente como “um jovial fabricante de dragões para as festas populares” (Tojal, 1987, p. 33), é o amigo que reaparece em vários capítulos, como “Com a morte na alma”, “Derradeiro refúgio”, “Palácios e castelos”, “O missionário” e “Um cálice de sol”. Também o enfermeiro Leonel, o Padre Alecrim, Saludes e Alcides, por exemplo, pululam entre capítulos.

2. Entre a história e as estórias: cenas do quotidiano

Não é consensual o uso da palavra “estória”. *O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa, apenas regista a palavra “história”.

Há dicionários, como o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, que recomenda a grafia de “história”. Por sua vez, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta “estória” com várias acepções: “o mesmo que História” e “narrativa de cunho popular e tradicional, história” e baseia a sua etimologia no inglês “story” (século XIII-XV), ou seja, “narrativa em prosa ou verso, fictícia ou não, com o propósito de divertir e/ou instruir o ouvinte ou o leitor” (Houaiss, 2001, vol. II, p. 1631).

Utilizamos, aqui, a palavra estória a partir de *story*, do inglês, enquanto sinónimo de narrações ficcionais e história como “conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido” (Houaiss, 2001, vol. II, p. 1631).

Histórias de Macau apresenta, pois, estórias da cidade na convivência entre portugueses e entre portugueses e chineses. O clima geral da comunidade portuguesa, em Macau, não parece ter sido propício ao narrador. O Clube Militar era o local de encontro da cultura portuguesa:

reservado outrora a oficiais, com a retirada da tropa e o esvaziar dos quartéis fora-se abrindo aos civis e também aos naturais do território. Tratei, logo à chegada, de ser admitido como membro, o que me permitia comer a preço razoável e, coisa menos importante, poder falar com portugueses. Eles ali estavam no salão de convívio, sentados em velhas poltronas, jogando as cartas ou discutindo os mexericos do dia. Outros liam gulosamente os jornais recebidos de Portugal com uma semana de atraso. (Tojal, 1987, p. 43)

Aí se ouvem estórias e se contam estórias, sobretudo dos não presentes e em tom de maledicência: “sucedia falar-se de qualquer membro ausente na ocasião” (Tojal, 1987, p. 141). A ironia do narrador incide sobre o Padre Alecrim. Este tenta não cair na tentação de “dizer mal de meia Macau”, restringindo-se a “meia hora de conversa virtuosa”, apesar de, como acrescenta, ser “tão gostoso dizer mal dos outros, sabe tão bem!...” (Tojal, 1987, p. 188). Também Sebastião Rosmaninho, profissional da rádio, “sabe uma quantidade incrível de histórias acerca dos residentes portugueses, geralmente pouco edificantes, e conta-as sem discrição nenhuma” (Tojal, 1987, p. 375).

As personagens típicas da Macau da época servem de pretexto para a construção do cronótopo. É o caso do velho e sofrido pescador, figura repetida em mais do que um capítulo: “O pescador” e “O grilo de Pi”; o missionário culto, padre

Alecrim; a austera freira Custódia, com o seu recalçamento de amor minhoto na juventude; o vendedor ambulante de paus para percevejos e de velharias, Yip Chun Chan; o bombeiro, Cheong Tik-Tak. Estas personagens ajudam a caracterizar o espaço social, pois “o espaço do romance, pela sua amplidão e pormenor de caracterização, revela potencialidades consideráveis de representação económico-social, em conexão estreita com as personagens que o povoam e com o tempo histórico em que vivem” (Reis e Lopes, 1991, p. 351).

Na realidade, as personagens, na relação que estabelecem com as coisas, são um elemento importante da narrativa e ajudam-nos a compreender a relação do mundo ficcional com o mundo extralinguístico e a estabelecer a analogia entre literatura e referencialidade (Xavier, 2007). A ficção é, afinal, uma forma estética de captar o real.

Neste livro podemos falar do “extratextual textualizado”, nas palavras de Linda Hutcheon (1991). Macau é apresentado como local de encontro de culturas: os portugueses, chineses, mestiços, e outras nacionalidades de passagem: a mulher francesa, Bernadette, com o seu marido colombiano, suposto assassino, Palácios; Felícia Agüero, a mulher mexicana que gostava de pagodes.

Riffaterre pronunciara-se a propósito da ficção enquanto “um género que não tem intenção de enganar o leitor. Fala do triunfo da *semiosis* em relação à *mimesis*” (Riffaterre, 1990, p. 17). Não podemos, todavia, esquecer que todo o romance acaba por ter, *lato sensu*, uma feição historicista, uma vez que transmite o ambiente social em que se desenrolam as suas ações. Raros são os romances que conseguem inventar uma intra-sociedade, ou seja, um espaço social específico do romance, fruto exclusivo da imaginação do autor (Xavier, 2007). Na verdade, como defendera Ricoeur (1983, p. 119), “toute référence est co-référence, référence dialogique ou dialogale”.

Assim, “Il n’est pas facile d’éliminer totalement la référence, car elle intervient au moment même où elle est niée” (Compagnon 1998, pp. 136-137). Por outro lado, como acrescenta ainda este autor, “la référence présuppose l’existence; quelque chose doit exister pour que le langage puisse y référer” (Compagnon, 1998, pp. 156).

De facto, os locais mencionados ao longo da obra têm referencialidade extralinguística ainda hoje fáceis de encontrar na toponímia de Macau. É o caso da Praia Grande, da Biblioteca Sir Robert O Tung, a que o narrador vai a uma entrevista de emprego e onde passa a trabalhar, deduz-se, o pagode de Kun Yam Tong, a Avenida Coronel Mesquita, entre outros como: Rua do Gamboa, Rua Camilo Pes-

sanha, Rua dos Mercadores, Rua das Estalagens, Rua da Felicidade, Rua da Surpresa, Rua dos Cules, Pátio [travessa] dos Lírios, largo de Santo Agostinho, Igreja de Santo Agostinho, Igreja de S. Lázaro, jardim de Camões, Clube Militar, Colégio de freiras Santa Rosa de Lima, ilha de Coloane, pousada de Coloane, leprosaria de Coloane, Porta [sic] do cerco. A alusão a meios de comunicação social como o jornal *Clarim*, ainda hoje existente é, também, indício de referencialidade.

As referências ao clima atravessam, igualmente, a narrativa: o calor “viscoso, húmido, insuportável” (Tojal, 1987, p. 189), “o calorço húmido da tarde” (Tojal, 1987, p. 381). A essa descrição do clima, adiciona-se o cheiro “exótico, um cheiro adocicado e amolecedor, unânime e persistente, como os que se respiram nas lojas dos ervanários” (Tojal, 1987, p. 29). Junta-se, de igual modo, a descrição de um tufão, a que se dedica na íntegra um breve capítulo, que contribui para criar a atmosfera de “silêncio pesado”, “horror” e “caos” (Tojal, 1987, p. 193).

Histórias de Macau mostra, ainda, algumas atitudes da população portuguesa para com o Governador, aquele que arranja emprego aos amigos ou conhecidos, como bem ilustra o capítulo “Chaminé”. A cidade é apresentada através de atividades como o jogo em casinos, as apostas em corridas de cães e lutas de grilos. Como refere o velho bombeiro Cheong Tik-Tak: “Acontecia que até os desgraçados moradores da casa a arder faziam apostas [sobre a corporação de bombeiros que chegasse primeiro], tal a paixão que cá em Macau temos pelo jogo” (Tojal, 1987, p. 52). Os hábitos como o de fumar ópio (o pescador, pai de Pi, por exemplo) ou a menção aos icónicos riquexós, substituídos já por triciclos, ajudam a criar a atmosfera exótica.

Não falta o tema universal do amor. O amor procurado pelo narrador, pela mulher dos pagodes e por todos os portugueses que se uniram a asiáticas. O amor desperdiçado pelo taxista Ruivo e por Delmar ou o amor não encontrado pelo Borrvalho, o amor do Quelhas-Lavrador por várias mulheres na Europa e, depois, pela professora Li e pela China bucólica.

A intertextualidade, enquanto estratégia literária usada para criar a atmosfera local, recupera narrativas populares de Macau, como a lenda sobre a árvore dos namorados no jardim adjacente ao templo de Kun Yam ou lendas associadas à navegação, como a referência, transfigurada, ao naufrágio do navio Bacchante e ao seu capitão van Decken (cf. Tojal, 1987, pp. 137-138). Em contraste com estas estórias lendárias, o narrador transpõe-nos para a realidade do território relacionada com personagens históricas como Jorge Álvares ou Ferreira do Amaral.

Ao longo do romance, Macau é descrita como “outro mundo” (Tojal, 1987, p. 10), tão diferente de Lisboa, “cidade inabordável” (Tojal, 1987, p. 381), a “indecifrável cidade” (Tojal, 1987, p. 382). A pequenez de Macau é também colocada em oposição ao “imenso território chinês” (Tojal, 1987, p. 351).

A criação do realismo ao longo do livro consegue-se, assim, através dos jogos de referencialidade e da linguagem, adequada às personagens. Veja-se o exemplo de Saludes: “Tens uns sapatos jeitosos, pás, mas aposto que nunca bistes interrar um morto. [...] A augua tira a força à gente. Assim branquinho, pás, inté pareces um morto” (Tojal, 1987, p. 321). Recria-se, deste modo, a realidade popular do norte de Portugal através da linguagem coloquial. A linguagem coloquial é usada, ainda, como forma de indicação da instrução das personagens ou como modo de aproximação às idades das personagens, no caso dos capítulos “O grilo de Pi” e “Orvalhinho”, em que Pi e Orvalhinho são as personagens principais, crianças.

A narrativa remete, ainda, para Portugal, nomeadamente para situar a proveniência de personagens. É um Portugal do norte que é referido: Braga, Póvoa do Lanhoso, Viana do Castelo, Valongo, Minho, terras transmontanas, etc., que seria o Portugal que o autor melhor conhecia desde a infância.

Em conclusão, *Histórias de Macau* mostra-nos que a literatura, através da textualização, documenta o espaço e o tempo históricos. Se é óbvio que não podemos restringir a literatura ao nível da relação com o real extralinguístico, até porque o texto literário terá sempre de ser percecionado na sua vertente simbólica, *Histórias de Macau* mostra-nos que o texto literário pode ajudar a estabelecer o diálogo, neste caso, entre Oriente e Ocidente. Esta narrativa proporciona, assim, uma análise imagológica que nos propomos desenvolver numa próxima oportunidade.

Referências bibliográficas

- Caballé, A. (2003). Tres vidas y três escenografías. In p. Morão (Org.), *Autobiografia e auto-representação* (pp. 21-35). Lisboa: Edições Colibri.
- Compagnon, A. (1998). *Le démon de la théorie*. Paris: Éditions du Seuil.
- Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (2001). Lisboa: Academia das Ciências/Verbo.
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hutcheon, L. (1991). *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Lejeune, P. (2003). Definir autobiografia. In p. Morão (Org.), *Autobiografia e auto-representação* (pp. 37-54). Lisboa: Edições Colibri.

- Meneses, J. P. (2019). "A filha que Altino do Tojal nunca mais viu". *Ponto Final* (11 de fevereiro) – <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2019/02/11/a-filha-que-altino-do-tojal-nunca-mais-viu>.
- Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2009). Curitiba: Editora Positivo.
- Reis, C. & Lopes, A. C. M. (1991). *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina.
- Ricoeur, p. (1983). *Temps et récit*, tome I. Paris: Éditions du Seuil.
- Riffaterre, M. (1990). *Fictional truth*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.
- Sena, T. (2009). Prefácio a *Histórias de Macau* (pp. 7-8). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Souta, L. (s/d.). *Altino do Tojal, autor de "Os Putos", e "o que jamais deu uma entrevista": A página da educação* (106). Retirado de <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=106&doc=8533&mid=2>.
- Todorov, T. (2004). *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Editora perspectiva.
- Xavier, L. G. (2007). *O discurso da ironia*. Lisboa: Novo Imbondeiro.

Apontamentos sobre poesia de Macau: as várias faces de uma mesma moeda

Notes on Macau poetry: the various sides of the same coin

Vera Borges

Universidade de São José, Macau
vera.borges@usj.edu.mo

RESUMO

Considerando as circunstâncias da enunciação como processo de invenção de uma identidade, a analisar na perspetiva do pensamento decolonial (no contexto de propostas de Walter Dignolo), revisitaremos algumas das linhas de sentido de alguns poemas (contemporâneos) que, a partir de Macau, abordam a sua específica coexistência de culturas, evocando mitos e figuras estruturantes para o imaginário nacional, problematizando as implicações identitárias dessa coexistência, trabalhando a voz poética no sentido de uma apropriação e adentramento num universo cultural particular. De acordo com a sua origem, ocuparemos de alguns poetas que falam pela comunidade macaense, e a sua problemática identidade intrínseca; de alguns forasteiros-reinóis, distinguindo, entre eles, os estranhos de passagem dos que lançaram raízes em Macau; terminaremos com alguns exemplos de uma estética de apropriação de vozes.

PALAVRAS-CHAVE

Macau, poética, identidade, lirismo, poscolonial.

ABSTRACT

Taking the stance of the circumstances of declaration as a process of the invention of identity from the perspective of decolonial thought (in the context of Walter Dignolo's proposals), we look at some contemporary poems from Macau that deal with its specific coexistence of cultures. In this way myths and figureheads are evoked, stimulating the national imagination and problematizing the identity implications of this coexistence of cultures. Thus, the poetic voice strives towards an appropriation and adaptation into a particular cultural universe. According to their origin, we will feature poets who speak for the Macanese community and their intrinsic problematic identity; also outsiders coming from Portugal, the so called "reinóis", highlighting those foreigners just passing through from those who took root in Macao. And, last but not least, we will finish by looking at examples of an aesthetic of the appropriation of a voice.

KEYWORDS

Macau, poetics, identity, lyricism, postcolonial.

1. Em “Do olhar português Sobre Macau: algumas representações poéticas contemporâneas”, Catarina Nunes de Almeida debruça-se sobre “As faces de Macau”, ocupando-se dos preitos que se colocam sob a égide dos poetas fundadores, como Camões e Pessanha, também da evocação dos lugares em que a percepção poética se abre à estranheza da paisagem e da cultura chinesas, celebradas em ritmos e frases que por vezes se aproximam de sugestões recolhidas da poesia chinesa. Assim, conclui Catarina Nunes de Almeida, a partir de Macau os poetas portugueses registam a experiência do exótico e repensam o passado e destino histórico de Portugal, alguns em tom mais nostálgico e saudosista, outros na forma de uma interrogação marcada por uma consciência crítica pós-colonial (2018, pp. 575-576).

O nosso caminho será diferente: a partir de algumas vozes poéticas em língua portuguesa, e, considerando as circunstâncias da enunciação como processo de invenção de uma identidade, a analisar na perspetiva do pensamento decolonial (no contexto de propostas de Walter Mignolo), revisitaremos algumas das linhas de sentido de alguma poesia (contemporânea) que sobre Macau se tem escrito em língua portuguesa. Destacamos, de entre os estudos sobre a literatura de Macau, algumas aproximações fundamentais: para além da de Catarina Nunes de Almeida, as de Mónica Simas, e de José Carlos Seabra Pereira sobre as poesias de Macau, e também de Yao Jing Ming sobre, especificamente, a poesia em língua chinesa.

Uma nota prévia, sobre o que não faremos. Não pretendemos entrar na discussão sobre o que é literatura de Macau. Sem polemizar definições discutidas por Maria Antónia Espadinha, Yao Jing Ming, Fernanda Gil Costa ou Ana Paula Laborinho, recuperaríamos a superação, proposta por Ana Paula Laborinho, da definição cumulativa de “literatura de Macau” e da consideração específica duma “literatura macaense”, considerando, nesta rápida revisão, poemas que “problematizam Macau como um espaço cultural permeado de fricções” (Laborinho, 2010, p. 16)”. Assim, consideraremos apenas poemas que a partir de Macau, evocam mitos e figuras estruturantes para o imaginário nacional, abordam a sua específica coexistência de culturas, – ou ainda, como se verá, alguns que trabalham um modo poético específico que, assentando na apropriação de um modo de dizer, permite a assunção de uma voz outra. Neste último aspecto, abordaremos casos que levam mais longe a poética de “assimilação estética da China”, plasmada (num Eugénio de Andrade, por exemplo) numa “escrita concisa, límpida e nominal”,

aberta a tropos recorrentes na tradição da poesia oriente também analisada por Catarina Nunes de Almeida (Almeida, 2018, pp. 571-572).

Os autores que reflectiram sobre o cruzamento, em Macau, de poéticas em línguas diferentes (Simas, Seabra Pereira, também Kit Kelen) consideraram problemático o espaço de encontro ou efectivo diálogo em que elas coexistiriam, no que não será mais do que uma duplicação da coexistência particular das fundacionais comunidades chinesa e portuguesa, no plano sócio-político e cultural, ambas fazendo por se desconhecem, ignorando-se (assim colocado por Pina-Cabral já em 1990).

Dentro da produção poética em língua portuguesa, podemos distinguir vários grupos, tendo em conta a origem do discurso.

Considerarei primeiro o grupo dos ‘forasteiros’, os que vêm de fora, estranhos ao lugar onde se acolhem, por variado tempo. Aplicado a portugueses em Macau, o termo poderá porventura causar reacções de escândalo ou de ultraje. Em memória do tempo longo, cerca de 500 anos, em que os dispersos territórios sob administração portuguesa os foram acolheram, mudemos-lhe o nome para ‘reinóis’. Aportaram a Macau em variadas capacidades, com objetivos diferentes, e destinados a vários tempos de permanência, em função de um passado expansionista, cuja memória e ambíguos sinais integram ainda o nosso quotidiano.

Dentro do grupo dos forasteiros-reinóis, outra distinção se impõe. Aos “poetas portugueses de passagem por Macau”, como Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Couto Viana (este, com uma passagem mais demorada), estudados por Catarina Nunes de Almeida, ou ao mais recente Carlos André, chamarei ‘estranhos de passagem’. É uma designação bastante poética, com ressaibos cinematográficos românticos, que não ofende ninguém. Como muitos outros antes deles, deixaram-nos o seu testemunho literário, fazendo poesia sobre Macau como espaço cultural (e) simbólico.

Estranhos de passagem é também uma designação útil, para os distinguir daqueles que constroem a sua obra ou se problematizam a partir do que poderemos designar como o seu ‘enraizamento’ em Macau. Pina-Cabral refere os portugueses que “deitaram raízes em Macau” (2017, p. 7): sem perderem a noção da sua origem, sem deixarem de ser estrangeiros, forasteiros, ou exilados, todos termos carregados com um imenso lastro poético, por vezes chamados à colação nos seus poemas, este grupo reúne vozes tão díspares como as de Fernando Sales Lopes e Fernanda Dias, e também de Carlos Morais José (embora o denominador comum da obra deste não seja a eleição da cultura chinesa ou

de Macau como lugar de enraizamento; mas esta dilucidação terá que ficar para uma outra ocasião).

Considerando a produção poética em língua portuguesa relacionada com Macau, temos obviamente que incluir os testemunhos de poetas que falam pela comunidade macaense, e a sua problemática identidade intrínseca. Em certos momentos, pouco os distingue da poesia dos reinóis, quando dão voz ao seu encantamento com figuras e paisagens, num registo muito devedor da abordagem estética orientalista canonizada em fim de século por um Théophile Gautier, por exemplo, ou quando se integram também no tropel da evocação poética nacionalista de mitos e grandezas da pátria lusitana. Se em certos momentos sobretudo mais recuados isso acontece, noutros, mais recentes, teremos uma consciência aguda de uma dupla ou múltipla pertença cultural que os coloca num território movediço muito particular. Mencionaremos os casos da definição tranquila de Leonel Alves, e depois a agudização determinada pelo devir da história, nos casos de José dos Santos Ferreira, Carolina de Jesus, e por último (cronologicamente, porque a sua poesia foi apenas reunida em dezembro último), Cecília Jorge, permitindo esta um enquadramento e uma perspectiva recuada a solicitar um estudo mais demorado.

Macau, ponto extremo do já de si distante império do oriente, será também a derradeira porção do que uma política de estado numa estratégia alucinada chegou a classificar como “províncias ultramarinas”. Em Macau se consumou na forma de uma transferência pacífica o simbólico fim do último dos impérios coloniais europeus. Macau foi o encerramento simbólico e até demoradamente preparado e ritualizado de um ciclo ou realidade extemporânea, com contornos já catastróficos em termos de vivências reais e de imagem identitária. Muito curiosamente, pesa no imaginário, para além da distância geográfica e da persistência no tempo, o contraste entre a dimensão da quase microscópica Macau, ela própria a metonímia de um “pequeno reino na Europa”, e o imensíssimo “Celeste Reino”, nos termos de um poema bastante sugestivo de Agnes Vong¹. Acresce que, na orla do mundo, Macau é o espaço de fronteira marcado também pela presença da imemorial cultura chinesa, abrindo-se, portanto, à eternidade dos cinco mil anos que ela transporta consigo. Assim, Macau funciona de *per se* como espaço de sonho fantasmagoricamente redesenhado por percepções colhidas na poesia

¹ “Once there was a little country in Europe
And there was a celestial kingdom
And a little ship set sail.” (Apud Kelen, 2009, p. 55)

chinesa. Por isso nela Fernanda Dias pode dizer: “Vivo aqui nesta luz de assombro/ Vendo na curva plácida do delta/ a miragem dos palácios demolidos [...] vejo da janela esquivos vestígios/ rasuras, riscos/ ilegíveis sinais num mapa antigo” (Dias, 2016, p. 21). Ou, noutro lugar, no que tomamos como uma síntese dos paradoxos que fazem parte do que poderíamos descrever como o ‘vórtice de Macau’: “Amo-te, Macau, digo outra vez lá do fundo de mim. Mas tu não existes, Macau, pequena pulga atrás da orelha do Velho Dragão. Amo-te, Macau, não existes mas és eterna.” (2010, p. 197). Mas sobre este fenómeno, da recuperação fascinada da estética chinesa na poesia portuguesa, a traduzir-se numa forma de apreensão que pretende traduzir uma estranheza que reflita o enigma da realidade exótica (Cf. Almeida, 2018, p. 572) que se reconhece na paisagem de Macau, trataremos na coda deste artigo.

2. Voltemos a alguma poesia dos estranhos de passagem. Quando Couto Viana, também sob a influência do “vórtice de Macau”, invoca “A Pátria dos milagres/ Que ontem se odiava no espelho da história” (2004, p. 89), está a tornar patente o cariz terapêutico ou catártico da meditação sobre o destino de Portugal, desta feita a partir de Macau como metonímia do império do oriente, sobre que laborou Eduardo Lourenço nas suas décadas de “psicanálise mítica” da nossa identidade. Não cuidemos agora dos poemas do tropel nacionalista, que tanto podem ser da pena de macaenses, de expedicionários ou de alguns reinóis mais ou menos “enraizados”, em que se ressuscita um fantasmagórico “Portugal de outrora”, “Portugal Maior”, projetado no “Extremo Oriente” de que Macau é a metonímia - de versos do Padre Manuel Teixeira (Reis, 1992), em que as loas a um heroísmo especificamente português comportam a sua carga messiânica cristã. Mais interessante se nos afigura agora a menção de alguma poesia construída sob a égide camoniana, de um autor como José Valle de Figueiredo, que mima o verso camoniano no volume *O Provedor de vivos*, “escrito numa viagem a Macau e Malaca em Março de 1986”. A música do verso camoniano convida ao confronto com outros que nascem da mesma fonte, mas de quadrantes ideológicos bem distintos (como José Jorge Letria, e o seu curioso *Oriente da mágoa*, de 1990). Registe-se aqui apenas a “Derradeira” palavra que neste volume nos deixa: “Anda qualquer coisa, sim,/ a pátria a doer dentro de mim” (Figueiredo, 1988, p. 27), súplica de uma interrogação pesarosa a trair uma incomodidade de cariz metafísico, que se prolonga desde talvez o século XVI, e toma a feição anterior que lhe conhecemos.

Na sua reinterpretação dos versos camonianos, Letria, encontra uma moldura diferente para a meditação sobre o destino de Portugal, combinando a abordagem psicanalítica e a interrogação da história, mas mantendo a tónica lutuosa do pranto até no título do volume: “Chego/ das parcelas tão dispersas da conquista,/ mas sou desconquistador, que o único/ império que sei e canto/ é o desta eternidade que rege os instantes/ da quimera de um povo contra a sina/ de ser pequeno, confinado à reclusão/ da terra na cantante vizinhança das ondas.” (1992, p. 11).

Centremo-nos, porém, numa obra mais recente, também de um estranho de passagem, Carlos André e... *o sol. Logo em nascendo, vê primeiro*, de 2017, nascido da estadia em Macau do seu autor durante uns largos anos, e do seu périplo por várias regiões do Oriente². Consideraremos aqui apenas os seis poemas diretamente relacionados com Macau, em que encontramos os mesmos procedimentos retóricos e escolhas de poética que dominam o livro no seu conjunto.

A sequência de Macau abre com um díptico ao “Templo de A-Ma”. O primeiro é uma invocação à Deusa, e evocação do lugar fundador do nome de Macau. O verso em redondilha maior transporta-nos à poética do século XVI, que carrega consigo a tradição peninsular mais antiga. O segundo reclama o decassílabo, de acordo com o princípio da adequação, já que o tema, a evocação, enfática, das viagens de Descobrimentos, exige um fôlego mais demorado: “De longe chegam homens, caravelas,/ de rotas com o longe por destino/ [...] De longe com o longe em suas velas,/ nos barcos onde o longe é verde pino” (André, 2017, p. 89). Num movimento que é comum neste volume, a evocação dos factos da história desdobra-se na evocação da literatura que dela fez narrativa. Aqui, é a origem lírica medieval das cantigas de amigo, específicas da nossa tradição, com o simbólico “verde pino” do rei trovador, D.Dinis, que é chamada à colação. De A-Ma, ponto de chegada, recua-se para a viagem e para a origem desta. Em paralelo, ou melhor, em perfeita sobreposição, da celebração presente recua-se ao que passa a valer como o evento primeiro, a origem das caravelas como metonímia do país e do seu destino, enunciada na metáfora colhida na lírica fundadora do rei poeta.

Em Carlos André, as paisagens funcionam com um palimpsesto, para usarmos o termo feliz de Genette, de 1982, na sua proposta de uma taxonomia que descrevesse a intertextualidade nas suas diferentes modalidades. Numa dupla aceção, veremos que ele nos desafia a olhar para a dicção poética como se olhássemos uma paisagem: as imagens presentes conduzem às imagens do passado,

² Analisado mais longamente em Borges, 2021, pp. 129-143.

sempre visível, presente nas primeiras; por outro lado, cada evocação deste livro é também uma evocação de leituras passadas.

Na sequência que estudamos, surge “Largo do Lilau”, ou “história desembarcada”. “Largo do Lilau” enuncia um dos princípios de poética estruturantes deste livro: “tudo olho, tudo leio/ [...] é lugar e não lugar”. Assim se marca a natureza paradoxal e o desafio de princípios de lógica que alguns outros poetas colocam no cerne da dicção poética. O olhar sobre o mundo visitado traduz-se na revisitação do passado histórico, sendo no fundo sempre ambos, nesta escrita, uma visita da literatura que construiu o sentido desse passado e no-lo oferece. Poderíamos encontrar neste poema os fundamentos de uma proposta epistemológica.

Seguem-se, neste roteiro por Macau, “Casa do Mandarin”, “Ruínas de São Paulo”, “Rio das Pérolas” e “Mong-Ha”. “Ruínas de São Paulo” é uma evocação da passagem do tempo e da sua obra, inquirição sobre os sinais-“sobras de fogo”- de um passado de que se pretenderia descobrir o sentido, que como que emerge espiritualizado, reduzido à sua essência, em linhas quase abstratas: “na sombra que foi templo e é ruína.// O templo atrás da porta morre logo/ e a escada é uma prece em teia fina”. Já não se recitam ensinamentos, nem profecias, “lá dentro” “só canta, com voz rouca, o tempo quando”. O olhar que se deita sobre o espaço identifica ou reconhece, muito em abstrato, “rastos que ficaram de uma trama” (André, 2017, p. 95). “Rio das Pérolas” evoca a ligação à China, numa recuperação de elementos do passado factual histórico. “Serás mar que busca a China/ ou China em busca de mar? Malhas do mesmo tear, /águas de seda fina/ e incerto navegar”: a poesia faz-se registo exacto do fenómeno de vantagem mútua descrita pelo historiador Fok Kai Chon como “The Macau Formula”. O rio transforma-se em túmulo e *memento* das “gastas vidas”, convertida que foi a metáfora da designação geográfica, “Rio das pérolas”, em fundamento da descrição do espaço e da história que nele se inscreve: “...pedaços de gastas vidas, engastadas tão sem jeito/ em madrugadas perdidas” (André, 2017, p. 98). “Mong-Ha” reitera o tópico da visita aos vestígios que são “sobras”, sinais de uma narrativa de que assim se recuperam fragmentos, sobrepondo os poemas as sobras à “sombra teimosa nesta rima”, no referido trânsito entre o plano da realidade e o da literatura, que assim partilham da mesma (i)materialidade. Sublinhe-se *en passant* a recuperação de versos que n’Os *Lusíadas* descrevem a Ilha dos Amores (“Aqui se acende...”), para esta evocação de Mong-Ha, que assim ganha uma vibração particular.

Deixámos para o fim o poema “Casa do Mandarin”, em que a modulação se altera de novo para o ritmo do decassílabo. Nele chama-se à liça (para recupe-

rarmos a sugestão agonística de *A Angústia da Influência*, de H. Bloom), não só a melopeia camoniana, mas também Pessoa-Reis-Campos, numa constelação que funciona como outro dos arcos da nossa poesia, a seguir a Camões encarado como “ponto nodal” ou “texto matricial” da literatura portuguesa, segundo H. Buescu, 2017, p. 27).

Viver como quem sabe, lá no fundo,
Que a noite é só a túnica do rio;
Viver como quem espera num segundo
Traçar todas as rotas num só mundo,
Deixar a morte presa por um fio.

[...]

Escrever palavras lentas como a lua
Aqui, nesta varanda, à beira sol:
Buscar em cada lume que flutua
A voz do Mandarin velada e nua,
enquanto a luz da noite nos engole.

Morrer como quem vive num segundo
Eterno como a fábrica do mundo. (2017, p. 93)

Desde o primeiro instante, isto é, o primeiro verso, “Casa do Mandarin” tece uma serena e encantatória aceitação da morte, figurada na noite que se abaterá sobre a vista do rio que da “varanda à beira-sol” se divisa. Essa varanda é simultaneamente o lugar da escrita, a deste poema e a de toda a poesia (“palavras lentas como a lua” coloca-nos ante o horizonte da poesia chinesa, arquétipo da dimensão intemporal da dicção poética). Temos a casa, epítome da arquitectura chinesa tradicional e metonímica representação desse universo cultural, ocupada pela figura fantasmática do “velho sábio”, o Mandarin que nela escreveu a sua obra, e de quem se procura a “voz [...] velada e nua” “em cada lume que flutua”. Temos a paisagem que a envolve, e que se faz, também, da tira de rio que ela se avista, aqui o rio das Pérolas, mas que poderia bem ser o Tejo, ou “o rio que corre pela minha aldeia” – porque nesta composição encontramos ecos de versos de Pessoa-Reis-Campos, todos eles actualização da fórmula de Eliot, “Every poem is an epitaph” (Eliot, 1941), todos eles registo da também eliotiana “violet hour” (Eliot, 1922), preparação do momento em que “a luz da noite” nos engolirá. É da suspensão do mundo (e da vida) na letra/música da poesia que se constrói

o hino de aceitação da nossa mortalidade, que Carlos André modula a partir de uma paisagem icónica de Macau, que vive da referência camoniana e sobretudo dos ecos da partitura polifónica de Pessoa. “Viver... Ouvir... Escrever... Morrer” são os verbos que abrem cada uma das estrofes do poema, nesta sequência, no que será talvez um dos mais interessantes textos deste volume – pela articulação intrincada de tantas poéticas, na lapidar e serena evocação que se faz da “Casa do Mandarim”, a propor a experiência da poesia (escrita e leitura) como possibilidade de redenção (consolação ou sublimação) da morte.

3. E passamos aos Macaenses. Já noutros lugares³ tratámos de alguns aspetos que se prendem com as estratégias de sobrevivência e catarse que, por virtude das circunstâncias históricas na origem da comunidade, se articulam na poesia de alguns dos autores dela representativos. Recuperemos elementos da sua história a partir da evocação e problematização que encontramos nalgumas poesias, numa revisão rápida. Muita água correu, desde a glorificação de uma identidade híbrida por Leonel Alves, passando pelo canto agónico de José dos Santos Ferreira, debatendo-se com o futuro muito próximo de uma destituição anunciada, ou o testemunho de uma despedida relutante de um sujeito irremediavelmente cindido, de Carolina de Jesus, até à meditação dorida e mais aprofundadamente analítica em que Cecília Jorge chama à colação a história da fundação da comunidade e da administração colonial portuguesa.

De Leonel Alves, publicado em 1983, consideremos apenas dois poemas, “Filho de Macau” e “Sabem quem sou”, ambos sobre a condição macaense. A descrição empírica, em que há um perfeito equilíbrio entre os atributos de herança chinesa e os da matriz portuguesa, é rematada por súmulas e avaliações de carácter não idealizado:

É muito bondoso quando não é mau,
Por interesse escolhe o seu recinto,
Eis o autêntico Filho de Macau. (1992, p. 153)

A mistura de sangues e de culturas não é problematizada, apenas descrita num processo enumerativo que, não idealizando, exalta o enfaticamente apresentado “autêntico Filho de Macau”, o eurasiático “Cem por cento macaísta” (1992,

³ Borges, 2016, pp. 339-358; Borges, 2019, pp. 235-247; e Borges, 2020, pp. 7-26. Retomaremos alguns momentos destas análises em certos passos deste texto.

p. 155), resultado perfeito de uma também perfeita combinação das matrizes portuguesa e chinesa, que redundou na criação de um perfil singular, em termos físicos, comportamentais e até metafísicos, – “Mentalidade mista. [...] Coração chinês e alma portuguesa” (1992, p. 153). “Meu peito é luso-chinês, /meu génio sino-lusitano”. Nenhuma sombra pesa sobre esta identidade híbrida, na jubilosa proclamação de Leonel Alves, que termina com a glorificação de um messiânico destino à escala global, do macaense:

Assim, os meus descendentes
Têm sangue internacional
E vão deitando sementes
Em qualquer belo local. [...]
Se sou o que sou, dou graças
à China e a Portugal,
pois já criei novas raças
Pró progresso universal. (1992, p. 156)

O balanço histórico é positivo e otimista, visto que abre para um futuro que assegura a sobrevivência, mesmo que dispersa, da semente gerada em Macau.

Talvez uma parte dos textos de José dos Santos Ferreira façam com que de certa maneira ele possa ser considerado como o vate da comunidade macaense, no sentido até político a que os poetas românticos ingleses da segunda geração deram especial relevo. O vate é o poeta inspirado que fala como profeta em nome da comunidade que tem por vocação orientar:

Poets, according to the circumstances of the age and nation in which they appeared, were called, in the earlier epochs of the world, legislators, or prophets: a poet essentially comprises and unites both these characters. For he not only beholds intensely the present as it is, and discovers those laws according to which present things ought to be ordered, but he beholds the future in the present...” (Shelley, 1841)

Deixemos para segundo plano a dimensão da crónica dos dias de Macau da sua obra, para enfatizar a celebração da condição heróica dos “Filhos da terra”, nos poemas em que a poesia se faz registo enlutado da perda anunciada e vivida segundo a segundo, que consistirá no regresso de Macau à China.

Futuro de Macau...qual?
O dos chineses?
O dos portugueses?
O dos filhos de Portugal
Em Macau nascidos,
que a pátria sempre honraram,
Prestes a se verem destituídos
Do solo que tanto amaram? (Ferreira, 1988, p. 125)

Nesses poemas é a fidelidade absoluta à portugalidade, a pertença exclusiva, sem divisões, à matriz portuguesa, por que se define a comunidade macaísta, que determina simultaneamente a sua condição heróica, martirológica e trágica. A interpretação da história que sustenta esta poesia está presa a uma interpretação providencialista do destino de Portugal e a um messianismo cristão que se diria exacerbado pelas circunstâncias do presente a que esta obra se cola. A virtude da comunidade, o seu atributo ímpar, constitui a razão da “destituição” dos macaenses e do pranto de Adé. Na longa elegia que Adé distribui por vários poemas, em que se salmodia a perda irremissível de Macau, apenas se pode encontrar consolação... em Macau, na beleza do mundo amado, e na grandeza dos macaenses, único consolo da imolação a que as circunstâncias históricas condenaram os “Filhos da Terra”:

Na triste hora da rendição,
Que os olhos parem, de chorar. [...]
Busquemos no campo macio, [...]
O tónico do verde sadio
Que mantenha a alma serena.
E Macau passará de mansinho
Da Pátria para outra mão”. (Ferreira, 1990, p. 163)

Neste canto que se destina a amparar uma comunidade no momento de uma crise decisiva, que pranteia a morte simbólica (e real) de um tempo, expressando a sua dor e a sua mágoa, o acontecimento histórico do regresso de Macau à China recebe os contornos e o sentido de uma imolação crística, numa celebração da virtude e do sacrifício dos macaenses que os consola e sobretudo lhes deveria

permitir a transição para outro estado. Mas o tempo de Adé termina de certo modo com o tempo dessa Macau:

...pequenina/ filha de uma Pátria grande!
 [...] Macau que na tempestade,
 No tempo da bonança,
 Jamais deixou de aconchegar no coração
 O querido de todos nós:
 PORTUGAL! (Ferreira, 1988, p. 161)

A relação entre determinações ideológicas e implicações estéticas é uma discussão a ter noutra lugar, mas poderíamos talvez dizer que o terreno ideológico em que Adé se move compromete essa vocação ou visão profética que configura a missão do vate. Na poesia de Macau outra voz se erguerá, para um balanço de raízes antropológicas e históricas mais fundas, e para um pranto que propõe à comunidade a continuidade e sobrevivências possíveis, uma voz feminina, que será a de Cecília Jorge.

Mas antes de Cecília, vejamos o curioso testemunho de Carolina de Jesus, encorajada por Adé e arrolada por ele, para refletir “a nossa Macau sempre querida, terra já mártir” (Jesus, 1997, p. 53).

Adé faz a crónica da cidade cristã, das suas dores e dos seus folguedos, uma cidade cristã totalizadora, porque nela todas as divisões culturais ou étnicas são absorvidas e como que naturalizadas pela narrativa (tradicionalista, providencialista e messiânica) da fundação e destino de Macau. Carolina de Jesus, que escreveu a maioria dos seus poemas entre 1983 e 1986, nas palavras introdutórias de Tereza Sena, “o momento mais angustiante, por mais indefinido, do processo de negociação sobre a transição de Macau”, acusa “Nostalgia de espaço, mas também nostalgia do eu” (prefácio, 1997, p. 15). Alterou-se o verso, o fôlego retórico, a expressão é mais rarefeita, mais colada ao essencial, e esse essencial é (mais) escasso. Já em “Clique” (de 1984) o sujeito poético assinalava o seu método, o de um processo intimista de introspeção, e o escopo da sua poesia, ao revelar-se permeável à problematização: “Com a chave na mão/ abri as portas a um tufão./ Por elas entraram/ mil interrogações” (1997, p. 26). Todos os poemas estão presos a uma data, sendo portanto reconstituição do que poderíamos designar como uma *Via Crucis*, determinada pelo momento do “adeus”, definitivo, a Macau. Em “Antes do adeus”:

lá estava eu
com a alma insuportável
ligada ao meu corpo
todo meu
contra o mundo
que ainda não ardeu. [...]
à espera da badalada
para ser fuzilada...
Entretanto,
contra tudo
vivo
estes instantes
infinitos
que ainda são meus
antes do adeus. (1997, p. 39)

O sujeito pranteia a sua morte anunciada, projetada na imagem (violenta) de uma execução, ou punição capital, que as circunstâncias da história ditam. O poema seguinte, “Sepultada”, continua a lidar com o mesmo trauma, aqui entendido como perda da própria identidade: “nem eu sou eu” (1997, p. 40). Em “Testamento”, de 1991, percebemos o sentido da escrita:

Nesta folha
Irei deixar
Qualquer coisa para quando
já separado
num amanhã,
deponho que existi,
que vivi
o destino desta folha
que estava em branco. (1997, p. 46)

“Deponho que existi”: pretende-se dar testemunho de si, contra a dor de um adeus anunciado, de uma separação imposta, mas sobretudo contra o que resultará dela, a supressão de uma identidade. Em “O pintor e eu” (1990), clama-se no final pelo regresso a si, à sua identidade fundadora, por obra e graça da

“arte libertadora”: “a fim de eu poder voltar,/ regressar/ a ser o eu/ que o mundo deixou / de conhecer.” (1997, p. 45). Destaco 3 poemas, “Nego...”, “Minha mala”, “Parto amanhã”, que claramente representam o processo de perda (pessoal, identitária) em que se converteu o tempo da negociação do regresso de Macau à China. O sujeito assume claramente a sua divisão interior, uma realidade a que o seu mentor José dos Santos Ferreira é completamente estranho. O processo histórico é o da negociação das raízes (de uma comunidade), de que o embaixador Rui Medina é metonímia:

Com a alma repartida
entre o Ocidente
e o Oriente
fui ao encontro
de Rui Medina
para negociar
as minhas raízes
num dia
de ventos acalmados
por ordem de um tufão
já ultrapassado
de nome estrangeiro.

“Naquela hora transitória”: hora de trânsito, de mediação entre dois tempos e estados, hora também precária, que se vive “com as lágrimas suspensas” e “rosto mascarado”. O encontro faz-se de “mitologias cruzadas” e de alguma ironia distanciadora por parte do sujeito, que assume neste relato a sua condição híbrida, a sua dupla pertença ou enraizamento, e a perspectiva complexa que dela resulta:

Medindo o Medina
Com o meu olhar
Luso-chinês,
cumprimentei-o
no meu melhor
português.

O desfecho do processo negocial é dado numa imagem forte, em que se insistirá nos dois outros poemas que mencionámos, a marcar a inevitabilidade da partida:

chega a hora
De eu ter de partir,
Sem me despedir
Das mil ligações
De gerações
Que trago hoje comigo
Tudo bem condicionado,
Bem fechado,
no meu baú
De tabú,
cheio de emoções,
haveres,
rumo a um destino
ainda sem roteiro,
nem padroeiro,
sinalizado por mil talvezes. (1997, p. 42)

A imagem do baú, mala ou simplesmente dos “restos” que não se podem transportar domina a sequência final do poema, numa cristalização objetiva do *pathos* da partida. A mesma oscilação na incerteza de um destino suspenso, encontrá-la-emos em Cecília Jorge. Recupera-se a noção de que se cresceu já com a noção de que o solo não é pertença desta comunidade luso-chinesa, nem da nação que o administrou, numa alusão a uma consciência da história do passado colonial muito diversa da que encontramos em poetas anteriores.

Desde pequenina
O meu Pai dizia
“Filha, isto não é nosso”
e habituou-nos a dormir
Com uma mala feita
Pronta para fugir.

A geração de Carolina de Jesus pôde preparar-se para a “largada” (1997, p. 48); mas essa consciência de uma divisão interior irremissível e da supressão de uma identidade única que o mundo deixará de conhecer torna ainda mais pungente o testemunho final, a de um sujeito irremediavelmente cindido, separado de si, do “resto de mim” doado a este “cantinho nosso”, sem a qual não poderá “ser completa/ noutra/ vida incerta” (1997, p. 49). A dupla pertença, étnica e cultural, de que se ufanava Leonel Alves, transformou-se em Carolina de Jesus numa realidade interior, que a condena a sentir-se exilada, incompleta, errante, onde quer que se encontre, por mercê dos dois mundos que transporta consigo, figurados na mala, que fazem dela um ser *ad aeternum* em trânsito, até para lá da fronteira da morte. Retenhamos ainda a imagem da “alma repartida entre o Ocidente e o Oriente”, em que a dupla pertença ou herança cultural se traduz em dilemática cisão interior do sujeito e a referência ao processo de “negociar raízes”, a traduzir uma necessidade política a que as vicissitudes da história colonial condenam as comunidades crioulas, com implicações várias.

Cecília Jorge permite-nos ir mais fundo na dilucidação do drama macaense. Destacaremos apenas três pontos essenciais para o enquadramento e a compreensão dos factores da fragilizada, precária, ameaçada identidade macaense, pela qual ela decididamente pugna, tocando a rebate à comunidade a quem oferta o pranto que constitui o seu *Poemas para Macau*, vindos a lume em 2021.

Ser Macaense é resistir, é a lição do poema “Identidade”.

Sou
Apenas
Mas sou
Quanto baste
Não busco
O peno
Não serei
o quase. (2021, p. 30)

A que é que se resiste, ou porque é que se resiste? O primeiro poema, “Macaense” explica a geografia na raiz de uma condição cuja essência é a dificuldade ou impossibilidade de definição.

Macaense
Que te (in)defines
pelo não ser bem
que tb não és bem...
um mais ou menos
entre 2 polos
que se atraem
e repelem
pela diferença
no desconhecimento
divergente. (2021, p. 29)

Como o sujeito racializado descrito por Fanon (1952) como aquele que desenvolve forçosamente a consciência ou imagem da sua identidade própria na dependência intrínseca dos olhares que o Outro sobre si lança, o sujeito em Cecília Jorge, “entre dois pólos”, descobre-se no cruzamento dos olhares que expõem a sua estranheza ou não pertença, excluindo-o. A construção epistemológica do sujeito está comprometida, soçobra, como a aliteração sublinha, “pela diferença,/ no desconhecimento/ divergente”, lei que rege a coexistência paralela das duas comunidades que mútua e reciprocamente se estranham, segundo uma estratégia de autopreservação. Ora, duplamente excluído, ou “estranhado” (é um termo de um poema) pelas duas comunidades que o relegam para as suas margens, o “Macaense” de Cecília Jorge ver-se-ia assim no cruzamento de dois olhares que o esvaziam da possibilidade de ser, sendo esta consciência da sua nulificação enquanto sujeito um traço essencial da sua identidade.

Outro poema deste volume dá-nos o contexto histórico desse drama. No poema “Mestiçagem” – mestiçagem na origem da comunidade –, o sujeito poético interpela o fantasma fundador. A acareação com o espectro do “reinol aventureiro” fundador da comunidade revelará que os Macaenses se encontravam “sem poiso”, órfãos muito antes da restituição de Macau à China, no século XX: o processo de perda começou no momento da fundação, e foi depois reiterado e agravado pelo descaso, real e simbólico, de Portugal em relação a Macau. Esse processo de perda será depois prolongado agonicamente na depredação do Património por um urbanismo “monótono lucrativo” que desnaturou o solo sagrado. Há em Cecília Jorge – e isto é um dos vectores mais ricos desta poesia – uma análise subtil e arguta das malhas que o Império teceu neste caso particular de Macau,

que resulta num processo severo da nossa história colonial e num juízo magoado, com que nos confronta, desmistificando mitos que têm rassaibos de embuste:

Pés de barro da lusitaneidade
Caravelas de vela solta
Que se vão rasgando
No retorno à pátria. (2021, p. 33)

Toda a vida assenta numa ferida, diz João Miguel Fernandes Jorge num dos seus poemas. A poesia de Cecília Jorge, de celebração da condição macaense, permite um olhar privilegiado, pela solidez, coerência e profundidade da análise, sobre o que Walter Mignolo designa como a “ferida colonial”, a pesar (lutuosa-mente) sobre o nosso imaginário coletivo, e a reclamar uma abordagem desviada de conceitos e perspetivas (ainda) eurocêntricas.

Mas há outro aspeto único neste processo de inquirição e denúncia das malhas que o império teceu. Faz-se do sofrimento que resultou da situação de orfandade, caminho de redenção: a dor da saudade a que a comunidade foi votada, resultante do abandono, incúria, negligência, é vivida como percurso ascético, a sublimar o sofrimento. Isto, para a comunidade macaense. Mas, mais notável ainda, Cecília Jorge oferece ao dúbio Portugal, na figura do espectro interpelado, um prémio (à maneira camoniana):

Deste (o reinol aventureiro) por fim o coração compassivo
E a loucura do teu sonho
A saudade
A quem te perdeu

E a ela te entregou
A estranha eternidade
Numa semente que ficou. (2021, p. 31)

Menos mirífico, menos exaltante ou excitante que a Ilha dos Amores, talvez, mas mais subtil e mais duradouro. Inventa-se um sentido para a aventura colonial, que assim se justifica, paradoxalmente pela existência dos “Filhos da Terra”,

a eternidade possível, a única real, a perpetuar a “gesta” marítima. Em “Tou san – filho da terra”, fala-se da

Terra umbigo
Cicatriz eterna
Do cordão perdido. (2021, p. 38)

A sua pertença à condição macaense legou a Cecília Jorge uma “cicatriz eterna” – o império suspendeu os macaenses na agonia da orfandade e da fragilidade identitária. Uma das originalidades do universo conceptual da poesia de Cecília Jorge é esta oferta da saudade, legado da ancestralidade portuguesa, devolvida na forma de uma ascese que sublima o *pathos* da condição macaense, como amorosa dádiva que assim redime ou resgata a comunidade dos fundadores.

4. Para terminar, cumpre dar alguns exemplos de momentos em que, por amor a Macau e por amor à poesia, as vozes em português se aproximam muito de evocações similares de autores chineses, clássicos ou contemporâneos, sendo que estes últimos transportam em si essa memória da poesia clássica.

Um dos exemplos dessa forma de apropriação estético-cultural seria Menano do Amaral. A paisagem familiar de Macau, como os jardins onde os poetas estudados por Catarina Nunes de Almeida também se atardam, é dita em “Sinestésias de Macau” através do recurso a metáforas recolhidas na tradição chinesa. A coda do poema sinaliza que o modo de apreensão da realidade é o fator determinante, e traduz uma opção estética com implicações epistémicas:

Sentado olho o agitar das folhas,
Bebo, no lusco-fusco, a madrugada. (1999, p. 119)

Menano do Amaral, mais um estranho de passagem, reproduz em “Sinestésias de Macau” um modo poético que em tudo remete para o mesmo tipo de percepção que encontramos, nalguns dos poetas chineses contemporâneos incluídos na mesma *Antologia de poemas de Macau*, de Arrimar e Yao Jing Ming, de 1999, que inclui este texto.

O segundo exemplo que daremos é o do poema “Macau”, em *Pescador de margem*, de Fernando Sales Lopes, um reinol que nela deitou raízes.

Abres-te pelo mar
adentro

querendo fugir
da tua sina.

Estendes-te
E vais conquistando
Em arremessos
Brutais
O corpo que se prende
à terra

Sonhas...

Sonhas que és
O que foste por acaso
Mas o teu destino
Está escrito
No fumo
Que protege os homens
E acalma os deuses

A grande mãe
Prende-te
em corpo

E a alma
a ela voltará. (1997, p. 37)

A cadeia intertextual vai longe, muito atrás. Neste poema invoca-se o destino futuro (à época) de Macau, do ponto de vista da reunião da sua alma com a da “grande mãe” que a reclama. Nele se recupera a injunção de “Porto de Macau”, parte da “Canção dos 7 filhos,” poema que em 1926 o artista chinês Wen Yduo escreveu, como manifestação de desagravo contra a apropriação, pelas potências estrangeiras, de vários territórios da China⁴. A Macau que encontramos no

⁴ “Porto de Macau”:

“Tu sabes, porto de Macau não é o meu verdadeiro nome.
Há quanto tempo saí eu do teu corpo, Mãe?
Se eles me arrancaram de ti,
A minha alma permaneceu sempre contigo.
Mais de trezentos anos de sonhos que não esquecem!

poema de Sales Lopes poderia bem ser aquela a que Wen dá a voz, no seu canto sobre o regresso desejado de sete territórios à China. O próprio Wen recupera um texto do Livro das Odes, a mais antiga colectânea chinesa de poesia. Entre as evocações presentes na sequência dos 3 textos, encontramos apenas continuidade de tropos e emoções.

Para terminar, uma referência a Fernanda Dias, que deitou as raízes da sua poesia no solo amado de Macau, que lhe facultou o acesso à ordem cósmica celebrada pelo pensamento mítico chinês. Poderíamos escolher aproximar o poema “Chuva brava semeia sapos no mangal” de *O mapa esquivo* (2016, p. 44) de “Vivendo nas montanhas no verão”, da poetisa da Dinastia Tang Yu Xuanji (Xuanji, 2011, p. 103), em que nos surge a mesma perspetiva do lugar isolado onde por metonímia se refere a escrita poética, num mundo de sinestésias em que os poetas saúdam com os seus versos a lua refletida nas águas. Mas preferimos escolher, também do mesmo volume, o seguinte texto:

Teu gesto é um peixe no negrume
um bater de asas, um roçar de sedas
água que escorre e desenha rios e montes
nas paredes das casas que resistem

No quarto do sol-pôr espreito o céu
pela porta meio aberta entra o vento
onde foste, onde estás, Yuan Chen?
Tanta tinta, oh céus! Tanto papel
lâmparina a arder até de madrugada

Afinal melhor do que tu escreve a lua
com seu pincel de sombra nos degraus. (2016, p. 55)

Neste poema de Fernanda Dias evocam-se as relações confusas, na tradição estética chinesa, entre o que é o domínio da arte e o que pertence ao mundo, porque entre essas duas realidades as fronteiras esbatem-se, e existe entre ambas as

Por favor, chama-me outra vez pelo meu nome de criança,
Eu sou Aomen
Eu quero voltar, Mãe, eu quero voltar!” (poema de Wen Yidou, na tradução de Graça de Abreu, <https://nenotavaiconta.wordpress.com/2016/10/25/poesia-porto-de-macau-de-wen-yidou>).

esferas espelhamento e mesmo continuidade, permitindo que pintores se sumam nas pinturas de “paredes que resistem”, ante a interrogação perplexa de reis e senhores que os não podem seguir, tal como o documentam inúmeras histórias da tradição chinesa. O gesto que a pintura, que aqui tomamos como imagem da escrita, fixa, transforma-se no objeto, na vida que a arte regista; a tinta confunde-se com a matéria que representa. Há uma indistinção mágica entre o que é da esfera da arte e da natureza, sendo que a primeira é sempre aproximação (não falaciosa ou ilusória) em relação à segunda, no coração da qual nos instala.

5. Pensámos nalguns poemas que a partir de Macau se teceram, em português, da autoria de reinóis, dos estranhos de passagem e dos enraizados, de alguns macaenses, e vimos muito brevemente exemplos de perfeita afinidade de tom e processos poéticos entre poetas portugueses que sobre Macau ou partir de Macau escreveram, e poetas chineses fiéis à tradição da sua poesia, em que muitos ocidentais cultuam uma mítica e original linguagem capaz de efetivamente se converter no nome das coisas. Vemo-los como as várias faces de uma mesma moeda, geradas por efeito do que designámos como “o vórtice de Macau”, que se revela assim uma produtiva oficina poética, interessante em termos de representação da história e de processos político-sociais hoje no centro das nossas interrogações epistemológicas, por força das transformações do mundo, e também em termos de relação entre poéticas, e entre as tradições literárias do Ocidente e do Oriente. Afinal, como queriam os poetas dos Cadernos de Poesia, nos já idos de 40 do século XX, contra entendimento exclusivistas: “Poesia é só uma, porque afinal não há outra”... Ou numa tradução deste mesmo princípio, mais poética e mais clássica, na voz de Li Bai, na versão de Cecília Meireles:

Homens do passado, homens de hoje,
como uma torrente que flui.
Todos contemplan a lua, todos como agora.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. N. de (2018). Do olhar português sobre Macau: algumas representações poéticas contemporâneas. *Matraga. Estudos Linguísticos & Literários. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*. V.25-n.45, 566-57. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/35487> (acesso em 4/2021).
- Alves, L. (1983). *Por caminhos solitários*. Macau: Edição do Autor.

- Borges, V. (2016). Macau: poesia e ideologias. In F. García & I. Mata (Orgs.), *Pós-colonial e pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido* (pp. 339-358). Rio de Janeiro: Dialogarts.
- Borges, V. (2019). 'Ainda em volta de uma só taça de chá': A condição macaense, história de luto e redenção nos versos de Cecília Jorge. In *Os Macaenses* (pp. 235-247). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Borges, V. (2020). Nutrir as raízes bem fundas do coração: os poemas para Macau de Cecília Jorge. In *Poemas para Macau* (pp. 7-26). Macau: Livros do Oriente.
- Borges, V. (2021). ...o sol, logo em nascendo, vê primeiro, de Carlos André: a transcensão de "Pierre Ménard, autor do Quixote". In C. Morais et al. (Eds.). *Diálogos Interculturais Portugal-China 2. Vol. 2: Literaturas, Artes e Línguas em Diálogo* (pp. 129-143). Macau: Instituto Internacional de Macau / Aveiro: Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro.
- Dias, F. (2016). *O mapa esquivo*. Macau: Livros do Oriente.
- Eliot, T. S. (1922). *The Waste Land*. <https://www.poetryfoundation.org/poems/47311/the-waste-land> (acesso em 4/2021).
- Eliot, T. S. (1941). *Four quartets*. <http://www.coldbacon.com/poems/fq.html> (acesso em 4/2021).
- Espadinha, M. A. (2010). *Literatura macaense em língua portuguesa: ruptura ou continuidade*. <https://docero.com.br/doc/x1c58ss>. (acesso em 4/2021).
- Fanon, F. (1952). *Peau Noire, Masques Blancs*. Paris: Ed. du Seuil.
- Ferreira, J. S. (1988). *Macau, Jardim abençoado*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Ferreira, J. S. (1990). *Docí Papiçam di Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Figueiredo, J. V. (1986). *O Provedor de vivos*. Lisboa: Edição do Autor.
- Genette, G. (2010). *Palimpsestos. A Literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Edições Viva Voz.
- Jesus, C. (1997). *Mergulho de alma*. Macau: Tipografia Martinho.
- Jingming, Y., & Arrimar, J. (Orgs.) (1999). *Antologia de Poetas de Macau*. Macau: Instituto Camões, Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Oriente.
- Kai Cheong, F. (1978). The "Macau Formula": an 18th Century Qing Expert's View on Macau. In A. V. Saldanha, & J. M. S. Alves (Orgs.), *Estudos de história do relacionamento luso-chinês, séculos XVI-XIX* (pp. 219-234). Macau: Instituto Português do Oriente.
- Kelen, K. (2009). *City of Poets – exploring Macau poetry today*. Macau: ASM.
- Laborinho, A. P. (2010). Introdução. Macau e a escrita. Termos de um problema. In A. P. Laborinho, & M. Pacheco (Orgs.). *Macau na escrita. Escritas de Maca.u* (pp. 9-17). Famalicão: Ed. Húmus.
- Letria, J. J. (1982). *Oriente da mágoa (pranto de Luís Vaz)*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Pereira, J. C. S. (2015). *O Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Pina-Cabral, J. (2017). Prefácio. In F.S. Lopes, *Os sabores das nossas memórias: a comida e a etnicidade macaense* (pp. 7-13). Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. de Macau.
- Reis, J. (1992). *Trovas Macaenses*. Macau: Mar-Oceano Editora.

- Shelley, P. B. (1840), *A defence of Poetry*. <https://www.bartleby.com/27/23.html> (acesso em 4/2021).
- Simas, M. (2006). Poéticas de macau: espaços duplos, triplos e de interculturalidade. *Via Atlântica*, (15), 255-266. <https://doi.org/10.11606/va.v0i15.50436>.
- Simas, M. (2017). Macau. Uma literatura plural? In M. Simas (Org.), *Estudos sobre Macau e outros orientes* (pp. 68-94). São Paulo: Editora Paulistana.
- Simas, M. (2020). A Literatura no contexto multilíngue de Macau: não pertencimento, abandono e orfandade", *Diadorim*, Rio de Janeiro, Vol. 22, n.º 1, pp. 24-39.
- Viana, A. M. C. (2004). *60 anos de Poesia*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

O simbolismo da poesia de Camilo Pessanha e o seu reflexo nas obras de compositores portugueses

The symbolism of Camilo Pessanha's poetry and its reflection in the works of Portuguese composers

Shao Xiao Ling

Universidade de Aveiro
shaoling@ua.pt
ORCID: 0000-0003-1161-9899

RESUMO

O espírito de busca de sonoridade musical em versos poéticos, a inspiração pela efemeridade de tempo e sensação, a vivência da saudade portuguesa e da nostalgia chinesa, a visão poética obscura e imaginária, tudo isto manifestado em Camilo Pessanha marca uma presença singular, na poesia contemporânea portuguesa. Em Macau, Pessanha produziu uma parte significativa da *Clepsidra*, e traduziu textos literários chineses. Estes trabalhos não só fizeram vibrar os sentimentos dos poetas contemporâneos como também ofereceram fontes de inspiração aos compositores da música contemporânea portuguesa.

Este artigo pretende estudar a poesia de Pessanha e o seu simbolismo refletido nas obras dos compositores, nomeadamente Fernando Lopes-Graça, Filipe de Sousa, Simão Barreto e António Chagas Rosa. Além de Fernando Lopes-Graça, os restantes compositores incluídos no estudo estão relacionados com Macau ou com a cultura chinesa, as suas obras serão objetos de análise, com intuito de desvendar a ressonância entre palavra, símbolo e música.

PALAVRAS-CHAVE

Camilo Pessanha, *Clepsidra*, Fernando Lopes-Graça, Simão Barreto, Filipe de Sousa, António Chagas Rosa.

ABSTRACT

Camilo Pessanha's work has a unique status in contemporary Portuguese poetry. Within his verses are represented the spirit of searching for musical sound in poetic verses, inspired by the ephemeral nature of time and feeling, the experience of Portuguese 'saudade' (a longing for home and loved ones) and Chinese nostalgia, as well as an obscure and imaginary poetic vision. In Macau, Pessanha wrote a significant part of *Clepsidra*, and translated Chinese literary texts. These works not only made the stimulated the feelings of contemporary poets, but also offered sources of inspiration to composers of Portuguese contemporary music.

This article aims to study Pessanha's poetry and its symbolism which is reflected in the works of composers, namely Fernando Lopes-Graça, Filipe de Sousa, Simão Barreto and António Chagas Rosa. In addition to Fernando Lopes-Graça, the other composers included in the study are related to Macau or Chinese culture, and their works will be studied in detail in order to unveil the resonance between word, symbol and music.

KEYWORDS

Camilo Pessanha, *Clepsidra*, Fernando Lopes-Graça, Simão Barreto, Filipe de Sousa, António Chagas Rosa.

Um poeta viajante no oriente longínquo

Camilo Pessanha viveu entre 1867 e 1926 e foi um poeta viajante no Oriente longínquo, marcando uma presença ímpar no contexto da literatura contemporânea portuguesa. As influências entrelaçadas pela literatura francesa da corrente *fin-de-siècle* e pela poesia chinesa antiga fizeram com que Pessanha criasse uma visão poética no seu lado obscuro e imaginário, destacando-se o espírito de busca de sons musicais em versos poéticos, na inspiração pela efemeridade de tempo e sensação, e na sua vivência de uma saudade portuguesa e de uma nostalgia chinesa.

Nos anos em que estudou em Coimbra (1884-1891), Pessanha já tinha publicado os seus primeiros poemas e prosas, nomeadamente na *Gazeta de Coimbra*, no *Intermezzo* e nos jornais *A Crítica* e *O Novo Tempo* (Spaggiari, 2014). Em 1894, Pessanha partiu para Macau, em busca do fascínio oriental e do estímulo pessoal, onde exerceu funções profissionais e encontrou, também, um lugar de exílio emocional. Ao longo da sua vida em Macau, durante mais de 30 anos (1894-1926), o poeta produziu uma parte significativa da coletânea de poemas, intitulada *Clepsi-dra*, e traduziu vários textos literários chineses para o português, como foi o caso dos poemas clássicos *Oito Elegias Chinesas*.

O mundo hermético e imaginário relacionado com a sinestesia, o símbolo e a metáfora

A poesia de Pessanha revela um mundo hermético e imaginário, despertando as sensações sinestésicas e as percepções por meio de símbolos e metáforas, relacionando a natureza visual com a sua interpretação do mundo vivencial. Os aspetos eurítmico e fonossimbólico do texto fazem com que as palavras surjam num encaideamento inesperado, com sonoridades semelhantes à música e modulando-se entre ideias suspensas. As imagens da natureza são contempladas pela imaginação do poeta, no sentido de simbolizar as suas experiências sensoriais e emocionais como, por exemplo, a fluidez das águas do rio a figurar o tempo fugaz e a sensação efémera. Destaca-se também o uso da metáfora na busca de sentimentos obscuros no pensamento poético mais íntimo como, por exemplo, o modo de parafrasear a vida. Esta vitalidade poética mostra um temperamento periférico relativamente ao meio literário português da sua época, que surge entre o simbolismo francês e a literatura chinesa antiga. Segundo Barbara Spaggiari (2014, p. 25), com os poemas simbolistas na mesa de cabeceira, de Coimbra a Macau, Pessanha nunca deixou de se estimular por meio de verdadeiras fontes da sua inspiração. Por sua vez,

Yao Jingming (1998, p. 155) menciona que, em *Clepsidra*, se sente a ressonância da poesia clássica chinesa que Pessanha descobriu, contribuindo para criar uma poesia, em que as palavras surgem com múltiplas imagens. De facto, evidencia-se um grande interesse de Pessanha pela antiguidade da cultura chinesa, revelando-se no gosto de colecionar pinturas, esculturas e outras peças da arte chinesa e, simultaneamente, no encanto de estudar e traduzir os poemas chineses. Pessanha referiu, no seu prefácio a *Oito Elegias Chinesas*, que a poesia contém "elemento sensorial ou musical, resultando de uma técnica métrica especialíssima (em que há, sabiamente aproveitados, recursos prosódicos que as línguas europeias não dispõem)". E mais adiante, acrescentou:

...da mesma dicção, em que a melhor elegância manda suprimir quase completamente as palavras designativas das relações lógicas, imprimindo assim mais vivamente, é certo, na imaginação de quem lê (e essa intensidade de sugestão é um dos intraduzíveis encantos da poesia chinesa) – mas desacompanhadas da menor indicação de mútua dependência – as ideias concretas adotadas pelo autor como símbolos poéticos. (Pessanha, 1914)

A poesia de Pessanha na reflexão dos compositores contemporâneos portugueses

A evasão, euritmia e emoção da poesia de Pessanha não só fizeram vibrar os sentimentos dos poetas contemporâneos como também ofereceram fontes de inspiração aos compositores da música contemporânea portuguesa. Vários compositores produziram obras baseadas nos poemas de Pessanha, destacando-se, entre outros, Filipe de Sousa, Fernando Lopes-Graça, Simão Barreto e António Chagas Rosa.

Além de Fernando Lopes-Graça, os restantes compositores incluídos neste estudo estão relacionados, de uma forma ou de outra, com Macau ou com a cultura chinesa. No caso de Simão Barreto, o músico é visto como uma figura representativa da diversidade cultural em Macau. O luso-timorense estudou no Seminário de São José em Macau e aperfeiçoou as suas aptidões musicais em Portugal, designadamente no Conservatório Nacional de Lisboa e, mais tarde, como violinista na Orquestra da Emissora Nacional. Quando regressou a Macau, envolveu-se no desenvolvimento musical local. O compositor produziu dois ciclos sobre os poemas da *Clepsidra*, entre 1987 e 1988. O ciclo *Clepsidra I* é composto por quatro peças e o ciclo *Clepsidra II* é composto por 12 peças.

Em relação a Filipe de Sousa, o compositor esteve ligado a Macau pela colaboração com o padre Áureo de Castro e com o maestro Simão Barreto. A preferência pelos poemas de Pessanha surgiu logo no início da sua carreira como compositor, visto que Filipe de Sousa não só se formou nos cursos superiores de Piano e de Composição, no Conservatório de Lisboa, como também se licenciou em Filologia, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. A sua linguagem musical mostra uma tendência de cruzamento com a literatura poética, tendo produzido *Dois Sonetos de Camilo Pessanha*, em 1950, além das composições baseadas nos poemas de outros poetas, tais como Fernando Pessoa e Garcia Lorca.

O interesse de António Chagas Rosa pela filosofia milenar chinesa revelou-se logo na fase inicial da sua carreira, pela criação da obra *Songs of the Beginning*, em 1992, um ciclo de canções que se baseiam no texto do filósofo chinês Lao Zi (老子). O contato com Macau levou o compositor a escrever, também, *A Ascensão de Ícaro – Concerto para Piano e Orquestra*, entre 1994 e 1995. Esta obra foi encomendada pelo X Festival Internacional de Música de Macau e teve a sua estreia em Macau, em 1996. Na continuidade desta ligação, Chagas Rosa criou, ainda, a obra *Elegias Chinesas* baseadas nas *Oito Elegias Chinesas* de Camilo Pessanha, obra encomendada pela Casa de Música do Porto, que teve a sua estreia em 2014.

Ainda que não tivesse ligação com Macau, Fernando Lopes-Graça criou, entre 1967 e 1976, a obra *Clepsidra – Oito Poemas de Camilo Pessanha para Canto e Piano*, a partir de uma reflexão sobre a complexidade rítmica e sintática do texto poético, com o intuito de buscar um modernismo da música portuguesa.

Filipe de Sousa – Dois Sonetos de Camilo Pessanha (1950)

Os dois sonetos escolhidos por Filipe de Sousa para a sua composição musical intitulam-se *Floriram por engano as rosas bravas* e *Passou o outono já, já torna o frio*. Ambos os textos revelam uma melancolia sombria associada à sensação gélida do inverno. Essa sensação foi auditivamente estimulada por Filipe de Sousa, através da criação da cor tímbrica, do movimento rítmico e da modulação harmónica. Falando do soneto *Floriram por engano as rosas bravas*, nota-se, na primeira quadra, a sensação enganosa misturada com o desfolhar das rosas bravas pelo vento do inverno que, por sua vez, é ouvida, na música, através da fluidez tonal, com uma oscilação das notas entre Si e Sol#, como se fossem sons levados lentamente por uma brisa. Simultaneamente, a combinação entre o movimento horizontal dos acordes repartidos, no piano, e o movimento descendente da escala

diatónica, na voz, vêm produzir um efeito ilusório, o qual é revelado pela mistura harmónica de tons pentatónicos e diatónicos, como se fossem pinceladas misturadas de uma aguarela vagamente visível.

Na segunda quadra, quando surge a metáfora do colapso do castelo e os olhares tristes entre “eu” e “tu”, a harmonia da parte do piano começa a soar com mais estranheza, distorcendo-se pelos acordes aumentados e diminutos. A sonoridade fica cada vez mais intensa, percorrendo o cromatismo e o contraste dinâmico, o que provoca uma sensação auditiva tenebrosa.

As cores tímbricas vagas e aguareláveis regressam na terceira quadra, onde são citados os versos “E sobre nós cai nupcial a neve, Surda, em triunfo, pétalas, de leve. Juncando o chão, na acrópole de gelos”. Aqui, a textura musical aproxima-se da atmosfera semântica e sonora poética, criando uma melodia sonhadora e uma base harmónica fluida e meio transparente.

Na reflexão sobre os versos da última quadra, o compositor colocou uma divisão musical entre o “Em redor do teu vulto é como um véu!” e o “Quem as esparze – quanta flor! – do céu, Sobre nós dois, sobre os nossos cabelos?” Na 1.ª parte, a dinâmica cresce para uma intensidade forte, onde a harmonia da parte do piano retorna à cor obscura, simbolizando o véu sobre o rosto. Logo depois, a voz cai silenciosamente sobre a textura harmónica da parte do piano, desaparecendo em dinâmica, diminuindo e retardando. A 2.ª parte surge após um silêncio em suspensão, inserido no andamento lento e na dinâmica pianíssimo. A música parece estar de volta ao início da canção, mais vazia e surreal do que no começo.

No que diz respeito ao soneto *Passou o outono já, já torna o frio...*, a canção contém uma sonoridade modal em torno do Fá Frígio. Verifica-se uma armação de clave de 5 bemóis, embora esta armação também seja utilizada para indicar as tonalidades de Réb maior ou Sib menor, a polarização do modo Fá Frígio destaca-se pela estrutura harmónica e melódica da música. O modo Frígio é peculiar, capaz de criar uma atmosfera sombria e mística. Esta atmosfera reflete, certamente, o estado gélido, melancólico e vazio que o poeta pretende exprimir. No texto, a transitoriedade do tempo e da alma é materializada pelo rio fluente e pela mudança das estações. Na música, esse movimento transitório é tratado pela linha do piano, com arpejos e acordes repartidos em ritmo de colcheias. A colocação destes arpejos e acordes está, muitas vezes, em posição alargada com os intervalos de 5.ª e 6.ª, dando ao ouvinte uma sensação de ausência e algo em vão.

A letra inicia-se com uma imagem que descreve a passagem do Outono para o Inverno, depositando uma sensação gélida e angustiada. Paralelamente, esta

sensação é sentida, na linha da voz, por um tom ilusório e distante que flutua por cima do compasso ternário. Esta métrica modifica-se a partir do verso “Álgido Inverno! Oblíquo o sol, gelado...”, aqui, o tempo torna-se em binário e sob o termo expressivo “um pouco mais vivo”. Após a mudança métrica, o tom da voz intensifica-se pela dinâmica forte e pela subida do registo, enfatizando as palavras do verso “as águas límpidas do rio, água claras do rio”. Se citasse o ritmo dos versos com as repetições das palavras “águas do rio”, poder-se-ia sentir a emoção ambígua que o poeta depositou no poema, pelo que, na música, o compositor introduziu, também, um contraste da dinâmica e do registo, no momento em que as “Águas do rio” surgem pela 3.^a vez, e segue para “Fugindo sob o meu olhar cansado,” o tom da voz recai para um registo mais grave, comparado à frase anterior, e a dinâmica muda-se para uma intensidade mais piano. A ambiguidade emocional sente-se, igualmente, na frase seguinte, quando a expressão interrogativa do poema se acentua no verso “Aonde vais, meu coração vazio”. Neste momento, a parte vocal vem criar uma linha ascendente com a dinâmica em crescendo até forte. Simultaneamente, a textura harmónica, tanto no piano como na voz, torna-se mais incerta, passando pelas abundantes alterações das notas que distorcem o modo Fá Frígio. Esta incerteza prolonga-se pela sonoridade cromática, levando a música para um sentido alusivo, onde se parafraseiam os versos “Ficai, cabelos dela, flutuando, E, debaixo das águas fugidias”. A ondulação da água e dos cabelos move e soa através dos tons cromáticos, e progressivamente vai-se modulando para uma sonoridade mais pensativa, com a chegada do acorde de sétimo maior em Réb. Este acorde meditativo reflete a conversão do movimento ao seu estado estático, com realce do verso “ Os seus olhos abertos e cismando...”. Além disso, o acorde é colocado como um eixo que leva a música a retornar à sua sonoridade inicial modal, sombria e mística. No final da canção, a figura das “mãos translúcidas e frias” é simbolizada por uma modulação surpreendente, passando do acorde aumentado para o acorde de ré menor, alterando as notas Réb e Láb para meio tom acima. Esta modulação é extremamente sensitiva, deixando ao ouvinte uma impressão fugaz da vida, tal como o fluxo de água.

Fernando Lopes Graça – Oito canções da *Clepsidra* de Camilo Pessanha

Fernando Lopes Graça escreveu oito canções baseadas nos poemas da *Clepsidra*, nomeadamente *Corolas que floristes*; *Enfim levantou ferro*, *Passou o Outono*

já; Na cadeia os bandidos presos; Ao meu coração um peso de ferro; Voz débil que passas; Quem poluiu, quem rasgou os meus lençóis de linho; e Ao longe os barcos de flores. Este estudo centra-se em três destas canções. Em primeiro lugar, escolhemos a canção *Passou o Outono, já* (1976), porque é interessante analisá-la comparando-a com o segundo soneto de Filipe de Sousa, no sentido de ver como os diferentes compositores se inspiram, musicalmente, no mesmo texto poético, como convergem ou divergem em aspetos técnico-musicais. No que diz respeito à atmosfera emocional, ambos os compositores criaram uma cor tímbrica sombria para salientar o sentido lastimoso do poema. No caso de Fernando Lopes-Graça, o compositor colocou o termo expressivo *dolente* sob um andamento lento e uma linguagem atonal, cheio de cromatismo, no registo médio grave; já no caso de Filipe de Sousa, a opção foi pelo uso do modo antigo Frígio, sublinhando a sensação melancólica e mística. A textura musical, que Lopes-Graça aplicou na 1.ª parte da canção, mostra uma escrita com padrões rítmicos de hemíola, que acentuam as emoções misturadas, divergindo de Lopes-Graça. Filipe de Sousa aplicou, ao seu soneto, uma textura linear e fluente para simbolizar o movimento transitório do tempo e da alma. Ambos os compositores criaram, musicalmente, um movimento fluido do rio e, dentro dele, o reflexo dos cabelos flutuantes da imagem feminina. No caso de Lopes-Graça, o compositor colocou uma textura rítmica regular, na linha do piano, com as tercinas osciladas sobre os tetracordes repartidos; acima desta, a linha da voz canta, vagarosamente, uma melodia, entoada em movimento arpejado. Quando essa flutuação se congela no seu estado estático, poeticamente tratado pelo verso “ Os seus olhos abertos e cismando...”, este é contemplado pelo compositor através duma textura musical contrastante com a parte anterior. Neste momento, os acordes repartidos da linha do piano são tocados em gesto de suspensão e a voz surge acima deste suspenso vazio, no sentido de ressoar a melancolia e a estesia do fúnebre.

A segunda canção escolhida para análise foi a canção *Enfim Levantou Ferro* (1967). O texto deste poema invoca uma proporção rítmica particular, quando recitado. O compositor faz refletir esta característica na sua criação musical, visto que a forma da canção está estruturada em A, B, A1 e C.

Na parte A, o som mecânico do levantamento do ferro, quando o navio parte, e o sentimento de desterro do poeta em sintonia com esta atmosfera são revelados pelos hexacordes dissonantes do piano, tocados com a forte intensidade e com o padrão rítmico percussivo. A mesma textura harmónica volta a ser utilizada, na parte A1, quando a voz usa uma entonação falada a descrever a imagem dos

marinheiros indolentes, diante dum perigo de naufrágio, incitando-os a aumentar a potência da máquina a vapor.

No tratamento musical das partes B e C, o compositor foi buscar o desamparo do sujeito poético em relação ao destino decadente da vida, criando assim, uma sonoridade contrastante da parte A com a cor tímbrica cromática, dissonante e dolorosa. O sentimento de mágoa e tristeza percorre estas partes, através das linhas horizontais do piano. A progressão destas linhas subordina-se em acordes baseados em escalas octatónicas, com a destaque para o intervalo de 4.^a aumentada ou 5.^a diminuta, o que provoca mais tensão auditiva do que as escalas pentatónicas ou diatónicas.

Ao longo da música, o compositor mostra uma tendência estética em busca da linguagem vanguardista, evocando combinações harmónicas, de acordo com as suas tensões e distensões acústicas. O aspeto tonal torna-se muito vago, as modulações são inerentes a cada acorde e o uso da nota do pedal, frequentemente, tem a função de produzir espectros harmónicos inferiores. A técnica vocal é alargada para a voz falada, no sentido de buscar novos timbres, desviando-se das alturas fixas. Portanto, verifica-se uma nova tendência na técnica de composição para canto, utilizando a voz cantada e a voz falada.

Relativamente à terceira canção escolhida para análise – *Na cadeia os Bandidos presos* (1967), o compositor utiliza um padrão rítmico estático, que se mantém no intervalo da 5.^a perfeita entre Dó e Sol, e na transposição deste intervalo para Ré e Sol, assim, criando uma imagem sonora que simboliza a cadeia atada, onde a serenidade só aparece com a abdicação imposta pelo medo. O movimento intervalar da parte vocal é delineado pela estrutura proporcional do texto poético, nomeadamente, os dois primeiros versos de cada quadra são entoados pelos intervalos de meios-tons, enquanto os dois versos seguintes de cada quadra são entoados pelos intervalos disjuntos. Esta textura melódica reflete o contraste emocional entre uma falsa serenidade imposta pelo medo e uma revolta interior do sujeito. O sentimento de inação e revolta é igualmente simbolizado na textura harmónica da parte do piano, onde o compositor criou uma justaposição da 5.^a perfeita com a 4.^a aumentada, dando a impressão de que a dualidade sentimental está a caminhar lado a lado.

No que diz respeito à estrutura formal da canção, ela pode ser dividida em quatro secções, tal como a estrutura do poema; paralelamente, estas secções são enquadradas num movimento eurítmico dos versos, mostrando, assim, uma variação sonora que alude e evoca sentimentos ao mesmo tempo, transitando

entre a expressão narrativa e a subjetiva. Por exemplo, entre o último verso da 2.^a quadra “Porque rebentas tumultuário?” e o primeiro verso da 3.^a quadra “Serenos... Serenos... Serenos...”, a modulação harmónica e rítmica do texto poético é refletida musicalmente pela mudança harmónica da tensão à distensão, através da passagem do acorde agregado de oito notas para um só intervalar da 5.^a perfeita; simultaneamente, a interrupção emocional é revelada pela queda dinâmica do forte ao piano e o silêncio, causado pelas pausas e pelo sinal de suspensão. Verifica-se um outro exemplo eurítmico na última secção, onde a metáfora do verso “Pschiu... Não batas... Devagarinho...,” é revelada pelo sinal de reticências e pelas sílabas vazias. O compositor sublinhou esta sonoridade, aplicando a voz sussurrada sobre as notas sem alturas fixas. Portanto, aqui, a técnica da voz falada foi utilizada novamente.

Simão Barreto – Ciclo I e II de *Clepsidra*

Simão Barreto produziu dois ciclos sobre a *Clepsidra*: o 1.^o em 1987 e o 2.^o em 1988. Segundo o próprio compositor, a ideia da composição é atribuir à música um papel sugestivo. Simão Barreto menciona que “a música segue em paralelo como arte independente, que se junta à poesia não para a valorizar ou completar, mas para criar uma nova dimensão de arte: a sublimação de união dos sons musicais com o som e a ideia das palavras” (Barreto, 1996, p. 77).

Simão Barreto tem uma vivência em Macau que se aproxima das culturas, tanto da portuguesa como da chinesa, circunstância que o levou a criar uma combinação de textos, melodias e instrumentos chineses com a poesia de Camilo Pessanha. De acordo com Barreto, os textos de vários capítulos de *Dao De Jing* (道德经) de Lao Zi foram acrescentados aos três sonetos de Camilo Pessanha, intitulados *Caminho*; uma melodia oriental sobre o poema *Degraus de Jade* de Li Bai (李白) foi citada na música do poema *Interrogação* de Pessanha; o instrumento chinês Erhu (二胡) foi igualmente usado a par do violoncelo, para tocar uma melodia pentatónica em direções inversas e com ritmos diferentes (Ibid.).

No 2.^o Ciclo da *Clepsidra*, a matriz da música é baseada no nome de Bach, estruturada entre as notas Sib, Lá, Dó e Si. Simão Barreto referiu que a linguagem da obra se segue à organização serial, sem ser tão rígida como a dos mestres da Segunda Escola de Viena, adaptando-a a uma flexibilidade e liberdade de ação e interpretação (Ibid.). O âmago desta análise sobre as composições de Simão Barreto baseia-se nos dois poemas *Violoncelo* e *Caminho II*.

O *Violoncelo* é a quarta peça do *Ciclo II da Clepsidra*. O texto poético contém uma estrutura fonética de elevada euritmia. Paralelamente, as imagens e as sensações são invocadas por meios simbólicos, com a descrição do objeto, neste caso, o violoncelo e os sons nele produzidos. É de salientar, por exemplo, nos primeiros versos, o movimento curvado das arcadas sobre as cordas e o timbre sombrio e choroso do violoncelo, que são descritos a produzir uma sensação lacrimosa e dolente. A expressão do verso seguinte “convulsionadas, pontes aladas” traz aos leitores um outro movimento do arco que vem causar uma impressão de ansiedade, justapondo-se à sensação anterior de tristeza. Na criação musical, a peça inicia-se, no violoncelo, com um motivo de saltos intervalares ascendentes e muito disjuntos, sonorizando um tom choroso. Este motivo é colocado sobre uma textura fragmentada, elaborada entre os registos graves e agudos do piano, e com contrastes tímbricos acentuados. A sensação auditiva obtida, neste ponto, evoca uma dor tenebrosa, que se reparte em pedaços espalhados num espaço ilusório. No momento seguinte, o esvoaçar do arco e os vibratos convulsos são criados no violoncelo, pela figura rápida de tercinas em colcheias e pelo ritmo irregular entre os tempos longos e curtos, invocando, assim, uma sensação agitada, que se abraça também ao piano, onde um trémulo nervoso é tocado e terminado com uma rápida quintina em semicolcheias.

Passando de um movimento a um “pesadelo”, os versos seguintes do poema revelam um sonho aflitivo, que cruza o arco esvoaçado com a imagem alucinante dos barcos espedaçados no rio. Musicalmente, Simão Barreto criou uma cor tímbrica de harmónicos que espalha, pontualmente, no piano, criando-se, assim, uma sensação surreal do mundo de sonho; por cima desta atmosfera sonora, o violoncelo continua a soluçar uma melodia sem rumo. A sonoridade torna-se cada vez mais escura e ruidosa, descendo até às notas muito graves entre os registos de Mib² e Dó².

Os versos seguintes vêm trazer as imagens e sensações ainda mais atroçadas: “afundar”, “chorar” e “debruçar” misturadas com “ruínas e sorvedouro”; “trémulos e solidão” de mãos dadas com “estrela e lago”. Mas isso tudo são pedaços dos barcos naufragados no sonho. Na música, no piano, continua-se uma sonoridade ilusória, enquanto as cordas do violoncelo vibram em tons soluçantes. Apenas no final da música, a dinâmica do piano surge com mais intensidade, a tessitura é explorada desde a nota grave Fá#² para a nota muito aguda Ré⁶, em movimento de oitavas. Este movimento sonoro parece que pretende romper, o que causa uma ressonância com as imagens poéticas, nomeadamente “urnas quebradas, blocos

de gelo". Após esta última agitação, o motivo lacrimoso do violoncelo retorna em fragmento de duas notas, como no início da música; no entanto, perde a sua força e afunda para o registo cada vez mais grave. Neste momento, o som do piano move-se para uma direção oposta à do violoncelo, subindo para um registo ainda mais agudo, e a intensidade e a velocidade desvanecem-se para um ponto quase nulo. Este efeito sonoro faz sentir a perda do fôlego do violoncelo, a metáfora de derrota que Pessanha porventura quer colocar no fim do poema.

O Caminho II é a 6.^a peça do *Ciclo II de Clepsidra*. O texto poético aproxima-se duma prosa, em que o sujeito poético se encontra com um "outro" no caminho. O poeta utiliza a imagem de percorrer um caminho para metaforizar a jornada da vida, onde o próprio não sabe o porquê do seu percurso. Musicalmente, a formação do quarteto de cordas é escolhida para interpretar a peça. A sonoridade friccionada das cordas em acorde agregado e sobre a dinâmica pianíssimo é criada para simbolizar a incerteza do sujeito poético, sentida no percorrer da jornada da vida. De seguida, o compositor colocou um verso do filósofo chinês Lao Zi para comentar o seu sentimento, enunciando que "conhecer-se a si próprio é mais sábio do que saber compreender os outros". Neste momento, a dinâmica da música modifica-se para os toques em forte e fortíssimo, concentrados nas notas muito próximas entre Dó, Dó# e Ré, e com entradas desfasadas, mas seguidas, entre os dois violinos, a viola e o violoncelo. Voltando ao texto poético de Pessanha, a imagem do "eu" a seguir o companheiro, "repousando na mesma venda, bebendo o mesmo vinho", é sonorizada pelos dois ataques diferenciados entre *pizzicato* e arco, com a entrada sucessiva entre os 4 instrumentos. A tessitura torna-se mais ampla, baseada no acorde agregado, mas em posição alargada. Quando o texto poético invoca as emoções de solidão, dor e tristeza, a sonoridade musical retorna aos trémulos friccionados, mas desta vez, com um crescendo até ao fortíssimo. De seguida, a dinâmica recai subitamente, num pianíssimo, estagnada em notas longas, terminando discretamente em pontos espalhados pelos quatro instrumentos, sobre ataques *pizzicato* e arco. Este efeito sonoro irónico vem parafrasear os últimos versos: "E o vinho em que choraste era comum: Tivemos que beber do mesmo pranto".

António Chagas Rosa – *Elegias Chinesas* (segundo Camilo Pessanha)

As *Elegias* traduzidas por Camilo Pessanha foram publicadas no jornal *O Progresso* de Macau, entre setembro e outubro de 1914. Pessanha salientou, no prefácio desta publicação (1914), o seu apreço por estes poemas antigos da Dinastia Ming, sobretudo pela melancolia que estes transmitem. O poeta mencionou também que “os poemas que foram escolhidos para a tradução são parecidos, na forma métrica, com um andamento calmo e dolente; estão orientados por uma filosofia comum, em paralelo com as vertentes niilista e estoica; são homogêneos no vibrar de uma idêntica emoção amorosa e grave e são uniformes na predileção de imagens análogas e no vigoroso e rápido processo de as evocar” (Ibid.).

No que diz respeito à tradução, Pessanha referiu que “traduziu, nos limites do possível, as ideias e os símbolos da ordem original, porém mencionou que o elemento sensorial ou musical, resultando de uma técnica métrica especialíssima da língua chinesa, é absolutamente inconversível na tradução.”

No mesmo prefácio, Pessanha afirmou que “uma das mais flagrantes características da poesia chinesa é o duplo sentido que o poema transmite, um superficial e direto e o outro simbólico, erudito e profundo” (Ibid.).

Inspirado nas *Oito Elegias Chinesas*, traduzidas por Pessanha, o compositor António Chagas Rosa criou um ciclo de seis canções para soprano e orquestra de câmara. De acordo com o compositor, os poemas foram contemplados no sentido temático de desterro e da meditação atmosférica, o que expõe os verdadeiros temas recorrentes desta obra musical. Além disso, os aspetos da entonação monossilábica e da não subjetividade que caracteriza a poesia chinesa são tidos em conta pela criação musical, despertando-se a essência de uma monódia. Desta forma, a voz é tratada como um instrumento, inserida numa textura orquestral com múltiplas camadas. A música reflete a voz íntima do poeta e, ao mesmo tempo, é vinculada nas atmosferas das naturezas paisagísticas descritas nos poemas, dando à palavra uma palheta tímbrica e uma feição rítmica que transforma as imagens em sons e movimentos emocionais.

Entre as seis *Elegias* foram escolhidas duas para este estudo, no sentido de mostrar a reflexão musical do compositor, mais concretamente *Fantasia da Primavera* (春思) e *Sobre o Terraço* (登台).

No começo da canção *Fantasia da Primavera*, o compositor criou uma linha melódica com arcadas suspensas sobre os acordes pentatónicos, nos primeiros

violinos. Esta linha é sombreada pelos segundos violinos, com os intervalos, muitas vezes dissonantes, tais como a 4.^a aumentada e a 2.^a menor. Por baixo desta sonoridade exótica e lânguida, uma camada mais flutuante move-se nas violas, com figuras rítmicas rápidas, em semicolcheia, a refletir os sons da água corrente. Os instrumentos de percussão, nomeadamente Glockenspiel e Gran Cassa tocam, pontualmente, transmitindo uma atmosfera exótica e fantasiosa. Inserida nessa textura orquestral, a voz entra com um motivo descendente, baseada também no acorde pentatónico, que entra em diálogo com a linha dos primeiros violinos. Tal como o compositor referiu, a escrita da linha da voz é pensada a cada sílaba, o que produz um ritmo próprio que, neste caso, se move com “cai o sol”. De seguida, a vogal “o” das palavras “no imenso horizonte” é destacada pelo uso repetido da nota Si, e sobre um ritmo monotonizado. Este tratamento sonoro vem trazer a sensação de vazio, agitado por flores que caem no *Kiang* (significa rio em chinês). O acento e o intervalo com salto descendente da melodia surgem sobre estas palavras para contrapor o vazio do ambiente e a vibração emocional. Em seguida, a textura musical torna-se mais espessa, com entrada dos naipes do sopro e da harpa, realçando a atmosfera paisagística da visão poética. Neste momento, a vogal “a” das palavras “Pára o viandante a olhar” é destacada pelo uso repetido da nota Sol, no registo agudo da voz, e é envolvido nas dissonâncias das camadas orquestrais, causando, assim, uma sonoridade mais intensa e tenebrosa, que sublinha a emoção do viajante longe da sua pátria. De repente, esta sensação auditiva é interrompida por um toque forte e seco do Gran Cassa e do Címbalo. A música segue depois pelos sons configurados em tons agudos e grotescos que simbolizam as gotas da chuva caindo das árvores para as túnicas. Esse efeito aparece, tanto na melodia da voz como nas camadas instrumentais. No momento seguinte, os naipes dos sopros de metal criam uma sonoridade escura que leva a imaginação para os tempos remotos, com a descrição da imagem dos salgueiros à volta das ruínas do Palácio Chu. A vogal “i” da palavra “ruína” é destacada por um salto intervalar acentuado, que se assemelha a uma vocalização da ópera chinesa. Após esta criação sonora de grande diversificação tímbrica, a música volta ao seu ambiente inicial e a linha vocal retorna à melodia exótica baseada nos acordes pentatónicos. Paralelamente, a orquestra fica em suspenso sobre o verso “As flores soltas me fizessem cortejo”, e só volta a entrar no verso seguinte, para dialogar com a voz, no sentido de simbolizar a despedida, o regresso à pátria. Em toda esta parte se exprime uma sensação lânguida e ilusória que, certamente, vem ao encontro do sentimento do poeta pela estranheza do exílio.

No poema *Sobre o Terraço*, o sentimento decadente pelo desterro longe da pátria ganha destaque numa atmosfera do tempo remoto, em que as almas dos antepassados ainda subiam ao terraço, lamentando o declínio do seu reino. Inserido nesse olhar retrógrado, as imagens de nuvens e vastidão sobre a extensa região sul, o declínio do sol, de cor pálida, sobre a terra de maravilhas Penglai (蓬莱), constituíram um meio expressivo que representa o espírito desconsolado, longe da sua pátria. Na reflexão musical, as duas formas distintas de instrumentação e sonoridade são reveladas para conceber uma divisão entre a subida dos antepassados ao terraço e o ambiente descritivo da natureza. A 1.ª parte da peça destaca-se pela percussão da Caixa e pelo som frio e sombrio dos instrumentos de sopro, cativando uma imagem auditiva que metaforiza as almas inquietas dos guerreiros mortos a subir ao terraço, sonhando com a reconquista do seu reino em declínio. No tratamento da linha da voz, o compositor criou uma melodia inicial, com apenas a repetição das notas Si e Dó, no registo médio, a figura rítmica, que alinha o ritmo percussivo da Caixa, também é repetitiva. Este movimento estático só se toma mais flutuante, quando sublinha o verso “Já sopra da nona lua o vento lamentoso”, em que se verifica um trilo sobre a palavra “sopra” e um movimento com a 6.ª maior ascendente, acompanhada pela oscilação da 2.ª menor, que refletem as palavras “vento lamentoso”. A ponte de transição surge no momento em que a música atua sobre o verso “De os três rios devem estar a chegar os gansos de arribação”. Aqui, o ritmo de percussão passa para os naipes de clarinete e fagote e a textura orquestral torna-se mais leve. A linha da voz é impulsionada por uma subida acentuada do registo médio para agudo, que simboliza o voo migratório dos gansos salvagens para o sul. No final desta ponte, um ataque fortíssimo tocado pelos instrumentos de cordas, sopros e címbalos vem dar um ponto final à 1.ª parte.

A 2.ª parte começa com a modificação de instrumentação para uma sonoridade mais ressonante e de linhas longas. A percussão da Caixa foi silenciada, enquanto as cordas, os sopros e a harpa produzem as notas com durações longas e sobrepostas com as camadas de texturas de movimentos contínuos de arpejos e notas oscilantes. Esta textura musical proporciona uma sensação pictórica onde se parafraseia a imagem de “nuvens a vastidão entre rios e terra” e “o sol declínio e pálido”. Nesta parte, a linha da voz também se torna mais lírica, junto aos naipes dos violinos e dos sopros de madeira, suspirando a melancolia interior pelo desterro e sem esperança. No final da peça, existe uma pequena coda, em que a sonoridade fria e percussiva do início reaparece por um instante. Este efeito sonoro simboliza o olhar repetido para o passado, expresso no final do poema.

Conclusão

Neste estudo, destacou-se a ressonância entre poesia, simbolismo e música. Nos poemas de Camilo Pessanha, os encadeamentos ousados mas pouco sintáticos, as transições espaço-temporais e as euritmias perturbantes constituem significados peculiares, prestigiados pelo estímulo dos sentidos sensoriais, revelando, deste modo, as suas emoções complexas e herméticas. Nos aspetos eurítmico e fonossimbólico, a sensibilidade entre ritmo e som da poesia criou um movimento fluido que permite aos compositores imaginar e recriar as suas versões musicais que, por sua vez, são repletas de modulações harmónicas, dinâmico-tímbricas e rítmicas. Na associação das imagens e suas simbologias, a poesia revelou uma ambiguidade emocional que lança às criações musicais um eco cheio de ondulações, tanto a angústia quanto o vazio, tanto a dor e incerteza da vida como a fugacidade do tempo. Este aspeto de dispersão atrás do obscuro e do simbólico fornece aos compositores uma atmosfera imensa, capaz de criar contrastes e metáforas sonoras, mergulhando em diversos planos afetivos do sentido auditivo.

O simbolismo poético de Camilo Pessanha continua a ser citado no mundo musical português contemporâneo. Esta é a prova viva de que um poema de excelência mantém a sua sensibilidade musical; simultaneamente, os sons e os ritmos são elementos que permitem à memória gravar e recriar a semântica e a emoção contida nos versos, que podem ser ampliadas e transformadas em outros objetos artísticos.

Referências bibliográficas

- Barreto, S. (1996). Clepsidra. *Revista de Cultura* 26 II série, 77-101. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Pessanha, C. (1914). Prefácio às Oito Elegias Chinesas. *Jornal O Progresso*. <https://sites.google.com/site/pesscam/sinologo/literatura-chinesa>.
- Spaggiari, B. (2014). *Camilo Pessanha Clepsidra*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Yao, J. M. (1998). Camilo Pessanha e Oito Elegias Chinesas. *Revista de Cultura* 37 II série, 155-163. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Lu Xun: utilidade e viabilidade do seu estudo em Portugal

Utility and viability of Lu Xun's Studies in Portugal

Cristina Zhou

Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra
cristinazhou@uc.pt
ORCID: 0000-0003-4617-931X

RESUMO

Estimulados pela intensificação das relações luso-chinesas nos últimos anos, os estudos chineses em Portugal têm vindo a crescer. A meu ver, os novos estudos chineses não podem focar-se só na contemporaneidade e actualidade, nem devem privilegiar apenas os aspectos sócio-políticos e económicos.

Para compreender a cultura chinesa, tanto na sua raiz como nas metamorfoses modernas, é necessário estudar certos elementos profundos e estruturantes, entendê-los numa perspectiva comparativa e intercultural. Neste sentido, torna-se imprescindível estudar Lu Xun (1881-1936), grande escritor que, na sua tentativa de reinventar a China, interpretou e criticou a cultura e a mentalidade chinesas com finura e agudeza assombrosa. Neste trabalho, pretendo apresentar a situação actual da tradução e dos estudos de Lu Xun em Portugal, justificar a utilidade de desenvolver os estudos de Lu Xun nos países de língua portuguesa e propor algumas sugestões práticas.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos chineses, literatura chinesa, modernidade chinesa, Lu Xun, literatura comparativa, diálogo intercultural.

ABSTRACT

In recent years, stimulated by the intensification of Luso-Chinese relations, the number of Chinese studies in Portugal has been increasing. In my view, the new Chinese studies in Portugal cannot focus solely on contemporaneity and current affairs, nor should they highlight only the socio-political and economic aspects.

To understand China, both in its roots and in its more modern metamorphoses, it is necessary to study certain deep and structuring cultural elements, and to try to appreciate them from a comparative and intercultural perspective. In this sense, it is essential to study Lu Xun (1881-1936), a great writer who, in his attempt to reinvent China, interpreted and criticized Chinese culture and mentality with astonishing finesse and sharpness. In this work, I intend to present the current situation of the translation and studies of Lu Xun's work in Portugal, to justify the usefulness of developing Lu Xun studies in Lusophone countries and to propose some practical suggestions.

KEYWORDS

Chinese studies, Chinese literature, Chinese modernity, Lu Xun, comparative literature, intercultural dialogue.

Nos últimos anos, graças à intensificação das relações luso-chinesas em diversas áreas, os estudos chineses em Portugal têm vindo a aumentar. No Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra onde sou directora executiva, tenho notado, especialmente nos estudantes jovens, uma crescente curiosidade pelas modas e inovações tecnológicas da China e, ao mesmo tempo, um enorme interesse pelo vasto mercado chinês. A expectativa do nosso público exige uma actualização constante dos estudos sobre a China. Naturalmente, os novos estudos chineses que gostaríamos de desenvolver em Portugal não podem focar-se só na contemporaneidade e actualidade, nem devem privilegiar apenas os aspectos sócio-políticos e económicos. Falando da minha área, que é a das letras e mais especificamente a da literatura, não posso deixar de defender a imprescindibilidade de estudar a história, língua e filosofia da China através da literatura chinesa. Nas obras dos grandes autores chineses, podemos encontrar os elementos mais estruturantes da cultura chinesa que nos permitem entender as aspirações mais elevadas e as preocupações mais profundas do povo chinês. Neste sentido, proponho entender a cultura chinesa através de Lu Xun (1881-1936), um autor que confrontou, sem receio, os aspectos mais problemáticos da mentalidade chinesa, e que nos deixou reflexões extremamente profundas e agudas sobre a cultura chinesa. Na minha opinião, qualquer pessoa interessada pela cultura chinesa deve estudar, através duma perspectiva comparativa e intercultural, a multifacetada obra de Lu Xun, e especialmente a tentativa do grande escritor na reinvenção da China.

Neste trabalho, vou primeiro apresentar a situação actual da tradução e dos estudos de Lu Xun nos países de língua portuguesa. Seguidamente, justificarei a utilidade de desenvolver os estudos de Lu Xun em Portugal, no contexto actual em que se verifica um aumento do interesse, especialmente dos estudantes jovens, pelas línguas e culturas asiáticas. Veremos, de uma forma sintética, como o grande escritor tentou modernizar a língua chinesa e como o legado intelectual de Lu Xun tem sido um elo robusto entre a China, o Japão e a Coreia. Por fim, proporei algumas sugestões práticas para o aprofundamento dos estudos deste escritor em Portugal.

Alguns contos mais influentes de Lu Xun, inclusive o fundamental “Diário de Um Louco” (《狂人日记》), escritos na altura do Movimento pela Nova Cultura (新文化运动) foram introduzidos ao público português em 1976, através da tradução (de francês para português) de Maria da Graça Morais Sarmento. Mais recentemente, foi publicado pela editora Cotovia as *Ervas Silvestres* (《野草》), um pequeno mas influente conjunto de prosas e poemas de Lu Xun escritas de 1924 a 1926.

A tradução (de chinês para português) é de Sun Lam e Luís Cabral. Sun Lam, ou Sun Lin, é a antiga directora do Instituto Confúcio da Universidade do Minho bem como a coordenadora do curso de licenciatura em Estudos Orientais – variante de Estudos Chineses e Japoneses, responsável pelo ensino da língua e da cultura popular chinesa. Na antologia *Quinhentos Poemas Chineses* (coord. António Graça de Abreu e Carlos Morais José), publicada em 2014 pela editora Vega, encontram-se dois poemas de Lu Xun; o primeiro é o “Mal de Amores” (《我的失恋》, tradução de Sun Lam e Luís Cabral), um poema jocoso escrito em 1924 e inserido na colecção *Ervas Silvestres*; e o outro (traduzido por Gil de Carvalho), um poema breve sem título, escrito em 1934, cujo último verso “ouve-se o estrondo do travão no silêncio” (“于无声处听惊雷”; tradução minha) é extremamente conhecido na China.

Como podemos ver, em Portugal, a tradução da obra de Lu Xun ainda se encontra bastante escassa e precisa de ser actualizada. Vale a pena, porém, mencionar que a sinóloga brasileira Márcia Schmaltz traduziu, de chinês para português, os contos de Lu Xun. Infelizmente, a jovem estudiosa brasileira faleceu em 2018 e o livro *Contos Completos de Lu Xun* ainda está por publicar pela editora L&PM (Porto Alegre). Márcia Schmaltz foi doutorada pela Universidade de Macau e leccionou os cursos de tradução e de língua e literatura chinesas na Universidade Federal de Minas Gerais. O seu falecimento foi uma grande perda para os estudos chineses no espaço lusófono.

No espaço anglófono ou germanófono, onde os estudos chineses se encontram mais consolidados, há, naturalmente, traduções mais completas e actualizadas da obra de Lu Xun. Já em 1956, foi publicada a *Obra Selecta de Lu Xun* (4 vol.s), traduzida de chinês para inglês pelo ilustre casal de tradutores Yang Hsien-yi e Gladys Yang. A influente tradução – preparada pelo mesmo casal – *Selected Stories of Lu Hsun* foi lançada em 1960 e republicada em 2007, pela *Foreign Languages Press* (Pequim). Dois anos depois, *Penguin Classics* lançou uma nova versão inglesa dos contos mais influentes de Lu Xun: *The Real Story of Ah-Q and Other Tales of China*, traduzida por Julia Lovell. No que diz respeito à tradução de Lu Xun para alemão, é de mencionar a colecção *Werke von Lu Xun* de editora suíça Unionsverlag, em seis volumes (1994) e em dois volumes (2015). A tradução, de chinês para alemão, foi realizada por Wolfgang Kubin, Rolf Findeisen e Florian Reissinger.

No espaço lusófono, o ensino da língua, cultura e literatura chinesas ainda está em via de desenvolvimento. Em Portugal, ainda não há um curso de licenciatura especificamente dedicado à língua chinesa. Vale a pena notar que o Instituto Politécnico de Leiria oferece, desde 2016, um curso de licenciatura (de 4 anos)

em Tradução e Interpretação PT-CH/CH-PT, cujo programa do 3.º ano tem uma cadeira semestral de “Literatura Chinesa”. Verifiquei que o programa do 3.º ano desse curso é dado no Instituto Politécnico de Macau.

Em Moçambique, também desde 2016, existe o curso de licenciatura em Língua, Cultura e Literatura Chinesas. Trata-se de um curso pioneiro, mesmo em todo o espaço lusófono, que funciona na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, com o apoio da Universidade Normal de Zhejiang, parceira chinesa do Instituto Confúcio da UEM.

No Brasil, a Universidade de São Paulo tem sido notavelmente activa na tradução de literatura chinesa e nos estudos de cultura chinesa. Um bom exemplo é a *Antologia da Poesia Clássica Chinesa da Dinastia Tang*, traduzida por Ricardo Primo Portugal e Tao Xiao e publicada em 2011 pela editora da USP com o apoio do Instituto Confúcio da USP.

Até aqui, no que diz respeito aos estudos de literatura chinesa no mundo lusófono, julgo que estamos na boa altura de dar um passo em frente. Por um lado, temos cada vez mais estudantes a aprender e a querer aprender chinês. Por outro lado, nos últimos anos, com a inauguração de vários novos Institutos Confúcio, o ensino da língua chinesa pode ser assegurado em todos os territórios de língua portuguesa. Há imensas possibilidades de colaboração e creio que podemos formar grupos de investigadores para aprofundar os estudos da literatura de expressão chinesa. Não podemos ignorar que, especialmente depois de 2012, o ano em que escritor chinês Mo Yan ganhou o Prémio Nobel, muitos escritores chineses modernos estão a ser traduzidos para português. Para acompanhar este aumento do interesse pela literatura chinesa (a literatura chinesa contemporânea em particular), é preciso que haja estudos constantemente actualizados a acompanhar as traduções.

Voltando ao nosso tema central, defendo que, nesta altura em que temos recursos para cultivar o interesse público pela literatura chinesa, devemos dar a prioridade aos escritores que consideramos de maior relevo. Neste sentido, é de prestar especial atenção à figura paradigmática de Lu Xun. É de notar que, além de ser quase unanimemente reconhecido como o fundador da literatura chinesa moderna, Lu Xun é comprovadamente um escritor universal e ao mesmo tempo um excelente interlocutor nos diálogos culturais entre a China e os outros países asiáticos - especialmente entre a China e o Japão. A recepção da obra de Lu Xun pelos escritores e intelectuais japoneses e coreanos também ilustra muito bem os laços entre as principais culturas da Ásia oriental. Este facto é particularmente

interessante para Portugal. Os jovens portugueses hoje adoram desenhos animados japoneses (*anime*) e o *K-pop*, o que é ótimo. No entanto, falando da minha experiência pessoal, tenho notado uma certa persistência dos nossos jovens em visualizar a China, a Coreia e o Japão sempre em confronto e conflito. De facto, as relações entre estes três grandes poderes modernos da Ásia oriental são complexas, e é importante lembrar os laços culturais entre esses três países.

Na Ásia oriental, geralmente consideramos que a China, o Japão e a Coreia formam um círculo civilizacional que se baseia na cultura dos caracteres e nos valores fundamentais do confucionismo. Infelizmente, na história moderna, mesmo no século passado, houve conflitos violentos e episódios extremamente dolorosos entre esses países que culturalmente deveriam ser irmãos. Podemos pensar, por exemplo, nos oito anos de guerra sino-japonesa, de 1937 a 1945; e nos 35 anos da ocupação japonesa da península coreana, de 1910 a 1945. No entanto, é preciso não esquecer que os nexos entre a China, o Japão e a Coreia são garantidos pelos intercâmbios intensos ao longo dos séculos e em muitos casos, reforçados pelos laços de sangue. Este aspecto cultural é muitas vezes menosprezado por muitos especialistas em assuntos asiáticos, que tendem a focar-se mais nas divergências e nos conflitos económicos e políticos que houve nos últimos anos entre a China, a Coreia e o Japão. Naturalmente, se não olharmos bem para a história da interacção entre estas três culturas asiáticas, não iremos entender nem os cruzamentos, nem as singularidades dessas culturas. A reflexão desse diálogo intercultural, aliás constantemente actualizado, encontra-se na arte e na literatura.

Já na dinastia Tang (618-907), uma época de ouro na história da China, marcada pelo cosmopolitismo e tolerância religiosa, vários estudiosos japoneses e coreanos viveram na então capital do império Chang'an (Xi'an hoje), uma das maiores metrópoles na altura (a par de Bagdad e Constantinopla), cuja prosperidade material e cultural era lendária. Era em Chang'an que as mais sofisticadas expressões artísticas, filosóficas e religiosas se dialogavam. Entre os estudiosos coreanos¹, o mais conhecido é Kim Gyo-gak (696-794), príncipe de Silla que mais tarde se tornou um célebre monge budista, tendo morrido na China. Entre os estudiosos japoneses na capital do Império Tang, o mais conhecido é sem dúvida

¹ Aliás, nessa altura a península coreana não era uma mas antes dividida em três partes: Goguryeo, Silla e Baekje.

Abeno Nakamoro (698-770), talentoso poeta que viveu quase 50 anos na China, chegando mesmo a assumir altos cargos na corte imperial.

O diálogo cultural não tinha só uma direcção, mas várias. Houve estudiosos chineses que também tiveram a coragem de atravessar o mar. Um grande exemplo, ainda hoje muito vivo na memória colectiva dos chineses e japoneses é o monge Jianzhen (688-763, Ganjin em japonês). Jianzhen nasceu em Yangzhou, porto importante no Sul da China, estudou vários anos em Chang'an e aceitou o convite dos estudiosos budistas japoneses para ir ao Japão. Embora já invisual, o monge divulgou no Japão muitos conhecimentos, não só a sabedoria budista, mas também a arte e a medicina chinesas. O templo Toshodai ji, em Nara, foi originalmente desenhado por ele. Faz parte do património cultural da UNESCO desde 1998, é um tesouro nacional do Japão, e também um símbolo da amizade sino-japonesa.

Tendo uma noção da base sólida dos diálogos interculturais entre a China, o Japão e a Coreia, olhamos para uma época mais recente e mais problemática: o início do século XX. Se há um escritor que consegue estabelecer uma ponte entre os três países da Ásia oriental na Modernidade, esse escritor não pode ser outro senão Lu Xun. A influência do grande escritor e pensador chinês não se confina à China e à comunidade chinesa, mas estende-se ao Japão, à Coreia e a outros países asiáticos. Como sempre, quando as demais forças agregadoras falham, a influência dos grandes escritores e pensadores consegue ultrapassar várias fronteiras e gerações. Ao mesmo tempo, para entender o legado intelectual e espiritual desses escritores de toda a humanidade, é preciso um esforço conjunto de várias gerações de leitores, e não apenas leitores de um país específico, mas de todo o mundo.

Vejamos primeiro o diálogo entre Lu Xun e o Japão. Sabemos que o escritor passou a última década da sua vida na zona de Hongkou, uma concessão japonesa em Xangai. Segundo Fujii Shozo (2020, 197-200), Lu Xun tornou-se amigo de Uchiyama Kanzo (1885-1959), um cristão japonês e proprietário da livraria Uchiyama, na altura um importante centro de encontro de intelectuais e artistas japoneses em Xangai. O escritor, que era ao mesmo tempo um leitor feroz de literatura japonesa e de literatura mundial traduzida em japonês, frequentava a livraria, comprava livros e convivia com amigos chineses e japoneses, que o admiravam. Masuda Wataru (1903-1977) também conheceu e estudou com Lu Xun nesse tempo. O jovem sinólogo ficou de tal forma impressionado pelo génio e

pela individualidade do escritor, que decidiu dedicar-se à tradução e divulgação da obra de Lu Xun no Japão.

Lu Xun, cujo nome original é Zhou Shuren (周树人), nasceu em Shaoxing, uma bela e antiquíssima cidade pequena ao Sul do Rio Yangzi. O escritor passou a infância e uma parte da adolescência na sua terra natal. O tempo era de crise aguda: nos finais da dinastia Qing, última dinastia da China Imperial, o território chinês estava a ser dividido pelos poderes estrangeiros e ao mesmo tempo, lacerado pelos profundos conflitos internos. Lu Xun teve uma educação tradicional, com base na leitura dos clássicos confucionistas. Mais tarde, ele estudou nas escolas mais modernas em Nanjing e conseguiu uma bolsa de mérito para estudar no Japão. Em contraste com a China, que estava em declínio acelerado, o Japão encontrava-se numa fase de assombrosa ascensão. Graças à enorme eficácia da Reforma do Imperador Meiji (em 1868), a transformação do Japão de uma sociedade feudal e fechada para uma sociedade capitalista e moderna foi bastante rápida e bem conseguida. Nesta transformação bastante radical, que afectou todos os níveis da vida, o Japão aceitou muitos valores modernos e ocidentais, assimilou conhecimentos de todas as esferas. No entanto, segundo o historiador Ienaga Saburo (1992, 188) muitos valores morais e tradicionais foram conservados e adaptados à nova realidade. Na dinastia Tang, como vimos, era o Japão que aprendia com a China. Nos finais da dinastia Qing (a última dinastia da China imperial), porém, era a China que aprendia com o Japão. Muitos jovens chineses que estudaram no Japão trouxeram conhecimentos avançados para a pátria, revolucionaram várias áreas do saber, e desempenharam papéis fundamentais na revolução republicana. Não esqueçamos que em 1894, quando a China perdeu a guerra com o Japão, os intelectuais chineses sentiram profundamente a importância de estudar a via japonesa da modernização. O ensaio “Chineses e Japoneses” de Eça de Queirós, escrito na altura dessa guerra sino-japonesa, contempla esta questão. De facto, a previsão do escritor português foi bastante certa: se a China vencesse a guerra, continuaria a dormir; mas se perdesse, acordaria. Com efeito, perdida a guerra, a China acordou: o governo imperial Qing começou a mandar e financiar os estudantes mais talentosos para estudar no Japão, sem saber que estes viriam um dia a derrubar a monarquia, o que não deixa de ser uma ironia da história...

No Japão, Lu Xun passou uma fase importante da sua juventude, de 1902 a 1908, ou seja, dos 22 anos aos 29 anos. Primeiro aprendeu japonês em Tóquio, depois estudou um ano e meio medicina em Sendai (Nordeste do Japão) e, mais

tarde, decidiu abandonar o curso de medicina para se dedicar à literatura. Foi em Tóquio que o jovem Lu Xun teve o contacto com a literatura japonesa e a literatura europeia. Era um leitor e tradutor infatigável, admirava especialmente Natsume Soseki (1867-1916), um escritor fundamental na divulgação da moderna língua japonesa e ainda hoje lido e apreciado pelos leitores asiáticos. Em Tóquio, que nessa altura era um florescente *powerhouse* cultural, o nosso escritor frequentava numerosas livrarias e lia livros, jornais e revistas literárias em japonês e alemão. Nos dois ensaios mais influentes escritos nessa fase juvenil, “As Imperfeições das Culturas” (文化偏至论) e “A Força dos Poetas Rebeldes” (摩罗诗力说) podemos observar o fascínio, embora não isento de lucidez, do escritor jovem pela força da Modernidade, aliada a uma fortíssima vontade de transformar os valores convencionais da sociedade chinesa. Essa vontade está associada, claramente, à inspiração de Friedrich Nietzsche. Aliás, Nietzsche era um dos pensadores mais *en vogue* nesse tempo no meio intelectual japonês.

Os dois magníficos ensaios acima referidos foram escritos ainda num chinês arcaico. Creio que na tese do ensaio “As Imperfeições das Culturas” podemos encontrar uma atitude que foi central e consistente ao longo da vida do escritor. Neste ensaio, o autor alertou para o perigo da arrogância cultural enraizada no Império do Meio e apelou a uma abertura para a cultura ocidental. Ao mesmo tempo, o autor perspicaz chamou a atenção para as imperfeições da cultura moderna, nomeadamente a tendência para um materialismo excessivo e para uma mediocridade colectiva, alertando já para o perigo de eliminar a individualidade no altar do colectivo. Para o jovem escritor, não há culturas perfeitas; todas as culturas têm que aprender umas com as outras; mas é igualmente importante uma cultura manter a relativa independência, garantindo assim a diversidade da cultura mundial. Como podemos ver, esta visão de Lu Xun, que está em harmonia com as ideias pluralistas do pensador romântico Johann Gottfried Herder, continua pertinente hoje, nesta fase problemática da globalização. A influência do Alto-Romantismo Anglo-Germânico é ainda mais notável noutro ensaio, “A Força dos Poetas Rebeldes”. Nele o autor defende, com bravura intelectual, o supremo valor da liberdade e independência individual. Aqui não posso deixar de dizer uma coisa: muito se tem dito sobre a tendência de “obedecer” e de “respeitar a autoridade” na cultura chinesa e até nas culturas asiáticas, mas esta é uma ideia generalizada e distorcida, e naturalmente com implicações políticas. Depois de estudar Lu Xun e o seu impacto na Ásia moderna, os leitores terão de certeza uma percepção mais completa da cultura chinesa e asiática. Lu Xun, através da

sua vasta obra de contos, ensaios, prosas e poemas, deixou lições valiosas sobre as formas de lidar com o peso da modernização e da ocidentalização, o que é precioso para o futuro da China e da Ásia em geral.

Como sugere o estudioso japonês Ito Toramaru (2005, 5), na linha do pensamento de Takeuchi Yoshimi, a palavra-chave para entender a cultura asiática da modernidade é a “resistência”: face à afirmação da superioridade cultural do Ocidente, o Oriente entra num processo dinâmico de resistência, rejeitando, por um lado, aos elementos ultrapassados da própria tradição cultural e resistindo, por outro lado, os impactos negativos da expansão da cultura ocidental. Ao longo dessa “resistência”, o Oriente procura renovar-se e (re)afirmar-se.

Na China, o confronto com os poderes ocidentais, inclusive o vizinho Japão, moderno e ocidentalizado, foi extremamente doloroso. Como bem diz o pensador francês Raymond Aron na sua obra prima “O Ópio dos Intelectuais” de 1955, “no Asian Culture was so legitimately proud of its history and its culture as was China. None, for a century past, had been so deeply humiliated” (2001, 262). O tempo de Lu Xun era de crise profunda. No entanto, ao tentar salvar o país, a *intelligentsia* chinesa encontrou-se bastante dividida. Houve uma tendência ultra-conservadora para tentar preservar e sobrevalorizar tudo o que era classificado como nacional. Houve também uma tendência radical, a querer fazer tábua rasa do passado e abraçar todos os valores modernos. Lu Xun tentou propor uma voz racional, com maior cuidado com a humanidade e a individualidade. No seu tempo, ele foi muito admirado por uns e brutalmente criticado por outros; a sua relação com a autoridade sempre foi tensa e problemática. É muito curioso ver a radicalização das atitudes dos leitores chineses perante a escrita de Lu Xun – a sagacidade do escritor é bastante forte, até fere; a crítica dele em relação aos defeitos perduráveis na cultura tradicional chinesa é às vezes bastante crua, pode até magoar a sensibilidade de alguns. Estudando a interpretação da obra de Lu Xun na China, orientada ou influenciada pela autoridade política, podemos perceber as tendências sociais e ideológicas da China. Além disso, estudando a recepção de Lu Xun no Japão e na Coreia, podemos entender a dinâmica do diálogo cultural entre os países da Ásia oriental no tempo contemporâneo. Aqui, para sintetizar a recepção de Lu Xun no meio intelectual japonês e coreano, vou apoiar-me no estudo do professor japonês Fujii Shozo.

Como foi mencionado, Lu Xun foi um dos grandes defensores da modernização da língua chinesa. Além de ser o autor do primeiro conto escrito em chinês coloquial e moderno (白话文), o escritor foi também um dos primeiros a usar a

terceira pessoa singular e feminina “她” (ela). A novidade da escrita de Lu Xun e a profundidade do seu pensamento começaram muito cedo a atrair a atenção dos intelectuais japoneses. Segundo Fujii Shozo (2020, 218, 223-224), os críticos literários notaram-no já em 1909. Ainda nos anos 20, foi publicado, numa revista japonesa em Pequim, o conto “Kong Yiji” (孔乙己), traduzido por Zhou Zuoren (irmão do escritor). A importante colecção da obra selecta de Lu Xun, preparada por Sato Haruo e Masuda Wataru, foi lançada pela prestigiosa Editora Iwanami e conquistou um enorme público de leitores de língua japonesa. Em 1945, um mês após a rendição do Japão, Dazai Osamu (1909-1948) escreveu um romance imaginando a vida estudantil de Lu Xun em Sendai. Além de Dazai Osamu, há vários famosos escritores contemporâneos japoneses que se inspiraram na obra de Lu Xun. Alguns exemplos como: Matsumoto Seicho (1909-1992), um mestre de romances policiais; Oe Kenzaburo (1935-), premiado Nobel de Literatura em 1994; Terayama Shuji (1935-1983), dramaturgo, poeta e realizador e ainda, Murakami Haruki (1949-). Ainda segundo o estudioso Fujii Shozo (2020, 255), a escrita de Lu Xun é considerada como parte da literatura “nacional” (“nacional”, no sentido em que a obra do escritor em questão deve ser lida e valorizada por todo o povo). O conto de Lu Xun “Terra Natal” (故乡), escrito em 1921, foi seleccionado para o manual do ensino secundário do Japão em 1953, e ainda hoje está a ser estudado nas escolas japonesas. Como bem diz o escritor Oe Kenzaburo, formado em Literatura Francesa pela Universidade de Tóquio: “Lu Xun constitui a confiança da literatura asiática”.

Segundo Fujii Shozo (2020, 276-278; 280-281), cujo estudo continuamos a seguir de perto, na Coreia, a tradução da escrita de Lu Xun também começou cedo. Já nos anos 20, um escritor coreano, cujo nome chinês é Liu Shuren (柳树人), seguindo o nome original do nosso escritor, traduziu o conto “Diário de Um Louco” para coreano. Na altura da ocupação, os intelectuais coreanos inspiraram-se na escrita de Lu Xun para resistir à colonização japonesa. Poetas heróis como Shin On Gun (1904-1938), I Won Rok (1904-1944) e Yi Kwang-su (1892-1950) deixaram comentários importantes sobre Lu Xun. Nos anos 70 e 80 do século passado, a escrita de Lu Xun também foi fundamental no movimento da democratização na República Coreana. Figuras centrais como I Yong Hee (1929-2010) e Lim Heon-yong (1941-) foram fortemente influenciados pelo grande escritor chinês, especialmente pelo seu espírito crítico e rebelde.

Acerca do impacto da obra e do pensamento de Lu Xun na Coreia, é interessante notar que o actual presidente da Sociedade Internacional dos Estudos de

Lu Xun é o Professor Park Jae Woo, estudioso coreano e grande dinamizador do diálogo cultural entre a China e a Coreia. A Sociedade Internacional dos Estudos de Lu Xun foi fundada em 2011 e oficialmente registada em 2012 na República Coreana. Os dirigentes desta Sociedade são estudiosos de Lu Xun residentes na Coreia, China, Japão, Austrália, Singapura, Suíça, Rússia, EUA; os investigadores membros vêm de 20 países: uma verdadeira academia internacional. Tive a honra de conhecer o Prof. Park na conferência da Sociedade em 2015, realizada no Instituto Confúcio de Düsseldorf.

À semelhança dos fóruns académicos organizados pelos Institutos Confúcio de Düsseldorf e de Viena, em que tive o prazer de participar, os Institutos Confúcio em Portugal e nos países de língua portuguesa em geral podem, a meu ver, realizar também actividades semelhantes. De facto, este ano, tentei organizar através do ICUC, com o apoio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e do Museu de Lu Xun em Pequim, uma exposição sobre a vida de Lu Xun, para comemorar o 140.º aniversário do escritor. Devido à pandemia, o evento teve que ser adiado, provavelmente para o próximo ano. Estando nós neste tempo de grandes incertezas, julgo, no entanto, que estamos em boas condições para ler e estudar Lu Xun.

Primeiro, julgo que esta pandemia nos impõe a repensar o perigo da fragmentação da sociedade. Para resolver uma crise que afecta toda a gente, de todo o mundo, é urgente recuperar a coesão social e a solidariedade entre os povos. Neste contexto, um escritor tão universal como Lu Xun merece uma atenção especial.

Segundo e no que diz respeito às relações entre os países lusófonos e os países asiáticos como a China, o Japão e a Coreia, julgo que não se deve focar-nos só nas trocas comerciais. Nunca devemos ignorar o intercâmbio cultural, porque, segundo creio, só através de um diálogo cultural dinâmico e profundo é que podemos conseguir um mútuo entendimento entre os diferentes povos. Nesta missão, as entidades académicas têm um papel importante a desempenhar. Como foi mencionado anteriormente, nos países de língua portuguesa, os estudos sobre as culturas e literaturas asiáticas ainda precisam de ser aprofundados. É importante apresentar ao público português os grandes escritores asiáticos, os que são ao mesmo tempo clássicos e modernos, como Lu Xun, tão importante, e tão actual.

Terceiro e como mencionado no início, os estudos de Lu Xun em Portugal e no espaço lusófono estão em condições para dar um passo em frente. Creio que os Institutos Confúcio dos países de língua portuguesa podem e devem juntar

as forças e dar um grande apoio à tradução e aos estudos de literatura chinesa. Em colaboração com colegas de outros países asiáticos, julgo que podemos até impulsionar os estudos sobre as literaturas asiáticas em geral. Juntos podemos organizar exposições para dar a conhecer a vida e obra de Lu Xun, e os escritores asiáticos influenciados por ele. Podemos organizar conferências para incentivar os estudos de Lu Xun, realizar encontros entre os estudiosos de Lu Xun de todo o mundo. Além disso, em colaboração com os colegas chineses, podemos apoiar a tradução da obra de Lu Xun de chinês para português.

Em jeito de concluir, no tempo em que o diálogo académico e cultural entre Portugal e a China está cada vez mais intenso, julgo que nós, interlocutores nesse diálogo, devemos valorizar mais o poder da literatura e a força dos grandes escritores e pensadores. Um escritor gigante como Lu Xun, que tanto transformou a língua e cultura chinesas, merece ser constantemente lido, estudado e traduzido. Convido todos os colegas portugueses interessados em literatura chinesa para conhecer e apreciar o escritor.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (2014). *Quinhentos Poemas Chineses*. Coordenação de António Graça de Abreu e Carlos Morais José. Lisboa: Vega.
- Aron, R. (2001). *The Opium of the Intellectuals*. Nova Iorque: Routledge.
- Fujii, Sh. (2020). *A Viagem de Lu Xun pelas Cidades: a Estrita de Lu Xun na Perspectiva da Ásia Oriental*. Tradução de Pan Shisheng. Pequim: New Star Press.
- Ienaga, S. (1992). *A História da Cultura Japonesa*. Tradução de Liu Jisheng. Pequim: The Commercial Press.
- Ito, T. (2005). *Lu Xun, a Sociedade de Criação e a Literatura Japonesa*. Tradução de Sun Meng et. al. Pequim: Peking University Press.
- Lu, Xun (2005). *Obra Completa de Lu Xun*. Vol. I. Pequim: People's Press.

Traduzindo a China literária

Translating literary China

Yao Jing Ming

Universidade de Macau
jmyao@um.edu.mo

RESUMO

A tradução acompanha sempre os contactos e os intercâmbios estabelecidos entre os diferentes povos, enquanto a tradução literária constitui uma via específica e fascinante para ajudar o entendimento entre eles. Neste artigo, pretende fazer-se um esboço sobre o panorama da tradução literária realizada ao longo do tempo em Macau, quer sobre obras escritas neste território quer sobre obras da literatura chinesa em geral. Também se faz uma observação sobre o critério de seleção de escritores chineses a serem traduzidos por parte de editoras estrangeiras.

PALAVRAS-CHAVE

Tradução, literatura chinesa, Macau, preocupação política, censura, editora.

ABSTRACT

Translation always goes hand in hand with contact and exchanges between different peoples, while literary translation is a specific and fascinating way to help provide mutual understanding. This article aims to give an overview of the translation of Chinese literature in Macao over time. It also makes an observation on the selection criteria of Chinese writers to be translated by foreign publishing houses.

KEYWORDS

Translation, Chinese literature, Macao, political concern, censorship, publishing house.

A partir da poesia: primeiros contactos entre as literaturas chinesa e portuguesa

Portugal foi um dos países europeus mais antigos a estabelecer contacto com a China, permanecendo Macau sob a sua administração durante mais de 400 anos. Ao longo de várias centenas de anos de contactos, a China tornou-se num tema inevitável para políticos, diplomatas, missionários, viajantes, aventureiros, romancistas e poetas portugueses, os quais, em diferentes tempos e espaços, e de acordo com a sua imaginação, experiência pessoal ou profissional, ou necessidade dos tempos, imaginam e narram a sua perspetiva da China, construindo uma imagem do “Outro” sempre em mutação. Na construção desta imagem por diferentes fases, há louvores exagerados de que a China é esculpida como um país perfeito e utópico, sobretudo nos escritos dos portugueses que chegaram à China nos séculos XVI e XVII, tais como Fernão Mendes Pinto (*Peregrinação*), Galiote Pereira (*Tratado da China*), Gaspar da Cruz (*Cousas da China e do Reino de Ormuz*), João de Barros (*Décadas da Ásia*) ou Álvaro Semedo (*The History of that Great and Renowned Monarchy of China*). No entanto, também não faltam discursos e descrições baseados na atitude eurocêntrica, desvalorizando a civilização chinesa, sobretudo a partir do século XIX, enquanto a China se tornou mais conhecida para os europeus e iniciou também um processo de declínio e enfraquecimento.

Em Macau a tradução, seja oral seja escrita, é sempre uma ponte que facilita o contacto e a comunicação entre os chineses e os portugueses, mas a tradução sistemática de obras clássicas chinesas aconteceu mais tarde, cabendo aos missionários jesuítas residentes em Macau, no século XX, a tarefa de começarem a traduzir, para português, as principais obras confucionistas e taoístas. No entanto, a tradução de poesia clássica chinesa começou mais cedo, datando de finais do século XIX. No século XVIII uma “febre oriental” ocorreu na Europa, ecoando até ao século XIX com o aparecimento da *chinoiserie*, o que levou alguns escritores europeus a nutrir interesse pela poesia chinesa, cuja divulgação se devia muito à publicação de *Le Livre de Jade* em 1867, traduzida pela poetisa francesa Judith Gautier. A publicação desta antologia teve grande repercussão na Europa e exerceu influência além fronteiras, e até mesmo a tradutora foi apanhada de surpresa pelo eco que a sua tradução provocou. Este livro foi reeditado várias vezes em França, tendo sido traduzido em muitas línguas ocidentais, inclusive a língua portuguesa. O poeta António Feijó, ao ler esta antologia, ficou surpreendido e traduziu-a para português sob o título de *Cancioneiro Chinês*, no qual o poeta e

tradutor, porém, não referiu *Le Livre de Jade* de Judith Gautier. Com esta “obliteração” até parece que foi o próprio António Feijó que traduziu os versos diretamente do chinês. Além do mais, adotou uma outra estratégia, conseguindo, através de um amigo, convidar o adido militar chinês acreditado em Paris, Tcheng Ki-tong (陳季同), general da dinastia Qing, a prefaciá-lo o *Cancioneiro Chinês*, o que induz o leitor em erro, sugerindo que a sua tradução tem uma ligação direta à poesia chinesa, não sendo uma retradução.

Se *Le Livre de Jade*, de Judith Gautier, alterou a vários níveis a imagem da poesia chinesa em França e até na Europa, o *Cancioneiro Chinês* levou os portugueses a contactarem pela primeira vez, na sua própria língua, com a “misteriosa” poesia chinesa. A antologia poética chinesa foi acolhida em Portugal com interesse e curiosidade, sendo bem apreciada e louvada pelo poeta Miranda de Andrade nos seguintes termos: “A beleza da forma e a beleza conceptual elevam a muito alto o valor estético do *Cancioneiro*, que é um harmonioso eco do lirismo chinês na nossa língua, uma bela nota de exotismo na Literatura portuguesa, a qual ficou com ele mais enriquecida, devendo, por isso, enfileirar o seu autor em lugar de destaque entre os maiores “exotistas” seus contemporâneos” (Ramos, 2001, p. 150). Esta tradução, ou melhor, adaptação, apesar de ser realizada através da terceira língua, é considerada como o primeiro contacto entre as literaturas chinesa e portuguesa. No entanto, fazendo uma leitura comparativa da tradução de António Feijó e dos poemas originais, podemos verificar que os poetas chineses estão bastante ocultos entre os versos entusiásticos do tradutor, dificultando a identificação dos poemas originais.

Outro poeta português Camilo Pessanha também mostrou grande interesse pela literatura chinesa. Em 1894 foi para Macau, onde viveu vinte e dois anos e acabou por morrer. Pouco tempo depois de chegar a Macau, começou a estudar o chinês e, segundo o amigo Alberto Osório de Castro, passou a falar fluentemente cantonês: “Pessanha era conhecidíssimo e estimado entre os chineses, que o rodeavam muito pela rua quando passava e ficavam com ele a papaguear nessa multimilenária língua dos Celestes...” (Pessanha, 1986, p. 14). Tal como Ezra Pound ou Victor Segalen, Pessanha nutria grande admiração pela língua chinesa considerando-a como “a mais formosa e a mais sugestiva de todas as línguas literárias vivas ou mortas” (Pires, 1992, p. 116). O poeta também tinha paixão pela poesia chinesa, recorrendo ao domínio limitado da língua e ao auxílio

de um amigo chinês para traduzir a breve antologia de *Elegias Chinesas*. Camilo Pessanha explicou, no prefácio, as características da poesia chinesa e como é que estas tinham causado enormes dificuldades na tradução, manifestando, desta forma, o seu conhecimento bastante aprofundado da poesia chinesa. Embora apreciasse a poesia e a língua chinesa, a sua atitude para com cultura chinesa não se distanciou da posição eurocêntrica que reinava na maioria dos escritos do Ocidente referentes à China de então. A cultura chinesa, na perspetiva do poeta, excetuando a poesia e a língua, é inferior em todos os outros aspetos à ocidental, visto que lacunas na natureza deste povo limitam a arte chinesa, apesar das suas “brilhantes características naturais”. O próprio Pessanha afirma que as capacidades são antes de mais inatas, depois transmitidas e regularizadas em capacidades reprodutivas, porque aos chineses “falta elevação nos intuitos da arte”, sendo a sua inteligência inferior à dos europeus, “a história da civilização chinesa apenas acusa na raça uma menor aptidão para a elaboração das grandes conceções sintéticas” (Pires, 1992, p. 8).

Camilo Pessanha traduziu na totalidade os dezassete poemas da autoria dos oitos poetas da dinastia Ming, os quais são medíocres em comparação com os grandes poetas da dinastia Tang ou da dinastia Song, tais como Li Bai (李白), Du Fu (杜甫), Bai Juyi (白居易), Wang Wei (王維) ou Su Dongpo (蘇東坡). Neste sentido, é curioso questionarmos: se o poeta tinha um conhecimento convencional da língua e da literatura chinesas, porque é que não escolheu grandes poetas para traduzir, em vez de se inclinar para estes pouco representativos na poesia chinesa? Eis o que fica por pesquisarmos.

O poeta admite que a tradução é uma viagem, sendo a tradução da poesia chinesa uma bem arriscada, por vezes com risco de se soçobrar. Assim, ele adotou uma atitude cautelosa e obedeceu fundamentalmente ao princípio de “tradução direta”: “Traduzi literalmente – tanto quanto a radical diferença entre o génio das duas línguas o permite.” (Pires, 1992, p. 9). Por isso ele não “domesticou” a tradução à maneira criativa de Ezra Pound, antes esforçou-se ao máximo para ser fiel ao texto de partida, sem ter realizado supressões. Também para facilitar a compreensão do leitor relativamente a símbolos, metáforas, nomes geográficos e alusões históricas emergentes nos poemas, recorreu a muitas notas elucidativas. No entanto, mesmo à luz do princípio de fidelidade, ele tinha de abandonar a rima, a técnica métrica e prosódica que caracterizam a poesia

¹ José Vicente Jorge, ilustre macaense e Diretor dos Serviços do Expediente Sínico.

chinesa, visto que são aspetos quase intraduzíveis do chinês para qualquer língua ocidental. Se dissermos que a poesia é aquilo que se perde na tradução, o efeito musical que um poema comporta será a maior perda. Podemos concluir que Camilo Pessanha tentou pôr em prática integral o princípio da fidelidade que assegurou uma transferência equivalente a nível linguístico, sem que fosse, porém, garantida uma tradução sucedida, tal como acontece na tradução feita por Ezra Pound, que prefere o “make it new” em vez da passividade do seguidismo fiel. Para os leitores portugueses que pouco compreendem da cultura chinesa, não é fácil sentirem o sentido poético destes poemas “estrangeirados” que desafiam a sua paciência, visto que nomes estranhos de terras e pessoas, alusões literárias veladas à história, bem como o simbolismo desconhecido, formam um “mar de dificuldades” para cruzar:

Eis-me o forasteiro de Ing...Mas baldada romagem!
Emudeceram de Ing os afamados cânticos.
E alto o pavilhão para onde as beldades se retiraram.
A música da Torrente é a que ora modulam...

Os túmulos das princesas para que lado ficam?
Sobre Hsian-Hsiang pairam nuvens negras.
Deste abandono só eu penetro bem a essência.
Do Kiang à borda, desgarrado e triste. (Pessanha, 1995, p. 222)

Camilo Pessanha incorporou neste poema os seus princípios de tradução, procurando eliminar o elemento subjetivo do tradutor, buscando a equivalência linguística e de sentido, mas na tradução quase todos os versos continham alusões aos clássicos e referiam nomes de terras, o que levantava os maiores obstáculos aos leitores sem formação em cultura chinesa, pelo que o poeta recorreu a cinco notas elucidativas, nas quais descreveu com minúcia os nomes das terras e as alusões históricas, tendo recorrido a cerca de 300 palavras para explicar o termo “Ing” (鄞). Como o poema já é medíocre no original, a tradução cheia de nomes estranhos e notas redundantes poderá causar uma leitura cansativa e aborrecida, mesmo feita por um grande poeta simbolista,

Francisco de Carvalho e Rêgo (1898-1960) foi um tradutor e músico. Nasceu em Coimbra e foi criado no seio de uma família tradicional, na qual corria sangue malaio, chinês, timorense e português. Dizem que falava chinês, embora tivesse sido educado no ensino português. Traduziu uma breve antologia de poemas

chineses intitulada *Mui-Fá* e, no prefácio à obra, o tradutor resumiu a longa tradição poética chinesa, reconhecendo que “na dinastia Tang nos aparecem os grandes poetas da China a assentá-la em sólidos alicerces, a darem-lhe feição própria em perfeitas linhas arquitetónicas, construindo o edifício que convinha à maturidade alcançada” (1995, p. 241). Quanto à tradução, também reconheceu que a musicalidade é o mais difícil de traduzir, “havendo que considerar na língua chinesa os diferentes tons, necessários à pronúncia, para distinguir certos vocábulos, a poesia chinesa é essencialmente musical e de imperfeita tradução rigorosa, porque há sempre perda de beleza” (Rêgo, 1995, p. 241). Por isso, não se pode recorrer a técnicas poéticas tradutórias de outras línguas para traduzir a poesia chinesa. Rêgo enfatizou ainda o facto de não ser poeta, sendo o seu principal objetivo apenas zelar pela preservação da poesia chinesa e não tanto a preocupação com a adequação formal ao estilo poético, e se o estilo da tradução fosse preciso, seria por pura coincidência (Rêgo, 1995, p. 243). Num tempo em que a poesia chinesa ainda era ignorada em português, a sua atitude como tradutor merecia ser louvada, embora a tradução não fosse satisfatória, com certas falhas na compreensão de imagens originais.

Como poeta, escritor, ensaísta e tradutor notável, Jorge de Sena escreveu sem parar ao longo da vida, deixando-nos um rico e variado legado. Com os seus conhecimentos profundos e uma visão ampla em relação a outras literaturas, valorizava imensamente a utilidade da tradução, considerando que o mais importante era traduzir as obras-primas para mostrar a natureza multifacetada da literatura. Ele publicou, em 1971, a antologia poética *Poesia de 26 séculos*, com poemas de todo o mundo traduzidos por si próprio, incluindo japoneses e chineses.

Um outro poeta e estudioso que silenciosamente se dedica à tradução da poesia chinesa é Gil de Carvalho. Traduziu *Uma Antologia de Poesia Chinesa*, publicada em Lisboa, que cobre desde a primeira antologia de poesia chinesa *Os Cantares* até aos poemas de Nalan Xingde (納蘭性德), poeta manchu da dinastia Qing, abrangendo a maioria dos períodos da história, embora os poemas registados de cada um não fossem em grande número. Diz-nos o autor no prefácio que “a poesia chinesa é uma massa gigantesca, tem aqui uma gota de água, um breve leque para podermos ver-lhe a grandeza” (Carvalho, 1989, p. 9). Ele viveu por um breve tempo em Pequim, sabe um pouco de chinês, por isso afirma que “os poemas foram transpostos a partir do original, mas com recurso – no meu caso indispensável – a pelo menos uma tradução em línguas ocidentais. Ter-me-ia sido impossível traduzir sem recurso a estas” (Carvalho, 1989, p. 11). Gil de

Carvalho investigou profundamente a poesia chinesa tendo feito um trabalho muito sólido, e no prefácio da antologia resumiu, de forma cuidadosa, as características da poesia chinesa, bem como a sua relação com a escrita. A obra foi reeditada em 2008, ou melhor, foi complementada ao ponto de parecer um livro novo, contando com um acréscimo de 90 poetas, tornando-se numa antologia poética chinesa muito alargada e mais completa. Como poeta, Gil de Carvalho, merece admiração pela sua delicada sensibilidade linguística que procura preservar as especificidades da poesia chinesa. Mesmo em relação às rimas dos poemas que são sempre uma dor de cabeça para qualquer tradutor, ele fez esforços em transmiti-las dentro do condicionalismo, tal como se vê neste poema: “Folhas secas, folhas secas, /O vento é que vos levanta /Ah irmãos, meus irmãos /Cantai vos, eu de seguida”. Também existe outra tradução de poesia clássica chinesa com o título de *Pavilhão de Chuva: Antologia de Poesia Chinesa Clássica*, editada pela Pedra Formosa em 2002.

Macau como um centro de traduções marginalizado

Sendo um ponto de intercâmbio das culturas chinesa e portuguesa, Macau é responsável pela tradução de muitas obras chinesas para português. No processo das atividades de tradução, cabe aos missionários desempenharem um papel dinâmico, e entre eles distingue-se o Padre Joaquim Guerra (1908-1993), que se esmerou com grande paciência e entusiasmo na tradução dos Clássicos Chineses, tendo publicado *O Livro dos Cantares* (1979), *As Escrituras Seletas* (1980), *Quadras de Lu e Relação Auxiliar* (1981), *O Quadrivolume de Confúcio* (1984), *As Obras de Mêncio* (1984), *O Livro das Mutações* (1984), *O Cerimonial* (1986), *A Prática da Perfeição: Dao Te Keg* (1987). Fez estudos e trabalhou como missionário em várias cidades chinesas, testemunhando de perto as mudanças radicais da sociedade chinesa, mas acabou por ser expulso da China, acusado de “ensinar o povo rezar” e “pregar Evangelho”. São acusações absurdas surgidas na absurda década de 1960, em que ocorreu o movimento desastroso de “Grande Salto para Frente”, que causou a morte de milhões de pessoas devido à fome. Contudo, a tradução incansável dos Clássicos Chineses, concretizada pelo Padre Joaquim Guerra, prova o seu respeito e amor que sente pelo povo chinês e pela sua cultura, tal como ele afirma no prefácio de *As Escrituras Seletas* quando fala da história chi-

² Os títulos destas obras em chinês são 《詩經》, 《尚書》, 《春秋左傳》, 《四書》, 《孟子》, 《易經》, 《禮記》, 《道德經》.

nesa: “nela se revela a excecional vitalidade do povo chinês e o seu humanismo.” (1987, p. 6). Para ele, a cultura chinesa é uma abundante arca do tesouro, que é preciso partilhar com o mundo:

Os Clássicos chineses dos milénios pré-cristãos, foram sempre a Escola onde se inspirou e fraguou a alma da China. É pois desse património que os chineses devem continuar a viver, para se manterem genuínos e assegurarem a sobrevivência, dignidade e esplendor da sua Pátria. Mas outros países, sejam de que latitude forem, poderão também frequentar esta Escola com bom proveito. (Guerra, 1987, pp. 15-16)

Entretanto, como missionário imbuído de espírito religioso, ele não se esqueceu de recorrer a todos os meios ao seu alcance para a difusão da fé, o que deixou marcas nas suas traduções, visto que um tradutor, na qualidade do sujeito da tradução, não é capaz de ficar inteiramente liberto da sua subjetividade.

Ao longo do tempo, Macau não tinha uma estrutura cultural especializada, por isso, em 1982, o governo português de Macau decidiu criar o Instituto Cultural de Macau (ICM), cujo principal objetivo consistia em “promover os valores da cultura portuguesa na zona da Ásia-Pacífico e os valores da cultura chinesa especialmente no espaço de língua portuguesa e na Europa”. Apesar disso, o instituto não fechou os olhos à “promoção e execução duma política de cultura e de investigação científica do território ligada à vivência intercultural luso-chinesa”. Na sequência desta política, a tradução de escritores chineses também fez parte dos projetos deste instituto, que publicou uma série de obras de autores chineses antes de passagem da administração de Macau para a China. São de mencionar as traduções feitas por António Graça de Abreu, tais como *Poemas de Li Bai* (1990), *Poemas de Bai Juyi* (1991), *Poemas de Wang Wei* (1993) e *O Pavilhão do Ocidente* (2008). O tradutor viveu e trabalhou na China entre 1977 e 1981 como professor de Português e também como revisor numa revista oficial da China. Enquanto trabalhava na China, apaixonou-se, escrevendo a poesia amorosa onde se ouve um eco da influência subtil da poesia clássica chinesa. Ele é poeta, mas a sua maior contribuição consiste na tradução de uma série de poetas chineses. Além das obras acima mencionadas, o poeta e tradutor ainda publicou *Poemas de Han Shan* (寒山, 2008) e os *Poemas de Du Fu* (2015). Pela sua mão, foram traduzidos

³ Política de Cultura – Anos 90. *Revista de Cultura*, n.º 1, p. 111.

para português, pela primeira vez em larga escala, os poemas clássicos e teatro chineses. Fez um trabalho bastante consciencioso, escrevendo um longo prefácio para cada livro, no qual esboça os aspetos fundamentais da cultura chinesa, a biografia do autor e as suas características estilísticas, bem como as circunstâncias históricas em que cada obra foi realizada. Ao avaliar a tradução de *Poemas de Li Bai*, Paulo Franchetti julga que “uma das qualidades principais da tradução de Graça Abreu é a simplicidade, a familiaridade da linguagem com que agora se vestem os poemas de Li Bai. Outra, que tal familiaridade se consiga sem prejuízo da delicadeza da expressão e sem abandonar aquela forma de organização que parece característica da poesia chinesa: a justaposição de imagens, sensações ou sentimentos” (Franchetti, 1992, p. 381).

O ICM também publicou *Poesia Escolhida de Ai Qing* (艾青), obra que chegou a ser recomendada pela *Revista de Cultura*, revista criada pelo ICM, para se candidatar ao Prémio Nobel de Literatura em 1997. Luís Sá Cunha, à época o editor da revista, publicou um artigo intitulado de “Maior poeta da China em Português um Nobel para Ai Qing”, tendo recorrido a uma escrita profundamente emotiva para apresentar o contributo poético de Ai Qing, de forma a defender que o poeta chinês era um candidato apropriado à conquista do Prémio Nobel daquele ano.

Vale a pena referirmos também publicações bilingues, tal como *Antologia de Poetas de Macau*, única antologia poética que integrou poetas chineses e portugueses residentes em Macau. Foi a primeira iniciativa editorial que visa incentivar o diálogo entre as diferentes comunidades em Macau, dado que “aqui coexistem ao longo dos anos comunidades que se conhecem mal e dialogaram pior, fechadas com poucas exceções no universo da própria língua. Duas comunidades – de expressão chinesa e portuguesa – que partilharam o espaço sem significativas (e produtivas) trocas” (Laborinho, 1999, p. 17). A obra foi editada por dois poetas em 1999, numa edição conjunta do ICM, Instituto Camões e Instituto Português do Oriente, tendo dado a conhecer os poetas das duas etnias diferentes que se expressam em estilos poéticos próprios.

O ICM também deu muita atenção à tradução de escritores locais tendo publicado as obras de Ling Lin (凌稜), Shu Wang (舒望), Gao Ge (高戈) e Joe Tang (鄧曉炯) abrangendo novela, crónica e poesia. Ao lado do ICM, os Livros do Meio, editora criada pelo jornalista e escritor Carlos Morais José, também tem vindo a desempenhar um papel dinâmico em termos de tradução de autores chineses, tendo já editado *Poemas de Tao Yuanming* (陶淵明), *Quinhentos Poemas Chineses* e *Poemas de Li He* (李賀), entre outros.

Embora em Macau uma série de autores chineses, especialmente clássicos tenha sido traduzida para português, infelizmente, devido ao condicionalismo na circulação, estas traduções não têm uma distribuição alargada nem são facilmente encontradas em livrarias portuguesas. Por isso, não chegam a uma escala maior de leitores portugueses para os quais a literatura chinesa continua distante e desconhecida, enquanto a falta do interesse e do entusiasmo por parte dos livreiros e editoras fazem com que as traduções ultrapassem dificilmente as fronteiras de Macau para viajarem mais longe.

Uma literatura introduzida em segunda mão

Em relação à tradução da literatura chinesa em Macau e em Portugal, apenas a poesia clássica atrai mais atenção de tradutores, mas até ao presente os três romances representativos da história chinesa *O Sonho do Pavilhão Vermelho*, *História dos Três Reinos* e *Nas Margens da Água* ainda não foram traduzidos para português, o que se deve à falta de tradutores que dominem bem a língua chinesa e conheçam profundamente a cultura chinesa. Hoje em dia, embora haja mais obras de escritores chineses traduzidas para português, a maioria delas é traduzida a partir de uma terceira língua. Entre as obras traduzidas diretamente do chinês, embora poucas, podemos encontrar *Ervas Silvestres*, um conjunto de contos e prosas do grande escritor Lu Xun (魯迅) traduzido por Sun Lin e Luís Cabral e publicado pelos Livros Cotovia de parceria com a Fundação Oriente em 1997. Sendo um nome incontornável da literatura moderna chinesa, Lu Xun foi um pioneiro do movimento da Nova Literatura das primeiras décadas do século XX, fomentando o modernismo chinês e exercendo enorme influência sobre as gerações posteriores de escritores. Curiosamente, com o objetivo de enriquecer a língua chinesa antiga e promover a sua modernização, o próprio Lu Xun era um tradutor entusiástico que persistia no princípio da tradução literal. Há ainda *O Rosto do Vento Leste – Doze Textos de Prosa Clássica Chinesa*, antologia traduzida por Cláudia Ribeiro e Zhang Zheng-Chun (張正春) e publicada pela editora Assírio & Alvim em 1993. Nota-se que, em Portugal, estão a surgir, nos últimos anos, sinólogos muito jovens, entre os quais se distingue Tiago Navais. Tirou um curso de tradução Chinês-Português e depois foi à China trabalhar como leitor de português. Domina perfeitamente o chinês e compreende bem a cultura chinesa, tendo já traduzido, diretamente do chinês, as três obras do escritor Yu Hua (余華): *A Crónica de um Vendedor de Sangue*, *Viver* e *A China em Dez Palavras*. Falando dos

escritores chineses contemporâneos, Yu Hua é um dos mais traduzidos e conhecidos no estrangeiro, o que justifica a seleção deste autor pelo tradutor. Agora ele está a trabalhar numa tradução de *Crónicas de Explosão* de Yan Lianke (閻連科), que será a primeira tradução direta das obras de Yan Lianke do chinês para o português europeu.

No entanto, como a tradução direta do chinês para português ainda é um fenómeno raro em Portugal, a tradução da maioria de escritores chineses para português tem sido realizada via terceiras línguas, particularmente o inglês e o francês. As editoras portuguesas andam, de modo geral, atrás das principais editoras europeias e americanas na seleção de autores para a tradução. Como não possuem a capacidade de ler e avaliar uma obra em língua original, seguem o padrão de seleção adotado por estas principais editoras, cujo critério de seleção de uma obra pode consistir nos seguintes fatores: o valor literário da obra, a reputação do escritor, a receção prevista no mercado editorial e a tendência política ou ideológica do escritor. Os primeiros três fatores são fundamentais para que um escritor chinês seja introduzido para uma língua ocidental, para tal servindo de exemplo o caso de Mo Yan (莫言) serve dum exemplo. Este escritor talentoso e produtivo, que “fala” mesmo muito embora o seu pseudónimo queira dizer “não falar”, ganhou o Prémio Nobel de Literatura em 2012, o que levou muitas obras dele a ser traduzidas para línguas estrangeiras, incluindo a portuguesa. Assim, duas obras dele já foram traduzidas e publicadas em Portugal: *Peito grande*, *Ancas Largas* e *Mudanças*.

No entanto, o valor literário nem sempre é um fator decisivo para a tradução de uma obra cujo tema também pode ser predominante sobre o valor literário. Neste caso, temos como exemplo as obras da escritora Jung Chang (張戎) que tem quatro obras traduzidas para português, entre as quais se destaca a obra *Cisnes Selvagens*, que fez dela uma escritora conhecida a nível internacional. Usando uma narrativa ficcional, a escritora conta a vida biográfica de três gerações de mulheres chinesas da sua família – a avó, a mãe e ela própria –, conseguindo comover numerosos leitores com um enredo chocante e tormentoso. O livro revelou-se muito bem sucedido, recebendo elogios e já foi traduzido para mais de trinta idiomas com cerca de 10 milhões de exemplares vendidos em todo mundo. Embora o romance seja louvado como “fascinante e poderoso”, constitui uma referência surpreendente para os leitores europeus conhecerem a história tumultuosa da China daqueles tempos, mas não deve ser considerada como uma grande obra literária.

Para além dos temas que vão ao encontro do imaginário dos leitores em relação à China, a tendência ideológica do autor também é um fator importante para uma editora na escolha da obra para a tradução. Ha Jin (哈金) é um escritor de nacionalidade americana, mas proveniente da China e vive atualmente nos Estados Unidos. Escreve em inglês em vez de chinês e causou polémica na China devido aos temas abordados nos seus romances de forma inapropriada aos olhos das autoridades chinesas, especialmente o relato sobre os prisioneiros chineses na Guerra da Coreia (1950-1953), mas tornou-se num dos escritores de etnia chinesa mais traduzidos em Portugal, onde tem quatro livros publicados: *À Espera*, *Os Alienados*, *Destroços de Guerra* e *Noivo*, dos quais os últimos três são proibidos na China. É inegável que Han Jin, vencedor do National Book Award, o PEN/Faulkner e o Pulitzer, é um excelente escritor, mas a sua tendência ideológica e o estatuto de “*persona non grata*” na China têm contribuído, mais ou menos, para a tradução e distribuição das suas obras em outros países.

Xinran é outra autora que ficou mais conhecida no estrangeiro do que no seu país de origem. A sua obra *Mulheres da China*, uma coletânea de relatos verídicos que descrevem a vida de mulheres chinesas com idades e classes sociais distintas, provocou uma reação positiva depois de ser lançada em Portugal. A autora apresentou na China, durante largos anos, um programa de rádio e, a partir do material obtido nas entrevistas, construiu uma narrativa na primeira pessoa, deixando aos leitores um suspiro triste. Embora a obra não seja puramente literária, teve sucesso editorial e ganhou a empatia das pessoas, que ficaram espantadas com a condição feminina na China, descrita pela autora.

Sendo assim, podemos ver os dois tipos de obras literárias chinesas que têm sido mais traduzidos e publicados em Portugal: o primeiro é constituído por autores de qualidade mas já premiados no Ocidente, tais como Gao Xingjian e Mo Yan (ambos vencedores do Prémio Nobel de Literatura), ou Yu Hua (vencedor de vários prémios chineses e europeus, bem como condecorado pelo governo francês); o segundo é representado pelas obras que satisfazem o interesse e imaginário preconcebidos dos leitores, independentemente do valor literário, pelo que, em muitos casos, a preocupação ideológica do autor constitui um fator decisivo para a tradução e publicação. Por isso, é habitual ver definições como

⁴ Numa entrevista publicada em *Época*, Ha Ji disse que ele é “uma *persona non grata* na China. Até hoje meus livros são proibidos lá”. (<https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca>). Na realidade, nem todos os seus livros foram proibidos na China e vários romances e um livro de poesia estão à venda em livrarias chinesas.

“livro proibido ou censurado na China”, “autor dissidente ou exilado” na apresentação de um escritor chinês e da sua obra, parecendo que estas definições são etiquetas indispensáveis para a promoção comercial de um “produto”. No que diz respeito à seleção dos temas das obras chinesas para tradução, verifica-se uma evidente preferência por temas centrados numa realidade sombria, sangrenta, conflituosa e cruel em que os chineses vivem ou sobrevivem em condições humilhantes e indignas, sob uma governação ditatorial, o que corresponde à imagem tenebrosa da China construída nos escritos do Ocidente a partir do século XIX, e presentemente muitas obras traduzidas de autores chineses contribuíram, de forma consciente ou inconsciente, para esta construção.

Um caso de análise: o livro censurado

Dado que a preocupação política ou ideológica de autores chineses pode influenciar a editora na listagem de livros para tradução, uma obra polémica ou censurada na China chama sempre mais a atenção da editora, podendo constituir uma justificação prioritária para ser traduzida, o que aconteceu com a publicação da novela *Servir o Povo*, de Yan Lianke.

Sendo um dos escritores mais representativos da literatura contemporânea chinesa, Yan Lianke cresceu numa família de camponeses pobres na província de Henan e entrou no exército em 1978, com o sonho de melhorar a vida. Nesse período, como militar, mostrou o seu talento literário tendo escrito histórias e óperas moralizadora para o exército e chegou a ser chamado para se juntar ao Partido Comunista. Começou a publicar nos finais dos anos 70 e princípios dos 80 do século passado, conseguindo estabelecer o seu estatuto reconhecido nos anos 90 com uma escrita influenciada por Kafka, Lu Xun ou Dostoevsky. Mostra coragem para enfrentar e testemunhar a situação real da China, tendo-se tornado um dos escritores chineses mais traduzidos fora do país, ao lado de Mo Yan, Yu Hua e Su Tong (蘇童).

Galardoado com Prémio Internacional Franz Kafka em 2014, este escritor dinâmico e produtivo diz, no seu discurso preferido aquando do recebimento do prémio, que a sua tarefa como escritor consiste em sentir a escuridão da realidade e acha que na China há pessoas que vivem no meio da luz ilimitada, com entusiasmo, euforia e otimismo em relação ao futuro, mas também há pessoas que sentem a sombra intensa, a frieza penetrante, envolvidos na névoa cinzenta, num tipo de medo de existir. “Quando olho para a China contemporânea, vejo

uma nação florescente mas distorcida, próspera mas transformada. Vejo corrupção, disparate, agitação e caos. Todos os dias acontecem coisas que estão fora da razão e da lógica comum. O sistema de moralidade e respeito pela humanidade, desenvolvido ao longo de milênios, está a desintegrar-se” (Yan, 2014), continua ele no discurso.

Com as obras focalizadas em temas absurdos e cinzentos da vida dos chineses, ele tornou-se num escritor controverso na China com algumas obras censuradas mas ao mesmo tempo ficou muito conhecido no estrangeiro, especialmente depois da publicação de *Servir o Povo*, uma novela em que o autor, como bom conhecedor da vida militar, narra uma história ocorrida no período da Revolução Cultural na China (1966-1976): uma esposa jovem de um comandante do exército aproveita as longas ausências do marido para seduzir um jovem soldado camponês que presta serviço doméstico em casa do casal. A versão abreviada desta novela publicou-se em janeiro de 2005, numa das principais revistas literárias da China, *Hua Cheng (Cidade de Flores)* que acabou por ser proibida por causa do tema ofensivo ao exército. No entanto, a censura não impediu que a novela circulasse numa distribuição subterrânea e chamou atenção de editoras estrangeiras, tal como um “Streisand effect”. Naquela altura, a editora britânica Corsair estava a preparar a publicação do romance *Lenin’s Kisses*, deste autor, mas no processo de revisão do livro, aconteceu o caso de censura de *Servir o Povo*, o que levou a editora britânica a mudar imediatamente de ideias e a publicar esta novela como prioridade.

Yan Lianke é um grande escritor, mas não se pode duvidar que as suas obras censuradas na China são mais preferidas por editoras estrangeiras e têm aumentado a sua popularidade. *Servir o Povo* foi publicado em Portugal em 2007, seguida da publicação no Brasil sob o título de *A Serviço do Povo*, acompanhada da seguinte apresentação sobre o autor: “Yan Lianke é considerado um dos principais escritores asiáticos vivo. É também um forte opositor da ditadura que reina em seu país. Foi expulso de lá por causa do livro *A Serviço do Povo*, que faz sátira com as idiossincrasias da população chinesa.” No entanto, Yan nunca foi expulso do país nem foi penalizado por causa desta obra, continuando a viver e escrever em Pequim apesar de ter as três obras proibidas de vender. A etiqueta de “oposi-

⁵ Tradução do discurso de Yan Lianke proferido em chinês, acessível em <https://v.qq.com/x/page/g0015knztzh.html>.

⁶ <https://www.sebocapricho.com.br/produto/a-servico-do-povo-lianke-yan/17966614>.

tor da ditadura” também é uma estratégia frequentemente adotada por editoras para fazerem propaganda de um escritor chinês.

É verdade que existe censura na China, sobretudo a “autocensura” funciona como um organismo de filtragem que impede os escritores de se expressarem livremente, mas o interesse demasiado centrado na publicação de livros censurados não ajuda na apresentação de um rosto completo da literatura chinesa, visto que há uma literatura dinâmica e variada em temas e estilos, apesar das limitações impostas na expressão.

Portugal foi um dos primeiros países europeus a estabelecer o contacto com a China mantendo uma relação persistente com ela, mas na realidade não há o intercâmbio intenso entre as duas culturas nem entendimento aprofundado entre os dois povos, mesmo em Macau onde as comunidades étnicas e culturas existem e convivem lado ao lado. A literatura chinesa continua largamente ignorada pelos leitores portugueses apesar de ter ganhado certa visibilidade pela tradução de alguns escritores. A estranheza e a distância da língua dificultam a tradução, mas a falta de interesse e vontade é o maior obstáculo. No entanto, é bom verificarmos que este obstáculo está a ser removido, visto que está a crescer cada vez mais a curiosidade em conhecer a literatura do *outro*, sobretudo na China, onde um número considerável de obras de escritores portugueses tem sido traduzido e publicado nos últimos anos. Mesmo assim, ainda há muito por fazer para ambos os lados.

Referências bibliográficas

- Laborinho, A. p. (1999). Por uma Literatura de Macau. In Y. J. Ming, & J. D. Arrimar (Eds.), *Antologia de Poetas de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Carvalho. G. D. (1989). *Uma Antologia de Poesia Chinesa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Franchetti. p. (1992). Ofício de traduzir. *Colóquio Letras*, 123/124 (Jan. 1992), 382.
- Guerra. J. D. (1987). *As Escrituras Seletas*. Macau: Jesuítas Portugueses.
- Pessanha. p. (1986). *Obras de Camilo Pessanha*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Pessanha. p. (1995). As Elegias Chinesas. *Revista de Cultura* (Ed. em português) 12, 220.
- Pires. D. (1992). *Camilo Pessanha, Prosador e Tradutor*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Rêgo. F. C. (1995). Mui-Fá. *Revista de Cultura* (Ed. em português) 25, 241.
- Ramos. M. D. (2001). *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*. Lisboa: Fundação Oriente.

Condicionantes externas e algumas características linguísticas do Português a caminho do Oriente

External Determinants and Some Linguistic Characteristics of Portuguese during its transition to the Orient

Paulo Osório

Universidade da Beira Interior
pjtrso@ubi.pt
ORCID: 0000-0001-6009-6970

RESUMO

Se tomarmos em consideração a língua portuguesa que chegou ao Oriente, torna-se fundamental caracterizar, a nível interno e externo, dois períodos cronológicos fundamentais do português: o período médio e o português clássico (Bechara, 1991; Maia, 1995). Quanto ao chamado português médio, cronologicamente, este subperíodo situa-se do século XV até meados do século XVI, como se tem assumido até agora. A designação aqui utilizada, favorecida por Lindley Cintra, sugere precisamente que se trata de uma fase de transição entre as origens e um período tido por «clássico», designação, aliás, em relação à qual Vázquez Cuesta, por sua vez, prefere aplicar o termo de «português pré-clássico». No que respeita ao português clássico, este período vai de meados do século XVI (ou já, mesmo, de finais do século XV) até meados do século XVIII. Esta denominação é utilizada, sobretudo, por Lindley Cintra (1963) e Vázquez Cuesta (1986). Deste modo, o presente texto propõe-se a uma descrição linguística (bem como a uma consideração de fatores extralinguísticos) deste recorte cronológico (fundamentalmente dos séculos XV e XVI), com vista ao estabelecimento das principais características linguísticas que caracterizavam a língua portuguesa aquando da sua diáspora para o Oriente.

PALAVRAS-CHAVE

Português médio, português clássico, fatores linguísticos, fatores extralinguísticos, diáspora linguística.

ABSTRACT

If we consider the Portuguese language that arrived in the Orient, it is essential to characterize, internally and externally, two fundamental chronological periods of Portuguese: the middle period and classical Portuguese (Bechara, 1991; Maia, 1995). As for the so-called Middle Portuguese, chronologically, this sub-period goes from the 15th century to the middle of the 16th century, as has been assumed until now. The designation used here, favored by Lindley Cintra, suggests precisely that it is a transitional phase between its origins and a period considered "classic", a designation, by the way, to which Vázquez Cuesta, in turn, prefers to apply the term of «pre-classical Portuguese». As far as classical Portuguese is concerned, this period goes from the mid-16th century (or even late 15th century) to the mid-18th century. This term is used mainly by Lindley Cintra (1963) and Vázquez Cuesta (1986). Thus, this text proposes a linguistic description (as well as a consideration of extralinguistic factors) of this chronological segment (mainly from the 15th and 16th centuries), with a view to establishing the main linguistic characteristics that characterized the Portuguese language at the time of its diaspora to the Orient.

KEYWORDS

Middle Portuguese, classic Portuguese, linguistic factors, extralinguistic factors, linguistic diaspora.

1. Questões introdutórias: para uma contextualização da problemática

Ganho heroicamente pelo Mestre de Avis o reino português, abre-se ao país e ao seu povo melhores dias. Com ele nasce um novo reino que terá garantida a sua continuidade com o nascimento da Íclita Geração. Um novo olhar se lança sobre o futuro com a vontade fervorosa da descoberta de outras terras. À expansão das terras do Norte de África, empreendida em 1415 por membros desta Íclita Geração, associam-se diversas motivações. Desde motivações religiosas (espalhar a fé cristã), a motivações económicas (melhorar as condições de vida dos habitantes do país), a motivações político-sociais (aumentar o reino), constitui-se, assim, uma panóplia de forças motivadoras que terão também a sua repercussão na produção escrita de então.

No termo do português médio (cf. ponto 2 deste texto) encontra-se desenhada uma sociedade que deseja encontrar novas aberturas e novas adesões ao mundo. Começa então a nascer a alma de um povo que por mar quer ir à descoberta de novos dias, novos mundos e novas e renovadas razões de viver. Com a chegada dos ventos de Itália, onde o Renascimento e os mais nobres valores do

¹ Um povo que eternamente ficará marcado pela *saudade*. Ouçamos D. Duarte: «E a ssuydade nom descende de cada hũa destas partes, mes he hũũ sentido do coração que vem da sensualidade, e nom da rrazom, e faz sentir aas vezes os sentidos da tristeza e do nojo. E outros veem daquellas cousas que a homem praz que sejam, e algũũs com tal lembrança que traz prazer e nom pena. E em casos certos se mestura com tam grande nojo, que faz ficar em tristeza. E pera entender esto, nom compre leer per outros livros, ca poucos acharom que dello faller, mes cada hũũ veendo o que screvo, conssiire <F 27v> seu coração no que ja per feitos desvairados tem sentido, e podera veer e julgar se fallo certo». Cf. *Leal Conselheiro*, edição digitalizada, CIPM da FCSH da UNL. Trata-se de uma obra do século XV da autoria de D. Duarte, de carácter moralístico-didático, na linha de um “roteiro moralístico-filosófico”. É uma obra emblemática da dinastia de Avis feita a pedido da rainha D. Leonor, com os pressupostos que o autor tão bem explica: «Muyto prezada e amada Raynha Senhora: vos me reque-restes que juntamente vos mandasse screver algũas cousas que avia scriptas per boo regi-mento de nossas conciencias e voontades. E posto que saibha graças a nosso senhor que de todo avees muy comprido conhecimento com virtuosa husança, satisfazendo a vosso desejo conssiirey que seria melhor feicto em forma de hũũ soo tractado com algũũs adimentos. E assi o fiz por vos complazer e filhar em no fazendo algũũ spaço de cuidados com razoado passamento de tempo». Cf. *Leal Conselheiro*, edição digitalizada, CIPM da FCSH da UNL.

² Ao Homem das descobertas «Entreabriram-se os olhos, sem querer nem deliberar, para uma ideia diferente de si mesmo e da sua situação no cosmos. Admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de ser um deus na terra. E a sua vocação terrena, o seu papel de dominador da natureza e de criador e condutor da História, adquiriram um vulto que, lentamente, se foi mostrando central na contemplação de si próprio». Veja-se Silva Dias (1982, p. 123).

Humanismo e do Classicismo tomam definidos contornos, assistimos em Portugal a toda uma produção escrita que adquire uma certa renovação, visível não só ao nível da forma, mas também ao nível do conteúdo.

As motivações para o movimento expansionista foram diversas. Portugal possuía uma situação geográfica favorável, para além do domínio de um conjunto de conhecimentos técnico-científicos no que respeita à arte de navegar. Os Descobrimientos, por outro lado, poderiam constituir uma solução económica para o país na medida em que se tornava necessário a entrada no país de ouro (para a cunhagem da moeda), bem como de cereais e outros produtos. Todos os grupos sociais tinham interesses na dilatação do reino: se à nobreza interessava a conquista de maiores possessões e títulos, à burguesia interessava alargar as trocas comerciais. O povo, sem dúvida, via positivamente a oportunidade de melhores condições de vida e uma forte motivação resultava da vontade de expandir a fé cristã e do próprio combate ao infiel.

O período cronológico de que nos ocupamos neste estudo (seguimos, aqui, muitas vezes, de modo literal, Osório, 2004 e Silva & Osório, 2008) é complexo. Nele reúnem-se formas de pensamento e escrita ditas de teor medievalizante e formas de maior abertura à vida e ao mundo. A produção escrita deste período denota formas de valor arcaizante com formas que inauguram a fase moderna da língua, coexistindo, deste modo, ao nível linguístico, formas rivais. Em meados do século XV, o estado linguístico do português veste os alvares da modernidade

³ No momento, a panorâmica mais atualizada acerca dos períodos da história do português e das respetivas mudanças operadas em cada um deles é de Martins (2016, pp. 1-40). Através de vários quadros muito ilustrativos e com informação muitíssimo importante, a autora afirma precisamente que «identificam-se na coluna correspondente ao português antigo os principais traços gramaticais que caracterizam o português dos séculos XIII e XIV (sendo raros, breves e linguisticamente complexos os textos escritos em português no último quartel do século XII – cf. Castro 2004; Martins 1999; 2007; Souto Cabo 2003). Indica-se depois em qual dos períodos subsequentes se consolidou a mudança de que resultou o estado de língua do português contemporâneo. O facto de uma mudança particular estar assinalada, por exemplo, na coluna do português médio, não significa que as manifestações iniciais dessa mudança não possam vislumbrar-se já no período anterior nem que atestações de formas conservadoras não possam encontrar-se ainda no período seguinte. Nos casos em que estão assinaladas duas colunas (cf. Quadros 2, 3, 5 e 6), isso indica que uma dada mudança se desenvolveu em duas fases, cuja concretização ocorre em dois períodos diferentes (por exemplo, a elevação das vogais átonas finais precede a elevação das vogais pretónicas, como adiante se exporá). Pode também indicar que está em causa não uma mudança única mas um conjunto de mudanças relacionadas que se desenvolvem durante um intervalo temporal que excede os limites cronológicos de um período, de acordo com a periodização adotada» (Martins, 2016, p. 4).

de acordo com a abertura do país ao mundo que se começava a patentear. Assim, os períodos em realce neste texto correspondem às fases linguísticas que foram levadas para outros ângulos geográficos, nomeadamente para o Oriente e onde, durante um período significativo, tiveram uma influência expressiva. Na verdade, «Durante mais de um século, os portugueses detiveram o monopólio da *Carreira da Índia* e dominaram os mares, da costa oriental de África até ao sul da China e ao Japão, passando pela Abissínia e a Arábia, as costas do Malabar e de Coromandel, no sul da Índia, o Ceilão, o Golfo de Bengala, a península de Malaca, o Golfo do Sião e a Indonésia. Só no século seguinte a sua hegemonia no Índico se viu ameaçada pela concorrência e pelo ataque de outros povos europeus, como os holandeses e os ingleses, o que levaria ao seu declínio, no século XVIII. Abriu-se, deste modo, logo no início do século XVI, um novo e imenso espaço de implantação, difusão, circulação e transformação da língua portuguesa, em contacto com outras línguas e culturas.» (Pereira & Reto, 2020, p. 106).

2. O Português Médio ou Pré-clássico

A nível externo, neste subperíodo linguístico (cf. Brocardo, 1999; Castro, 1999) avultam alguns fatores, entre os quais, a expansão colonial, começando em inícios do século XV e cuja influência, na evolução do português, será sobretudo de caráter lexical, através da entrada de empréstimos de línguas africanas, asiáticas e ameríndias, tal como se encontra desenvolvido em Teyssier (*LRL*, VI, 2, 1994, p. 465). A propósito e tal como refere Cardoso (2016, p. 69): «A difusão da língua portuguesa por diversas zonas da Ásia acompanhou a expansão ultramarina portuguesa nessa região. O ano de 1498, que viu a armada de Vasco da Gama aportar ao sudoeste indiano, pode por isso ser tomado também como o ano 0 desse processo de expansão linguística. Os primeiros estabelecimentos portugueses na Ásia com caráter de permanência foram estabelecidos pouco depois, precisamente na região onde se deu o contacto inicial: a antiga Costa do Malabar, correspondente ao atual estado indiano de Kerala. Em 1505, o Malabar contava já com importantes feitorias portuguesas em Cochim, Cananor e Couião, e foi a partir da região que, nesta fase, se coordenou a exploração e conquista de outras partes da Ásia. Esta circunstância confere à Costa do Malabar uma importância particular no envolvimento de Portugal com a Ásia e ao contacto entre o português e o malaiala, a língua dravídica aí dominante, um papel fundador no que viria a ser uma história de contacto linguístico vasta e diversificada».

De salientar, porém, outras consequências linguísticas que o Tratado de Tordesilhas (assinado, em 1494, entre os reinos de Portugal e de Castela-Aragão para delimitar as respectivas zonas de expansão colonial) acabaria por ter: é devido a ele que, até ao século XVII, o português será a língua europeia dominante nas regiões costeiras de África e de Ásia e que, ainda hoje, toda a «Romania Nova» americana se divide entre o espanhol, a Ocidente, e o português, a Oriente. É particularmente relevante neste contexto, referirmos a importância dos crioulos portugueses de Ceilão (hoje Sri-Lanka), de Malaca, de Java, de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e da Guiné, fontes, igualmente, importantes para a história da língua de portuguesa.

A nível linguístico, neste período da história do Português, sob o ponto de vista fonético e fonológico, assistimos à eliminação dos encontros vocálicos. A seguir à fase do Galego-Português medieval (caracterizada por grande número de palavras com vogais formando um hiato) vem um período em que há a tendência para estes encontros vocálicos serem eliminados. Originados pela queda de diversas consoantes, entre as quais se devem destacar o <-D->, o <-L-> e o <-N-> intervocálicos (fenómeno, aliás, típico do galego-português, pelo que diz respeito às duas últimas), dela resultaram palavras como *vĩ-o* (de VINU), *bõ-o* (de BONU), *irmã-a* (de GERMANA), *le-er* (de LEGERE), *se-er* (de SEDERE), *tra-edor* (de TRADITORE), *ma-o* (de MALU), *ma-a* (de MALA), *co-or* (de COLORE), *co-orar* (de COLORARE), *diabo-o* (de DIABOLU). Para a supressão destes hiatos foram utilizadas as seguintes soluções: *palatalização de uma consoante entre duas vogais, através da nasalidade* (VINU > *vĩ-o* > *vinho*, GALLINA > *galĩ-a* > *galinha*) e a *contração das duas vogais numa vogal única*, podendo ser o resultado uma vogal nasal, quando uma das duas vogais é nasal (LANA > *lã-a* > *lã*, BONU > *bõ-o* > *bõ* (escrito <bom>), TENES > *tẽ-es* > *tens*, CALENTE > *ca-ente* > *queente* > *quente*, PALUMBU > *pa-ombo* > *pombo*, FINES > *fĩ-es* > *fins*, TRIGINTA > *tri-inta* > *trinta*). Destas contrações resultam as cinco vogais nasais [ĩ], [ẽ], [ã], [õ], [ũ], já existentes na língua, de modo que o sistema fonológico não sofre modificações. No entanto, quando a contração se processa entre duas vogais orais, e embora o resultado seja sempre uma vogal oral, podem resultar daqui fonemas novos, que vão desequilibrar o sistema fonológico vigente. Levando em conta a posição destas vogais relativamente ao acento tónico, convém discriminar-se o seguinte:

⁴ Sobre uma caracterização linguística do *Tratado de Tordesilhas*, cf. Maia (1994) e para um estudo linguístico do primeiro texto português sobre o Brasil (*Carta do Achamento* de Pero Vaz de Caminha) veja-se Mattos e Silva (1996).

a) *posição tónica*: desta contração resultam as sete vogais orais [i], [e], [ɛ], [a], [ɔ], [o], [u] (VILES > *vi-es* > *vis*, VENIRE > *vĩ-ir* > *vi-ir* > *vir*; LEGERE > *le-er* > *ler*, SEDERE > *se-er* > *ser*, *METIPSIMU > *me-esmo* > *mesmo*; PEDE > *pe-e* > *pé*, MAGISTER > *ma-estre* > *meestre* > *mestre*, SAGITTA > *sa-eta* > *seeta* > *seta*; MALA > *ma-a* > *má*, PALATIUM > *pa-aço* > *paço*; COLUBRA > *co-obra* > *cobra*, MAIORE > *ma-or* > *moor* > *mor*, MOLA > *mo-a* > *mó*; COLORE > *co-or* > *cor*; NUUDUM > *nu-o* > *nuu* > *nu*). Para além destas combinações, pode, ainda, assinalar-se o aparecimento de uma oposição entre o fonema /a/ aberto e o fonema /e/ fechado: assim em *ga-anha* > *ganha* (verbo) e *ga-anho* > *ganho* (substantivo), o <a> resultante da contração manteve o timbre aberto [a], apesar da presença da consoante nasal seguinte, que fechou sempre o <a> simples etimológico em [e], como em *cama*, *cano*, *banho*. Esta oposição será depois utilizada na primeira pessoa do plural dos pretéritos perfeitos simples da primeira conjugação regular, cuja desinência em <-ámos>, com [a] aberto, se opõe a idêntica pessoa do presente do indicativo, terminada em <-amos>, com [e] fechado. O sistema fonológico formado pelas sete vogais orais tónicas, supramencionadas, ficou acrescido com o /e/ fechado;

b) *posição postónica*: não houve modificação do sistema, uma vez que os grupos átonos <-oo> e <-aa>, em posição final, contraem-se em <-o> e <-a>, respetivamente, confundindo-se com o <-o> e o <-a> etimológicos (DIABOLUM > *diábo-o* > *diabo*, ORACULUM > *orágo-o* > *orago*, BRACARA > *Brágara* > *Brágala* > *Brága-a* > *Braga*);

c) *posição pretónica*: as contrações das vogais em hiato vão dar origem a três novos fonemas vocálicos, neste contexto: /ɛ/, /a/ e /ɔ/ abertos. No século XV, altura em que estas contrações das vogais em hiato se completaram, devia haver uma oposição entre estas novas vogais, longas e abertas e as pretónicas simples /e/, /e/ e /o/, breves e fechadas (PLICARE > *prêgar*, CATHEDRA > *câdeira*, MORARI > *môrar*). Por volta de 1500, o sistema das vogais orais pretónicas compreende exatamente as mesmas oito vogais que também ocorrem em posição tónica;

c) *contração de duas vogais orais num ditongo oral*: a pronúncia monossilábica de alguns grupos de vogais em hiato dá origem a ditongos, em que <a-e> transforma-se em <ae>, vindo a confundir-se com <ai>: SIGNALES > *sina-es* > *sinaes* > *sinais*; <a-o> torna-se <ao>, que se confundirá com <au>: MALUM > *ma-o* > *mao* > *mau*. Três outras sequências vocálicas, porém, vão dar origem a outros tantos novos ditongos: <ó-e>, <é-e> e <é-o> tornam-se, respetivamente, <oe> (hoje escrito <ói>), <ee> (hoje escrito <éi>) e <eu> (hoje escrito <éu>): SOLES >

so-es > soes (hoje <sóis>); CRUDELES > crue-es > cruees (hoje <cruéis>); CÆLU > ce-o > ceo (hoje <céu>);

d) *contração de uma vogal nasal e de uma vogal oral em ditongo nasal*: está na origem dos ditongos nasais tão característicos do português (MANU > *mã-o* > *mão*, pronunciado [mẽw̃], CANES > *cã-es* > *cães*, pronunciado [kẽjs]);

e) *encontros vocálicos provindos da queda de <-d-> nas desinências verbais da segunda pessoa do plural*: na primeira metade do século XV e enquanto iam desaparecendo os encontros vocálicos acima citados, surgiu uma nova série de hiatos, produzidos pela queda do <-d-> intervocálico da segunda pessoa do plural dos paradigmas verbais (*estades* > *esta-es* > *estaes* > *estais*; *vendedes* > *vende-es* > *vendees* > *vendeis*; *sentides* > *senti-es* > *sentis*; *sodes* > *so-es* > *soes* > *sois*).

Sobre as reduções dos encontros vocálicos, que tiveram lugar nos séculos XIV e XV, poder-se-á afirmar que o sistema fonológico do português, em 1500, tinha sido enriquecido com as referidas reduções dos hiatos e passou a conter oito fonemas vocálicos orais, tanto em posição tónica como pretónica: /i/, /e/, /ɛ/, /e/, /a/, /ɔ/, /o/, /u/. Em posição final, estes oito fonemas ficavam reduzidos a três: /E/, /A/, /O/. As combinações de ditongos orais aumentaram de oito para onze: [ej], [ɛj], [aj], [ɔj], [oj], [uj], [iw], [ew], [ɛw], [aw], [ow]. As nasais passam a ter os três ditongos que caracterizam o português.

Na Morfologia, verifica-se, igualmente, no período compreendido entre 1350 e 1500, a unificação dos substantivos que, antes, terminavam, no singular, em <-ã-o>, <-an> e <-on>. Primeiro, relativamente às formas do plural, constata-se o seguinte: *mão* / *mãos*; *can*, *cam* / *cães*; *leon*, *leom* / *leões*, no âmbito da redução dos hiatos acima descrita. Depois, por volta de 1500, já estava concluída uma uniformização do singular, em <-ão> (*mão*, *cão*, *leão*), ao passo que os três plurais diferentes, e determinados etimologicamente (porque derivam das termi-

⁵ Cardeira (2005, pp. 291-292) afirma: «As propostas de periodização que escolhem como fronteira entre o português antigo e o português médio a crise de 1383-85 ou o seu símbolo, a batalha de Aljubarrota, realçam o papel desta ruptura política, social e cultural, no sentido da deriva linguística do português, mas parecem esquecer o facto de que as mudanças inovadoras já ocorriam antes dessa data; mais conforme com os factos que observámos talvez seja de admitir a existência de uma “franja de separação” entre o português antigo e o português médio e nessa franja de separação se deve situar a segunda metade do século XIV. [...] Ora, o que a presença de uma transição de fase vem mostrar é que é neste período que se definem selecções e mutações que irão conferir ao português uma determinada personalidade: é a elaboração do português do século XV que permitirá a sua gramaticalização a partir do século seguinte. Assim, o português médio, mais do que “período de transição”, pode definir-se como um “período crítico”, crucial na história da língua portuguesa».

nações do acusativo plural do latim, respetivamente em -ANUS, -ANES e -ONES), se mantiveram até hoje. Esta unificação das terminações <-an> / <-am> e <-on> / <-om> em <-ão> abrange todas as palavras da língua, incluindo as formas verbais tónicas (*dan* > *dão*, *cantarán* (futuro) > *cantarão*, *son* > *são*) e átonas (*cantáran* > *cantárão* (mais que perfeito), hoje escrito <cantaram> e *cantáron* (perfeito simples), forma que viria a identificar-se com a do mais que perfeito sintético, na grafia e na pronúncia). Assim, também os advérbios *entón* e *non* passam a *então* e *não*, respetivamente.

As formas átonas dos determinativos possessivos *ma*, *ta*, *sa* desaparecem. Os anafóricos *em* e (*hi*) deixam, igualmente, de ser usados e, na segunda pessoa do plural dos verbos, o <-d-> intervocálico desapareceu já no século XV, dando origem às terminações <-ais>, <-eis> e <-is>, por exemplo: *amais*, escrito por vezes <amaes>, *dizeis*, com a variante gráfica <dizees>, *partis*.

Na sintaxe, mencione-se o uso de <que> por <quem>; do mais que perfeito simples do indicativo pelo imperfeito do conjuntivo ou pelo condicional e do gerúndio em casos que, hoje, exigem o infinitivo precedido das preposições <a>, <de> ou <sem> (*sem saindo* por *sem sair*; *non cessam chorando* por *não cessam de chorar*).

Sob o ponto de vista linguístico, deverá salientar-se o processo de enriquecimento do vocabulário através da introdução de latinismos (formas eruditas e semieruditas), conhecendo uma grande intensificação no século XV (com a prosa didática dos autores da Casa de Avis e com a prosa histórica dos cronistas) e, depois, no século XVI, enquanto consequência do Renascimento humanista. Por outro lado, na sintaxe nota-se, igualmente a influência do latim: no século XV, o rei D. Duarte (1433-1438), por exemplo, usa, à maneira latina, depois do verbo *crer*, uma oração infinitiva: “Fé e virtude per a qual o fiel crê aquilo *seer* verdade que nom sente nem entende”.

3. O Português Clássico

Entre os fatores externos que caracterizam este período, iniciado com a publicação da *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, deve salientar-se o aparecimento de uma obra que vem prosseguir esta tradição: as *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Latina* de D. Jerónimo Contador de Argote, vinda a lume, em Lisboa, no ano de 1725, documento importante da situação da língua portuguesa nos começos do século XVIII. Muito curiosa a seguinte passa-

⁶ Cf. Vázquez Cuesta & Mendes da Luz (1971, p. 206).

gem: «M. Ha mais algum Dialecto?/ D. Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c. [...]» (p. 300).

No século XVI, consolidam-se as estruturas morfossintáticas da língua portuguesa, sob a influência do latim, das tentativas de codificação gramatical e, ainda, através das grandes realizações estético-literárias do chamado “século de ouro” de Portugal.

Foneticamente, destacamos a permanência da distinção entre os fonemas /b/ e /v/, no português padrão. Como se sabe, esta distinção prevalece, também, no francês e no italiano, mas não no galego, no português do Norte, e no castelhano. Já no conhecido romance *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro (2002), que data, provavelmente, da década de 1530-1540, se refere o jogo de palavras entre a frase *vi-m'arder* e o nome próprio *Bimarder* como sendo de pronúncia galega. E, na segunda metade desse século, o gramático Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia* (1576), menciona a confusão do com o <v> como sendo típica de Galegos e de “alguns Portugueses d'Entre-Douro-e-Minho”.

No século XVI, assistimos à simplificação do sistema das sibilantes: nas suas fases iniciais, o português tinha um sistema de 4 fonemas sibilantes, tal como o castelhano, até ao fim da Idade Média: /ts/ (*cen*), /s/ (*sen*), /dz/ (*cozer*) e /z/ (*coser*), mas por volta de 1500, as duas africadas tinham perdido a oclusiva inicial e evoluído para as predorsodentais /s/ e /z/, continuando, porém, a opor-se às duas restantes sibilantes, de articulação ápico-alveolar, /ś/ e /ź/, pelo menos no Norte. Assim, na primeira metade do século XVI, há uma oposição, que se manifesta na ortografia, entre *paço* e *passo*, ou seja, entre os fonemas /s/ (grafado com <ç>, ou <c> antes de <e>, <i>), e /ś/ (grafado intervocalicamente <ss->, ou só com um <s->, em posição inicial) e entre *cozer* e *coser* (isto é, entre /z/, escrito com o grafema <z>, e /ź/, a que corresponde o grafema <s->). No fim deste século, o português do Centro e do Sul reduziu este sistema de 4 fonemas para dois, eliminando os ápico-alveolares (admitindo que eles tenham de facto existido, no Sul), que se fundiram com os predorsodentais: assim, *paço* / *passo*, por um lado, e *cozer* / *coser*, pelo outro, passaram a ter o mesmo fonema não vozeado /s/, ou vozeado /z/, respetivamente.

Importante, linguisticamente, é a monotongação de <ou> em [o]: os começos deste fenómeno datam, provavelmente, do século XVII. Invadiu todo o Sul e o Centro, até Aveiro, ficando, mais uma vez, no Norte, um arcaísmo ainda hoje vivo. Assim, palavras como *pouco*, *amou*, *doutor*, pronunciam-se, no português padrão, com [o], mas a Norte de Aveiro com o antigo ditongo [ow]. Também, a

africada [tʃ] passa à palatal [ʃ], por exemplo em *chamar*, sendo um fenómeno que data do século XVII. Até esta altura, o português possuía uma africada palatal [tʃ], inovação românica para que foi criado o grafema <ch>, no grupo ocidental das línguas desta família. Deste modo, uma palavra como *chamar* não se confundia, nem na grafia nem na pronúncia, com uma palavra como *deixar*, já que ao grafema <x> correspondia à fricativa [ʃ].

A nível dos subsistemas morfossintáticos e lexicais, valerá a pena assinalar que (i) o artigo indefinido feminino, bem como os pronomes indefinidos <algũa(s)> e <nenhũa(s)>, mantêm a forma medieval <ũa(s)>; (ii) o sistema de déíticos adquire, no fim do século XVI, a forma que ainda hoje conserva, ou seja, os demonstrativos *este / esse / aquele*, etc. e os advérbios de lugar *aqui / aí / ali* (em oposição ternária); e *cá / lá* (numa estrutura binária); (iii) na morfologia verbal, a analogia contribui para uma grande simplificação dos paradigmas medievais. Assim, as primeiras pessoas do tipo *senço, menço, arço* são substituídas por *sinto, minto, ardo*; (iv) os participios passados da segunda conjugação, terminados em <-udo>, dão lugar a formas em <-ido>, por exemplo, *perdudo > perdido*; (v) algumas alternâncias vocálicas regularizam-se: nos perfeitos fortes, as vogais radicais das formas arrizotónicas (aquelas em que o acento tónico recai num sufixo flexional e não na raiz do verbo) tendem a configurar-se de acordo com a vogal da primeira pessoa do singular; (vi) a conjugação do verbo *ser*, derivado da fusão de dois paradigmas verbais latinos (Sum e Sedeo) em um único, está fixada, na segunda metade do século XVI; (vii) o verbo <haver> ainda tem um uso “românico”, na fase clássica; (viii) relativamente à sintaxe dos clíticos, constata Martins (2002, p. 271) que nas orações principais afirmativas (sem o verbo em posição inicial e não introduzidas por constituintes proclisadores), verifica-se a adjacência obrigatória do clítico relativamente ao verbo, havendo agora uma predominância da próclise, com a ênclise só residualmente atestada; nas orações subordinadas finitas e nas orações principais com constituintes proclisadores, a próclise é obrigatória e predomina a adjacência ao verbo (a interpolação verifica-se apenas residualmente); (ix) na sintaxe verbal, o mais que perfeito simples continua a exercer as funções de imperfeito do conjuntivo e de condicional; (x) nas construções passivas, a preposição que rege o “complemento agente” é <de>, em vez do <por> moderno.

A nível lexical, a expansão ultramarina fez entrar, no português, numerosos vocábulos africanos, asiáticos e sul-americanos (alguns dos quais, depois, foram

⁷ Cf. Menéndez Pidal (1986, pp. 62-63).

tomados de empréstimo por outras línguas europeias, através do português), devendo aqui ser feita uma menção especial aos *Colóquios dos Simples e Drogas*, de Garcia de Orta, obra impressa em Goa, em 1563. Entre estas palavras contam-se: *pagode* (das línguas dravídicas do Sul da Índia), *jangada* (do malaio), *junco* (do chinês); *mandarim* (termo malaio, de origem sânscrita, mas talvez influenciado pela voz portuguesa *mandar*); *veniaga* (palavra malaia donde foi derivado o verbo português *veniagar*, ou seja, *traficar*) ou *chatim* (termo dravídico significando “mau comerciante”, donde foram derivadas as palavras portuguesas *chatinar*, *chatinador*, *chatinagem*, *chatinaria*). Mais tarde, a principal fonte de empréstimos exóticos passou a ser o Brasil, de onde vieram também africanismos, para lá levados pelos escravos dos engenhos de açúcar.

(In)conclusão

Poderá dizer-se que História/Sociedade/Língua não constituem campos estanques e separados. Na verdade, no que a este tema diz respeito, embora a língua portuguesa tenha chegado ao Oriente, «A entrada em cena de novas potências coloniais, como a Inglaterra, a Holanda e a França, aliada à vastidão do império e aos poucos recursos humanos e financeiros de Portugal, conduziu, tanto na Ásia como em África, ao progressivo recuo da língua portuguesa, em favor de outras línguas europeias, como o inglês e o francês, sobretudo a partir de meados do século XVIII. Na Ásia, do vasto território ocupado, Portugal manteve apenas, até ao século XX, alguns pequenos enclaves e, com eles, a presença do português: Goa, Damão e Diu, na Índia (até 1961); Timor-Leste, na Indonésia (independente desde 1975) e Macau, cuja soberania foi transferida para a China em 1999» (Pereira & Reto, 2020, p. 119).

Com esta breve sinopse sobre o estado da língua nos períodos em que ela se deslocou para outras latitudes geográficas, pretendemos apenas colocar o foco nas características internas e externas desses períodos cronológicos, mas estando certos de que condições históricas, condições linguísticas (como questões de contacto) fizeram com que se formasse a configuração linguística atual

⁸ Como Cardoso (2016, p. 79) observa: «Para além da formação de línguas pidgin e crioulas a que já aludimos, a expansão da língua portuguesa pela Ásia levou também ao estabelecimento de algumas variantes asiáticas do português que acusam o efeito do contacto linguístico. No contexto asiático, já Leite de Vasconcelos identifica na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901) vários «dialectos» portugueses. Desses, os que não classifica como «dialectos crioulos» são os de Goa, Macau e Timor, e ainda o «norteiro» (da antiga «provincia do

que apresentam estes territórios. É que sendo a *Língua* pertença do Homem, a Linguística terá de contar com a pluridimensionalidade humana, sem obliterar que o Homem é um produto histórico e que a língua é também um produto histórico que está perenemente em mutação, muitas vezes, por condicionalismos externos ao próprio sistema linguístico.

Referências bibliográficas

- Bechara, E. (1991). As fases da língua portuguesa escrita. In *Actes du XVIII^e congrès international de linguistique et de philologie romanes* (vol. III, pp. 68-76). Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Brocardo, T. (1999). Sobre o português médio. In E. Gärtner, C. Hundt, & A. Schönberger (Eds.), *Estudos de história da língua portuguesa* (pp.107-125). Frankfurt am Main: TFM.
- Cardeira, E. (2005). *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cardoso, H. (2016). O português em contacto na Ásia e no Pacífico. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 68-97). Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.
- Castro, I. (2006). *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri.
- Castro, I. (1999). O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In I. H. Faria (Org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (pp. 367-370). Lisboa: Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Contador de Argote, J. (1725). *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Oficina da Musica.
- Leal Conselheiro (s.d.). In Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Disponível em <https://cipm.fcsh.unl.pt/>.
- Leão, D. N. (1576). *Orthographia da lingoa portvgvesa: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem, ¶ Item hum tractado dos pontos das clausulas, Pelo Licenciado Duarte Nunes do Lião*. Lisboa: Per João de Barreira impressor delRei N.S.: <http://purl.pt/15>.

Norte» do Estado Português da Índia, localizada na região contígua a Bombaim) e o da costa do Coromandel (costa sudeste da Índia, correspondente ao atual estado de Tamil Nadu)».

⁹ Todavia, a propósito da periodização da língua portuguesa, esclarece Castro (2006, p. 73): «É tradicional dividir o tempo das línguas em períodos, à semelhança do que se faz com a história dos povos. Trata-se de uma ilusão útil: ilusão, porque às fronteiras entre os períodos sempre falta fundamentação rigorosa, mas útil, porque com um nome podemos designar uma extensão de séculos, sem obrigação de precisar datas mais exactas. Podemos, assim, usar da periodização, desde que não confiemos demasiado nela».

- Lindley Cintra, L. F. (1963). Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie. In *Colloque sur les anciens textes non littéraires. Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Age*, 1961. *Revue de Linguistique Romane*, 27, pp. 59-70.
- Maia, C. A. (1994). Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do séc. XV. *Biblos*, 70, p. 33-91.
- Maia, C. A. (1995). Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre “português arcaico” e “português moderno”. *Diacrítica*, 10, pp. 3-30.
- Martins, A. M. (2016). O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 1-40). Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.
- Martins, A. M. (2002). Mudança sintáctica e história da língua portuguesa. In B. F. Head, J. Teixeira, A. S. Lemos, A. L. Barros, & A. Pereira (Orgs.), *História da língua e história da gramática* (pp. 251-297). Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Mattos e Silva, R. V. (Org.) (1996). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Menéndez Pidal, R. (1986). *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Ribeiro, B. (2002). *Menina e Moça*. T. Amado (Ed.). Lisboa: Edições Duarte Reis.
- Oliveira, F. (2012). *Gramática da linguagem portuguesa*. J. E. Franco, & J. P. Silvestre (Eds.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orta, G. (1563). *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber*. Goa: João de Endem.
- Osório, P. (2004). *Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico médio*. Covilhã: Universidade da Beira Interior Editora.
- Pereira, D., & Reto, L. (2020). O processo de internacionalização do português: história da sua expansão e situação atual. In L. Reto & R. Gutiérrez Rivilla (Coords.), *La proyección internacional del español y el portugués: el potencial de la proximidad lingüística* (pp. 101-124). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Silva Dias, J. S. (1982). *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Edições Presença.
- Silva, J., & Osório, P. (2008). *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema lingüístico*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Teyssier, P. (1994). Portugiesisch: externe sprachgeschichte. *LRL*, (VI) 2, pp. 461-472.
- Vázquez Cuesta, P. (1986). *La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote I A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipos*. (M. M. Lemos, Trad.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Vázquez Cuesta, P., & Mendes da Luz, M. A. (1971). *Gramática portuguesa*. Tomo I. Madrid: Gredos.

Reescrita focada: superação de incorreções por aprendentes chineses de PLE a partir de correção indireta

Focused rewriting: Using indirect correction to help Chinese learners of Portuguese as a Foreign Language (PFL) overcome inaccuracies

Luís Filipe Barbeiro

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria
CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra
luis.barbeiro@ipleiria.pt
ORCID: 0000-0001-5798-2904

RESUMO

O desenvolvimento da competência de escrita mobiliza frequentemente a correção dos textos pelo professor. Por si só, a correção pode evidenciar problemas existentes, mas não assegura a interiorização do conhecimento implicado. Para essa interiorização, têm sido procuradas estratégias que associem a correção à realização de tarefas pelo aprendente. Entre essas estratégias, encontra-se o *feedback* corretivo indireto, através do qual o professor assinala a existência de uma incorreção, cabendo ao aprendente tentar corrigi-la.

O presente estudo teve como objetivo analisar o grau de sucesso alcançado por estudantes chineses, na tentativa de correção de incorreções assinaladas pelo professor. Os resultados mostram que a percentagem de sucesso se aproxima de dois terços, variando segundo os domínios e revelando alguns problemas como mais resistentes, designadamente nos domínios da gramática e do discurso. A permanência de casos de insucesso na reescrita implica a necessidade de complementar a tentativa de correção com outras atividades.

PALAVRAS-CHAVE

Aprendizagem de línguas estrangeiras, escrita, *feedback* corretivo indireto, reescrita, correção, Português Língua Estrangeira (PLE).

ABSTRACT

The development of writing competence often involves the correction of texts by the teacher. On its own, the correction may highlight existing problems, but it does not ensure that knowledge of a particular matter is acquired. To allow this to happen, various strategies associating the corrective intervention with the learner's accomplishment of specific tasks have been proposed. Among these strategies is indirect corrective feedback or indirect correction, in which the teacher points out an inaccuracy and the learner tries to correct it.

The present study aims to analyse the degree of success achieved by Chinese students of Portuguese in attempting to correct text inaccuracies identified by the teacher. The results show that the percentage of success is close to two thirds, depending on which areas these errors they fall in. In fact, some of these more resistant problems are more commonly found in the domains of grammar and discourse. The persistence of cases a lack of successful in the rewriting process indicates the need to complement correction with other strategies.

KEYWORDS

Foreign language learning, writing, correction, indirect corrective feedback, rewriting, Portuguese as a foreign language (PFL).

Introdução

No contexto de ensino-aprendizagem de uma língua, na vertente do ensino, uma das ações habitualmente mais frequentes é a correção de textos dos alunos pelo professor. Na vertente da aprendizagem, surge a questão da apropriação das correções pelo aluno, com vista ao desenvolvimento da sua competência de escrita. Tradicionalmente, a correção assume a forma de correção direta ou *feedback* corretivo direto (Ellis, 2009), isto é, a inscrição da forma correta no próprio texto. Contudo, essa revelação não garante que o conhecimento em causa passe a integrar a competência do aluno, ou seja, que em novas tarefas de escrita a solução correta ou discursivamente mais adequada seja adotada (Truscott, 2007; Truscott & Hsu, 2008). Para alcançar um maior grau de desenvolvimento da competência de escrita, por meio da apropriação do conhecimento associado às incorreções encontradas, têm sido procuradas estratégias que reativem o conhecimento do aluno, a fim de o transformar, por meio da realização de novas tarefas, na sequência da intervenção do professor/corretor. Entre essas tarefas, encontra-se a reescrita da globalidade dos textos ou de passagens problemáticas e a realização de exercícios relativos aos problemas encontrados, na sequência da correção. As estratégias têm também sido procuradas em relação às próprias modalidades de realizar a correção, no que diz respeito ao fornecimento de *feedback* corretivo.

Em contraste com a correção direta, uma estratégia que tem sido adotada é a correção indireta ou *feedback* corretivo indireto. Nesta modalidade, o corretor assinala a existência de uma incorreção cabendo ao aprendente tentar solucioná-la. O facto de ser o aluno a procurar a solução levanta a questão do sucesso nessa tentativa, bem como dos domínios ou tipos de incorreções em que os aprendentes encontram maiores dificuldades para realizarem a reformulação com êxito. O conhecimento desses domínios poderá fornecer elementos para orientar a própria ação a colocar em prática no ensino-aprendizagem.

Neste artigo, apresentam-se os resultados de um estudo exploratório desenvolvido com estudantes chineses de Português Língua Estrangeira (PLE), focado na correção indireta e reescrita das passagens assinaladas como problemáticas, tendo como objetivo geral contribuir para o conhecimento das potencialidades e limitações desta modalidade de correção, em relação a estes alunos. Os objetivos específicos considerados para o recorte de resultados apresentados neste texto consistem em observar o grau de sucesso alcançado pelos alunos na correção ou reescrita dos problemas assinalados por meio da correção indireta; em obser-

var quais os domínios pelos quais as incorreções se repartem e em que estes aprendentes revelam maiores dificuldades para encontrar uma solução correta e adequada; e em verificar o grau de coincidência das correções dos aprendentes com as do professor.

1. Enquadramento concetual

A competência de escrita numa língua manifesta-se, entre outras dimensões, na capacidade de produzir um texto sem incorreções nos níveis linguístico e discursivo e na capacidade de proceder a correções de lapsos que tenham ocorrido no processo de escrita do texto. No processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, a ocorrência de incorreções emerge de forma saliente na interlíngua dos aprendentes (“transitional language produced by second or foreign language learners” — Granger, 2008, p. 259).

Com o progresso da aprendizagem e da proficiência linguística, espera-se que o número de incorreções presentes nas produções escritas vá diminuindo. Efetivamente, a dimensão de correção está presente de forma progressivamente exigente nos descritores do QECR (Conselho da Europa, 2001; Council of Europe, 2018). Por outro lado, em Barbeiro (2019), mostrou-se que o número de incorreções constitui um fator diferenciador significativo entre os resultados *positivos* e *insuficientes* nos exames do Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), para os níveis B2 e C1.

Surge, por conseguinte, o desafio de encontrar estratégias que promovam o desenvolvimento da competência no sentido de gerar expressões linguística e discursivamente corretas e adequadas, no decorrer do processo de escrita, e de facultar a reparação de falhas no momento da revisão do texto pelo autor. No ensino, essas estratégias têm dado um papel de relevo à revisão e correção do texto pelo professor. Tradicionalmente, a correção é inscrita, substituindo a passagem incorreta, de forma a permitir ao aprendente a observação da formulação correta no contexto. Contudo, surge a questão se a simples observação, mesmo perante a evidenciação da forma correta, é eficaz para a apropriação do conhecimento e recursos linguísticos em causa, considerando a sua reativação em novos momentos de produção textual. Truscott (2007) apresenta uma meta-análise relativa à correção e conclui que os seus efeitos no desenvolvimento da competência de escrita são escassos. Truscott e Hsu (2008) complementam esta conclusão no sentido de considerarem que os efeitos da correção podem ficar,

em grande medida, limitados ao momento em que o aprendente faz a revisão das correções inscritas no texto — por conseguinte, não alcançam o objetivo de reconfigurar a interlíngua do aprendente.

Na persecução desse objetivo, foram procuradas, descritas e sistematizadas diferentes modalidades de correção e investigado o seu alcance (Benson & DeKeyser, 2019; Bitchener & Ferris, 2012; Bitchener & Knoch, 2008, 2009; Carecho *et al.*, 2020; Ellis, 2009; Erlam, Ellis, & Batstone, 2013; Han, 2017; Han & Hyland, 2019; Lee, 2019, 2020; Li & Vuono, 2019; Linh, 2018; Liu & Brown, 2015; Mao & Crosthwaite, 2019; Mccartin-Miller, 2014; Poorebrahim, 2017; Sato & Loewen, 2018; Seiffedin & El-Sakka, 2017; Storch, 2018; Storch & Wigglesworth, 2010; entre outros).

Na sua sistematização, Ellis (2009) considera duas vertentes: A) estratégias para fornecer *feedback* e B) respostas dos estudantes, em relação a esse *feedback*. Em relação a A), apresenta seis estratégias, algumas desdobradas em diferentes possibilidades de concretização: 1. *Feedback* Corretivo (FC) Direto; 2. FC Indireto (a. Indicação da existência de uma incorreção e da sua localização; b. Indicação apenas da existência de incorreção); 3. FC Metalinguístico (a. Utilização de um código de correção; b. Breve descrição gramatical); 4. Incidência do FC: a. Extensivo (ou não focado / *"unfocused"*, na terminologia de Ellis); b. Intensivo (ou focado / *"focused"*); 5. *Feedback* Eletrónico (o professor faculta a hiperligação para recursos eletrónicos, nomeadamente concordanciadores, que permitirão ao estudante efetuar a correção); 6. Reformulação (é facultado ao aprendente uma versão do texto reescrita por um falante nativo).

Na vertente relativa à resposta dos aprendentes, de acordo com a sistematização de Ellis (2009), está em causa sobretudo a solicitação ou não da revisão ou reescrita e, nos casos em que não é solicitada, se o professor se limita a entregar o texto corrigido ou se efetua a recomendação de que o estudante estude as correções realizadas.

As estratégias referidas têm sido objeto de investigação, frequentemente numa perspetiva comparativa para verificar o potencial de cada uma. Tal aconteceu com a correção direta e indireta (Almasi & Tabrisi, 2016; Baleghzadeh & Dadashi, 2011; Eslami, 2014; Hosseiny, 2014), a correção focada e não focada (Alimohammadi & Nejadansari, 2014; Ellis *et al.*, 2008; Farrokhi & Sattarpour, 2011; Kassim & Ng, 2014; Salami & Moini, 2013), a utilização ou não de código de correção (Sampson, 2012), a localização ou não do erro (Poorebrahim, 2017).

Consideradas no conjunto das duas vertentes, algumas estratégias ou combinações de estratégias implicam a realização de novas tarefas. É o caso da correção indireta ou FC indireto, que atribui ao aprendente a responsabilidade por tentar encontrar uma solução corretiva. Os resultados da comparação com a correção direta não têm sido coincidentes. Enquanto Almasi e Tabrisi (2016) apontam para uma maior eficácia do FC direto, outros estudos, como os de Baleghizadeh e Dadashi (2011), de Eslami (2014) e de Rahmawati (2017), indicam que modalidade de FC indireto é a que apresenta resultados superiores. Noutros casos ainda, como em Hosseiny (2014) ou em Karim e Nassaji (2020), não foram encontradas diferenças entre os dois tipos de FC (direto e indireto).

Pode considerar-se que as diferentes modalidades de correção apresentam potencialidades próprias e que poderão complementar-se em determinados percursos didático-pedagógicos ou ao longo de um curso. Poorebrahim (2017) atribui uma maior adequação às modalidades de *feedback* direto ou explícito, quando o objetivo é ajudar a rever e editar um trabalho. Para este autor, o *feedback* implícito favorece em maior grau o desenvolvimento do domínio da língua, pelo facto de reativarem o conhecimento e de implicarem o estudante em tarefas adicionais de resolução dos problemas assinalados. Contudo, surge a questão de saber em que medida os estudantes conseguem alcançar sucesso na resolução dos problemas. Este estudo foca-se precisamente nessa questão, para observar potencialidades e limitações da correção indireta e contribuir para delinear percursos pedagógicos que as tenham em conta.

2. Metodologia

Participantes

O estudo foi desenvolvido com um grupo de dez estudantes chineses, que se encontravam a realizar um período de estudos em Portugal, correspondente ao terceiro ano do seu curso de licenciatura em Português. Antes da sua vinda para a instituição onde decorreu o estudo, haviam realizado o primeiro e segundo anos de estudo de Português em instituições de ensino superior chinesas.

Em relação ao seu nível de proficiência, refira-se que a construção do programa que frequentavam tem como referência para estes estudantes o nível B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas.

Atividades e procedimentos

A abordagem adotada no curso para o desenvolvimento da escrita dos diversos géneros textuais contemplava, no início da unidade dedicada a cada género de texto, a análise de textos modelares ou exemplificativos do género em causa. O trabalho sobre esses textos começava por evidenciar os objetivos sociocomunicativos pretendidos, em ligação ao género, as características estruturais típicas desse género e o modo como eram concretizadas, de forma mais ou menos canónica, no texto. A análise focava-se ainda, de forma mais específica, nos recursos linguísticos ativados pelo texto. Esses recursos constituíam a base para o seu alargamento, por meio da procura de novas possibilidades de reescrita de passagens específicas.

Após a explicitação de características linguístico-textuais do género e da análise de textos modelares, era solicitada a tarefa de produção de um texto do mesmo género — esse texto era o objeto de correção por parte do professor.

Devido ao contexto de pandemia, as atividades passaram a decorrer na modalidade de ensino a distância. Nessa modalidade, tornou-se habitual a utilização do processador de texto por parte dos estudantes para a atividade de produção textual solicitada pelo professor e também se tornou habitual a utilização de funções facultadas pelo processador de texto, como o realce, o registo de alterações e a realização de comentários, para o fornecimento de *feedback* corretivo por parte do professor.

Na primeira parte do curso, o *feedback* fornecido foi sobretudo *feedback* corretivo direto, ou seja, o professor realizava a reformulação corretiva das passagens problemáticas dos textos dos alunos, recorrendo ao registo de alterações no processador de texto. Deste modo, os alunos ficavam com acesso à sua versão, a original, e à versão resultante da correção por parte do professor. Quando a correção exigia alterações mais alargadas, eram inseridos comentários explicitadores e orientadores da reescrita.

Desejavelmente, as correções realizadas pelo professor seriam objeto de reflexão com os autores dos textos e, para algumas, a reflexão era alargada ao conjunto dos estudantes. A reescrita dos textos era recomendada, sobretudo em relação a passagens assinaladas como requerendo uma reformulação mais profunda. As limitações de duração do curso, assim como a diversidade de conteúdos programáticos ou géneros textuais a lecionar restringiam o aprofundamento da reflexão sobre os problemas encontrados nos textos e as oportunidades para a

reescrita dos textos com orientação e acompanhamento próximos por parte do professor. Mesmo as tentativas de reescrita realizadas autonomamente pelos estudantes e entregues de novo ao professor tendiam a ser concretizadas por um número reduzido de estudantes, dado o avanço para outro género textual que, entretanto, acontecia e a necessidade de dar resposta às tarefas de outros cursos ou unidades curriculares que também eram frequentados pelos participantes.

Neste contexto de utilização do processador de texto e de tomada de consciência quer do nível reduzido em que os estudantes procediam à reformulação e reentrega dos seus textos, quer das potencialidades deste recurso para realizar a reescrita, na segunda parte do curso, alteraram-se os procedimentos corretivos. A alteração foi realizada no sentido de contemplar, de forma sistemática, a reflexão e reativação do conhecimento associado às incorreções manifestadas no texto, com o objetivo da sua reconfiguração ou transformação. Essa alteração consistiu na integração no percurso, do *feedback* corretivo indireto e da correspondente tentativa de reescrita focada na passagem assinalada. Assim, em vez de se facultar desde o início a correção da passagem em causa, passou a assinalar-se essa passagem problemática por meio de realce, devendo os estudantes tentar solucionar o problema. Na modalidade de *feedback* adotada, não se indicou o tipo de problema existente na passagem assinalada, quer por meio de explicitação em comentário, quer por meio de código de correção. Os alunos deveriam, por conseguinte, incluir na sua revisão e reflexão a identificação de qual poderia ser o problema. Após a sua tentativa, os estudantes tinham acesso à correção realizada pelo professor e podiam confrontar com ela a sua própria tentativa de correção.

Em síntese, após a explicitação das características do género e trabalho com textos modelares, o percurso didático-pedagógico posto em prática em relação à produção e revisão textual contemplava os seguintes passos, até à disponibilização da correção direta realizada pelo professor:

- escrita inicial do texto;
- correção pelo professor com reformulação e realce das passagens corrigidas/ reformuladas (sem categorização das incorreções);
- criação de uma versão apenas com realce das passagens;
- envio da versão realçada para o estudante;
- tentativa de correção/reformulação pelo estudante (e envio para o professor);
- envio ao estudante da revisão do professor;

- confronto pelo estudante da sua correção com a correção/reformulação pelo professor.

Decorrente do acompanhamento das atividades e da análise dos resultados quanto ao sucesso das tentativas de correção por parte dos estudantes e quanto à coincidência com as correções do professor, integraram-se no percurso didático-pedagógico os seguintes passos adicionais (cf. Barbeiro, 2021, que alarga a análise aos juízos de correção realizados pelos estudantes, em relação às suas propostas de correção, nos casos em que diferem das do professor):

- emissão de juízo de correção pelo estudante, em relação aos casos de soluções diferenciadas;
- explicitação de observações, de dúvidas, ...;
- *feedback* do professor quanto ao juízo de correção e esclarecimento de dúvidas.

Corpus

O estudo exploratório que se apresenta incide sobre um *corpus* de 32 textos e respetivas propostas de correção realizadas pelos estudantes, em relação a passagens assinaladas pelo professor como devendo ser objeto de correção/reformulação.

Os textos repartem-se por um conjunto diversificado de géneros: relato, carta, notícia, crónica.

Análise

No âmbito da análise, procedeu-se à identificação das incorreções, na versão inicial dos textos produzidos pelos estudantes, e à sua distribuição por categorias correspondentes aos domínios linguísticos. Os domínios considerados na análise basearam-se nos parâmetros estabelecidos por Martin e Rose (2012) e Rose (2017) para a avaliação da escrita. Rose e Martin (2012) consideram os seguintes domínios: Contexto, Discurso, Gramática e Características Gráficas. Rose (2017) separa o domínio relativo ao Contexto em Género e Registo — estes domínios dizem respeito, respetivamente, à organização estrutural e à adequação comunicativa, quanto à informação veiculada e às estratégias de envolvimento do leitor no modo (escrito) utilizado. Embora relevantes para a avaliação da competência de escrita, o presente estudo não incidirá de forma específica sobre estes

parâmetros associados à estrutura do género textual e às variáveis de registo. A análise focar-se-á no nível correspondente às expressões linguísticas e respetiva combinação. Assim, considerar-se-ão os domínios da Gramática, do Discurso e da Representação Gráfica.

No domínio da Gramática, a identificação de incorreções tem como referência as regras da Morfologia e da Sintaxe. Os critérios para a identificação de incorreções no domínio do Discurso não se encontram nas regras gramaticais que, formalmente, continuam respeitadas, mas em fatores de construção do significado num nível superior à frase (“Beyond clauses, patterns of meaning that unfold across whole texts are known as discourse.”, Rose & Martin, 2012, p. 270). Este nível envolve as escolhas lexicais (Léxico), a coesão e coerência, quer no que diz respeito ao estabelecimento de relações entre as frases (Conjunção), quer à construção da referência no texto (Referência) — aspetos que são suscetíveis de apresentar incorreções e inadequações e que, por esse facto, estarão em foco no presente estudo (os autores referidos incluem ainda no domínio do Discurso a dimensão de Avaliatividade, ou seja, a construção dos significados apreciativos ou atitudinais manifestados no texto, que não estará em foco neste estudo a não ser quando estão em causa incorreções discursivas). No âmbito desta investigação, a sistematização da análise das incorreções ou inadequações discursivas em termos de subdomínios far-se-á em torno do Léxico, da Coesão (incluindo as relações interfrásicas e a construção da referência) e da Coerência (quando estão em causa desajustamentos entre o que é expresso e o valor semântico que se pretendia transmitir, em conformidade com o universo de referência representado no texto). A versão corrigida pelos participantes com base nas incorreções assinaladas foi analisada quanto ao sucesso ou insucesso das tentativas de correção, globalmente e para cada domínio. Nos casos de sucesso, a proposta corretiva do aluno foi comparada com a do professor para verificar se existia coincidência ou se correspondiam a reescritas diferentes.

3. Resultados

A apresentação dos resultados incidirá primeiramente sobre as incorreções encontradas, repartidas pelos domínios considerados, e sobre os valores globais relativos ao grau de sucesso das tentativas de correção por parte dos estudantes, a partir da correção indireta. Apresentar-se-ão, de seguida, os valores específicos resultantes da distribuição pelos domínios: em relação às incorreções, ao grau

de sucesso e, para os casos de sucesso, à coincidência ou não com a correção do professor.

Os resultados relativos ao número de incorreções assinaladas são apresentados no Gráfico 1, que já inclui a sua distribuição pelos domínios da Gramática, do Discurso e da Representação Gráfica. Na globalidade, foram assinaladas na correção indireta 511 incorreções. A repartição pelos domínios mostra que uma grande parte dos problemas encontrados se situa nos domínios do Discurso (53%) e da Gramática (40%), ocorrendo uma proporção substancialmente menor no domínio da Representação Gráfica (7%).

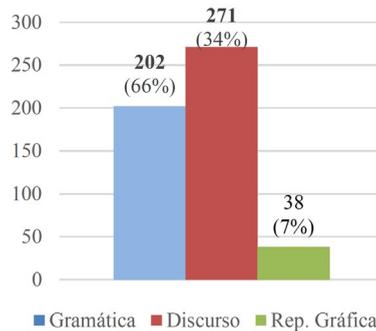


Gráfico 1 - Distribuição das incorreções pelos domínios

O Gráfico 2 apresenta os valores respeitantes ao grau de sucesso alcançado na autocorreção, na sequência da correção indireta. Observa-se que, predominantemente, os estudantes conseguem reescrever a passagem assinalada de uma forma correta, pois a taxa de sucesso aproxima-se de dois terços dos casos (66%). No entanto, os casos de insucesso não são residuais, uma vez que correspondem a 34%.

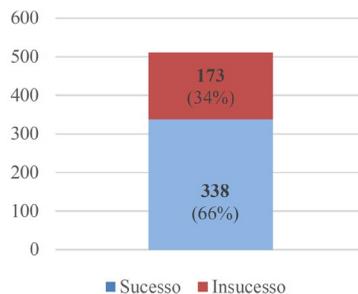


Gráfico 2 - Resultados da autocorreção: sucesso vs. insucesso

A questão que surge é se os diferentes domínios e subdomínios apresentam níveis diferentes de sucesso. A Tabela 1 apresenta os valores de sucesso ou insucesso para cada domínio. Estes valores revelam um contraste entre o domínio da Rep. Gráfica e os domínios da Gramática e do Discurso. No caso destes, os valores estão próximos dos valores globais (62% e 66% vs. 38% e 34%, respetivamente), enquanto no caso da Rep. Gráfica o sucesso das correções efetuadas atinge uma proporção muito elevada (89%, restando 11% casos de insucesso).

Tabela 1 - Valores de sucesso vs. insucesso por domínio

Domínios	Sucesso		Insucesso	
Gramática	126	62%	76	38%
Discurso	178	66%	93	34%
Rep. gráfica	34	89%	4	11%
Total	338	66%	173	34%

A Tabela 2 apresenta os resultados segundo uma maior especificação, considerando os subdomínios dentro de cada domínio.

Tabela 2 - Valores de sucesso vs. insucesso por domínio e subdomínios

Domínios		Sucesso		Insucesso		Total
Gramática	Morfologia	63	64%	32	36%	95
	Sintaxe	63	58%	44	42%	107
Discurso	Léxico	68	64%	42	36%	110
	Coesão	95	71%	40	29%	135
	Coerência	15	50%	11	50%	26
Rep. gráfica	Ortografia	32	94%	2	6%	34
	Pontuação	2	50%	2	50%	4
Total		338	66%	173	34%	511

Os resultados apresentados mostram que os valores mais elevados de sucesso são obtidos no domínio da Representação Gráfica, especificamente no domínio da Ortografia. Este subdomínio caracteriza-se pela existência de uma norma que estabelece uma representação ortográfica única (Barbeiro, 2007), ainda que com possibilidade de existência de palavras com dupla ortografia (embora constituam casos excecionais no conjunto das formas ortográficas de uma variedade da língua). O facto de uma palavra ser realçada chama também a atenção para a sua

forma, tornando mais evidente a existência de uma incorreção ortográfica, que, uma vez identificada, constitui o ponto de partida para a correção.

No domínio da Gramática, as incorreções repartem-se de forma globalmente equilibrada pelos subdomínios da Morfologia e da Sintaxe. Os valores de insucesso de Sintaxe são ligeiramente superiores, refletindo sobretudo as dificuldades ligadas à regência de preposições. Na Morfologia, são os casos de concordância nominal em género e em número e de conjugação ou de utilização dos tempos verbais requeridos que colocam mais dificuldades. Em muitos destes casos, o insucesso corresponde à ausência de uma proposta de correção, o que revela que o problema existente não encontrou uma solução alternativa.

No âmbito do Discurso, são os subdomínios relativos ao Léxico e à Coesão que apresentam maior número de incorreções assinaladas. Na Coesão, salienta-se a coesão referencial como a área que apresenta mais insucesso na correção, designadamente em relação à utilização dos artigos definidos e indefinidos.

No subdomínio relativo à Coerência, com um número inferior de casos, está sobretudo em causa o desajustamento de significado entre o que é expresso e o que seria coerente com o que decorre das situações representadas no texto.

As áreas específicas de cada subdomínio justificam um estudo aprofundado não apenas das incorreções que emergem, mas também das soluções apresentadas pelos estudantes na respetiva reescrita, quer a tentativa alcance sucesso, quer continue marcada pelo insucesso.

Após a tentativa de correção por parte do aluno, a disponibilização da correção realizada pelo professor faculta um instrumento de verificação ao aprendente. Nos casos em que as correções coincidem, o aluno obtém por essa via um *feedback* confirmativo da correção da sua reescrita.

Contudo, o êxito na correção não implica que haja coincidência com a correção do professor.

O Gráfico 3 apresenta os resultados globais relativos aos casos de reescrita considerados corretos, mas nos quais a solução adotada pelo aluno não corresponde à elaborada pelo professor.

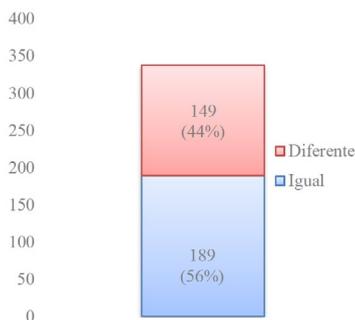


Gráfico 3 - Casos de sucesso: coincidência com a correção do professor

Os valores apresentados no Gráfico 3 mostram que, embora predomine a coincidência com a correção do professor (56%), os casos em que essa coincidência não existe são também muito relevantes (44%). Esses casos repartem-se pelos diversos domínios, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Coincidência com a correção do professor

Domínios	Igual		Diferente	
Gramática	73	58%	53	42%
Discurso	90	51%	88	49%
Rep. Gráfica	26	76%	8	24%
Global	189	56%	149	44%

A especificidade do domínio relativo à Representação Gráfica emerge na Tabela 3. Como se observou, a ortografia preenche uma grande parte dos casos assinalados. A existência de uma forma ortográfica única torna compreensível que a coincidência com a correção do professor seja largamente predominante neste domínio. Os casos de correção diferente neste domínio indicados na Tabela 3 devem-se à adoção de outras possibilidades de pontuação e à alteração da palavra, deixando de ocorrer o problema ortográfico.

Em relação aos outros domínios, quer na Gramática, quer no Discurso, é bastante frequente a reescrita segundo soluções diferentes da correção do professor. No caso da Gramática, estes casos atingem o valor de 42% e, no caso do Discurso, o valor corresponde a quase metade dos casos (49%).

4. Conclusão e implicações

O estudo exploratório cujos resultados se apresentaram teve como finalidade conhecer o alcance da modalidade de correção indireta, considerando as suas potencialidades e limites em relação à superação de incorreções por parte de aprendentes chineses de Português Língua Estrangeira (PLE). Para alcançar essa finalidade geral, o estudo incidiu de forma específica no sucesso ou insucesso alcançado pelos alunos na reescrita das passagens ou unidades assinaladas, considerando a distribuição pelos domínios linguísticos e estabelecendo a comparação com a proposta corretiva do professor.

Os resultados globais revelam que uma proporção elevada de incorreções (aproximadamente dois terços) é solucionada pelos participantes do estudo, na sequência de ter sido assinalado pelo professor a existência de uma incorreção, numa passagem específica do texto. Pode, por conseguinte, concluir-se que a correção indireta ou *feedback* corretivo indireto constitui uma abordagem válida para que os alunos reativem o seu conhecimento da língua e sejam eles próprios a procurar soluções para os problemas que o professor encontra nos seus textos.

No entanto, o valor alcançado em relação ao sucesso da autocorreção, na sequência do *feedback* corretivo indireto, embora elevado, também mostra que a existência de problemas não fica completamente ultrapassada. Desde logo, é necessário ter em conta o facto de cerca de um terço das incorreções assinaladas não terem sido solucionadas na tentativa de correção dos aprendentes. Impõe-se, por conseguinte, um conhecimento mais aprofundado dos casos em que os estudantes não apresentam uma solução correta ou adequada e a procura de estratégias que possam combinar-se com a correção indireta e acrescentar o seu contributo para a resolução dos problemas e apropriação do conhecimento que lhes está associado.

Em relação ao aprofundamento do conhecimento sobre as incorreções, os resultados representam um primeiro passo. O domínio da Representação Gráfica detém o menor peso entre as incorreções assinaladas. Por outro lado, este é o domínio em que o grau de sucesso alcançado na autocorreção é maior. Para este nível de sucesso, contribui o facto de a Ortografia ser largamente predominante entre as incorreções assinaladas neste domínio. Como a norma ortográfica estabelece, em regra, uma forma única, uma vez assinalados, os casos de incorreções são identificados e corrigidos, em grande medida.

Em contraste com a Representação Gráfica e subdomínio da Ortografia, os domínios da Gramática e do Discurso apresentam ocorrências mais elevadas e um nível de insucesso bastante superior. Nestes domínios, as escolhas são mais complexas, pois realizam-se entre um conjunto mais alargado de formas ou unidades, cuja apropriação em termos de uso textual apresenta mais dificuldades, como os resultados de ocorrências de incorreções e de taxa de insucesso comprovam.

A identificação dos domínios e dos subdomínios em que as incorreções são mais frequentes e em que o nível de sucesso da autocorreção é inferior não é suficiente para delinear estratégias que conduzam à apropriação do conhecimento e superação das incorreções na produção de novos textos. Embora os subdomínios tenham revelado áreas de dificuldades, como a morfologia e sintaxe, a coesão, o léxico e a perspectiva enunciativa, estas áreas permanecem ainda amplas. O aprofundamento para a apropriação do conhecimento deverá realizar-se até ao nível das estruturas ou recursos linguísticos em foco, a fim de se compreender quais as configurações que estão ativas na interlíngua do estudante e qual a reconfiguração que se pretende promover. Para isso, é necessário incluir outros passos no percurso didático-pedagógico desencadeado pela correção, na sequência do fornecimento de *feedback* corretivo indireto e da tentativa de correção por parte do aluno. A fim de que o alcance da correção, mesmo da correção indireta, não fique confinado à revisão (como apontam Truscott & Hsu, 2008), esses passos poderão mobilizar a reflexão e *feedback* metalinguísticos e o alargamento de recursos, passos que poderão ser fundados no acesso à reescrita ou correção direta do professor, após a tentativa de correção por parte do aluno.

Os resultados mostraram que o percurso deve ir para além da tentativa de autocorreção, dado o número relevante de casos de insucesso nessa tentativa. Revelaram também que, excetuando a Representação Gráfica, em relação à Ortografia, a disponibilização da correção do professor não dissipa as dúvidas que possam surgir quanto à correção e adequação da proposta do aluno. Efetivamente, nos domínios da Gramática e do Discurso, num número muito relevante de casos, a reescrita com sucesso realizada pelos aprendentes difere da versão do professor (respetivamente 42% e 49% para os dois domínios referidos). Torna-se, por conseguinte, necessário incluir no percurso didático-pedagógico um momento em que seja proporcionado *feedback* em relação à correção da reescrita dos aprendentes. Esta necessidade é confirmada pelos resultados apresentados em Barbeiro (2021), em que a análise foi alargada a um juízo de correção solicitado aos autores acerca da sua proposta, quando diferia da do professor. Nos casos

em causa, apesar do sucesso atribuído pelo professor à reescrita, o juízo de correção realizado pelos autores considerou predominantemente a sua própria versão como incorreta (64%), enquanto apenas uma percentagem inferior (24%) a considerou como correta, apesar da diferença em relação à proposta do professor. Este indicador reforça a necessidade de *feedback* em relação às propostas do aluno no percurso didático-pedagógico. Por outro lado, para além da oportunidade de comparação de propostas, a disponibilização da reescrita do professor tem o potencial de alargar os recursos linguísticos, tendo como origem um falante mais proficiente, nomeadamente um falante nativo, como aconteceu neste caso.

No percurso adotado, em vez de esse *feedback* ser imediato, na sequência da apresentação da proposta, contemplaram-se passos complementares que incluíram a disponibilização do *feedback* direto (a correção do professor) e a promoção da reflexão metalinguística, por meio da solicitação de um juízo de correção em relação às próprias propostas, após conhecerem as do professor, e por meio da criação da oportunidade de apresentação de observações e dúvidas, seguidas do respetivo esclarecimento. Como se referiu anteriormente, o percurso integrou os seguintes passos, após a disponibilização da versão do professor:

- emissão de juízo de correção pelo estudante, em relação aos casos de soluções diferenciadas;
- explicitação de observações, de dúvidas, ...;
- *feedback* quanto ao juízo de correção e esclarecimento de dúvidas.

Em suma, mesmo tendo em conta o carácter exploratório do estudo, derivado do número reduzido de participantes e da amplitude limitada do *corpus*, os resultados obtidos apontam para um contributo relevante do *feedback* corretivo indireto para a superação de incorreções de um texto com base nas propostas de correção apresentadas pelos próprios aprendentes. Para que a superação de correções vá para além da revisão do texto em causa (Truscott & Hsu, 2008) e consista na apropriação do conhecimento a ser reativado na produção de novos textos, o percurso proposto integra contributos de outras modalidades de *feedback*, como a correção direta e a reflexão metalinguística. Esta deverá incidir sobre as tentativas de solução para os diversos problemas encontrados, para se compreender a configuração de conhecimentos que caracteriza a interlíngua dos aprendentes em relação a algumas áreas específicas. Projeta-se quer o alargamento do estudo a um maior número de participantes e de textos, quer o seu aprofundamento para apreender as conceções reveladas pelas tentativas

de correção, mesmo que não tenham alcançado sucesso. Como a produção de textos se prolonga pelo período de um semestre ou de ano, a comparação das diferentes produções e propostas de correção ao longo desse período mais alargado poderá dar indicações sobre a apropriação do conhecimento, para além da revisão de um texto específico.

Referências bibliográficas

- Alimohammadi, B., & Nejadansari, D. (2014). Written corrective feedback: focused and unfocused. *Theory and Practice in Language Studies*, 4(3), 581-587.
- Almasi, E., & Tabrisi, A. R. N. (2016). The effects of direct vs. indirect corrective feedback on iranian efl learners' writing accuracy. *Journal of Applied Linguistics and Language Research*, 3(1), 74-85.
- Baleghizadeh, S., & Dadashi, M. (2011). The Effect of Direct and Indirect Corrective Feedback on Students' Spelling Errors. *Profile*, 13(1), 129-137.
- Barbeiro, L. (2007). *Aprendizagem da ortografia: Princípios, dificuldades e problemas*. Porto: Edições ASA.
- Barbeiro, L. (2019). Níveis de proficiência na perspetiva das incorreções: Análise de produções escritas de aprendentes chineses. *II Congresso Internacional "Diálogos Interculturais Portugal-China"*, Aveiro: Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (no prelo).
- Barbeiro, L. (2021). Estratégia de reescrita focada: Da correção à transformação do conhecimento na aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE). *Anais do I Congresso de PLE da Columbia University* (no prelo).
- Benson, S., & Dekeyser, R. (2019). Effects of written corrective feedback and language aptitude on verb tense accuracy. *Language Teaching Research*, 23(6), 702-726.
- Bitchener, J., & Ferris, D. (2012). *Written corrective feedback in second language acquisition and writing*. New York: Routledge.
- Bitchener, J., & Knoch, U. (2008). The value of written corrective feedback for migrant and international students. *Language Teaching Research*, 12(3), 409-431.
- Bitchener, J., & Knoch, U. (2009). The relative effectiveness of different types of direct written corrective feedback. *System*, 37, 322-329.
- Carecho, J., Fernandes, A., & Soares, R. (2020). Feedback do professor e (re)escrita em PLNM: A perspetiva dos alunos num estudo de caso. *Indagatio Didactica*, 12(2), 159-179.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Porto: Asa.
- Council of Europe (2018). *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment—Companion volume with new descriptors*. Council of Europe. Disponível em www.coe.int/lang.
- Ellis, R. (2009). A typology of written corrective feedback types. *ELT Journal*, 63(2), 97-107.

- Ellis, R., Sheen, Y., Murakami, M., & Takashima, H. (2008). The effects of focused and unfocused written corrective feedback in an English as a foreign language context. *System*, 36, 353–371.
- Erlam, R., Ellis, R., & Batstone, R. (2013). Oral corrective feedback on L2 writing: Two approaches compared. *System*, 41, p. 257-268.
- Eslami, E. (2014). The Effects Of Direct And Indirect Corrective Feedback Techniques On EFL Students' Writing. *Procedia - Social And Behavioral Sciences*, 98, 445-452.
- Farrokhi, F., & Sattarpour, S. (2011). The effects of focused and unfocused written corrective feedback on grammatical accuracy of Iranian EFL learners. *Theory and Practice in Language Studies*, 1(12), 1797-1803.
- Granger S. (2008). Learner corpora. In A. Lüdeling, & M. Kytö (Eds.). *Corpus Linguistics. An International Handbook*. Vol. 1. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 259-275.
- Han, Y. (2017). Mediating and being mediated: Learner beliefs and learner engagement with written corrective feedback. *System*, 69, 133-142.
- Han, Y., & Hyland, F. (2019). Academic emotions in written corrective feedback situations. *Journal of English for Academic Purposes*, 38, 1-13.
- Hosseiny, M. (2014). The role of direct and indirect written corrective feedback in improving Iranian EFL students' writing skill. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 98, 668-674.
- Karim, K., & Nassaji, H. (2020). The revision and transfer effects of direct and indirect comprehensive corrective feedback on ESL students' writing. *Language Teaching Research*, 24(4), 519-539.
- Kassim, A., & Ng, L. (2014). Investigating the efficacy of focused and unfocused corrective feedback on the accurate use of prepositions in written work. *English Language Teaching*, 7(2), 119-130.
- Lee, I. (2019). Teacher written corrective feedback: Less is more. *Language Teaching*, 52, 524-536.
- Lee, I. (2020). Utility of focused/comprehensive written corrective feedback research for authentic L2 writing classrooms. *Journal of Second Language Writing*, 49, 100734.
- Li, S., & Vuono, A. (2019). Twenty-five years of research on oral and written corrective feedback in *System*. *System*, 84, 93-109.
- Linh, Đ. (2018). The effectiveness of indirect written corrective feedback as perceived by teachers and students of a public university in Vietnam. *International Journal of Education & Literacy Studies*, 6(4), 152-162.
- Liu, Q., & Brown, D. (2015). Methodological synthesis of research on the effectiveness of corrective feedback in L2 writing. *Journal of Second Language Writing*, 30, 66-81.
- Mao, S., & Crosthwaite, P. (2019). Investigating written corrective feedback: (mis)alignment of teachers' beliefs and practice. *Journal of Second Language Writing*, 45, 46-60.
- Mcmartin-Miller, C. (2014). How much feedback is enough?: Instructor practices and student attitudes toward error treatment in second language writing. *Assessing Writing*, 19, 24-35.

- Poorebrahim, F. (2017). Indirect written corrective feedback, revision, and learning. *Indonesian Journal of Applied Linguistics*, 6(2), 184-192.
- Rahmawati, S. M. (2017). Direct and indirect corrective feedback on EFL students writing skill: a case study in a junior high school in Bandung. *Journal of English and Education*, 5(1), 64-77.
- Rose, D. (2017). Evaluating the task of language learning. In B. Miller, P. McCardle, & V. Connelly (Eds.). *Development of writing skills in individuals with learning difficulties*. (pp. 161-181). Leiden, Boston: Brill.
- Rose, D., & Martin, J.R. (2012). *Learning to write, reading to learn: Genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School*. London: Equinox.
- Salami, M., & Moini, M. (2013). The impact of indirect focused and unfocused corrective feedback on written accuracy. *International Journal of Foreign Language Teaching & Research*, 1(4), 35-44.
- Sampson, A. (2012). Coded and uncoded error feedback: Effects on error frequencies in adult Colombian EFL learners' writing. *System*, 40, 494-504.
- Sato, M., & Loewen, S. (2018). Metacognitive instruction enhances the effectiveness of corrective feedback: variable effects of feedback types and linguistic targets. *Language Learning*, 68(2), 507-545.
- Seiffedin, A., & El-Sakka, S. (2017). The impact of direct-indirect corrective e-feedback on efl students' writing accuracy. *Theory and Practice in Language Studies*, 7(3), 166-175.
- Storch, N. (2018). Written corrective feedback from sociocultural theoretical perspectives: a research agenda. *Language Teaching*, 51(2), 262-277.
- Storch, N., & Wigglesworth, G. (2010). Learners' processing, uptake, and retention of corrective feedback on writing. *Studies in Second Language Acquisition*, 32, 303-334.
- Truscott, J. (2007). The effect of error correction on learners' ability to write accurately. *Journal of Second Language Writing*, 16, 255-272.
- Truscott, J., & Hsu, A. Y. (2008). Error correction, revision, and learning. *Journal of Second Language Writing*, 17, 292-305.

Papel do professor na fase inicial de Português: um caso do ensino de PLE aos iniciantes na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai

Role of the Teacher in the Early Stage of Portuguese: A Case of PFL Teaching to Beginners at Shanghai International Studies University

Xu Yixing*

Universidade de Estudos Internacionais de Xangai
catarinaxu@shisu.edu.cn

RESUMO

O professor desempenha um papel fundamental no ensino, mas tem de ajustar métodos perante diferentes públicos e durante diferentes fases de ensino. Portanto, no caso do ensino de PLE aos iniciantes na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, temos tido especial cuidado com alunos de diferentes perfis, a fim de motivá-los desde o início de contacto com a língua e a cultura portuguesa e deixá-los continuar com o entusiasmo de aprendizagem ao longo dos quatro anos de licenciatura, de modo que tentemos atingir o nosso objetivo de ensino – elevar a qualidade do nosso ensino e preparar bem os alunos para o futuro relacionado com o Português.

PALAVRAS-CHAVE

Professor, papel, fase inicial, iniciantes.

ABSTRACT

The teacher plays a fundamental role in teaching, but has to adjust methods for different students and during different stages of teaching. Therefore, in the case of teaching PFL to beginners at the Shanghai International Studies University, we have taken special care with students of different profiles, in order to motivate them from the beginning contact with the Portuguese language and culture and let them continue with the enthusiasm of learning throughout the four years of the undergraduate course, so that we can try to achieve our teaching goal – to raise the quality of our teaching and prepare students well for their future related to Portuguese.

KEYWORDS

Teacher, role, early stage, beginners.

* Professora catedrática e diretora do Departamento de Português, Universidade de Estudos Internacionais de Xangai.

Introdução

Na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (SISU), o curso de licenciatura em Língua e Literatura Portuguesas foi criado em 1977, tendo uma história bastante longa de ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE). Ao longo dos anos, temos admitido alunos chineses com (quase) nenhum conhecimento prévio da língua portuguesa e temos prestado grande atenção à qualidade de ensino ao longo dos quatro anos de licenciatura.

A qualidade de ensino, de acordo com o Grande Dicionário de Educação (Gu, 1986), implica a “avaliação do nível e do efeito de ensino” e “reflete-se finalmente na qualidade do seu público-alvo”. Portanto, perante os alunos, o professor terá de aperfeiçoar o processo de aprendizagem da língua estrangeira, Português no nosso caso, o que só é possível através da aplicação de um conjunto de hipóteses e princípios – os métodos, de forma que se englobam no processo de aprendizagem, e também de ensino, três partes essenciais: o professor, o aluno e o método. E o nosso objetivo de ensino não pode deixar de ser: professor ideal, aluno motivado e método adequado.

Se o professor se esforçar desde o início de ensino para tentar ser um professor ideal que aplique métodos adequados no processo de ensino, o aluno será motivado, sem dúvida nenhuma, mesmo que não tenha tido motivos, por diferentes razões, para aprender a língua, ou aprender bem a língua, o que levará certamente ao sucesso de ensino/aprendizagem.

Por isso, no caso do ensino de PLE aos aprendentes chineses, vale a pena analisar o papel do professor na fase inicial do ensino.

I. Perfil dos Alunos

1. Características comuns

Todos os alunos são diferentes e cada aluno tem a sua própria característica, como é evidente. No entanto, os que entraram no nosso curso têm alguns pontos em comum:

- 1) Todos têm um nível bastante alto de inglês, o que facilita, em algum sentido, a aprendizagem de português, mas ao mesmo tempo pode criar

¹ Originalmente em chinês: “教育质量是对教育水平高低和效果优劣的评价”, “最终体现在培养对象的质量上”. – Tradução nossa.

certas confusões na aprendizagem de português por causa da interferência negativa;

- 2) Não costumam expressar-se perante o público, incluindo o professor;
- 3) Não participam ativamente nas aulas, esperando geralmente a explicação do professor;
- 4) No caso de o professor ser chinês, recorrem muitas vezes ao chinês quando falam nas aulas.

2. Diferentes origens

De um modo geral, os alunos do 12.º ano de escolaridade, ao concluir o ensino secundário, fazem um exame de acesso à universidade, que difere de província para província. No entanto, também há alunos que podem ser recomendados pela escola onde estudam para fazer um exame especial na universidade para a qual são recomendados. Portanto, partindo da forma de acesso ao curso, os alunos podem ser classificados em dois grupos:

- 1) Alunos recomendados por escolas de todo o país, sobretudo escolas de línguas estrangeiras que formam alunos de bom domínio de inglês;
- 2) Alunos candidatos ao exame nacional de acesso à universidade e selecionados pela universidade conforme a escala de notas.

3. Escolha do curso

Analisados do ponto de vista da escolha do curso, os alunos podem ser divididos em três tipos:

- 1) Alunos que escolheram o curso por vontade própria devido ao conhecimento prévio das culturas dos países de língua oficial portuguesa, sobretudo do Brasil e de Portugal;
- 2) Alunos que entraram no curso por vontade dos pais, que acham o curso de português promissor no sentido de obtenção de um emprego satisfatório;
- 3) Alunos que foram colocados no curso porque não conseguiram entrar no curso que tinham escolhido por causa do critério de seleção por parte da universidade, de acordo com as notas do exame para acesso à universidade.

II. Análise de Caso

Tentamos saber que tipos de alunos é que temos na fase inicial de aprendizagem de PLE, através de um inquérito² feito em março de 2021 aos alunos do primeiro e do segundo ano de licenciatura em língua e literatura portuguesas da SISU, tendo cada ano 20 alunos.

1. Nível dos alunos

No total, preencheram o inquérito 36 alunos, sendo 18 do primeiro ano e 18 do segundo ano de licenciatura.

2. Forma de acesso à universidade

Dos 36 que preencheram o inquérito, 20 foram recomendados pelas escolas secundárias onde estudavam e passaram no exame de admissão organizado pela SISU e os outros 16 fizeram o exame nacional de acesso à universidade.

3. Vontade de aprender português antes da entrada na SISU

De entre todos os 36 alunos, 24 respondem que a opção pelo português foi por vontade própria, três respondem que foi uma escolha pela família e nove respondem que não escolheram o curso, mas foram colocados pela SISU neste curso porque não atingiram a nota mínima de acesso ao curso que preferiam.

4. Razões pelas quais escolheram o Português

Apenas os 24 alunos que escolheram o Português por vontade própria respondem a esta questão, no entanto, as razões são diversas:

Razões pelas quais escolheram o Português

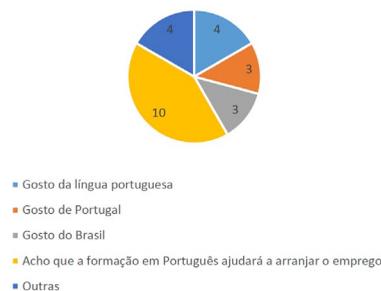


Figura 1 – Razões pelas quais os alunos escolheram o curso de Português.

² Vide Anexo I (resultado do inquérito original em Chinês) e o Anexo II (tradução em Português).

De acordo com a Figura 1 acima apresentada, quatro alunos afirmam que escolhem o Português porque gostam da língua portuguesa, três afirmam que gostam de Portugal e três do Brasil, 10 alunos (que correspondem a 41,67% de todos os que escolhem o Português) acham que a formação em Português poderá ajudar a arranjar um emprego no futuro. Ainda há quatro alunos que não escolhem o Português pelas razões acima expostas, mas sim por outras razões, como seguir o conselho de uma aluna de Português que conhece, considerar o Português como uma língua que pouca gente aprende, sendo, por isso, mais competitiva.

5. Conhecimento da língua ou dos países de língua oficial portuguesa antes de começar a aprendizagem

Em relação ao conhecimento prévio da língua portuguesa ou dos países de língua oficial portuguesa, nenhum aluno responde que tinha muito conhecimento, enquanto a maioria (20 dos 36) afirma que tinha quase nenhum conhecimento, e cinco referem que não tinham nenhum conhecimento. Em suma, os alunos não conhecem bem a língua nem os países onde se fala a língua antes de começar a aprender o Português.

Não é um resultado absoluto, claro, mas podemos concluir, mais ou menos, pelos dados recolhidos, que os alunos entram no curso (quase) sem nenhum conhecimento sobre o curso e sobre a língua e não estão cientes do que vão enfrentar. Além disso, alguns não escolheram o curso por vontade própria e é bem possível que não estejam motivados para a aprendizagem. Por isso, cabe ao professor dar-lhes algumas ideias sobre os recursos que temos, mas, também sobre o que nos falta ainda.

III. Perfil do Professor

O professor desempenha um papel fundamental no ensino, mas tem de ajustar os seus métodos aos diferentes públicos e às diferentes fases de ensino. Portanto, no caso do ensino de PLE aos iniciantes na SISU, temos tido especial cuidado com alunos de diferentes perfis, a fim de os motivar desde o início do seu contacto com a língua e a cultura portuguesas, de forma a que continuem a aprender com entusiasmo ao longo dos quatro anos da licenciatura, para que consigamos atingir o nosso objetivo de elevar a qualidade do nosso ensino e de preparar bem os alunos para um futuro relacionado com o Português.

Em relação ao conceito de um professor ideal, requer-se “da parte do professor de línguas vivas: ser um bom modelo, um bom juiz e um bom animador” (Girard, 1997, p. 159), apesar de que seja difícil seguirmos todos esse padrão.

1. Bom modelo

Embora a UNESCO tenha definido desde muito cedo alguns critérios para a formação de um professor ideal, tais como “excelente domínio da língua ensinada, bom conhecimento linguístico (científico) dos traços característicos da língua ensinada, passada e presente e capacidade de pôr estes conhecimentos em prática na aula, conhecimento profundo da literatura e da civilização do país estrangeiro, introdução à psicopedagogia e aos problemas teóricos e práticos do ensino, em especial aos métodos e técnicas do ensino de uma língua estrangeira e à utilização de auxiliares audiovisuais” (apud Girard, 1997, pp. 160-161), é de admitir que para um professor, “[...] não é estritamente necessário ser um grande especialista em gramática ou literatura para dar boas aulas de PLE. Estes conhecimentos certamente ajudam, mas a clareza na forma de se exprimir, o gosto pela leitura, uma certa dose de curiosidade e a vontade de aprender e se desenvolver já são fatores que auxiliarão na formação de ótimos professores de PLE.” (Christiano, 2017, p. 60).

Portanto, para ser um bom modelo, o professor deve ter um excelente domínio da língua ensinada, quer falada quer escrita, o que constitui uma tarefa dura. O essencial é que a vontade de aprender continuamente durante toda a vida pode constituir um fator determinante para que seja um bom modelo para os alunos.

2. Bom juiz

Para ser um bom juiz, o professor tem de possuir um bom conhecimento teórico, às vezes de outras áreas relacionadas com a linguística ou a psicologia. Tal como afirma Martinez (2012, p. 10), “a didática se distinguirá da pedagogia, atividade que implica uma relação entre o professor e o aprendiz, que insiste nos aspectos psicoafetivos e não na mera operacionalização dos meios de ensino”.

Assim, convém ao professor conhecer bem as características dos alunos, por exemplo, a origem, o conhecimento prévio da língua, diferenças linguísticas entre a língua materna e a língua aprendida, diferenças culturais entre o país de origem e o país onde se fala a língua aprendida, etc., o que o ajudará, sem dúvida,

a ensinar uma língua estrangeira e sobretudo, no nosso caso, quando a língua ensinada – o Português – é tão diferente da língua materna – o Chinês.

3. Bom animador

A capacidade do professor para ser um bom animador depende muito dos seus talentos inatos, mas também não é de menos importância a motivação, incutida pelo professor nos aprendentes. De facto, o professor e o aluno, dois elementos essenciais para o ensino além do método, estão sempre interligados, embora a motivação possa envolver outros fatores.

A tradição chinesa abrange uma filosofia de obediência à família. Os alunos, quando não sabem (ou sabem) o que devem escolher ou fazer, obedecem aos pais, o que acontece também com a opção pelo curso de PLE. Os pais pensam, decidem, e os filhos seguem a decisão dos pais. Por isso, é bem possível que os alunos não gostem ou não saibam nada de Português, entrando no curso por causa da opção dos pais.

No entanto, desde que o professor seja bom animador, a motivação vai acompanhando o processo de ensino-aprendizagem, como Martinez (2012, p. 34) defende, “Uma atitude positiva diante da L2 determina o processo desde a motivação inicial, mesmo que a escolha não tenha sido verdadeiramente escolhida: é o caso de quando quem escolhe é a família do aprendiz ou uma decisão das autoridades políticas e educativas”, de modo que se alcance um resultado de aprendizagem o mais positivo possível.

Relativamente aos nossos alunos da fase inicial de aprendizagem de Português, é importante que o professor tome conhecimento do perfil dos alunos, acompanhe passo a passo o processo de aprendizagem e possa apresentar algumas situações do curso para os encorajar, por exemplo:

- 1) Sobre o nosso curso (história, cooperação com o exterior, projetos com apoio da Embaixada de Portugal em Pequim) e as cadeiras de diferentes níveis;
- 2) Sobre a situação de PLE em Xangai e na China toda (pontos de ensino, número de aprendentes);
- 3) Sobre os nossos docentes (áreas de investigação, trabalhos feitos);
- 4) Sobre os nossos alunos (concursos em que participam);
- 5) Sobre a criação de hábitos de aprendizagem (leitura, auto-aprendizagem, culturas);

- 6) Sobre a saída dos graduados (continuação do estudo, empregos), etc.

IV. Considerações Finais

Vale a pena, na minha opinião, salientar uma noção: ensinar e aprender são dois aspetos que se interligam. Quando o ensino se desenvolve de uma maneira positiva por parte do professor, a aprendizagem dos alunos também se pratica com mais eficácia, e vice-versa. Estamos a dar ênfase ao papel do professor no ensino de PLE, mas isso não implica que demos menos importância ao papel do aluno neste processo. De acordo com Cook (2011, p. 140), "Num mundo ideal do professor, os alunos iriam entrar nas salas de aula admirando a cultura e a língua-alvo, querendo tirar algo da aprendizagem da L2 para si, ansiosos por experimentar os benefícios do bilinguismo e sedentos de conhecimento. Na prática, os professores têm de estar cientes das reservas e preconceitos dos seus alunos"³. Isto demonstra que professor e aluno são dois lados de um mesmo processo, interinfluenciando-se.

Por isso, podemos concluir que temos de nos consciencializar do papel do professor, sobretudo numa fase inicial de aprendizagem, sendo essencial impor nos alunos ideias gerais sobre o curso e sobre o que vão aprender, e ao mesmo tempo tentar ajudá-los a criar hábitos de auto-aprendizagem, a fim de formarmos alunos motivados e trabalhadores, que poderão obter sucesso tanto no processo de aprendizagem como no trabalho futuro.

Referências bibliográficas

- Christiano, C. C. (2017). *A Prática do Ensino do Português como Língua Estrangeira*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Cook, V. (2011). Teaching English as a Foreign Language in Europe. In E. Hinkel (Ed.), *Handbook of Research in Second Language Teaching and Learning*, Vol. II (pp. 140-154). London: Routledge.
- Girard, D. (1997). *Linguística Aplicada e Didáctica das Línguas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Gu, M. (Org.) (1986). *Grande Dicionário de Educação*. Shanghai: Editora de Educação de Shanghai.

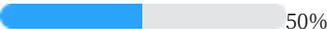
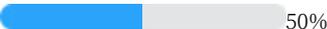
³ Originalmente em inglês: "In a teacher's ideal world, students would enter the classrooms admiring the target culture and language, wanting to get something out of the L2 learning for themselves, eager to experience the benefits of bilingualism and thirsting for knowledge. In practice, teachers have to be aware of the reservations and preconceptions of their students". – Tradução nossa.

Martinez, P. (2009). *Didática de Línguas Estrangeiras*. São Paulo: Parábola Editorial.
 Stern, H. H. (1983). *Fundamental Concepts of Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.

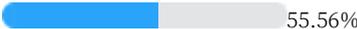
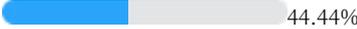
ANEXO 1

Resultado do inquérito feito com alunos iniciantes em chinês (original)

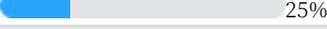
第1题 你的年级? [单选题]

选项	小计	比例
一年级	18	 50%
二年级	18	 50%
本题有效填写人次	36	

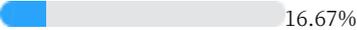
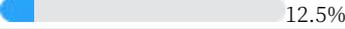
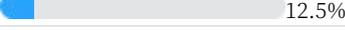
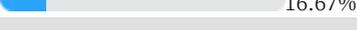
第2题 你进入上外是通过? [单选题]

选项	小计	比例
保送考	20	 55.56%
高考(只要是参加高考的都选这个)	16	 44.44%
本题有效填写人次	36	

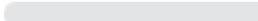
第3题 葡语专业是你自己的选择还是家人的选择? [单选题]

选项	小计	比例
我自己的选择	24	 66.67%
家人的选择	3	 8.33%
被调剂	9	 25%
本题有效填写人次	36	

第4题 你为什么选择葡语专业? [单选题]

选项	小计	比例
喜欢这种语言	4	 16.67%
喜欢葡萄牙	3	 12.5%
喜欢巴西	3	 12.5%
觉得这个专业找工作比较容易	10	 41.67%
其他	4	 16.67%
本题有效填写人次	24	

第5题 开始葡语学习之前, 你对葡语国家或语言有所了解吗? [单选题]

选项	小计	比例
很了解	0	 0%
了解一点	11	 30.56%
基本不了解	20	 55.56%
完全不了解	5	 13.89%
本题有效填写人次	36	

第4题: 你为什么选择葡语专业? --选项详情

搜索答案文本 搜索 关键词分析 过滤空选项 

序号	提交答卷时间	答案文本	查看答卷
20	3月18日 09:07	不知道学什么 感觉来上外就很满足了 让一个上外学姐帮我选的专业	查看答卷
24	3月18日 09:16	我将来想做的工作会用到这门语言	查看答卷
25	3月18日 09:18	因为葡语没什么人学, 我就想学没什么人学的	查看答卷
36	3月18日 10:03	对学习外语有兴趣, 但其实不一定说一定要是葡萄牙语	查看答卷

 第一页  上一页 正在浏览第1/1页 总共4条记录 下一页  最后一页  每页显示 条记录

ANEXO 2

Resultado do inquérito feito com alunos iniciantes (traduzido para português)

Questão 1: Qual é o seu nível?

Escolhas	Número	Percentagem
Primeiro ano	18	50%
Segundo ano	18	50%
Total	36	

Questão 2: Como é que entrou no curso de Português da SISU?

Escolhas	Número	Percentagem
Recomendação pela escola	20	55.56%
Exame de acesso à universidade	16	44.44%
Total	36	

Questão 3: A escolha do Português foi feita por si próprio ou pela família?

Escolhas	Número	Percentagem
Escolha própria	24	66.67%
Escolha pela família	3	8.33%
Colocação pela Universidade	9	25%
Total	36	

Questão 4: Porque é que escolheu o Português?

Escolhas	Númro	Percentagem
Gosto da língua portuguesa.	4	16.67%
Gosto de Portugal.	3	12.5%
Gosto do Brasil.	3	12.5%
Acho que a formação em Português ajudará a arranjar o emprego.	10	41.67%
Outras	4	16.67%
Total	24	

Questão 5: Antes de aprender Português, teve algum conhecimento dos países de língua oficial portuguesa ou da língua portuguesa?

Escolhas	Número	Percentagem
Muito	0	0%
Um pouco	11	30.56%
Quase nenhum	20	55.56%
Nenhum	5	13.89%
Total	36	

Questão 4: Opção "outras"

Escolhas	Número
Uma aluna de português aconselhou-me a escolher o Português.	1
No futuro vou trabalhar talvez com esta língua.	1
Queria aprender uma língua que pouca gente aprende.	1
Tenho interesse em aprender língua estrangeira, mas não necessariamente o Português.	1
Total	4

Oportunidades e desafios da aplicação de uma plataforma de microblogue chinesa no ensino de Português Língua Estrangeira

Opportunities and challenges of applying a Chinese microblogging platform in teaching Portuguese as a Foreign Language

Yuxiong Zhang

Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian
yuxiongzhang@ua.pt
ORCID:0000-0003-0305-0110

António Moreira

Universidade de Aveiro
moreira@ua.pt
ORCID: 0000-0003-0040-2811

RESUMO

Sendo uma ferramenta bastante popularizada no mundo atual, as redes sociais estão a ser utilizadas cada vez mais para fins educativos nos últimos anos. Quanto à aprendizagem de Português Língua Estrangeira, poucos estudos revelam as vantagens e desvantagens da aplicação das redes sociais durante o processo de aprendizagem nos pontos de vista dos estudantes. O presente estudo visa apresentar detalhadamente a visão de dez aprendentes chineses que participaram em duas atividades desenvolvidas na plataforma microblogue – *Weibo*. Todos os participantes foram solicitados a responder a oito perguntas com o objetivo de entender, na sua opinião, as diferenças trazidas pelo *Weibo* na aprendizagem, a atitude relativamente ao uso da rede social na aprendizagem e as suas vantagens e desvantagens logo após a conclusão das atividades. De acordo com os entrevistados, chegámos à conclusão de que o *Weibo* pode construir de certa forma um ambiente natural de aprendizagem de Português Língua Estrangeira.

PALAVRAS-CHAVE

Redes sociais, Português Língua Estrangeira, *m-learning*, microblogue.

ABSTRACT

As a quite popular tool nowadays, social media are being used more and more for educational purposes in recent years. In the case of learning Portuguese as a Foreign Language, few studies demonstrate the advantages and disadvantages of applying social media during the learning process from the students' point of view. This study aims to present in detail the vision of ten Chinese learners who participated in two activities developed on the microblogging platform – *Weibo*. All participants were asked to answer eight questions in order to understand the differences brought by *Weibo* in learning, the attitude towards the use of the social media in learning and its advantages and disadvantages in their opinion shortly after finishing the activities. According to the interviewees, we concluded that *Weibo* can somehow build a natural learning environment for Portuguese as a Foreign Language.

KEYWORDS

Social media, Portuguese as Foreign Language, *m-learning*, microblogging.

Introdução

Nos anos recentes, as redes sociais têm recebido cada vez mais atenção no mundo académico devido às suas potencialidades significativas. Em conformidade com o resultado da investigação realizada por Hwang e Fu (2019), que analisaram 97 artigos científicos relacionados com a conceção e aplicação da aprendizagem de línguas baseada nos dispositivos móveis, entre 2007 e 2016, o número de investigações desta área manifestou um crescimento anual estável. E devido à situação extremamente particular do ano 2020, causada pela pandemia global, a renovação de estratégias didáticas e a introdução das tecnologias no processo de ensino foram ampla e novamente mencionadas. Sendo já uma parte indispensável na vida quotidiana dos estudantes da geração atual, as redes sociais são consideradas uma possibilidade de se adaptar as novas metodologias didáticas. Especialmente no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras em que os conhecimentos linguísticos, pragmáticos e culturais se adquirem através da exploração de regras subjacentes e implícitas de comunicação e interação mediante o uso da língua-alvo numa sociedade (Ma, 2017). As redes sociais podem possibilitar um ambiente de uso linguístico natural de uma forma conveniente, baseado nas suas funcionalidades básicas de ajudar a comunicação interpessoal e a colaboração entre pares. Nas palavras de Gonulal (2019), se bem que as redes sociais não se tenham inventado particularmente para fins educativos, podem servir como uma abordagem fácil e útil para simultaneamente incrementar a aprendizagem de línguas e reforçar a consciência cultural. O uso das plataformas sociais no dispositivo móvel pode potencialmente assegurar práticas de comunicação socio-cultural quotidiana dos utilizadores, apoiando a manutenção do tecido social da comunidade (Pimmer *et al*, 2017). Neste caso, a aprendizagem de línguas pode ocorrer de uma forma ubíqua ao longo do tempo e do espaço, a qual se pode constituir num *continuum* de aprendizagem formal para aprendizagem informal fora de sala de aula.

Contudo, o surgimento das novas tecnologias tem trazido tanto aspetos positivos como negativos, tal como uma espada de dois gumes que traz simultaneamente vantagens e desvantagens. Por um lado, a aplicação das redes sociais na sala de aula é considerada positiva, porque ajuda à melhoria da satisfação dos estudantes (Abney *et al*, 2019), reforça a comunicação (Bartow, 2014) e constrói um ambiente participativo de aprendizagem (Ho, 2014). Porém, vários estudos também apontam para o facto de que o uso destas ferramentas pode ser um

fator de distração que influencia os alunos na sala de aula (por exemplo, Davis *et al*, 2015; Manca, 2020). Ademais, os problemas que podem existir durante o uso das redes sociais na aprendizagem de línguas estrangeiras, especialmente no caso da aprendizagem de Português Língua Estrangeira, ainda não foram detalhadamente estudados e também não se encontra nenhum estudo que descreva em concreto as influências positivas que estas ferramentas possuem na realidade nos pontos de vista dos estudantes. Assim, será importante entender quais são as vantagens e os limites que as redes sociais podem demonstrar na prática didática.

Metodologia

Com a finalidade de entender as vantagens e desvantagens que as redes sociais podem trazer na sala de aula, centrámo-nos no caso específico da aprendizagem de Português Língua Estrangeira pelos falantes de Mandarim, que tem sido cada vez mais fundamental na China, nos últimos anos, devido à intensificação das relações económico-comerciais com os países de língua lusófona (Ye, 2014). Para isso, realizámos duas intervenções durante 14 semanas com a participação de cinco estudantes universitários chineses do segundo ano do curso de Estudos Portugueses, cinco estudantes portugueses de idade semelhante que frequentavam aulas de Mandarim no ano letivo 2018/2019, cinco estudantes chineses do ano e curso idênticos e uma docente portuguesa no ano letivo 2019/2020. Todos os participantes foram desafiados para fazer publicações na língua-alvo (a docente portuguesa publicou em Português), em conformidade com as instruções e requisitos que o organizador publica, os quais também devem seguir e interagir de forma eficaz com os falantes nativos, com o objetivo de utilizar a língua-alvo das mais variadas maneiras possível. Considerando a acessibilidade à Internet dos participantes na China continental, optámos por utilizar a ferramenta de microblogue de origem chinesa – *Weibo* – como a plataforma para realizar as atividades. Após a conclusão das intervenções, todos os dez participantes chineses foram entrevistados e as suas respostas foram igualmente registadas. As entrevistas consistiram em oito perguntas com três objetivos distintos: comparar as diferenças entre a estratégia que os aprendentes costumam usar e as atividades organizadas no *Weibo*; verificar a atitude dos participantes em relação ao uso da rede social na aprendizagem de Português; e perceber as vantagens e desvantagens da utilização do *Weibo* na aprendizagem nos pontos de vista dos participantes.

Diferenças trazidas pelo *Weibo* na aprendizagem de Português

De acordo com as respostas dos dez entrevistados, a abordagem principal para a esmagadora maioria deles era a aula e os materiais que os docentes forneciam e somente um participante não mencionou este facto na entrevista. No entanto, sete entrevistados referiram que se habituavam a memorizar o vocabulário, textos ou conhecimentos depois da aula. Além disso, alguns deles também mencionaram que fazer ou organizar apontamentos (dois entrevistados), realizar trabalho de casa (dois entrevistados), fazer exercícios (dois entrevistados) e ler gramáticas (três entrevistados), notícias (um entrevistado) ou artigos (um entrevistado) em Português eram as estratégias mais utilizadas na sua aprendizagem. Quanto à compreensão oral, ouvir áudios (dois entrevistados), notícias (um entrevistado), *podcasts* (um entrevistado) ou música (um entrevistado) são as únicas abordagens que os aprendentes referiram na entrevista. Todavia, se bem que alguns deles tenham afirmado a interação com os seus colegas, a aprendizagem entre pares não foi efetivamente uma estratégia muito aplicada pelos aprendentes. A maior parte dos participantes podem não ter estado conscientes de que a interação entre pares podia ser uma estratégia eficiente para a sua aprendizagem e os métodos por que optavam caracterizavam-se por um *input* unilateral, com exceção de fazer exercícios de gramática, e por ser isolada. Somente três participantes falaram do facto de que tinham contacto com falantes da língua portuguesa na vida quotidiana. Deste modo, pode-se dizer que uma grande parte dos aprendentes, com efeito, não tinham oportunidades de utilizar a língua-alvo na realidade e a sua aprendizagem limita-se a uma aquisição isolada.

No que diz respeito à distinção entre o treino de Português no *Weibo* e as estratégias de aprendizagem que costumavam aplicar, os entrevistados também exprimiram os seus pontos de vista. Por um lado, o foco da aprendizagem foi diferente; a aprendizagem dos aprendentes normalmente enfatizava a parte teórica, focalizando-se nos conhecimentos da gramática. Porém, as atividades do *Weibo* incentivaram a produção escrita na língua-alvo e ajudaram mais na criação de capacidade de expressão e do uso de vocabulário. Por outras palavras, como um participante bem relatou, a diferença entre as atividades desenvolvidas com base no *Weibo* e as estratégias que utilizavam na aprendizagem quotidiana foi de "*input*" e "*output*", já que os aprendentes raramente chegaram a utilizar o que tinham adquirido na realidade. Assim, o uso do *Weibo* possibilitou uma aprendi-

zagem mais ativa, pelo facto de os participantes necessitarem de organizar as palavras para exprimir os seus pensamentos e opiniões em Português. De acordo com outro participante da segunda intervenção, a utilização do *Weibo* afastou-o dos padrões fixos de orações e regras e normas do livro e permitiu-lhe aprender a morfologia e a sintaxe que realmente se podiam utilizar na vida social. Isto desvendou o facto de que, mesmo que tenham adquirido conhecimentos gramaticais, os aprendentes podem não os saber utilizar em contexto autêntico. Daí também surgiu uma questão – será que os aprendentes podem dominar totalmente o uso da língua alvo só por via do livro ou das aulas? No entanto, este aprendente também mencionou a sua dificuldade em memorizar o uso das combinações de palavras sem os ter utilizado na prática. O uso do *Weibo* na aprendizagem de Português ajudou a expor os pontos fracos e os problemas existentes no domínio dos conhecimentos, uma vez que os aprendentes puderam perceber as suas limitações na expressão na língua alvo. Por outro lado, o modo inovador de efetuar o processo de aprendizagem na ferramenta *Weibo* também forneceu aos participantes flexibilidade de tempo e, simultaneamente, o seu uso também não se restringiu a qualquer local. Os aprendentes podiam perfeitamente aproveitar momentos fragmentados para aceder à ferramenta para ver as publicações e partilhas dos outros, desde que houvesse acesso à Internet. Além disso, o *Weibo* também disponibilizou um ambiente diferente de aprendizagem com a participação dos pares, o que possibilitou uma troca de conhecimentos entre a comunidade de aprendizagem e incentivou eventualmente o interesse na participação.

Atitude dos participantes relativamente ao uso de redes sociais na aprendizagem

Em geral, a atitude dos participantes em relação à aplicação de redes sociais na aprendizagem de Português foi positiva, o que, para os aprendentes, constituiu um método muito bom (dois entrevistados), útil (dois entrevistados) e conveniente (um entrevistado), criando expectativas (um entrevistado) e possibilidades (seis entrevistados). Segundo as respostas dos entrevistados, conversar com falantes nativos da língua portuguesa (quatro entrevistados), discutir entre a comunidade online (dois entrevistados) e fazer publicações mediante certos temas ou tópicos (quatro entrevistados) são, na sua opinião, abordagens possíveis para aprender Português em redes sociais. Nas palavras dum participante, quando querem expressar os seus pontos de vista por meio das redes sociais, vão espontaneamente consultar

as palavras que podem transmitir as suas ideias e assim aprendem vocabulário novo. E também conhecem outros usos e expressões através da observação do que os outros escrevem, pois que as conversas em Português referem sempre o uso dos tempos e vozes verbais e do vocabulário, aumentando, desta forma, o nível da língua alvo, especialmente na escrita e leitura. Assim sendo, o uso de redes sociais na aprendizagem permite que os aprendentes apliquem de uma forma prática os conhecimentos que aprendem nas aulas ou no livro na vida real (três entrevistados). Entretanto, também houve uma voz diferente que esperava que a utilização não se limitasse somente à interface do *chat*, acrescentando outras abordagens possíveis, tais como ver vídeos e ouvir músicas ou notícias. No entanto, alguns entrevistados também partilharam as suas experiências de usar as redes sociais como ferramentas de aprendizagem, mencionando aplicações como *HelloTalk*, *Tandem*, *Facebook* e *Instagram*, que podem não ter corrido muito bem. Sendo aplicações inventadas particularmente para comunicar com outros aprendentes ou falantes nativos da língua alvo, o *HelloTalk* e o *Tandem* também possuem limitações inevitáveis. A experiência de uso não foi positiva no caso de um entrevistado que comentou que era “difícil encontrar um parceiro de comunicação”, enquanto outro participante também apontou o facto de não haver uma interação muito ativa e existir dificuldades de encontrar amigos novos, em virtude do número limitado de utilizadores, tornando, por isso, difícil continuar. Quanto ao *Facebook* e *Instagram*, este participante também utilizava para fazer amizade com os falantes de Português e comunicar com eles no dia a dia, e até ocasionalmente falavam por câmara. Só que, como o participante bem disse, este género de aplicação não é efetivamente criado para fins de aprendizagem da língua: carece de organização e a aprendizagem depende muito da pessoa. De facto, os falantes com quem os aprendentes comunicam nas ferramentas sociais, ou por outras palavras, os parceiros de comunicação também decidem em grande medida o efeito de aprendizagem. O uso descuidado de palavras dos falantes, por hábito, tais como calão e expressões coloquiais, pode certamente desviar a sua aprendizagem. Na verdade, diversas investigações salientam a influência negativa que o uso das redes sociais pode ocasionar relativamente à gramática, vocabulário e ortografia (por exemplo, Omoera *et al*, 2018; Songxaba & Sincuba, 2019).

Relativamente à preferência entre o treino de Português no *Weibo* e as estratégias a que se habituaram a utilizar, três entrevistados afirmaram a sua inclinação pelas atividades desenvolvidas na ferramenta social chinesa, devido a que os exercícios podiam ajudar a encontrar os defeitos existentes na apren-

dizagem e a maneira de realizar os desafios proporcionava alguma flexibilidade, enquanto um número idêntico de inquiridos preferiam integrar as duas formas na sua aprendizagem. Segundo as palavras de um dos participantes, só estudar e não usar o que se aprende não faz sentido para a aprendizagem da língua alvo, embora o treino no *Weibo* implique também um pré-requisito de se ter um certo conhecimento básico da língua portuguesa. Isto não pode ser separado da aprendizagem quotidiana. Não obstante, também existem três entrevistados que manifestaram a insistência nas suas estratégias habituais. Para alguns destes participantes, a falta de interação fez-lhe perder a iniciativa. Na investigação de Lomicka e Lord (2011), os autores evidenciaram a dificuldade e complexidade da criação e manutenção do envolvimento dos falantes nativos nas atividades. Além disso, a igualdade em relação à contribuição para as atividades entre os aprendentes e os falantes nativos também é efetivamente difícil de ser garantida. Em vista disso, a interação dentro da comunidade virtual de aprendizagem colaborativa criado no *Weibo* pode ser potencialmente influenciada.

Ademais, alguns aprendentes podem ter querido que os falantes nativos apontem diretamente os seus erros, pois que, sem a ausência de correção, “não tinha formas para saber a exatidão do conteúdo que tinha encontrado na pesquisa e das expressões produzidas”. Entretanto, também existe um participante que prefere uma aprendizagem mais autogerida, uma vez que pode planejar a aprendizagem de acordo com a sua situação real, apesar de poder ser mais “fechada” e “pouco interessante”. Todavia, outro participante deu uma resposta mais peculiar, referindo as duas hipóteses. Para a aquisição básica do quotidiano, a sua escolha caiu nas estratégias que costumava usar, as quais eram mais semelhantes aos hábitos que tinha tido durante a escola secundária – por exemplo, fazer apontamentos, ler manuais e memorizar os conhecimentos de uma forma repetitiva. Quanto ao aspeto de comunicação e escrita em Português, preferia o *Weibo* porque, para o aprendente, a participação dos seus colegas podia incentivar o seu interesse em contribuir e a diversidade de tópicos dos desafios podia ajudar a aumentar inconscientemente o seu vocabulário, o que era bastante útil. Acreditamos que esta situação não é um caso ímpar e, muito pelo contrário, a memorização mecânica e repetitiva provavelmente é a forma mais utilizada pelos aprendentes chineses na aprendizagem de línguas. Devido ao sistema de avaliação enraizado em exames escritos, a memorização é um elo especificamente fundamental para a educação da China (Água-Mel, 2014). Muitos aprendentes habituam-se a interpretar o processo de aprender línguas como memorização de

vocabulário e gramática, não valorizando muito o seu uso em contexto autêntico. Daí decorre o problema de fraca competência de comunicação, embora possam estar muito familiarizados com os conhecimentos teóricos. Contudo, isto resulta não só da carência de consciência do treino neste aspeto por parte dos aprendentes, mas também da falta de ambiente e contexto linguístico (*ibidem*).

Vantagens e desvantagens do uso do *Weibo* na aprendizagem

Falando das vantagens do uso do *Weibo* na aprendizagem, os participantes afirmaram que era interessante (três entrevistados), flexível (dois entrevistados) e conveniente fazer a revisão dos conhecimentos verificando as publicações (um entrevistado), possuía interação (um entrevistado) e uma autonomia mais forte, em que os aprendentes eram mais ativos (um entrevistado), criando uma iniciativa de aprendizagem autónoma através de procurar estudar espontaneamente vocabulário novo quando necessário (dois entrevistados). Os conhecimentos aprendidos podem ter sido aplicados de modo maximizado na prática de uma forma sintética (quatro entrevistados). Além disso, também podiam aprender expressões mais autênticas (três entrevistados), as quais não se encontram nos manuais (um entrevistado), e o escopo de conhecimentos da língua alvo também pode ter sido ampliado (um entrevistado). Dois entrevistados mencionaram que, durante as atividades desenvolvidas no *Weibo*, havia mais oportunidade de pensar em organizar frases com a lógica de Português e os variados tópicos e temas também possibilitaram a aprendizagem de expressões diferentes. De acordo com Wong, Chai e Aw (2017), o desafio pedagógico principal na aprendizagem de línguas estrangeiras é a transformação da língua-alvo numa língua viva para os aprendentes, nomeadamente a potenciação do contexto autêntico para facilitar a comunicação. No entanto, as redes sociais são consideradas como meios para revelar aos aprendentes o uso real da língua-alvo (Baralt, 2011). Reporta-se que a introdução das redes sociais torna a aprendizagem de línguas mais real e aplicável, ligando os aprendentes ao mundo real (Plutino, 2017). Nas palavras de Lantz-Andersson (2017), as ferramentas sociais fornecem oportunidades para os estudantes praticarem e se prepararem para a comunicação quotidiana em língua estrangeira.

Ao mesmo tempo, os inquiridos também falaram dos seus ganhos na participação nas atividades: primeiramente, o progresso reflete-se em fazer composições. Além de seis dos dez entrevistados que falaram igualmente da melhoria do seu

vocabulário, os participantes também afirmaram que tinham conhecido melhor o uso da língua-alvo (dois entrevistados), sentiam mais vontade em escrever em Português (três entrevistados) e tinham melhorado a capacidade de escrita (um entrevistado). Com efeito, no âmbito das redes sociais, o texto caracteriza-se pela sua natureza híbrida, em que coexistem simultaneamente a comunicação oral e a escrita (Kramersch, 2014). Em comparação com a interação presencial, o texto no espaço virtual simultaneamente visualiza a forma linguística da comunicação, regista a troca de palavras e promove uma abordagem mais intuitiva (Sauro, 2009), permitindo, neste caso, a revisão e a reutilização das palavras novas que surgem (Montero-Fleta *et al*, 2014). Em segundo lugar, os aprendentes podem estar mais atentos ao uso de Português após a participação nas atividades. Por exemplo, um entrevistado afirmou que a interação com os participantes portugueses a ajudou a perceber a existência da lógica da língua chinesa na sua expressão em Português e teve acesso, por isso, a alguns usos mais autênticos. No entanto, outro participante chinês também mencionou o facto de que tinha prestado mais atenção à concordância nominal de número e de género depois de escrever alguns textos durante as atividades, a qual demonstrou eficientemente um progresso positivo respeitante à discordância nominal de número durante as atividades. De facto, a realização das atividades também foi tratada pelos aprendentes como um processo de rever os conhecimentos gramaticais e o vocabulário (três entrevistados). Por fim, durante as atividades da primeira intervenção, os aprendentes também estabeleceram novas amizades com os participantes portugueses (quatro entrevistados da primeira intervenção) e adquiriram alguns conhecimentos novos respeitantes a Portugal (dois entrevistados), o que ajudou muito a iniciativa da aprendizagem de Português. Um dos entrevistados ainda acrescentou que de vez em quando recebia mensagens privadas dos participantes portugueses a “complementar conhecimentos extra” e sentia-se muito contente porque havia pessoas que liam e respondiam atentamente ao que tinha publicado. De acordo com Pimmer, Chipps, Brysiewicz, Walters, Linxen e Gröhbriel (2017), as interações estabelecidas com base no espaço virtual das redes sociais promovem a sociabilidade e intimidade e esbatem as fronteiras educacional e privada, que ajudam, por isso, ao estabelecimento da relação social entre os participantes e à sustentabilidade de aprendizagem mútua. Ao mesmo tempo, a existência da audiência também pode certamente promover a motivação e influenciar positivamente, em consequência, o comportamento dos participantes (Kabilan *et al*, 2010; Hattem & Lomicka, 2016).

Não obstante, quanto aos limites e défices do uso do *Weibo* na aprendizagem de Português, para os participantes, o modo de aprendizagem podia não ser suficientemente sistemático e os conhecimentos aprendidos desta maneira podiam ser fragmentados (três entrevistados). Além disso, dois participantes sublinharam o problema de não haver formas de saber a exatidão do conteúdo que produziam em virtude da falta de correção. E um participante falou da questão da falta de “obrigatoriedade”, uma vez que a situação de realização das atividades pode ser influenciada quando os participantes se encontram ocupados. No entanto, o facto de poder ter sido distraído por outras aplicações devido ao fraco autocontrolo também foi mencionado nas entrevistas, enquanto outro participante também concordou que os aprendentes podem ter sido incomodados por outras informações do telemóvel, não se conseguindo concentrar. Todavia, não se pode omitir a diferença considerável entre as atividades desenvolvidas nas redes sociais e as aulas e materiais tradicionais de aprendizagem com que os aprendentes têm mais contacto, os quais podem estar mais acostumados a estudar e a memorizar a lista do vocabulário do manual e os conhecimentos cruciais que os docentes apontam no quadro. A produção de conhecimentos nas atividades do *Weibo* ocorre durante o processo de organização de palavras, partilha de informações e comunicação entre os participantes, não possuindo qualquer previsibilidade. Contudo, tal como um participante referiu, o uso do *Weibo* na aprendizagem de Português não podia resumir nada de uma forma sistemática por si só, dependendo tudo do próprio aprendente. Porém, isto também se associa indissoluvelmente com a criação da consciência de aprendizagem autónoma; a introdução do *Weibo* forneceu simplesmente uma nova abordagem para a aprendizagem de Português, mas não pode garantir nenhum resultado de aprendizagem se os aprendentes não o aproveitarem eficientemente. E também é necessário estar consciente de que não existe nenhum poder inerente às próprias tecnologias. Kirschner e Karpinski (2010) salientaram que qualquer tarefa implementada ao mesmo tempo com aprendizagem pode produzir efeito equivalente. E, simultaneamente, os autores propuseram também a questão de se os indivíduos que passam mais tempo nas redes sociais como o *Facebook* se distinguem em inerência dos outros. Tal como o que é revelado na investigação de Smith (2016), um número considerável de estudantes afirmou que o efeito que as redes sociais podem trazer, quer bom quer mau, depende do contexto, objetivo ou intenção de interação. Assim, pode-se dizer que, tal como as abordagens tradicionais de ensino, a iniciativa e

autodisciplina do aprendente é que são efetivamente os fatores decisivos para uma aprendizagem baseada em redes sociais bem-sucedida.

Conclusão

Em conformidade com os participantes das atividades das duas intervenções, a introdução da rede social de origem chinesa foi facilmente aceite e todos sentiram uma melhoria evidente na capacidade escrita em Português e afirmaram, sem hesitação, este facto durante as entrevistas. Para os aprendentes, a introdução do *Weibo* na sua aprendizagem foi indubitavelmente uma maneira que permitiu que usassem o que tinham aprendido nas aulas, possibilitando um conteúdo de interação mais autêntico e uma aprendizagem mais ativa e ajudando a expor os problemas e pontos fracos existentes na sua aprendizagem. Porém, se bem que esta ferramenta de microblogue tenha fornecido um ambiente ubíquo de interação com os falantes nativos de Português, o efeito de aprendizagem depende de facto dos próprios aprendentes que podem estar já muito habituados a receber passivamente informações por meio de fazer exercícios selecionados de forma prévia pelos docentes e memorizar cegamente as gramáticas registadas nos manuais. Para eles, o uso do *Weibo* na aprendizagem é incontestavelmente uma abordagem completamente nova e podem não conseguir aceitar de imediato uma forma na totalidade autónoma de aprendizagem. Assim, expuseram-se também a um conjunto de problemas durante a sua aprendizagem, tais como a “distração” causada por outras informações no dispositivo móvel e “falta de obrigatoriedade de contribuição” que, na verdade, resultavam da sua passividade na aprendizagem e ausência de motivação interna. Com efeito, a aplicação desta ferramenta social revitalizou de certa forma a função básica da língua como ferramenta de comunicação (Borau *et al*, 2009). Em comparação com as estratégias didáticas tradicionais, esta abordagem nova de aprendizagem possui efetivamente as suas vantagens que não se encontram noutros recursos pedagógicos e uma das características mais vantajosas é a possibilidade do uso da língua-alvo na sua vida quotidiana com um acesso conveniente e fácil, mas isso pressupõe a participação ativa dos aprendentes. Embora as redes sociais possam ser usadas como ferramentas competentes para uma aprendizagem autodirigida para assegurar os resultados de aprendizagem, a organização e o delineamento também são etapas indispensáveis que requerem bastante investimento do docente, tratando-se da filtração e controlo de informação, um processo fundamental para evitar

a sobrecarga de informação e contributos de conhecimentos incorretos ou inadequados. Portanto, pode-se dizer que, por um lado, as redes sociais fornecem realmente novas possibilidades para a aprendizagem de línguas estrangeiras e, por outro lado, também ajudam a revelar os problemas já existentes na aprendizagem, uma vez que estas tecnologias afinal são ferramentas e dependem completamente da atitude e forma de uso dos utilizadores. De facto, os problemas manifestados durante as atividades não se relacionaram efetivamente com a própria plataforma. Assim, para implementar as redes sociais na sala de aula, antes de tudo, é fulcral fomentar uma consciência correta e apta para a nova era digital na aprendizagem.

Referências bibliográficas

- Abney, A. K., Cook, L. A., Fox, A. K., & Stevens, J. (2019). Intercollegiate social media education ecosystem. *Journal of Marketing Education*, 41(3), 254-269. DOI: 10.1177/0273475318786026.
- Água-Mel, C. (2014). O ensino do Português em Macau: Por que razão aprender só a escrever não chega? In M. J. Grosso & A. P. C. Godinho (eds.), *O Português na China* (pp. 21-40). Lisboa: Lidel.
- Baralt, M. (2011). The use of social networking sites for language practice and learning. *Ilha do Desterro*, 60, 277-303. DOI: 10.5007/2175-8026.2011n60p277.
- Bartow, S. M. (2014). Teaching with social media: disrupting present day public education. *Educational Studies*, 50, 36-64. DOI: 10.1080/00131946.2013.866954.
- Davis, W. M., Ho, K., & Last, J. (2015). Advancing social media in medical education. *Canadian Medical Association Journal*, 187(8), 549-550. DOI: 10.1503/cmaj.141417.
- Gonulal, T. (2019). The use of Instagram as a mobile-assisted language learning tool. *Contemporary Educational Technology*, 10(3), 309-323. DOI: 10.30935/cet.590108.
- Hattem, D. & Lomicka, L. (2016). What the Tweets say: A critical analysis of Twitter research in language learning from 2009 to 2016. *E-Learning and Digital Media*, 13(1-2), 5-23. DOI: 10.1177/2042753016672350.
- Ho, K. (2014). Harnessing the social web for health and wellness: issues for research and knowledge translation. *Journal of Medical Internet Research*, 16(2), e34. DOI: 10.2196/jmir.2969.
- Hwang, G. & Fu, Q. (2019) Trends in the research design and application of mobile language learning: A review of 2007-2016 publications in selected SSCI journals. *Interactive Learning Environments*, 27(4), 567-581. DOI: 10.1080/10494820.2018.1486861.
- Kabilan, M. K., Ahmad, N., & Abidin, M. J. Z. (2010). Facebook: An online environment for learning of English in institutions of higher education? *Internet and Higher Education*, 13, 179-187. DOI:10.1016/j.iheduc.2010.07.003.

- Kirschner, P. A., & Karpinski, A. C. (2010). Facebook and academic performance. *Computers in Human Behavior*, 26, 1237-1245. DOI: 10.1016/j.chb.2010.03.024.
- Kramsch, C. (2014). Teaching foreign languages in an era of globalization: Introduction. *The Modern Language Journal*, 98(1), 296-311. DOI: 10.1111/j.1540-4781.2014.12057.x.
- Lantz-Andersson, A. (2017). Language play in a second language: Social media as contexts for emerging Sociopragmatic competence. *Education and Information Technologies*, 705-724. DOI: 10.1007/s10639-017-9631-0.
- Lomicka, L., & Lord, G. (2012). A tale of tweets: Analyzing microblogging among language learners. *System*, 40, 48-63. DOI: 10.1016/j.system.2011.11.001.
- Ma, Q. (2017). A multi-case study of university students' language-learning experience mediated by mobile technologies: A socio-cultural perspective. *Computer Assisted Language Learning*, 30(3-4), 183-203. DOI: 10.1080/09588221.2017.1301957.
- Manca, S. (2020). Snapping, pinning, liking or texting: Investigating social media in higher education beyond Facebook. *The Internet and Higher Education*, 44, 1-13. DOI: 10.1016/j.iheduc.2019.100707.
- Montero-Fleta, B., Pérez-Sabater, C., & Pérez-Sabater, M. L. (2015). Microblogging and blended learning: Peer response in tertiary education. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 191, 1590-1595. DOI: 10.1016/j.sbspro.2015.04.384.
- Omoera, O. S., Aiwuyo, O. M., Edemode, J., & Anyanwu, B. (2018). Impact of social media on the English language writing abilities of undergraduates in Ekpoma, Nigeria. *Gist Education and Learning Research Journal*, 17, 59-80. DOI: 10.26817/16925777.412.
- Pimmer, C., Chipps, J., Brysiewicz, P., Walters, F., Linxen, S., & Gröhbiel, U. (2017). Facebook for supervision? Research education shaped by the structural properties of a social media space. *Technology, Pedagogy and Education*, 26(5), 517-528. DOI: 10.1080/1475939X.2016.1262788.
- Plutino, A. (2017). Teachers as awakers: a collaborative approach in language learning and social media. In C. Álvarez-Mayo, A. Gallagher-Brett, & F. Michel (eds.), *Innovative Language Teaching and Learning at University: Enhancing Employability*, 115-125. DOI:10.14705/rpnet.2017.innoconf2016.661.
- Sauro, S. (2009). Computer-mediated corrective feedback and the development of L2 grammar. *Language Learning & Technology*, 13(1), 5-12. [Disponível em <http://llt.msu.edu/vol13num1/sauro.pdf>, consultado em 31/07/2020].
- Smith, E. E. (2016). "A real double-edged sword:" undergraduate perceptions of social media in their learning. *Computers & Education*, 103, 44-58. DOI: 10.1016/j.compedu.2016.09.009.
- Songxaba, S. L., & Sincuba, L. (2019). The effect of social media on English second language essay writing with special reference to WhatsApp. *Reading & Writing*, 10(1), a179, DOI: 10.4102/rw.v10i1.179.

- Wong, L., Chai, C., & Aw, G. (2017). Seamless language learning: Second language learning with social media. *Media Education Research Journal*, 50(25), 9-20. DOI: 10.3916/C50-2017-01.
- Ye, Z. (2014). Algumas considerações sobre a expansão do ensino da língua portuguesa na China. In M. J. Grosso & A. P. C. Godinho (eds.), *O Português na China* (pp. 41-54). Lisboa: Lidel.

唐三彩人俑中的女着男装现象分析

Analysis of the phenomenon of female figures in male attire in the Tang Sancai figurines

张妍 Zhang Yan

大连外国语学院国际艺术学院

International Academy of Arts, Dalian University of Foreign Languages

zhangy_2001_ren@163.com

摘要

本文运用考古学、文献学的观点和实物、图像、文献互证的研究方法，对唐三彩人俑中，“女着男装”的现象进行分析研究，研究资料主要为出土唐三彩实物。发现这种着装现象出现的原因有鲜卑族男女平等、男女同服的遗风；胡服风尚所致；开放的社会风气和宽松的社会氛围；女性走上政治舞台等。

关键词

唐代，唐三彩，人俑，女着男装，缺髻袍。

ABSTRACT

Based on Archaeological perspectives and literature, this article applies the research method of mutual evidence of objects, images and documents to analyze and investigate the phenomenon of female figurines clad in male attire. The research materials for this study mainly rely on the unearthed Tang Sancai artifacts. The causes of this dressing phenomenon are assumed to be based on the Xianbei people's tradition of gender equality and use of unisex clothes, which was a style of dress popularized in Northern barbarian tribes in ancient China. Moreover, it points to more open and freer social atmosphere and the emergence of women on the political stage.

KEYWORDS

Dynasty Tang, Tang Sancai, figurines in human shape, women in male attire, Quekua Robe.

1 唐三彩与女着男装人俑

唐三彩是一种具有显著时代特征的艺术产物，其产生具有深厚的时代背景。盛唐时期，唐朝社会政治统一、经济繁荣、文化多元发展以及厚葬之风的盛行都为唐三彩的兴盛和发展提供了良好的基础。《唐会要》记载：“王公百官，竟为厚葬，偶人像马，雕饰如生，徒以炫耀路人，本不因心致礼，更相扇动，破产倾资，风俗流成，下兼士庶”^{[1]194}。其中“偶人象马”指的便是唐三彩。

唐三彩制品，分为器皿、动物、人物三类。人物塑造有妇女、文官、武官、牵马俑、胡俑、天王等，大体都根据人物的社会地位、等级和性别，刻画出其不同的性格和特征。其中，有一类人俑着装形象比较特殊，即女着男装人俑。(图1、2、3、4)

这类人俑大多身着男式缺胯袍，窄袖、低腰线，脚蹬男式乌皮靴，头上作女式发髻(图1、2、3)，也有戴男式幞头的(图4)，面容丰满娇好。



图1 唐女着男装人俑



图2 唐女着男装人俑



图3 唐女着男装人俑



图4 唐女着男装人俑

缺胯袍自出现在北齐以来，其穿着群体一直为男性，而且，其多被用作戎装穿用，故其男性色彩更加浓厚。

然而在唐代，缺胯袍有一类特殊的穿着群体，那便是女性，其中尤以宫廷女性居多。

2 史料分析

《旧唐书·舆服》载，“开元初，从驾宫人骑马者，皆著胡帽，靓妆露面，无复障蔽。士庶之家，又相仿效，帷帽之制，绝不行用。俄又露髻驰骋，或有著丈夫衣服靴衫，而尊卑内外，斯一贯矣”^{[2]1534}。这里所说宫中女性多着男性的乌皮靴和缺胯衫，而且无论尊者卑者，宫内宫外，都这样穿。

笔者通过对大量的图像资料分析发现，唐代女性着男装的式样多以缺胯袍为主，穿着人群中侍女、随从占相当大的比例，不仅侍女、随从占缺胯袍穿着者的高比例，而且从现有唐代女性着装情况的图像资料来看，女性中着缺胯袍者的数量在整体女性着装中也是占有相当的比例。

除了侍女、随从占缺胯袍穿着者的大多数，女官和贵妇穿着者也占有一定比例。然而，女官和贵妇着缺胯袍也仅仅局限在唐代特殊的历史阶段以及受到流行风尚影响的结果。比如，武周时期，女官多着缺胯袍。受到胡风影响，明显带有胡风的缺胯袍成为某段时期宫中贵妇们的流行风尚。

3 女着男装现象分析

那么，源自于北朝男性戎装的缺胯袍为什么在唐代，成为女性所钟爱的服装式样，并成为某段时期内女性中间的流行风貌呢，为什么这种女着男装的特殊着装现象出现在唐代呢？笔者试着从以下几个方面分析研究此问题。

3.1 鲜卑族男女平等，男女同服的遗风

隋唐制度的源流可追溯至以鲜卑族为主要统治者的北朝，唐政权的缔造者唐高祖也是出身于北朝军事重镇武川，其身上流淌有鲜卑血脉的同时，对鲜卑族的文化习俗、民族传统等也是钟爱有加。

中国古代服装史中，有碍于物质匮乏，生产技术条件等方面的限制，西汉以及包括之前的历史阶段，男女装基本同款。但随着物质条件的进步，生产技术条件的提高和人们精神生活的丰富，自东汉以来，男女装已明显区分性别，尤其在唐代，女装在设计生产、款式制作、色彩搭配、工艺技术上都进入到一个大放异彩的阶段。

那么，为什么还会出现女着男装的普遍现象，而且这种现象是发生在特定历史时期的独特现象，唐代之后至中国古代社会结束之前都再未发生如此大规模的女着男装现象。

笔者认为，原因之一是，隋唐政权中残存有许多鲜卑族民族传统遗风的影子。

鲜卑族较汉族社会的文明进步速度要迟缓许多，北朝建立始初，尚处于奴隶制社会的鲜卑族被迫快速跃进到封建社会阶段，虽然快马加鞭的学习借鉴汉族传统礼仪，进行一系列汉化的政治经济制度改革，但鲜卑族本身所具有的民族始源特性却没有那么快被摒弃掉而彻底移风易俗。

母系社会的遗风仍然使得鲜卑女性具有较为强烈的自我意识，在社会中居于主导地位。《后汉书·乌桓鲜卑传》载，“乌桓者，本东胡也。随水草放牧，居无常处。以穹庐为舍，东开向日。食肉饮酪，以毛毳为衣，贵少而贱老，其性悍塞。怒则杀父兄，而终不害其母，以母有族类，父兄无相仇报故也”^{[31]799}。“鲜卑者，其言语习俗与乌桓同”^{[31]803}。鲜卑习俗与乌桓相同，都是逐水草而生，居无定所，性格彪悍，重视年轻人而轻视老人，怒气之下可以杀其父亲和兄弟而不杀其母亲，因

为母亲有自己的部族，杀掉母亲会有人寻仇，而父亲和兄弟则不然。

“婿随妻还家，妻家尊卑，旦旦拜之，而不拜其父母。为妻家仆役，一二年间，妻家乃厚遣送女，居处财物一皆为办”^{[3]1799}。女婿跟着妻子回娘家，对妻子家中人不管尊长卑下，天天向他们行拜礼。在妻子家，做仆人做的事，过上一两年，妻子家中才送给他们许多东西打发女儿走。这是母系社会部族成员之间秩序关系和婚姻关系的真实写照，故我们可知，女性在鲜卑族社会中历来拥有绝对的权威。

鲜卑族较晚步入封建社会，封建传统礼教思想对鲜卑族束缚松弛，从而在鲜卑族社会中，男尊女卑的思想意识淡薄。《后汉书·乌桓鲜卑传》载，在鲜卑族的家庭生活中，“父子男女相对，踞踞无礼”^{[3]1799}。夫妻之间以你我相称，与汉族夫妻之间妻子在丈夫面前低眉顺眼的情况大不相同，妇女不讲究敬夫礼节。

鲜卑族作为北方胡族，一向崇尚武力，部族之间往往以武力解决事务争端，社会结构具有浓重的军事化特性。迁徙至中原后，虽由游牧生活向农耕生活逐渐转变，但鲜卑人骨子里的骁勇善战的性格从未改变。女性也同男性一样，穿裤着靴，弯弓搭箭，骑马射猎。《南齐书·魏虏传》载：“太后出，则妇女著铠，骑马近辇左右”^{[4]356}。

鲜卑族妇女在社会生产生活中同男性发挥着相同重要的作用。北朝时期，妇女不同程度的参加社会生产劳动，上自皇后，下至侍女，主要从事养蚕和纺织事务。北朝时期的纺织业很发达，妇女在其中的贡献可见一斑。

在社会生产生活中发挥重要作用，经济地位也会随之提高，从而决定了鲜卑女性在社会政治生活中也扮演着相当重要的角色。集中表现就是妇女干预朝政，如历史上著名的文明太后冯氏对外抗击民族侵略，对内实行一系列经济改革，成为北朝汉化改革先驱，培养出北朝历史上著名的改革家孝文帝拓跋弘，对其汉化思想形成以及北朝加速封建化进程的影响也是不容小觑。这种历史现象不知与后来唐代武则天君临天下的史实是否有着某种内在的联系。

政治舞台上的重要角色更使得鲜卑妇女在社会和家庭生活中拥有崇高的地位，表现出强烈的自我意识。同男性一样，成为家庭和社会的主要担当者，也需要在服饰上表现出同男性相同的英气，同时客观存在的生产生活实用需求也使女装变得更加实用、适体（图5）。在男女同服的外表下，隐藏的是鲜卑族男女平等甚至女性占有绝对地位的本质。遗

风遗俗所及，唐代女性着男装便成为顺理成章的事了。同时，鲜卑族阶级观念淡薄，在服饰中体现出的阶级性不强，故这种单一的缺胯袍款式在唐代上自公主下至侍女中间通行。



图5 唐张萱《虢国夫人游春图》中侍女着男装

3.2 胡服风尚所致

自东汉末年吹起的一股“胡风”、“胡气”，“胡姬”、“胡酒”、“胡帽”、“胡乐”，成为盛极一时的长安风尚。这股风一直吹到唐代天宝年间，风头正劲，安史之乱后，逐渐减弱。主要见于如下史载。

《后汉书》记载，“汉灵帝好胡服、胡帐、胡床、胡坐、胡饭、胡箜篌、胡笛、胡舞，京都贵戚皆竞为之”^{[5]330}。

《旧唐书·舆服志》载，“太长乐尚胡曲，贵人御馭，尽供胡食，士女皆竞衣胡服”^{[2]1534}。

同书载，“开元初，从驾宫人骑马者，皆著胡帽，靓妆露面，无复障蔽。士庶之家，又相仿效”^{[2]1533}。

唐代诗人元稹在其诗歌中有这样的描述：“自从胡骑起烟尘，毛毳腥膻满咸洛。女为胡妇学胡妆，伎进胡音务胡乐”^{[6]89}。

《新唐书·五行志》载，“天宝初，贵族及士民好为胡服胡帽，妇人则簪步摇钗，领袖窄小”^{[7]697}。

《新唐书·车服》曰，“宫人从驾皆胡帽乘马，海内效之，至露髻驰骋，而帷帽亦广，有衣男子衣而靴”^{[8]432}。

这里所说的胡服，主要指我国北方少数民族和西域各民族的传统服装，在唐代胡装盛行的时期，其可称为是“时装”。胡服多男女同款，缺胯袍是此时胡服流行中的主要服装款式，也就是说唐代女着胡服、女着男装乃时尚之装扮。

当然，这股胡风所带来的服饰流行风尚，除了缺胯袍还有与之相配套穿着的条纹裤，帷帽、幂离等。安史之乱的发生，使中原汉族对胡族的好感度大大降低，甚至穿胡装的行为被认为是不祥之兆，是“服妖”。

据《新唐书·车服》载，“开元中，初有线鞋，侍儿则著履，奴婢服襴衫，而士女衣胡服，其后安禄山反当时以为服妖之应”，中原地区盛行的胡族流行势头骤然减弱，服饰中如帷帽、幂离、条纹裤等退出了当时的“时尚舞台”。然而，以缺胯袍为原型的一系列长衣样式却凭借其强大的生命力长久的被保留下来。

3.3 开放的社会风气和宽松的社会氛围

唐代女着男装，无论尊卑，就连太平公主也喜好男装。据史载，《新唐书·五行志》“高宗尝内宴，太平公主紫衫玉带，皂罗折上巾，具纷、砺七事，歌舞于帝前，帝与武后笑曰：‘女子不可为武官，何为此装束？’”^{[7]696}。男装在贵族和士人阶层妇女、侍女、随从中也普遍流行。（图6）《旧唐书·舆服》“咸有著丈夫衣服、靴、衫而尊卑内外斯一贯矣”^{[2]1534}。《中华古今注》“至天宝年间，士人之妻，著丈夫靴、衫、鞭、帽，内外一体也”^{[9]22}。这种女着男装现象至开元天宝年间达到高潮。

开放的社会氛围和宽松的社会风气还表现在唐代女性着装坦露身体的现象。女性不止坦露颈部、手臂部，就连后背和前胸也存在相当面积的袒露。唐代诗人这样描述女性着装的胸部袒露：

欧阳询的《南乡子》说“胸前如雪脸如花”。

周昉的《逢邻女》说“慢束罗裙半露胸”。

杜甫的《两人行》说“态浓意远淑且真，肌理细腻骨肉匀，珠压腰褊稳称身”。

李玉群的《赠歌姬》说“胸前瑞雪灯斜照”。

唐代是我国封建社会的高度发展时期，疆域广阔、政令统一，从初唐到盛唐一百多年间，经过了“贞观之治”和“开元之治”。

生产的发展和经济的繁荣，形成在当时世界上最强国，人们充满自信，采取开放的策略，人的思想意识得到解放。唐代前期由于经济上升，国力富强，因而反映在思想上的自信，和政策上的开放。唐时宗教、哲学、文学、艺术的各种派别兼容并蓄，体现在人们的衣着服饰上出现百花争艳的局面。这一时期，由于国家的强盛，对外交通的开拓，促进了中外文化的交流。不仅我国的珍奇异宝、科学技术、工艺品等输出国外，同时，西亚、波斯、印度等外国服饰文化等也传入我国。

由于国力的强盛，强大的唐帝国则以足够的自信心来接纳这些外国输入性文化，无所畏惧、无所顾忌的引进和吸收，对他们抱有兼收并蓄，海纳百川的博大胸怀。这也是带有胡风、胡气的胡族文化在唐帝国领土上生根开花的重要原因。

国家政治稳定，经济发展，人们生活幸福安康，思想高度解放，促进了唐代宽松社会氛围的形成，打破框框、突破传统，无所束缚的创造和革新，人们对女着男装、女装袒露等服饰行为的容忍度和接受度可以说在中国古代历史中是罕见的。开放的对外政策，促进了中外服饰文化的交流，西方服饰文化源源不断的流入中国，在服饰上，唐代出现的女着男装、女装袒露的着装行为都是在宽松的社会氛围和开放的对外政策情境下发生的必然结果。

3.4 女性走上政治舞台

在男女地位严重失衡和不平等的中国古代封建社会中，女性素以男性的附属品存在着。政坛上，男性一向独领风骚。一夫多妻制的婚姻制度也使女性在家庭中、社会中毫无地位可言。

然而，这种情况，在唐代尤其在武周时期，大有不同。女官着缺胯袍（即男装）多集中在武周时期，武则天总理朝政，大胆启用女官，许多女性走上政坛，此时走出深闺的女性同男性一样参与国家要事的决策，如上官婉儿，曾是武周时期著名的“巾帼宰相”，唐代女性参与

朝政的代表性人物，专秉内政，参决政务，其能力才干丝毫不逊色于男性。

因而，从客观的角度讲，女性官员的身份也要求女性在外观上凸显男性阳刚的一面，而此时的男装——缺胯圆领袍衫加上头戴幞头脚蹬乌皮靴的配伍则是可以满足这一需求的不错选择。除了缺胯圆领袍衫，这一时期偶有发现女性着襦袍的，多见于女性官员中。

4 结语

唐三彩人俑中，“女着男装”是唐代特殊的一种着装行为，这种现象出现在唐代的原因分析如下：鲜卑族男女平等、男女同服的遗风；胡服风尚所致；开放的社会风气和宽松的社会氛围；女性走上政治舞台。

参考文献：

- [1] 田自秉. 中国工艺美术史 [M]. 上海：东方出版中心，2000.
- [2] 许嘉璐. 二十四史全译·旧唐书·舆服志 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [3] 许嘉璐. 二十四史全译·后汉书·乌桓鲜卑传 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [4] 许嘉璐. 二十四史全译·南齐书·魏虏传 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [5] 许嘉璐. 二十四史全译·后汉书·卷二十三志第十三·五行服妖 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [6] 林德保. 详注全唐诗 [M]. 大连：大连出版社，1997.
- [7] 许嘉璐. 二十四史全译·新唐书·五行志 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [8] 许嘉璐. 二十四史全译·新唐书·车服志 [M]. 上海：汉语大词典出版社，2004.
- [9] 马缟. 中华古今注 [M]. 北京：中华书局，2005.

